

MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Um olhar sobre o jovem no Brasil

Série B. Textos Básicos de Saúde



Brasília – DF
2008

© 2008 Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz.
Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.
A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens desta obra é da área técnica.
A coleção institucional do Ministério da Saúde pode ser acessada, na íntegra, na Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde: <http://www.saude.gov.br/bvs>
O conteúdo desta e de outras obras da Editora do Ministério da Saúde pode ser acessado na página: <http://www.saude.gov.br/editora>

Série B. Textos Básicos de Saúde

Tiragem: 1.ª edição – 2008 – 2.000 exemplares

Elaboração, distribuição e informações:

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Fundação Oswaldo Cruz

Núcleo de Estudos em Direitos Humanos e Saúde Helena Besserman – NEDH

Av. Brasil, 4.036, 3º andar – Manguinhos

CEP: 21040-361, Rio de Janeiro (RJ)

Tel.: (21) 25982541/2542

E-mail: nedh@ensp.fiocruz.br

Organização:

Nair Teles

Co-organização:

Wanda Espírito Santo

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Ficha Catalográfica

Brasil. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz.

Um olhar sobre o jovem no Brasil / Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz.

– Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.

218 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde)

ISBN 978-85-334-1499-0

1. Adolescente. 2. Comportamento do adolescente. 3. Desenvolvimento do adolescente. I. Título. II. Série.

NLM WS 460

Catlogação na fonte – Coordenação-Geral de Documentação e Informação – Editora MS – OS 2008/0054

Títulos para indexação:

Em inglês: A look at the brazilian youth

Em espanhol: Una mirada sobre el joven en Brasil

Editora MS

Documentação e Informação

SIA, trecho 4, lotes 540/610

CEP: 71200-040, Brasília (DF)

Tels.: (61) 3233-1774 / 2020

Fax: (61) 3233-9558

E-mail: editora.ms@saude.gov.br

Home page: <http://www.saude.gov.br/editora>

Equipe Editorial:

Normalização: Heloiza Santos

Revisão: Paulo Henrique de Castro e Faria

Capa, projeto gráfico e diagramação: Convênio com a Fundação Universidade de Brasília (FUB)

Impressão, acabamento e expedição: Editora MS

Sumário

Apresentação	5
Capítulo 1: O lugar do jovem no Brasil	11
Brasil: uma sociedade de jovens?	11
Sílvia Marcus de Souza Correa	
Capítulo 2: Modo de vida e transição para a vida adulta	29
Juventude brasileira: culturas do lazer e do tempo livre	29
Ana Karina Brenner	
Juarez Dayrell	
Paulo Carrano	
Trajetórias sexuais de jovens brasileiros: da iniciação a uma possível gravidez	45
Maria Luiza Heilborn	
Michel Bozon	
Estela Aquino	
Daniela Knauth	
Fabiola Rohden	
Cristiane S. Cabral	
Jovens migrantes do sertão do estado de Minas Gerais: modos de vida e experiências com a sexualidade	61
Vanda Silva	
Os jovens de uma cidade de médio porte no Brasil	83
Sílvia Marcus de Souza Correa	
Capítulo 3: Formação profissional e emprego num contexto de pobreza	107
Jovem pobre, pobre jovem: a condição de acesso ao ensino superior no Brasil	107
Lindomar Wessler Boneti	
Jovens pobres no Rio de Janeiro: dificuldades e recursos frente às adversidades	119
Lucia Rabello de Castro	

As meninas e o universo do trabalho doméstico no Brasil	133
Irene Rizzini	
Claudia Fonseca	
Capítulo 4: Juventude e criminalidade urbana	151
Juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro	151
Marcelo Rasga Moreira	
Luiz Fernando Mazzei Sucena	
Fernando Manuel Bessa Fernandes	
Tráfico de drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro: diferenciação de status e fatores intervenientes: o caso da favela de Acari	171
Dario de Sousa e Silva Filho	
Capítulo 5: Política pública e juventude	189
Políticas públicas e juventude no Brasil	189
Nair Teles	
Rafael Freitas	
Posfácio	211
Olhar... a distância!	211
Madeleine Gauthier	

Apresentação

Em março de 2004, após seminário da Associação Internacional de Sociólogos de Língua Francesa (AISLF), realizado na cidade de Ijuí (Rio Grande do Sul, Brasil), membros do Comitê de Pesquisa de Sociologia da Juventude da AISLF tiveram a idéia de publicar uma obra coletiva sobre a juventude brasileira. Tal volume faria parte da coleção “*O olhar sobre a juventude no mundo*”, editada pela Imprensa Universitária da Universidade do Québec (Canadá) e dirigida por Madeleine Gauthier, professora e pesquisadora do Instituto Nacional da Pesquisa Científica (INRS) – Urbanismo, Cultura e Sociedade, além de diretora do Observatório Juventude e Sociedade.

Desafio aceito, tínhamos um outro muito maior pela frente, que era procurar apreender a diversidade da realidade brasileira e, por conseguinte, dos diferentes temas relativos à juventude. Deveríamos aliar a qualidade acadêmica ao interesse de uma variedade de leitores: professores, estudantes, associações de jovens, instâncias governamentais e paragovernamentais, profissionais da mídia, enfim, daqueles que se interessam pelo tema da juventude.

De acordo com as normas de publicação da coletânea, este volume terá duas versões simultâneas, uma em português e a outra em francês. O Ministério da Saúde do Brasil, ao qual pertence a Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp), uma das unidades técnico-científicas da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), assume a responsabilidade pela publicação em português. Foram elementos decisivos para o apoio do Ministério da Saúde a vinculação funcional das organizadoras à Ensp e a posição da Fiocruz enquanto instituição que objetiva “*promover a saúde e o desenvolvimento social, gerar e difundir conhecimento científico e tecnológico, ser um agente da cidadania*” (www.fiocruz.br). Dentro desse contexto, em que a saúde não está limitada à dimensão biológica, mas se caracteriza também pelos determinantes sociais, o Núcleo de Estudos em Direitos Humanos e Saúde Helena Besserman (NEDH/Ensp/Fiocruz) aceitou apoiar a preparação deste exemplar, já que o direito à saúde passa pela compreensão do viver em sociedade.

O exemplar que agora fazemos chegar às mãos dos leitores foi organizado após envio de carta-convite a diversas universidades brasileiras de referência, que nos encaminharam uma centena de artigos. Os trabalhos passaram por dois processos de seleção, um brasileiro, feito por nós, e o se-

gundo realizado pelo comitê editorial canadense da coletânea. O volume sobre o Brasil acompanhará aqueles já editados sobre o Canadá, Quebec, o México, a Europa Cenral e Oriental (www.inrs.quebec.ca).

Os onze artigos que compõem este livro abordam diferentes temas: políticas públicas, formação profissional e emprego, tráfico de drogas, sexualidade, espaço urbano, lazer e individualização. Esses diferentes temas foram desenvolvidos de maneira a multiplicar os olhares sobre a juventude brasileira: a visão governamental sobre esse segmento social; a formação profissional e as possibilidades de emprego àqueles que se encontram em um contexto de pobreza; o envolvimento com a criminalidade urbana por intermédio do tráfico de drogas; alguns aspectos que envolvem a sexualidade; o modo de vida em uma cidade de médio porte; a forma como o jovem usa seu tempo livre; e o processo de individualização *made in Brazil* dos jovens.

O primeiro texto expõe uma análise sobre o processo de individualização dos jovens e apóia-se na pesquisa *Perfil da Juventude Brasileira* (2003) e em alguns resultados e recortes referidos a dois trabalhos coletivos: *Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação* (2004) e *Brasil: Jovens de Norte a Sul* (2005). O autor pretende lançar uma base de pesquisa sobre o processo de individualização entre os jovens no Brasil e, para tal, destaca os seguintes aspectos: os jovens que têm laços sociais construídos em condições precárias de trabalho e em relações primárias nos grupos ou nas comunidades de origem; os jovens “afiliados”, ou seja, aqueles que se encontram ainda vinculados às suas famílias independentemente da classe social; os jovens “desafiliados”, que são os sem-teto, os sem-família e, em geral, os abandonados. A esses grupos se somam outros que estão em maior risco e cujos laços sociais foram se “soltando” ao longo de suas trajetórias. E, por fim, os jovens abastados, aqueles que dispõem de meios para se lançar num projeto biográfico de emancipação em relação à família, caracterizando a “desafiliação positiva”.

O uso do tempo livre para o lazer é o tema que inicia o segundo capítulo. A dinâmica cultural da “vida juvenil” constitui o tema do primeiro artigo. A percepção de condições diferenciadas de vivência do tempo da juventude é traduzida pelas situações de vida e dos processos sociais que reafirmam os traços da diversidade cultural brasileira. Diversidade esta baseada em uma desigualdade econômica que interfere no acesso e no consumo de diferentes tipos de lazer e da utilização do tempo livre.

Trajетórias de vida, mudança, descoberta do corpo e do outro, desejo e amor, além de experiência sexual, são os temas que compõem a discussão

sobre sexualidade e juventude. Em tempos de liberdade sexual e de doenças sexualmente transmissíveis (como o HIV e a aids), a gravidez não desejada e o enfrentamento de valores socioculturais e das diferenças entre gerações fazem parte do panorama que estrutura outros dois textos do segundo capítulo. Os trabalhos referem-se a pesquisas mais amplas e são parte dos resultados encontrados. O primeiro artigo diz respeito à pesquisa *Gravidez na adolescência: estudo multicêntrico sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil (Gravad)*, relativa ao comportamento sexual e reprodutivo de jovens brasileiros. Ela se situou em três grandes cidades do Brasil: Porto Alegre (Região Sul), Rio de Janeiro (Região Sudeste) e Salvador (Região Nordeste). O estudo apresenta os contextos onde os jovens exercem a sexualidade na primeira experiência sexual e os elementos que propiciariam uma melhor preparação sexual. O segundo estudo está restrito ao estado de Minas Gerais e tem como foco jovens de origem rural. Ele se refere às experiências e às representações da sexualidade por rapazes e moças e as transformações daí advindas nas respectivas famílias. A passagem do rural ao urbano e as situações que levariam a uma reconstrução de significados no processo de interação social colocam face a face os jovens e suas famílias, bem como a necessidade da redefinição de padrões culturais.

Os jovens que vivem em cidades de médio porte não têm merecido a atenção dos pesquisadores, pois estes, em sua maioria, se dedicam aos jovens do meio rural ou das metrópoles. Esse texto fecha o segundo capítulo e aborda, por meio dos resultados de uma pesquisa feita em certa cidade do Rio Grande do Sul, o sentimento dos jovens de pertencer a um espaço que não apresenta a monotonia das cidades rurais e nem o *frenesi* das metrópoles, levando-os a ocupar seu tempo com os estudos, o entretenimento e o lazer. A “condição juvenil” é um estilo de vida e de inserção social que contribui para que eles apresentem índices elevados de satisfação em relação à cidade.

Os três artigos que fazem parte do terceiro capítulo pautam-se por estudos sobre a formação profissional e os empregos dos jovens dentro de um contexto de pobreza. Os cursos de profissionalização são pouco adaptados aos perfis dos jovens, e a formação profissional acaba por se restringir aos cursos superiores, o que constitui um complicador a mais. A apreensão dos jovens sobre a oferta de formação profissional de curta duração e seus efeitos possibilitará que possamos conhecer as suas opiniões sobre tal iniciativa governamental e nos permitirá traçar um retrato de suas esperanças e expectativas diante da vida. E, por fim, o trabalho infantil, em particular o das meninas, aqui ilustrado por intermédio do trabalho do-

méstico ligado aos afazeres em casa de terceiros, tema que permaneceu fora das investigações acadêmicas por muito tempo. O trabalho doméstico foi “naturalizado” como uma prática até certo ponto comum em lares brasileiros. Este capítulo, pois, convida os leitores a refletir sobre o que é oferecido aos jovens em termos de preparação para o trabalho e o tipo de emprego dirigido aos jovens oriundos de agregados pobres.

A quarta parte deste volume está dedicada à criminalidade urbana, mais especificamente ao envolvimento de jovens com o tráfico de drogas no estado do Rio de Janeiro. Na preparação deste exemplar, os responsáveis pelo projeto se questionaram sobre a inclusão desse tema, na medida em que muitos artigos e trabalhos acadêmicos, como também jornalísticos, o tem explorado e com qualidade. Além disso, outra perspectiva reforçava a posição de ignorá-lo, aquela que relaciona a criminalidade à pobreza, que liga as favelas ou os bairros populares ao crime. Entretanto, a abordagem adotada pelos autores nos fez propor aos leitores a sua inclusão. Ambos os artigos refletem essa realidade na cidade do Rio de Janeiro sem caricaturas ou relações simplórias. De igual forma, o cenário onde se dá a análise dos autores é ilustrativo de um contexto e não deve levar a generalizações ou ao particularismo. Com base em um estudo sobre o discurso de jovens incluídos em um programa governamental de atenção àqueles oriundos de unidades de atendimento para jovens em conflito com a lei, o primeiro texto aborda a falta de continuidade dos programas governamentais, as potencialidades perdidas, as vidas partidas e a transformação do futuro em efêmero. O segundo trabalho se refere a um estudo sobre a favela carioca de Acari. Por intermédio da discussão sobre as condições econômicas e referenciais em que se dá a socialização dos jovens ali residentes, o texto aponta para os condicionantes que vulnerabilizam as formas de inclusão marginal.

O artigo sobre políticas públicas e juventude fecha o trabalho coletivo. Ele apresenta aquilo que o governo brasileiro propõe em termos de atenção ao jovem a partir do ano de 2003. No final dos anos 1980, com o processo de redemocratização do país, o enfrentamento das desigualdades socioeconômicas passa a ser a meta das políticas públicas, e o pagamento da dívida social, o objetivo maior do governo. Projetos públicos e privados têm por objetivo elevar o jovem a agente promotor de cidadania por meio da formação profissional e de outras atividades, como as culturais. Ao mesmo tempo, os próprios jovens, mediante o “protagonismo juvenil”, caracterizado por um papel ativo, destacam a importância da educação, do resgate da cidadania e das comunidades onde vivem, para a construção de uma sociedade mais justa.

Enfim, prezados leitores, acreditamos que os artigos que compõem o volume *Um olhar sobre o jovem no Brasil* apresentam os principais temas relacionados aos jovens brasileiros, mas não apenas as citadas temáticas. A coletânea *Olhares sobre o jovem no mundo*, diferentemente de outros trabalhos, tem a proposta de apresentar uma amostragem que considere os artigos e os temas em número que permita uma reincidência das informações, não desprezando o seu potencial explicativo. A fim de atingir esse objetivo, tais textos deveriam ser suficientemente diversificados, a fim de que se apreendesse as semelhanças e as diferenças dentro desse universo social chamado *jovem brasileiro*. Os autores dos trabalhos aqui apresentados não pretendem levar suas abordagens à generalização, mas circunscrevê-las aos temas, às perspectivas de seus estudos e à seleção feita pelo comitê diretor da coletânea. Entretanto, cientes de que muitos outros temas poderiam ser desenvolvidos, nós acreditamos que este exemplar pode oferecer subsídios para que sejam (re)pensadas e construídas estratégias positivas em relação aos jovens, em geral, e aos brasileiros, em particular.

Felizes por nossa participação no debate sobre o que socialmente e academicamente convenciamos chamar de “juventude”, acreditamos que este empreendimento só pôde ser feito porque aceitamos participar do desafio lançado pela professora Madeleine Gauthier e graças ao empenho da equipe do NEDH, em especial de Wanda Espírito Santo, co-organizadora deste volume. Nós agradecemos a direção da Ensp, pelo seu apoio; os autores e as autoras, pelo seu envolvimento e sua seriedade; e a Editora do Ministério da Saúde, que reafirma sua missão institucional de disseminar informações em saúde, ressaltando seus condicionantes econômicos, sociais e culturais.

Nair Teles

Professora e pesquisadora da Ensp/Fiocruz
Coordenadora do Núcleo de Estudo em Direitos Humanos e Saúde
Helena Besserman (NEDH/Ensp/Fiocruz)

Capítulo 1: O lugar do jovem no Brasil

Brasil: uma sociedade de jovens?¹

Sílvio Marcus de Souza Correa²

Introdução

Há 20 anos, Fernand Dumont (1986, p. 8) afirmava que “nas nossas sociedades, a juventude constitui um mundo à parte (...). Desde muito tempo, diversos fatores contribuíram para fazer dele um universo específico.” Portanto, “nesses últimos anos, a segregação dos jovens se acentuou; e a partir de fatores que colocam em questão as dimensões mais diversas da vida coletiva.” No Brasil hodierno, as desigualdades sociais não param de aumentar, colocando em xeque o futuro dos jovens e de toda a sociedade. Neste país, a diferença entre as aspirações de 34 milhões de jovens e as restrições estruturais relançam “o desafio em relação à deliquescência das aspirações e à rigidez das organizações” (DUMONT, 1986, p. 9).

Podemos, então, definir o Brasil como uma sociedade dos jovens quando quase 40% da população entre 15 e 24 anos está condenada a uma posição subalterna em termos econômicos, sociais, políticos e culturais?³ Quanto à produção, os jovens entre 15 e 24 anos representam 25% da po-

¹ Uma primeira versão deste artigo foi apresentada em forma de conferência em 28 de novembro de 2005, no quadro das atividades da *chaire Fernand-Dumont sur la Culture (INRS – Urbanisation, culture et société)* e do *Observatoire Jeunes et Société*. Este texto foi elaborado durante o meu estágio de pós-doutorado junto ao *Observatoire Jeunes et Société*. Meus agradecimentos aos colegas canadenses Madeleine Gauthier, Mircea Vultur, Claire Boily e Annie Pilote, com quem pude debater a respeito de algumas idéias que se encontram neste artigo.

² Correa, Sílvio Marcus de Souza. Doutor em Sociologia. Professor no Departamento de História e no Programa de Mestrado e de Doutorado em Desenvolvimento Regional; Pesquisador do Centro de Pesquisa em Desenvolvimento Regional – CEPEDER da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)

³ A base empírica das análises e das reflexões apresentadas a seguir foi a pesquisa *Perfil da juventude brasileira* (2003). Para mais informações sobre a metodologia da pesquisa, as amostras, etc., confira-se o *site* <www.projetojuventude.com.br>. Cabe salientar que as análises e as reflexões apresentadas aqui não são de responsabilidade dos organizadores do *Projeto Juventude* do Instituto Cidadania e da Fundação Perseu Abramo. Alguns resultados e recortes se referem a duas obras coletivas sob a direção de Regina Novaes e Paulo Vannuchi (2004) e de Helena Wandel Abramo e Pedro Paulo Martoni Branco (2005). As análises secundárias apresentadas a seguir são, portanto, limitadas ao quadro descritivo e exploratório, cujo objetivo foi principalmente lançar uma base de pesquisa sobre o processo de individualização entre os jovens no Brasil.

pulação economicamente ativa (PEA). No cenário político nacional, o número de jovens adultos (de 24 a 34 anos) eleitos na última eleição foi assaz diminuto. Nos quadros de uma cultura institucional, um longo percurso se tem ainda para trilhar para que se atinja um nível escolar aceitável no contexto da modernidade reflexiva.

Apesar do seu peso demográfico, quase a metade dos jovens no Brasil se situa em uma zona cinza, de riscos, de vulnerabilidade.⁴ Mas estamos longe do perigo eminente da dissociação do laço social que advém da conjunção da falta de trabalho e do isolamento social evocada por Robert Castel (1991, p. 148). Não se trata de um malogro em relação às regulamentações, por meio das quais a vida social se reproduz e se reconduz (CASTEL, 1990, p. 154), uma vez que 30% dos jovens brasileiros entre 15 e 24 anos trabalham e mais de 70% moram ainda com os pais. Os jovens têm, portanto, laços sociais. Para a maioria, esses laços são tecidos em condições de trabalho precárias e em relações primárias nos grupos ou nas comunidades de pertencimento de origem.

Evidentemente, há também um número de jovens “desafiliados”, segundo a definição de Castel. Trata-se de um número de jovens sem-teto, sem-família e que foram, em geral, abandonados.⁵ A esse grupo se somam ainda outros jovens que se situam numa zona de risco e cujos laços sociais foram se soltando ao longo de suas trajetórias. Já a “desafiliação positiva” de que nos fala François de Singly (2003) caracteriza, por seu turno, alguns milhões de jovens no Brasil. Trata-se mais de um grupo de jovens abastados que dispõe de meios para se lançar num projeto biográfico de emancipação em relação à família. Em geral, a “desafiliação positiva” dos jovens brasileiros está ligada a um novo estilo de vida, às vezes censurado pela família e pela vizinhança. Portanto, os jovens “desafiliados” (*outsiders* ou estabelecidos) são como duas minorias no Brasil. Nós retomaremos esse assunto mais adiante.

A socialização precária e a individualização “afiliada”

No contexto da modernidade reflexiva, a integração social dos jovens depende em grande parte do sucesso escolar e da inserção profissional. No Brasil, a reforma do ensino está em curso. Foram precisos vinte anos de democratização para se obter índices de escolarização satisfatórios em ter-

⁴ Segundo o censo demográfico (IBGE, 2000), os jovens entre 15 e 24 anos (34,1 milhões) representam 20,1% da população total do Brasil.

⁵ Escusado dizer que há diferenças entre “crianças de rua” e “crianças na rua”. Mesmo que esses dois grupos possam se confundir no cotidiano, muitas “crianças na rua” guardam laços familiares.

mos de um percurso mínimo (= 8/9 anos). A continuação dessa reforma do ensino concerne aos secundaristas e aos universitários. Mas a reforma universitária proposta pelo Ministério da Educação não foi ainda aprovada pela assembléia nacional. Depois de dois anos de estudos efetuados pela equipe do Ministério (que teve três ministros em dois anos do primeiro mandato do governo Lula!), a reforma se encontra numa terceira versão e corre o risco de não ser ainda aprovada antes do término do governo atual.

Quando se fala em inserção profissional, é preciso sublinhar que, para quase 40% dos jovens, o trabalho é uma necessidade. Entre os jovens de 15 a 24 anos, 36% trabalham e 32% estão desempregados. Os jovens são frequentemente subempregados, trabalham ilegalmente e em condições precárias ou de risco. Isso significa que o problema para os jovens não é somente o acesso ao emprego, mas também as condições de emprego.

Os dados da pesquisa *Perfil da juventude brasileira* (2003) demonstram que quanto mais o nível de escolaridade e de renda dos pais é baixo, mais as condições de trabalho são precárias (ABRAMO, 2005, p. 52). Entre os jovens diplomados, 33% trabalham ilegalmente, enquanto que, entre os jovens com escolaridade curta (em torno de apenas 4 anos), 87% trabalham sem proteção social. Segundo a renda familiar, 85% dos jovens que trabalham ilegalmente têm origem em famílias com baixo rendimento (\leq 100 USD\$). Já os jovens com elevado volume de capital cultural e econômico são os que apresentam melhores salários.

O tempo de trabalho demonstra também a desigualdade social. No mercado negro, somente 13% dos jovens diplomados trabalham mais de 8 horas por dia contra 41% daqueles que têm somente 4 anos de escolarização. Não se pode confundir a situação precária dos jovens face ao sucesso escolar e à inserção profissional com aquela da exclusão que resulta da “desafiliação” referida por Robert Castel (1990). Escusado dizer que nem todos os indivíduos ou grupos inscritos nas redes produtoras de riqueza no Brasil são beneficiários de proteção social. A definição de “desafiliação” não é totalmente válida para a situação de jovens brasileiros em zona de vulnerabilidade ou de risco, uma vez que um jovem sobre três trabalha e quase 60% dos jovens estão em processo de formação em nível primário, secundário ou superior.

Da juventude brasileira, mais de 40% se situa em situação precária, mas isso não representa, necessariamente, riscos de exclusão. Isso não significa que não haja jovens em zona de exclusão. Mas basta escutar os jovens em situação precária para se aperceber que eles não se colocam na pele de ex-

cluídos. A situação precária não remete necessariamente à “desafiliação”, mesmo se a dissolução do laço social puder se realizar entre os jovens.

Há também a “desafiliação positiva”, referida por François de Singly (2003), que obtém sentido oposto à definição casteliana. No caso brasileiro, há nuances a fazer. Não se trata de uma desafiliação dos jovens em relação às suas famílias ou comunidades de origem como pleiteia Singly (2003, p. 73), pois a maioria dos jovens brasileiros representa ainda um grupo de “indivíduos afiliados”. Segundo os dados da pesquisa *Perfil da juventude brasileira*, 43% dos jovens não pensam em deixar a casa dos pais e 39% não têm pressa em fazer isso. Entre os jovens de famílias com renda mensal inferior a 200 USD\$, 46% não pensam em deixar a casa dos pais, enquanto 29% entre os jovens de famílias com renda mensal superior a 500 USD\$ têm a intenção de deixar. Conforme os dados da mesma pesquisa, apenas 1% dos jovens entrevistados moram sozinhos.

O processo de individualização é, portanto, inexorável e se inscreve em outros processos (de massificação cultural, de mundialização e de transformação da sociedade de consumo). Disso decorre um desafio para os jovens brasileiros: como se tornar um indivíduo emancipado numa sociedade marcada por desigualdades e onde as relações secundárias (ou formais, como, por exemplo, na escola ou no trabalho) não logram exercer algumas funções ainda sob o controle das relações primárias (ou informais, como, por exemplo, aquelas familiares ou de vizinhança)?

Mesmo se a individualização desmoronou a base de certas instituições tradicionais como a família e a igreja, os jovens brasileiros continuam muito apegados à família e à religião. Cabe salientar que nem as teorias clássicas da individualização (Durkheim, Weber, Simmel, Elias) nem as teorias contemporâneas (BECK; BECK-GERNSHEIM, 1990; HEELAS; LASH; MORRIS, 1996; KAUFMANN, 2004; SINGLY, 2003) são totalmente válidas para a sociedade brasileira.

No Brasil, a individualização se intensifica sem por isso emancipar os jovens dos pertencimentos típicos às suas relações primárias. É preciso sublinhar que a família e a religião não são as mesmas que outrora. As famílias recompostas se tornam cada vez mais numerosas e as novas religiões atraem mais os jovens do que a Igreja Católica. As novas formas dessas instituições asseguram aos jovens confrontados uma sociedade em mudança, notadamente pelas vicissitudes da globalização. Para os jovens brasileiros, os pertencimentos originais (à família, ao grupo étnico ou religioso, à região e ao bairro enquanto “espaço vivido”) podem servir às suas necessidades de uma “segurança ontológica”, tal como se referiu Giddens (1991).

É preciso acrescentar que 87% dos jovens entrevistados pela pesquisa anteriormente citada se declararam muito satisfeitos em relação às suas famílias. Num *ranking* de confiança nas instituições, a família foi a primeira colocada entre as instituições mais credíveis, de acordo com os jovens entrevistados.⁶ Como autoridade em relação às pessoas, os jovens entrevistados elegeram a figura da mãe em primeiro lugar, sendo que a figura do pai obteve o segundo lugar e os educadores ficaram atrás de outros membros da família.⁷

Considerando que 48% dos jovens moram com seus pais, que 17% habitam lares monoparentais e 13% vivem com outros adultos enquanto responsáveis, constatamos que a família continua sendo um elemento fundamental de organização social dos jovens brasileiros. Como tinha demonstrado o sociólogo alemão Ferdinand Tönnies (1977, p. 277), “a vida familiar é a base geral das maneiras de vida comunitárias”. Eis aqui uma questão crucial para a sociologia da juventude no Brasil. Qual participação podem ter os jovens na reprodução social e cultural quando a socialização da maioria se encontra limitada às relações primárias? Escusado dizer que uma sociedade moderna pode se constituir com indivíduos sem pertencimentos, mas não sem socialização (SINGLY, 2003, p. 62).⁸

Se na Europa e na América do Norte os jovens “desafiliados” são libertados de seus pertencimentos primários, sem ser ameaçados pela “dissociação do laço social”, é porque a socialização precede à individualização. No Brasil, a individualização ocorre num contexto de socialização precária. Apesar da individualização, os jovens continuam apegados aos seus pertencimentos primários por falta de um *Estado de bem-estar*. Aliás, Singly (2003, p. 239) reconhece o papel do Estado de bem-estar para a libertação dos indivíduos de seus pertencimentos primários. A “desafiliação positiva” é possível porque os “indivíduos individualizados” se encontram ligados a um Estado que é um tipo de fiador de suas emancipações.

No Brasil, os jovens em busca de emancipação devem contar com eles mesmos e com suas redes sociais, sendo estas últimas reduzidas à família, à vizinhança e à comunidade local. Eis aqui um paradoxo: afinal, por que

⁶ 83% dos jovens entrevistados declararam ter confiança total em sua família. Os partidos políticos têm a confiança total de somente 3% dos jovens entrevistados. Para maiores detalhes, cf. as tabelas em anexo de Abramo e Branco (2005).

⁷ Para mais informações sobre a confiança dos jovens em relação à família, cf. as tabelas em anexo de Abramo e Branco (2005).

⁸ A socialização designa, grosso modo, um conjunto de experiências pelas quais os indivíduos interiorizam as normas e os valores que orientam sua vida social desde suas primeiras experiências no grupo de pertencimento de origem até suas interações na sociedade *at large*.

deixar quem nos auxilia? Cabe salientar que se trata de uma faca de dois gumes, pois o capital social mobilizado pode ajudar na emancipação individual, mas pode implicar compromissos. O preço a pagar por essa emancipação relativa não é sempre sabido de antemão. Mas são as relações sociais intra e intergeracionais e intra e interclasses sociais que definem, a grosso modo, o campo social no qual várias estratégias de reprodução social são colocadas em prática.

Para se utilizar uma linguagem próxima àquela de Pierre Bourdieu, os jovens brasileiros herdaram, em grande parte, o seu capital econômico e cultural diretamente no contexto familiar. A reprodução social e cultural da sociedade brasileira se realiza por uma variante híbrida, em que a tradição e a modernidade se misturam. Mas para a constituição da sociedade democrática são necessários indivíduos “emancipados” (SINGLY, 2003, p. 62). Anthony Giddens (1986) tem razão quando afirma: “*no people, no society*”. Portanto, a constituição de uma sociedade implica a socialização dos indivíduos.

Possibilidades e limitações à participação dos jovens na sociedade

No Brasil, 42% dos jovens entre 15 e 24 anos têm uma trajetória escolar de 8 anos ou menos e 42% vivem em famílias com uma renda mensal inferior a 200 USD\$. Assim, a situação precária de quase a metade da população juvenil compromete sua socialização e, por conseguinte, o futuro de toda a sociedade.

Como, então, a reprodução social e cultural no Brasil se realiza quando um grande número de jovens se encontra numa zona de risco ou de vulnerabilidade? Quais as possibilidades e os meios disponíveis aos jovens para participar? Para responder essas questões, se faz necessário levar em conta os desafios atuais no Brasil a partir de três eixos:

- 1º) a globalização da economia;
- 2º) a sociedade do conhecimento;
- 3º) a cultura de massa.

Esses três eixos da contemporaneidade estão interligados. Se a globalização da economia, a sociedade do conhecimento e a cultura de massa favorecem alguns grupos de jovens enquanto atores da reprodução social e cultural no Brasil, eles representam entraves para outros jovens, notadamente aqueles que se encontram em zonas de risco ou de vulnerabilidade.

Os desafios da globalização para a juventude de um país emergente

O economista brasileiro Celso Furtado (2001, p. 27) afirmava que as desigualdades sociais tornavam mais vulneráveis os países emergentes, como o Brasil, diante das vicissitudes da globalização. O crescimento econômico da China é responsável indiretamente pelo fechamento de várias empresas e pelo desemprego de milhões de trabalhadores no Brasil. A alta do petróleo também coloca um enorme problema para o crescimento da economia brasileira. Escusado dizer que a criação de novos empregos depende da inserção da economia nacional na ordem internacional. Esses fatores externos (a concorrência da China, a alta do petróleo) são dois pequenos exemplos de como a política econômica de países emergentes é atualmente limitada pela economia mundial.

Há alguns anos, o governo federal criou programas de formação e de inserção profissional para jovens. A prática de uma fiscalização de controle mais eficaz contribuiu para legalizar a situação empregatícia de milhões de trabalhadores, sobretudo no meio rural. O controle da inflação e outras medidas de austeridade econômica permitiram ao governo Lula se congratular por uma alta da criação de empregos três vezes superior àquela do governo de seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso.⁹

Mas o mercado de trabalho não responde à altura da demanda dos jovens por emprego. Da mesma forma, o sistema de ensino não logra superar o *handicap* na formação dos jovens por inserção profissional diante de um mercado de trabalho cada vez mais concorrente. O desemprego atinge cada vez mais os jovens. Entre aqueles já ativos economicamente, 63% trabalham no mercado informal, em geral, em condições precárias ou mesmo de exploração.

A sociedade do conhecimento e o difícil acesso à educação

No Brasil, a democratização do sistema de ensino começou no final da década de 80. Foram necessários 20 anos para se lograr uma descentralização do serviço de ensino. Apesar de todos os esforços da jovem democracia, o ensino superior público é ainda inacessível para mais de 90% de jovens no Brasil.

⁹ Para mais informações sobre dados oficiais relativos à realização de políticas públicas de proteção social, especialmente no combate à escravidão e ao trabalho infantil, assim como sobre a empregabilidade, cf. www.mt.gov.br.

O Brasil conta com 34,4 milhões de jovens entre 15 e 24 anos. Isso significa que a formação dos jovens é um grande desafio para o país em época de sociedade do conhecimento. É sabido que, numa sociedade do conhecimento, o percurso de formação escolar e profissional depende de um investimento público e privado de longa duração na trajetória biográfica dos indivíduos.

O sistema brasileiro de bolsa de estudos não contempla 20% da demanda, e 80% das famílias são impelidas a pagar com seus próprios recursos os custos da escolarização de seus jovens. Pela primeira vez em sua história republicana, o Brasil logrou atender a demanda escolar para o ensino fundamental de crianças em todo o território nacional.

Uma vez que a demanda escolar para crianças foi satisfeita, passou-se a buscar atender a demanda dos jovens. Portanto, diante das vicissitudes do mundo do trabalho, a qualificação mais exigente, a atualização de competências e a formação continuada exigem mais do sistema de ensino, que já demonstra incapacidade em responder aos novos desafios da sociedade de conhecimento.

Segundo o economista Marcio Pochmann (2004, p. 225), para ingressar na sociedade do conhecimento, o Brasil deveria resolver dois problemas no seu sistema de ensino: um problema de ordem quantitativa, isto é, responder à demanda dos jovens; e um outro de ordem qualitativa, ou seja, oferecer um ensino de qualidade satisfatória. Escusado dizer que a sociedade do conhecimento reforça o processo de individualização dos jovens, uma vez que nela o mercado de trabalho é mais seletivo. O sociólogo alemão Ulrich Beck (1986, p. 115-160) atribui uma importância particular ao mercado de trabalho enquanto motor principal da individualização reflexiva (BECK; BECK-GERNSHEIM, 1990, p. 43-60). Beck acentua o sucesso escolar para a obtenção de uma posição aceitável na sociedade de conhecimento, que exige cada vez mais um alto nível de educação que estimule a competição e a mobilidade social e geográfica. A educação prolongada, a mobilidade freqüente e a concorrência acirrada favorecem também a individualização.

A cultura de massa e a valorização da consumação

A cultura de massa é recente no Brasil. Ela representa uma globalização no plano cultural. Para os jovens, a cultura de massa pode libertá-los dos constrangimentos culturais impostos pela religião, pela tradição, pela moralidade dos pais. Ela pode também mudar as relações intra e intergeracionais.

Na cultura de massa, vários são os bens culturais transformados em mercadorias, e isso é uma característica nova na relação entre a juventude e a cultura. Relação essa que se faz pela *consumação*. A cultura de massa atinge, evidentemente, outros grupos de idade, mas é entre os jovens que se encontra um grande número de consumidores em potencial. Cabe salientar que se trata de uma primeira geração brasileira nascida em época de plena cultura de massa. Assim, o cotidiano desses jovens é pleno de mercadorias e apelações comerciais da cultura de massa, principalmente de sua indústria de produtos audiovisuais.

Os atuais jovens entre 15 e 24 anos nasceram numa sociedade em vias de democratização política e de globalização econômica e cultural. Trata-se de uma geração que não conheceu a censura militar e que cresceu vendo televisão e escutando músicas produzidas pela indústria fonográfica com vendas de milhões de cópias de discos. Essa mesma geração se habitou com as vitrines de *shopping centers* e fez desses centros um dos seus principais espaços de vivência juvenil. Evidentemente, a indústria cultural tem um papel importante nas práticas culturais dos jovens. Os jovens se tornam também atores das mudanças culturais e sociais junto aos seus grupos de pertencimento. A cultura de massa permite igualmente entender melhor uma das características da juventude atual. Trata-se da *consumação* no sentido evocado pelo psicanalista Jurandir Freyre (2004).

Com base no poder aquisitivo, os jovens brasileiros podem ser divididos em vários grupos de consumidores. Essa subdivisão demonstra um grande número de jovens com baixo poder de compra. Portanto, esses jovens sonham com certos objetos que eles julgam importante possuir. Esses objetos não são supérfluos num sentido estrito do termo. Há um valor simbólico atribuído às mercadorias por diferentes grupos de jovens. Se os jovens fãs de futebol atribuem um valor simbólico ao valor monetário de uma corrente de ouro, a uma camisa de um clube ou a um par de chuteiras de marca, o mesmo fenômeno ocorre em relação a outras mercadorias da cultura de massa entre os jovens *hip-hop* e de outros estilos de vida.

A distância entre o sonho de *consumação* e o poder de compra pode suscitar um aumento da criminalidade entre os jovens, pois os valores mudam também. Eis aqui um dos problemas da individualização num quadro de socialização precária. Assim, o aumento da criminalidade não tem ligação direta com a pobreza, mas com a socialização precária e a *inculcação* do espírito de *consumação* entre os jovens, especialmente entre aqueles com baixa renda ou mesmo sem renda.

Outro problema maior da sociedade polarizada é o “efeito demonstração”.¹⁰ No Brasil, poucos jovens se beneficiam da globalização da economia, da sociedade do conhecimento e da cultura de massa. Esses jovens desempenham o papel de atores que antecipam o futuro de uma juventude sedenta por novidades. À sua maneira e segundo os seus meios, a massa tenta seguir a demonstração dos privilegiados do sistema. Toda uma economia subterrânea – na qual se coadunam atividades ilícitas como a prostituição, o jogo, o contrabando de mercadorias, notadamente aquelas falsificadas, o tráfico de armas e de drogas – se organiza à sombra do “efeito demonstração”.

Nessa lógica de *consumação* a todo preço, a criminalidade prevalece no submundo de jovens desfavorecidos. No Rio de Janeiro, por exemplo, os homicídios de jovens entre 15 e 24 anos atingiram 53,2% do total de mortos em 2000 (PEREIRA apud FRIGOTTO, 2004, p. 183). Pochmann (2004, p. 234-235) assinala que a taxa de mortalidade de jovens brasileiros entre 15 e 24 anos é superior às taxas de certos países em guerra. O antropólogo Luiz Eduardo Soares (2004, p. 130) apontou já para um déficit entre a população jovem masculina no Brasil.

Evidentemente que a criminalidade entre os jovens brasileiros não se explica simplesmente pela distância entre o desejo de *consumação* e o poder de compra. Cabe ressaltar que a cultura de massa e a sociedade de *consumação* são inseparáveis e que a sociedade brasileira se tornou um campo fértil onde pululam “efeitos perversos” da globalização da economia, da cultura de massa e da individualização de jovens que tiveram uma socialização precária. Além disso, o processo de individualização no Brasil não decorre da “desafiliação positiva” ou do “despertencimento” postulado por Singly (2003) como pré-condições aos “indivíduos emancipados”. Trata-se mais de um processo individual para realizar uma satisfação pessoal. O perigo que ronda os jovens é aquele de fazer da *consumação* o meio e o fim de toda a satisfação. A percepção dos indivíduos – enquanto consumidores – pode representar um desvio do processo de individualização quando a trajetória biográfica se traduz unicamente por um percurso de acumulação de capital econômico, cultural e social.

¹⁰ Na sociologia do desenvolvimento, Costa Pinto (1970), Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto (1970) abordaram o “efeito demonstração”, mas não no contexto de uma economia globalizada, de uma sociedade do conhecimento e de cultura de massa.

A individualização dos jovens e a reprodução social e cultural

Analisados por vários especialistas a partir dos dados de uma pesquisa nacional (ABRAMO, 2005), os perfis da juventude brasileira são reveladores, na medida em que a relação entre a socialização e a participação dos jovens com a reprodução social e cultural no Brasil pode ser avaliada com acuidade.

Diante das desigualdades sociais e dos contrastes regionais, é mister se referir a uma juventude plural, pois os jovens se diferem segundo meio social, ambiente cultural e geográfico diverso (urbano/rural, centro/periferia, norte/sul). Esses meios representam muito mais que um simples cenário onde se passa a juventude. Malgrado os contrastes, há uma série de similitudes entre jovens do Norte e do Sul do país (LASSANCE, 2005).

A partir da idéia de “indivíduos afiliados”, o vínculo de pertencimento de jovens à família representa certa proteção social. Mas a herança social, o pertencimento familiar, o vínculo ao bairro e ao seu microcosmo podem encerrar mais ainda os jovens desfavorecidos em sua condição de origem.

Segundo o vocabulário de Pierre Bourdieu, os jovens de famílias com baixo capital cultural e econômico são aqueles mais propensos à evasão escolar, ao subemprego e ao desemprego. Nas últimas décadas, as estratégias de reprodução social exigem maior qualificação dos jovens para a sua inserção profissional, sendo o sucesso escolar quase um requisito. Diante da socialização precária da metade de jovens brasileiros, a socialização primária aparece mais determinante, uma vez que a missão libertadora atribuída à escola não é satisfatoriamente cumprida no Brasil. Segundo os grupos sociais definidos pelo nível de escolarização dos pais e pela renda familiar, a socialização dos jovens pode imprimir um *handicap* ou levar um privilégio.

A jovem democracia brasileira conseguiu atender a demanda escolar de crianças mediante um grande investimento no sistema de ensino; portanto, ela malogrou no seu projeto emancipatório de formação do cidadão. Sem assegurar a socialização integral dos jovens, a sociedade brasileira se confronta com os “efeitos perversos” do processo de individualização.

É sabido que a educação é um processo cultural que assegura a reprodução social (BOURDIEU; PASSERON, 1970). No entanto, em várias ocasiões, a transformação social passa também pela educação. No Brasil, o sistema de ensino deve cumprir sua missão de contribuir na emancipação dos jovens em relação ao quase destino social do meio de origem.

Para deixar aos jovens a possibilidade de que se tornem eles mesmos, de que desenvolvam suas capacidades, de que se livrem da sua “herança social”, de que se tornem “indivíduos emancipados”, no sentido atribuído por Singly (2003), o sistema de ensino deve contribuir mais do que nunca para a capacitação equitativa dos jovens, a fim de que tenham uma massa crítica (em termos quantitativos e qualitativos) capaz de agir de maneira reflexiva num contexto de economia globalizada, de sociedade do conhecimento e de cultura de massa.

Para a inserção profissional dos jovens, o problema não se traduz apenas pelo acesso ao mercado de trabalho, mas, sobretudo, pelas condições de trabalho. A mobilidade profissional deve também ser priorizada para permitir a emancipação diante da dependência entre pessoas do tipo paternalista, a que se refere Singly (2003).

Diante da desigualdade social no Brasil, os jovens são, geralmente, situados socialmente nos dois extremos. Os jovens abastados seriam mais os atores responsáveis para assumir o encargo da reprodução de uma sociedade moderna, enquanto os jovens desfavorecidos seriam os responsáveis e as vítimas da reprodução de um tipo de submundo da modernidade. A análise dualista poderia também se apoiar sobre o aporte da sociologia clássica alemã de Ferdinand Tönnies (*Gemeinschaft und Gesellschaft*), da contemporânea de Ulrich Beck (*Vorsorgestaad versus Risikogesellschaft*), assim como da sociologia clássica francesa de Emile Durkheim (*Solidarité organique et solidarité mécanique*) à contemporânea de François de Singly (*Société holiste et société moderne*), para enquadrar a reprodução social no Brasil. Poder-se-ia, igualmente, evocar a atualidade de duas obras sobre o Brasil escritas há mais de cinquenta anos por dois sociólogos franceses. Trata-se de *Les deux Brésils*, de Jacques Lambert, e *Brésil: terre de contrastes*, de Roger Bastide. Malgrado a influência da análise dualista, a sociologia brasileira desde Gilberto Freyre (*Casa-Grande & Senzala*) se refere constantemente à interpretação de uma formação social e histórica híbrida.

É preciso evitar cair na armadilha da análise dualista. Evidentemente, os jovens se encontram em posições diferentes no campo social. Mas a pluralidade da juventude não corresponde à pluralidade do Brasil. Malgrado suas diferentes posições no campo social, os jovens brasileiros participam da reprodução social e cultural, mediante várias estratégias, para assegurar ou melhorar sua posição social. Se as clivagens permanecem entre os jovens, isso demonstra a ineficácia de certas estratégias, uma vez que os jovens restam incapazes de se livrar de todas as heranças sociais e históricas que pesam sobre os seus ombros. Mas como os jovens podem se distanciar do seu bairro, de sua cultura de origem, de sua família e do gru-

po de seus pares se eles não têm recursos próprios suficientes para realizar tal emancipação? (SINGLY, 2003, p. 239). De outra parte, o Estado-providência não se consolidou no Brasil.

A integração dos jovens depende de sua socialização. Portanto, a individualização se faz mais rápida do que a reparação de uma socialização precária. O processo de individualização no Brasil não é da mesma natureza que a “individualização reflexiva” enunciada por Beck (1986) e Giddens (1991) e retomada na França por Alain Touraine, François Dubet e François de Singly. No Brasil, a modernização reflexiva se instala sem, portanto, seguir as etapas postuladas por Singly (2003).¹¹

Se para os jovens europeus e norte-americanos o que advinha do destino se torna agora uma escolha, para os jovens brasileiros algumas restrições estruturais, tais como origem familiar ou social e gênero, reduzem o leque de escolhas. As chances são poucas quando os jovens não têm meios para se constituir como autores plenos de suas biografias. Mas não se pode fazer ilusão. A liberdade dos “indivíduos individualizados” começa a deixar um gosto amargo, uma vez que sua hipoteca tem um custo elevado.

O atual desmantelamento do Estado social preocupa os sociólogos acostumados com as revoluções “libertadoras” dos anos 60. François de Singly (2003, p. 239) faz notar que a diferenciação e a emancipação, que levam à individualização, exigem uma situação social com alto nível de solidariedade em termos nacionais. Por seu turno, Anthony Giddens (1991, p. 133) se referiu à idolatria hindu de *Jagannath* para fazer uma metáfora com a perda de controle na modernidade tardia. Zygmunt Bauman (1998) demonstrou que a liberdade adquirida pelos indivíduos pós-modernos existe em consignação pela perda de segurança. Ulrich Beck (1997) empregou uma analogia (*Brasilianisierung*) para chamar a atenção do perigo que ronda a Europa no contexto de uma economia globalizada e de flexibilidade do emprego.

No entanto, muitos sociólogos não compartilham da idéia de que a dissolução da consciência coletiva e da solidariedade pode ser compensada por uma inflexão sobre a célula familiar ou sobre as novas formas de *comunitarismo*. Desde os anos 60, os europeus e norte-americanos querem

¹¹ Aliás, o encadeamento linear do modelo de Singly não resistiria a nenhuma prova histórica. A sociedade holista e a sociedade moderna, como Singly nos apresenta, não existe em lugar algum. Além disso, a primeira e a segunda modernidade não se atrelam e não compartilham tampouco de suas tarefas, ou seja, primeiro a emancipação, depois a diferenciação, como no esquema do quadro teórico de Singly. A realidade histórica e social do Brasil não se deixa reduzir a um esquema tão linear e lógico.

fazer crer que eles se livraram dos pertencimentos originais e dos embaraços interpessoais para realizar seus projetos de emancipação ancorados na *destraditionalização*, na ocidentalização econômica e cultural e na racionalização dos comportamentos. Eles se tomam, atualmente, por “cidadãos do mundo” (*Weltbürger*), por “indivíduos individualizados” capazes de tomar decisões e de fazer valer seus direitos em todo o mundo. Mas enquanto eles se encontram na vertigem da liberdade, seus Estados-providência se enfraquecem.

No Brasil, não é o Estado que se esvai, mas o tecido social que se rasga, mesmo que ele se recomponha, em alguns casos, de forma surpreendente. De outra parte, há um processo de individualização entre os jovens, mediante o qual a família se mostra ainda um casulo protetor para essa metamorfose da subjetividade. Entre os jovens brasileiros, os “indivíduos afiliados” estão em condição de paridade tanto num extremo quanto no outro da escala social. Ou seja, os excluídos “desafiliados” no sentido de Castel (1996) e os “indivíduos individualizados” evocados por Singly (2003). Os “indivíduos afiliados” se encontram nas famílias com baixa renda e média, mas também entre as famílias abastadas. Seu nível de escolaridade é também variado. Malgrado a proposta sintética deste artigo, a análise secundária de alguns dados da pesquisa *Perfil da juventude brasileira* (2003) nos permite apontar algumas pistas para embasar alguns enunciados sobre a individualização dos jovens.

Já foi sublinhado que os laços sociais dos jovens são tecidos no nível das relações primárias por falta de um Estado-providência. A esses laços se cruzam outros criados por ONGs e demais associações e organizações de movimentos sociais que resultam do *empowerment* das comunidades locais. A mobilização do capital social de vários grupos e indivíduos engajados na causa “alter-mundialista” ou do “desenvolvimento endógeno” e a emergência de uma economia solidária representam, igualmente, uma inovação na organização social e econômica do país. Isso não quer dizer que os brasileiros podem abrir mão do Estado-providência. Há uma dupla tarefa: lograr a socialização integral dos jovens e construir uma sociedade democrática.

À guisa de conclusão

No Brasil, como em vários outros países no mundo globalizado, a modernidade reflexiva parece um canto de sereia, o qual os jovens ardilosos escutam sem se desamarrar totalmente de seus laços sociais e sem se distanciar de suas origens. Para esses jovens, a juventude implica riscos com

os quais é preciso saber conviver. Para alguns sociólogos, isso pode representar a naturalização da anomia, a banalização da violência ou a acomodação ao *status quo*. Trata-se de uma individualização *made in Brazil*, que difere da “individualização individualizada”, pois a primeira guarda algumas afiliações originais.

Além disso, é preciso reavaliar as vantagens dos “pertencimentos escolhidos” ou do “despertencimento positivo” (SINGLY, 2003), já que o pertencimento a um Estado-providência continua determinante no *bricolage* identitário pós-moderno. Na maioria dos casos, trata-se de um acaso e não de uma escolha o fato de se ter uma cidadania européia ou norteamericana e não africana ou sul-americana.

Malgrado a sua socialização precária e os riscos da globalização, os jovens brasileiros entrevistados pela pesquisa *Perfil da juventude brasileira* (2003) se mostraram contentes em ser jovens, de seus laços familiares e mesmo de seu país. Por fim, podemos retomar a constatação de Fernand Dumont (1986, p. 26) quando questionava a eficácia da escolarização para a “homogeneização do mundo dos jovens”. Trata-se de um período entre a infância e a idade adulta que tomou uma “consistência social”. Este “entrelugar” vê suas fronteiras se alargarem assim como sua própria definição no seio da sociedade brasileira. O estado de “moratória” (ERIKSON, 1976) que caracteriza também a juventude é cada vez mais aceito pelos adultos, mesmo quando os jovens têm dificuldades em fazer valer sua nova situação.

No Brasil, o reconhecimento social da “moratória” se soma a outras vantagens da representação da juventude. Eis uma sociedade que institui sua juventude. Para a atual geração de 15 a 24 anos, a individualização é um componente de sua particularidade *vis-à-vis* à geração precedente e ao próprio *ingroup*. Não se trata de uma individualização reflexiva *manquée*, mas de um verdadeiro hibridismo, por meio do qual a tradição e a modernidade se moldam e se confundem como em quase todos os domínios da vida brasileira.

Referências

ABRAMO, Helena. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro (Org.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-72.

BAUMAN, Z. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BECK, U. Jenseits von Klasse Stand und Klasse?: Soziale Ungleichheiten, gesellschaftliche Individualisierungsprozesse und die Entstehung neuer sozialer formationen und Identitäten. In: KRECKEL, R. (Org.). *Soziale Welt*. [S.l.: s.n.], 1983. v. 2, p. 35-74.

_____. *Risikogesellschaft: Auf dem Weg in eine andere Moderne*. Francfort: Suhrkamp, 1986.

_____. *Was ist Globalisierung?: Irrtümer des Globalismus: Antworten auf Globalisierung*. Francfort: Suhrkamp, 1997.

BECK, U.; BECK-GERNSHEIM, E. *Das ganz normale Chaos der Liebe*. Francfort: Suhrkamp, 1990.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *La reproduction: éléments pour une théorie du système d'enseignement*. Paris: Éditions de Minuit, 1970.

CASTEL, Robert. La désaffiliation. In: DONZELOT, J. (Org.). *Face à l'exclusion: le modèle français*. Paris: Édition Esprit, 1991.

_____. Le Roman de la désaffiliation. A propos de Tristan et Iseut. *Le Debat*, Paris, n. 61, p. 152-164, 1990.

_____. Les marginaux dans l'histoire. In: PAUGAM, Serge. (Org.). *L'Exclusion*. Paris: Éditions La Découverte, 1996. p. 32-41.

_____. *Les Métamorphoses de la question sociale: Une chronique du salariat*. Paris: Fayard, 1995.

DUMONT, Fernand (Org.). *Une société des jeunes?* Québec: IQRC, 1986.

ERIKSON, Erik. *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FRIGOTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Org.). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 180-216.

FURTADO, Celso. Reflexões sobre a crise brasileira. In: ARBIX, Gláucio et al. *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo: UNESP, 2001. p. 21-27.

GIDDENS, Anthony. *La constitution de la société*. Paris: PUF, 1986.

_____. *Modernity and Self-Identity: Self and Society in the Late Modern Age*. Standford: SUP, 1991.

HEELAS, P.; LASH, S.; MORRIS, P. (Org.). *Detraditionalisation: Critical Reflections on Authority and Identity*. Oxford: Blackwell, 1996.

KAUFMANN, Jean-Claude. *L'invention de soi: une théorie de l'identité*. Paris: Armand Colin, 2004.

KIPPELE, F. *Was heisst Individualisierung?: Die Antworten soziologischer Klassiker*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1998.

LASSANCE, Antonio. Brasil: jovens de norte a sul. In: ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro (Org.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 73-86.

POCHMAN, Marcio. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Org.). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 217-241.

SINGLY, François de. *Les uns avec les autres: Quand l'individualisme crée du lien*. Paris: Hachette Littératures, 2003.

_____. *Sociologie de la famille contemporaine*. Paris: Armand Collin, 2004.

SOARES, Luiz E. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Org.). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p.130-159.

TÖNNIES, Ferdinand. *Communauté et société: Catégories fondamentales de la sociologie pure*. Paris: Retz, 1977.

Capítulo 2: Modo de vida e transição para a vida adulta

Juventude brasileira: culturas do lazer e do tempo livre¹

Ana Karina Brenner²
Juarez Dayrell
Paulo Carrano

A investigação sobre a dinâmica da ocupação do tempo livre pelos jovens é de significativa importância para se compreender os sentidos do próprio tempo da juventude nas sociedades. A dinâmica sociocultural da vida juvenil expressa, em grande medida, a realidade efetiva das coisas que organizam a vida dos jovens nas culturas vividas no lazer e no tempo livre.

O erro de se compreender a juventude como uma realidade homogênea aparece com expressiva frequência no senso comum em relação ao tempo livre e ao lazer. Tal fato ocorre, talvez, pela percepção de que o tempo da juventude, em geral, e o tempo das culturas juvenis, em particular, seriam em “essência” momentos de fruição de divertimentos, prazeres e distância relativa do mundo do trabalho, considerando-se que este último é uma característica principal do mundo adulto. A pesquisa de opinião pública *Perfil da juventude brasileira*,³ cujos dados serão apresentados e analisados mais à frente, ao se aproximar da realidade concreta dos

¹ Este artigo é uma versão resumida do artigo publicado originalmente no livro *Retratos da juventude brasileira hoje*, no prelo.

² Ana Karina Brenner é mestranda em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisadora do Observatório Jovem do Rio de Janeiro/UFF; Juarez Dayrell é doutor em Educação, professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e coordenador do Observatório da Juventude, da UFMG; Paulo Carrano é doutor em Educação, professor da Faculdade de Educação da UFF, coordenador do Observatório Jovem do Rio de Janeiro/UFF e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

³ A pesquisa *Perfil da juventude brasileira* é uma iniciativa do *Projeto Juventude/Instituto Cidadania*, em parceria com o Instituto de Hospitalidade e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Trata-se de um estudo quantitativo, realizado em áreas urbanas e rurais de todo o território nacional, junto a jovens de 15 a 24 anos, de ambos os sexos e de todos os segmentos sociais. Os dados foram colhidos em novembro e dezembro de 2003. O conjunto dos dados encontra-se disponível no site <www.projetojuventude.org.br>.

jovens brasileiros, amplia a percepção da existência de condições distintas de vivência do tempo da juventude. Os jovens entrevistados pela pesquisa revelam com nitidez situações de vida e processos sociais que reafirmam os traços de diversidade da cultura brasileira, ao mesmo tempo em que denunciam que esta se processa sobre bases socioeconômicas desiguais, que incidem sobre as possibilidades de acesso, experimentação, consumo e criação dos mundos da cultura, do lazer e do tempo livre.

É principalmente nos tempos livres e nos momentos de lazer que os jovens constroem suas próprias normas e expressões culturais, seus ritos, suas simbologias e seus modos de ser, que os diferenciam do denominado mundo adulto. No contexto de menor controle das gerações adultas, os jovens elaboram subjetividades coletivas em torno de culturas juvenis. Há uma tendência da sociedade em enxergar nessas culturas traços de marginalidade, um tempo social potencialmente negativo e, em geral, pensado em oposição ao trabalho, este entendido como tempo de positividade, naquilo que se refere à formação humana.

Na contramão da tendência moralizante definida há pouco, é preciso considerar o lazer como tempo sociológico, no qual a liberdade de escolha é elemento preponderante e se constitui, na fase da juventude, como campo potencial de construção de identidades, descoberta de potencialidades humanas e exercício de inserção efetiva nas relações sociais. Assim considerado, o lazer pode ser espaço de aprendizagem das relações sociais em contexto de liberdade de experimentação. Naquilo que se refere ao lazer juvenil como experiência cultural coletiva, deve-se reportar à centralidade do grupo de pares no processo de formação humana. A convivência em grupos possibilita a criação de relações de confiança; desse modo, a aprendizagem das relações sociais serve também de espelho para a construção de identidades coletivas e individuais. Em suma, as diferentes práticas de cultura e lazer em espaços sociais públicos podem ser consideradas como verdadeiros laboratórios, onde se processam experiências e se produzem subjetividades.

Na prática do lazer, os indivíduos buscam realizar atividades que proporcionem formas agradáveis de excitação, expressão e realização individual. As atividades de lazer criam uma certa consciência de liberdade ao permitir uma fuga temporária à rotina cotidiana de trabalho e obrigações sociais. As denominadas atividades de *pura sociabilidade* podem ser definidas como geradoras de tensões emocionais agradáveis e de formas descomprometidas de integração social (ELIAS; DUNNING, 1992). Tais formas *descomprometidas* possuem, entretanto, uma grande efetividade social no sentido do estabelecimento de valores, conhecimentos e identida-

des. No espaço-tempo do lazer, os jovens consolidam relacionamentos, consomem e (res)significam produtos culturais, geram fruição, sentidos estéticos e processos de identificação cultural.

Os espaços de cultura e lazer, com todas as suas potencialidades, se colocam na perspectiva do direito. Falar em direito cultural implica criar condições de produção cultural, compreendida como acesso a produtos, informações, meios de produção, difusão e valorização da memória cultural coletiva. Espera-se que uma política pública democrática neste âmbito seja capaz de promover a cidadania cultural⁴ (CRUZ, 2003), para que amplie a capacidade crítica dos jovens frente à tendência das indústrias culturais de homogeneizar e reforçar guetos de identidade.

O lazer é uma atividade social historicamente condicionada pelas condições de vida material e pelo capital cultural, que constitui sujeitos e coletividades. A base material da existência é um dos mais fortes limites da inserção diferenciada no mundo do lazer. A antiga equação estabelecida entre o mundo da necessidade e o mundo da liberdade ainda está em vigor. A existência de tempo livre não implica necessariamente lazer. O tempo livre do trabalho muitas vezes pode significar o espaço da penúria, da opressão e da falta de oportunidades. Esse é o caso dramático do desemprego e da desocupação, situação vivida por uma expressiva parcela de jovens brasileiros.

É importante destacar que a busca de dados nacionais sobre tempo livre, lazer e cultura no Brasil, não apenas sobre jovens, mas também para a população em geral, resulta num quadro de escassez e dispersão de indicadores culturais. Os planos de ação ou as políticas culturais são desenvolvidos sem uma base real de conhecimento sobre aquilo que os sujeitos podem realizar ou desejam experimentar e, em geral, ocorrem sob bases voluntaristas. O conhecimento sobre a realidade cultural pode não apenas contribuir para políticas mais efetivas, como também impor limites à ação ideológica do Estado na definição dos conteúdos de determinada diretriz de política cultural (COELHO, 2003).

Dados levantados pela pesquisa *Informações básicas municipais* (Munic), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2001), dialogam com a pesquisa *Perfil da juventude brasileira* e contribuem para a compreensão de um dos fortes motivos para a baixa taxa de participação dos jovens em atividades culturais de ocupação do tempo livre.

⁴ Cidadania cultural pode ser compreendida como uma quarta dimensão da cidadania – além da civil, da social e da política – e se apresenta como síntese das possibilidades que a juventude tem de vivenciar o espaço público.

Ao procurar identificar a infra-estrutura cultural dos 5.560 municípios brasileiros, o IBGE, por intermédio da pesquisa, apontou as seguintes características de distribuição dos equipamentos e das instalações de lazer: (a) a escassez é mais acentuada em municípios de menor população; (b) as bibliotecas públicas, os clubes e os ginásios esportivos são os estabelecimentos mais disseminados pelos municípios; (c) teatros, cinemas e museus são, contudo, pouco presentes na maioria dos municípios; (d) a crescente oferta de alguns equipamentos culturais, como os provedores de *internet* e os equipamentos audiovisuais, demonstra a evolução da incidência de novas tecnologias orientadas para o uso pessoal ou doméstico; e (e) um novo padrão de desigualdade está sendo gerado com o acesso desigual da população aos aparelhos e aos estabelecimentos de cultura e lazer relacionados com as novas mídias e as tecnologias digitais. A Munic mostra também que estádios, ginásios esportivos e clubes são estabelecimentos amplamente presentes nas cidades brasileiras, revelando forte característica da cultura nacional relacionada às práticas esportivas, a outras formas de lazer e ao associativismo em clubes.

Pode-se afirmar com segurança que, além das desigualdades regionais entre pequenas e grandes cidades no quadro de distribuição de equipamentos e instalações culturais, há, no interior dos municípios, desigualdades tão ou mais brutais. Nas médias e grandes cidades brasileiras, as periferias, os bairros populares, os morros e as favelas são verdadeiros desertos de equipamentos e instalações culturais. Ainda que sua média seja elevada, estes se encontram concentrados em centros culturais de difícil acesso físico e simbólico para os setores populares.

No texto que segue, são apresentadas a descrição e a análise dos dados do *Perfil da juventude brasileira* referentes às questões mais diretamente relacionadas às atividades culturais, esportivas e a outras formas e conteúdos de ocupação do tempo livre dos jovens durante a semana e em fins de semana.⁵

⁵ As categorias que classificam as atividades de tempo livre ora são apresentadas segundo respostas espontâneas dos entrevistados e ora segundo a categorização previamente estabelecida no formulário de entrevistas da pesquisa.

A juventude brasileira e suas culturas de lazer⁶

Por intermédio da pesquisa *Perfil da juventude brasileira*, indagou-se sobre o acesso dos jovens brasileiros às atividades e aos projetos culturais e esportivos, sejam eles oferecidos pelo poder público ou por ONGs. Em relação aos projetos culturais, 88% dos jovens informaram nunca ter participado de algum deles, índice que aumenta para 94% entre os jovens do meio rural. A proporção entre os jovens das capitais e do interior que tiveram acesso a esses projetos é de 17% para aqueles e de 8% para estes. Dos 11% de jovens que afirmaram ter participado de algum projeto cultural, 6% o fizeram há menos de um ano e 4% há mais de um ano.

Chamam a atenção a pouca abrangência dessas ações culturais e o que é mais sério: o detalhamento dos dados aponta que os jovens das camadas populares, que deveriam ser os sujeitos privilegiados de ações culturais, são exatamente aqueles que têm menos acesso a tais projetos. Essa evidência deve servir para que, na oferta de atividades, instalações e equipamentos culturais para os jovens, sejam consideradas as especificidades das situações de vida dos setores mais empobrecidos da população, que, mesmo diante da oferta, encontram maiores dificuldades para participar.

Em relação à promoção de atividades culturais em espaços públicos, 58% dos jovens nunca participaram de *shows* ou outras atividades culturais realizadas em praças públicas. Como era de se esperar, a maioria dos jovens que participaram desse tipo de evento mora em cidades (42%), e a minoria mora no campo (30%). A realização de eventos culturais públicos, tais como bailes, *shows*, concertos, recitais, etc., representa uma forma de estimular a convivência coletiva de múltiplos grupos juvenis e a “intergeracionalidade”. A praça, como lugar de encontros, festas e convívio social, é emblemática em cidades que cultivam a sociabilidade pública em contraposição à privação da subjetividade, tendência das sociedades de consumo. O fato de uma ampla maioria de jovens nunca ter participado de eventos em praças públicas denota a precária apropriação da cidade como espaço educativo, de encontros e sociabilidade.

Em relação ao acesso a atividades esportivas, o índice de participação é ainda menor do que em atividades culturais: 72% dos jovens brasileiros nunca participaram de alguma atividade esportiva promovida pelo poder

⁶ A amostra total da pesquisa foi de 3.501 entrevistados; entretanto, muitas perguntas foram aplicadas em apenas uma das três subamostras (amostra A = 1.171, amostra B = 1.160 e amostra C = 1.170) contempladas no desenho da pesquisa. Ainda que o equilíbrio das amostras garanta a fidedignidade dos dados, isso diminui a base respondente e deve ser considerado no momento da análise.

público. Esse alto índice indica o pouco investimento feito em ações que democratizem as práticas esportivas. Há participação desigual quando se considera a variável “gênero”: 33% de homens e 22% de mulheres praticam algum esporte. Os dados evidenciam a tradicional divisão socioespacial brasileira, na qual os homens possuem maior mobilidade sociocomunitária no espaço público, enquanto as mulheres estão mais circunscritas ao espaço doméstico e têm menor mobilidade para praticar atividades extrafamiliares.

Mais da metade dos jovens brasileiros declarou na pesquisa que gostaria de fazer parte de algum clube ou associação esportiva. Tal fato é um sinalizador para as políticas públicas, que podem encontrar no associativismo esportivo o princípio da criação de condições para o exercício democrático da vida coletiva. O associativismo é uma esfera pública intermediária entre as redes de relações primárias (família e amigos) e as formas mais complexas de organização social. Seu estímulo na juventude pode fortalecer culturas participativas na vida pública.

Práticas de tempo livre

Os jovens brasileiros ocupam o tempo livre de forma muito variada e sob condições bastante desiguais. Noções como diversidade e desigualdade devem ser conjugadas como chaves analíticas para se compreender a complexidade sociocultural do *ser jovem* nas diferentes regiões do País. Na pesquisa, a pergunta que gerou um amplo leque de alternativas foi esta: “quando você está na sua cidade, o que você costuma fazer com mais frequência nas suas horas livres, isto é, quando não está estudando nem trabalhando, nos fins de semana?”.

A primeira opção de atividades de ocupação do tempo livre em fins de semana relaciona-se com atividades de lazer e entretenimento (45%). Destas, destaca-se a atividade de sair com os amigos (6%), seguida das atividades de namorar (5%), passear (5%) e sair para dançar (3%). Além dessas, outras atividades aparecem com menor frequência: a ida ao *shopping center* é uma delas, sendo a opção de 2% de jovens.

Já 22% dos jovens ocupam o tempo livre em fins de semana com atividades dentro de casa, sendo esta a segunda opção mais citada. Destacam-se as atividades de ver televisão (10%), ouvir música (4%) e ficar descansando (3%). A terceira opção mais indicada pelos jovens foi a prática de atividades esportivas, presente nas respostas de 18% dos jovens entrevistados. Entre os esportes citados, a preferência é o futebol (13%), seguido da opção pela prática de outros esportes (ciclismo e atletismo) e/ou ida à

academia (3%). Há neste quesito duas variações significativas. Uma de faixa etária – a prática de esportes é maior entre jovens de 15 a 17 anos (23%) do que entre aqueles de 21 a 24 anos (13%) – e outra de gênero – apenas 3% das mulheres de 15 a 24 anos praticam algum esporte em seu tempo livre, em comparação à porcentagem (32%) dos homens.

A quarta opção é a da visita a parentes e amigos (6%), sem que haja variações nessa escolha entre os gêneros. Já para 5% dos jovens, ir à igreja e/ou rezar são as melhores opções para ocupar o tempo livre. Apenas 4% dos jovens ocupam seu tempo livre com alguma atividade cultural, aparecendo a leitura e o cinema, com 1% cada.

Um fato a registrar é a diminuição da opção por atividades culturais segundo o porte do município. Nas cidades de grande porte, 6% dos jovens realizam atividades culturais de ocupação do tempo livre nos fins de semana, enquanto nas cidades de pequeno porte esse índice cai para apenas 1%. Esses dados apontam para os efeitos da escassez de oferta de equipamentos, estabelecimentos (salas de cinema ou teatro, por exemplo) e políticas culturais, especialmente nos municípios menos populosos.

A ordem na preferência das atividades de tempo livre difere quando se trata dos dias da semana.⁷ Durante tal período, 59% dos jovens desempenham atividades dentro de casa, como assistir à televisão (34%) e ouvir música (9%). Há uma queda no índice daqueles que desenvolvem atividades de lazer, que passa a ser de apenas 15%. Assim como no fim de semana, as mulheres ocupam menos seu tempo livre com atividades de lazer e entretenimento (13%) do que os homens (17%). Poucos jovens desenvolvem atividades ao ar livre durante a semana, da mesma forma que apenas 6% praticam atividades esportivas. Durante a semana, o estudo (sozinho ou com amigos) relacionado com atividades escolares ocupa o tempo livre de 6% dos jovens (essa atividade não ganhou significância nas respostas relacionadas aos fins de semana). Outro dado significativo é a realização de atividades culturais (ler, ir ao cinema, ao teatro e outras), que passa de 3% nos fins de semana para 5% durante a semana.

Ainda com o intuito de averiguar as opções de atividades de ocupação do tempo livre durante a semana e em fins de semana, apresentou-se aos jovens uma lista com 14 opções de atividades que permitiam resposta única (sim ou não). Nessas respostas únicas e estimuladas, as três principais atividades foram assistir a televisão, ouvir rádio e se encontrar com os amigos. Assistir a televisão é a atividade realizada por 91% dos jovens.

⁷ A pergunta correspondente a esta questão também permitiu respostas espontâneas e múltiplas.

Os índices são praticamente os mesmos entre homens e mulheres (91% e 92%, respectivamente) e entre jovens urbanos e rurais (86% e 89%). Há poucas alterações entre as idades, pequena elevação entre os jovens de 18 a 20 anos (94%) e queda entre aqueles de 21 a 24 anos (89%).

Outro meio de comunicação muito presente é o rádio. Ouvir rádio é a atividade comum a 89% dos jovens, também sem grandes diferenças entre gênero, idade e local de moradia. Os dados relativos à ocupação do tempo livre dos jovens com os meios de comunicação (notadamente, o rádio e a televisão), antes de significarem qualquer tipo de valoração positiva ou negativa, necessitam ser compreendidos como traço cultural característico das contemporâneas culturas juvenis.

A verdadeira imersão semiótica e temporal dos jovens nas mídias eletrônicas (ainda que o acesso a determinadas tecnologias digitais que possibilitam informações, saberes e lazeres seja privilégio de poucos no País) é um fenômeno empírico que cobra o aprofundamento de investigações e estudos sobre âmbitos e práticas sociais que redefinem continuamente os sentidos das subjetividades e coletividades juvenis, não apenas referidas a territórios físicos determinados, mas integradas em espaços simbólicos de novas mediações culturais. Um desafio é, portanto, analisar os processos sociais de leitura e codificação que os jovens praticam na relação com as programações de emissoras de rádio e de canais de televisão. Sem ignorar os poderes desses meios, mas reconhecendo que os sujeitos não estão inertes no processo, dever-se-ia perguntar o que os jovens produzem a partir daquilo que é produzido, especialmente, por rádios e TVs abertas, que se constituem como os meios mais disponíveis para a maioria dos jovens brasileiros, sejam urbanos ou rurais.

A terceira atividade mais citada pelos jovens para ocupar seu tempo livre durante a semana foi a de se encontrar com os amigos, comum a 82% dos jovens pesquisados. Essa informação reforça a importância dada à sociabilidade na vida dos jovens. É interessante pontuar algumas diferenças nos índices: encontrar amigos é uma atividade mais comum entre os homens jovens (90% o fazem) do que entre as jovens (75%). Encontra-se neste ponto uma instigante pista para a investigação das variadas e desiguais formas de socialização entre gêneros na juventude.⁸

Ainda no âmbito das relações interpessoais, o ato de namorar foi citado por 57% dos jovens como a atividade de tempo livre de segunda a sexta-feira. Os jovens de 18 a 20 anos namoram um pouco mais (61%). A frequên-

⁸ Sobre o tema, deve-se consultar a pesquisa de opinião pública “A mulher brasileira nos espaços público e privado”, realizada pela Fundação Perseu Abramo (<http://www.fpa.org.br>).

cia do total de jovens alcança 73% nos fins de semana. Aqui também aparece a diferença de gênero, sendo o namoro uma atividade mais citada pelos jovens (76%) do que pelas jovens (69%). Namorar, ao contrário do ato de encontrar amigos, é uma atividade mais comum àqueles mais velhos (77% entre 21 a 24 anos) do que entre os mais novos (67% entre 15 a 17 anos).

Outra atividade bastante citada pelos jovens como ocupação do tempo livre durante a semana e também nos fins de semana foi ajudar a família em tarefas de casa, comum a 80% deles. Neste item aparecem diferenças significativas em relação ao gênero, sendo tal atividade mencionada por 66% dos homens e 94% das mulheres. A diferença aponta para uma divisão de gênero do trabalho doméstico culturalmente estabelecida e ainda significativamente presente no cotidiano dos lares brasileiros. Tal constatação é reforçada quando percebemos que a atividade de ajudar em casa diminui nos fins de semana para todos jovens, sendo a redução mais significativa entre os homens (56%) do que entre as mulheres (90%).

No âmbito das práticas culturais, a leitura é mais freqüente durante a semana do que nos fins de semana. Entre os tipos de leitura, o mais comum é a leitura de revistas, citada por 46% dos jovens como atividade de ocupação do tempo livre nos fins de semana e por 55% durante a semana. Já a leitura de algum livro sem ser para a escola ou trabalho é comum a 34% dos jovens nos fins de semana (44% durante a semana), com predominância feminina na realização dessa atividade (39% de mulheres e 28% de homens). As variáveis escolaridade e renda são determinantes na prática da leitura de livros, com índices maiores entre os que possuem maior escolaridade e renda. Os dados revelam que a incipiente cultura literária dos jovens brasileiros não se distancia do conjunto da população. Tem-se uma população com, majoritariamente, pouco ou nenhum hábito de leitura literária, o que expressa a precariedade das políticas públicas de incentivo à leitura no Brasil.

Ainda quanto à questão das atividades que os jovens realizam para ocupar seu tempo livre, é relevante destacar que apenas 17% deles afirmaram ter acesso a computadores, seja para navegar na *internet* ou para utilizar jogos eletrônicos. Neste quesito, há predomínio dos homens (21%) sobre as mulheres (14%) e uma enorme diferença entre os jovens urbanos (20,9%) e os jovens do meio rural (4%). Em média, 8% dos jovens cuja renda familiar se situa na faixa de até 2 salários mínimos praticam jogos de computador ou acessam a *internet*. A partir dessa faixa, a média do uso de computador pelos jovens é de 32%. Os dados são eloqüentes para evidenciar que o acesso à denominada inclusão digital no Brasil encontra-se intimamente relacionada com a capacidade dos sujeitos em adquirir

o suporte em informática no mercado em contextos de escassas políticas de microcrédito. Evidenciam também a baixa capilaridade das redes públicas digitais. Este é um ponto nodal para qualquer política pública que pretenda atacar a exclusão digital, nova desigualdade que se associa a outras desigualdades históricas e ainda não equacionadas. O Brasil convive com gerações de jovens que se distanciam do acesso a instrumentos de importância radical na vida contemporânea, hoje tão importantes quanto o acesso e o domínio da leitura e da escrita.

Sobre a prática de atividades esportivas, constata-se que os homens praticam muito mais esportes (33%) do que as mulheres (19%); não há muita diferença na prática de esportes durante a semana (26%) e nos fins de semana (27%).

A pergunta sobre as atividades já realizadas pelos jovens entrevistados teve por objetivo quantificar o acesso desses jovens a expressões culturais, tais como cinema, teatro, dança, circo, entre outras. Os resultados são preocupantes. A expressão cultural que obteve maior frequência de participação foi o circo, freqüentado pelo menos uma vez por 77% dos jovens. Ainda assim, 55% deles o fizeram há mais de um ano, e apenas 19% foram ao circo no ano da pesquisa (2003).

A segunda atividade cultural mais realizada é ir ao cinema (61% dos jovens). Por outro lado, os dados revelam que 39% dos jovens brasileiros nunca viram um filme em tela grande. O referido índice aumenta para 73% quando se trata dos jovens do meio rural, que geralmente apresentam frequência mínima nas diferentes atividades culturais apresentadas pela pesquisa. Os *shows* de música popular brasileira são eventos que contam com a participação da maioria dos jovens: 64% dos pesquisados responderam que já participaram pelo menos uma vez de eventos dessa natureza.

Na seqüência, encontramos um dado sintomático da precariedade da democratização da cultura no Brasil: 62% dos jovens entrevistados nunca foram a um teatro, enquanto entre os jovens do campo tal índice chega a 83%. Além disso, 92% nunca foram a um concerto de música clássica. Mesmo a frequência a *shows* de música (como *rock*, *pop*, *hip-hop*) é, segundo a pesquisa, inferior a 50%. A frequência a museus é uma atividade já realizada por 69% dos jovens entrevistados, e apenas 25% já viram uma exposição de fotografia. Para se ter a idéia de um quadro que se repete nas outras expressões culturais, os dados evidenciam que mais anos de escolaridade e renda implicam maiores possibilidades de acesso. Tais dados fazem coro com outros já referidos que expressam a perversa situação de

privações múltiplas que os jovens brasileiros experimentam para a construção de seus sentidos éticos e estéticos.

As respostas à referida pergunta – que levou os jovens a citar a atividade de tempo livre de que mais gostam entre aquelas que costumam fazer – revelam que as atividades preferidas não são as mesmas realizadas com mais frequência pela maioria deles. Na verdade, as atividades preferidas são as que aparecem com menores índices de realização, o que evidencia a distância entre a vontade e a possibilidade. Pela comparação da frequência de realização das atividades preferidas com aquilo que é efetivamente realizado pelos jovens, constata-se a existência de uma demanda reprimida em relação às atividades culturais, ou seja, em média, 4,5% dos jovens realizam atividades culturais enquanto o desejo de praticá-las é citado por 40% dos entrevistados.

Quando os jovens entrevistados foram perguntados sobre o que nunca fizeram, mas gostariam de fazer no tempo livre se não tivessem de se preocupar com tempo, dinheiro, proibição dos pais ou qualquer outro problema, boa parte deles respondeu que gostaria de fazer atividades de lazer (43%). Entre essas atividades, a mais citada como desejo de realização é viajar, seja para o interior do estado onde moram, seja para outros estados ou para o exterior. Destacam-se, ainda, como opções de atividades de lazer, o desejo de ir a festas ou fazê-las junto com amigos e o desejo de dançar.

As atividades culturais seriam, caso pudessem fazê-las, a opção preferencial de 24% dos jovens para ocupar seu tempo livre. Entre as atividades culturais, ir ao cinema foi a mais citada pelos entrevistados, apresentando diferenças significativas entre os níveis de escolaridade e de renda. Os jovens com escolaridade de nível fundamental foram os que mais expressaram o desejo de ir ao cinema (10%), enquanto os jovens de nível superior de escolaridade apresentaram índice pouco significativo (1%). Entre as atividades culturais, a segunda opção foi ir ao teatro, e a terceira foi ir a *shows* ou a concertos de música. Em terceiro lugar na escolha aparecem as atividades esportivas, opção de 7% dos jovens, com predomínio do futebol, seguido pelos esportes radicais e pela frequência à academia.

A maioria dos jovens entrevistados afirmou que não faz tudo o que deseja. Sobre os motivos que os impedem de realizar tais desejos, aparece, em primeiro lugar, a falta de dinheiro (41%). Entre as diferentes faixas de renda não há alterações importantes neste índice. Aparecem, contudo, diferenças nos níveis de escolaridade: os jovens com escolaridade de nível superior apontaram que o maior obstáculo para a realização do que dese-

jam é a falta de tempo (44%) e não de dinheiro (29%). A falta de tempo é o segundo motivo apontado pelos jovens dos demais níveis de escolaridade e das faixas de renda familiar. O terceiro motivo é a proibição dos pais. Há diferenças significativas em relação à faixa etária e ao gênero. A diferença existente entre homens e mulheres na construção do campo de autonomia relacional no interior das famílias é significativamente reveladora do movimento diferenciado que homens e mulheres jovens percorrem em seus trajetos de transição para a vida adulta.

Sociabilidade

Para a juventude brasileira, o espaço principal de fazer amigos é o bairro (ou a vizinhança) (47%), seguido pela escola (40%), o que aponta para a importância do “pedaço”⁹ (MAGNANI, 1984) como *locus* de sociabilidade. Ao mesmo tempo, evidencia a necessidade de a escola reconhecer a sua importância como espaço de encontro para os jovens, atentando para a dimensão educativa da sociabilidade, que se faz em espaços de encontro entre pares não regulados pelos adultos. É interessante perceber que a escola assume papéis diferenciados em relação ao fazer amigos, de acordo com a idade. Para os mais novos, entre os 15 e os 17 anos, a escola é o lugar privilegiado de fazer amigos (54%), mais do que o bairro. Já para os jovens na faixa etária de 21 a 24 anos, espaços como os referentes ao trabalho se tornam mais significativos do que a escola no estabelecimento de laços de amizade.

Há também uma diferença de gênero frente aos espaços considerados privilegiados para se fazer amigos: os homens fazem mais amizades na vizinhança (52%) do que na escola (36%); para as mulheres, a importância da vizinhança e da escola é praticamente igual (42% e 43%, respectivamente).

Ainda que as amizades sejam relações de natureza privada entre sujeitos particulares em contextos de ações coletivas ou não, os espaços de convivência pública são indispensáveis para a criação de condições sociais favoráveis ao estabelecimento de redes de amizades. Sobre isso, é importante dizer que a amizade não é somente uma questão dependente da eleição livre nem da seleção por atração pessoal: a disponibilidade de amigos está fortemente referida à localização física e à inserção dos indivíduos na estrutura social. O ato de fazer amigos, portanto, é menos livre e resultante

⁹ Espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica mais ampla, que é fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade.

de pura escolha pessoal do que possa parecer (REQUENA, 1994). É nesse sentido que o poder público, ao criar condições favoráveis de ampla circulação dos jovens pelos espaços da cidade, pode estar, também, estimulando a constituição de redes sociais plurais e não territorializadas. O tempo da juventude é momento de transformações corporais e afetivas e de construção de identidades, no qual a turma de amigos cumpre papel significativo na construção de subjetividades positivas.

Perguntados sobre a participação em algum grupo de jovens, 85% responderam que não são membros de qualquer grupo. A distribuição dos jovens entre os grupos, segundo suas atividades principais, é de 4% em grupos religiosos, 3% em grupos de dança, 2% de música, 2% de teatro e 1% em grupos de jogo de futebol. É significativo o fato de quase metade dos que dizem participar de algum grupo está inserida em grupos culturais, o que aponta para a força mobilizadora das ações organizadas em torno da produção de sentidos simbólicos e identidades coletivas, quer seja em torno de estilos culturais específicos ou atitudes sociais compartilhadas de distintas ordens. Da tendência de afastamento das formas tradicionais de socialização política – extensiva ao conjunto da sociedade – emerge uma denominada *cidadania cultural*.

Conclusão

Os contrastes socioeconômicos da sociedade brasileira se manifestam eloqüentemente na desigualdade da qualidade do tempo livre juvenil e no precário acesso a bens, serviços e espaços públicos de cultura e lazer da maioria da população juvenil. Num quadro de profundas restrições orçamentárias, tanto das famílias quanto do Estado, a cultura e o lazer são frequentemente vistos como algo supérfluo ou mesmo privilégio de uns poucos. Políticas públicas de juventude devem ser capazes de atuar sobre essas condições desiguais, favorecendo a criação de condições materiais que ampliem as possibilidades dos jovens de fruição do seu tempo livre, ao mesmo tempo em que ampliem esferas públicas democráticas de cultura e lazer. Os dados da pesquisa *Perfil da juventude brasileira* revelam que é preciso favorecer o acesso a espaços, equipamentos, instituições e serviços de cultura e lazer que ampliem as possibilidades culturais de escolha no tempo livre para todos os jovens brasileiros.

A atenção aos dados desta pesquisa e a outros que venham a ser produzidos pode possibilitar que as políticas públicas de juventude sejam elaboradas levando-se em conta os diversos modos de ser jovem, suas formas próprias de lazer e suas capacidades de produzir cultura autonomamente.

Uma das expressões civilizatórias mais fortes e perversas sobre a constituição da subjetividade dos sujeitos jovens se encontra na profusão e na intensidade das mensagens daquilo que poderíamos chamar de mercadorias culturais – produtoras de necessidades históricas permanentemente insatisfeitas no circuito da acumulação capitalista. Os jovens são fortemente atingidos pela estética das mercadorias, que não se situam apenas como bens que devem ser adquiridos, mas operam como verdadeiros construtores da subjetividade individual e coletiva. No contexto de uma sociedade desigual como a brasileira, políticas públicas culturais para os tempos de lazer dos jovens necessitam dirigir-se especialmente àqueles dos setores populares, que, além de possuírem poucos recursos para o consumo nos diferentes mercados culturais, habitam espaços com baixíssima infra-estrutura social pública. Ainda que o lazer seja um direito constitucional assegurado, seu acesso, na prática, está fortemente mediado por relações de mercado ancoradas pela capacidade de consumo dos jovens e de suas famílias.

A pesquisa demonstrou que as desigualdades nas formas e nos conteúdos de ocupação do tempo livre se manifestam mais intensamente quando consideradas as variáveis “gênero” e “faixa de renda”.

No que se refere ao gênero, percebeu-se que as mulheres praticam menos esportes e realizam mais atividades dentro de casa para ocupar o tempo livre do que os homens. Os dados evidenciam a tradicional divisão socioespacial brasileira, na qual os homens possuem maior mobilidade sociocomunitária no espaço público, enquanto as mulheres estão mais circunscritas ao espaço doméstico e têm menor mobilidade para praticar atividades extrafamiliares. Aliado a isso, é preciso considerar o modelo dominante de cultura corporal, que propicia que a prática do futebol – eminentemente masculina – seja responsável pela desigual frequência em participação em atividades esportivas.

A faixa de renda, por sua vez, é condicionante que limita o acesso aos bens e aos espaços culturais. As respostas dos jovens evidenciam que as políticas públicas não estão fazendo significativa diferença no sentido de lhes possibilitar alternativas de fruição no tempo livre e a realização de práticas culturais não dependentes de relações de mercado.

Sobre a questão da autonomia dos jovens, é preciso pensar em políticas que considerem a problemática da emancipação juvenil frente ao núcleo familiar. Isso é especialmente importante no caso das mulheres jovens, para as quais a limitação familiar da autonomia é sensivelmente acentuada evidentemente por fatores culturais de maiores restrições ao gênero fe-

minino, mas também pelas razões de dependência econômica dos jovens no interior dos grupos familiares, perante a ausência de alternativas econômicas emancipatórias.

É possível afirmar que têm mais acesso aos bens culturais no Brasil os jovens dos grandes centros urbanos das regiões Sudeste e Sul do País e, ainda, aqueles que apresentam maior escolaridade e renda. A desigualdade social gera desníveis culturais que reproduzem o círculo vicioso que vem empobrecendo o capital cultural dos jovens.

O tempo livre não é espaço apenas para atividades de lazer, cultura desinteressada e entretenimento. Ele é também momento de construção de relações sociais com múltiplas mediações e interesses em jogo, desde os mais orientados para a satisfação de necessidades pessoais objetivas até aqueles voltados para o estabelecimento de vínculos sociais, afetivos e espirituais desinteressados. É preciso investigar até que ponto a busca da religião como ocupação do tempo livre, sem desconsiderar a satisfação de necessidades espirituais percebidas pelos sujeitos, pode estar sendo tributária da precariedade material e da falta de infra-estrutura de cultura, lazer e entretenimento, em especial para os jovens de baixa renda.

A qualidade do tempo da juventude, naquilo que se refere à vivência culturalmente significativa do tempo livre, deveria ser princípio a ser garantido nas diferentes localidades do País, com políticas de correção das distorções relativas a variáveis como gênero, raça/etnia, faixa de renda, entre outras. Percebe-se, pelos resultados da pesquisa, que as condições não são as mais favoráveis para que os jovens exerçam efetiva e amplamente o direito à cidade, à experimentação da multiplicidade de gostos estéticos que o universo das formas e dos conteúdos culturais podem possibilitar e, ainda, ao contato de suas experiências culturais particulares com produções culturais universais.

Reconhecer que existem sujeitos culturais residentes no campo – portadores de múltiplas formas, de conteúdos de saberes culturais organizados historicamente na relação de homens e mulheres na mediação do trabalho, das festas e dos rituais com a natureza – é condição para entendê-los não apenas como sujeitos de falta. A cultura urbana, nesse sentido, não deve se apresentar como superioridade artística frente ao que muitas vezes é considerado “folclore” e artesanato rural, mas como registro outro que se coloca em relação de diálogo e de complementaridade com o fazer cultural dos que vivem no campo. Políticas culturais especialmente dirigidas aos jovens do meio rural são também necessárias não apenas para a contenção da migração do campo para a cidade, mas para a criação de

condições adequadas de uma contemporânea vivência rural do tempo de juventude baseada em direitos de cidadania não apartados pelas fronteiras da dualidade entre campo e cidade.

As políticas públicas que buscam atuar na reversão das precárias situações de vida da maioria dos jovens brasileiros deveriam dedicar especial atenção à quantidade do tempo disponível e à qualidade de ocupação deste. A preocupação com o tempo livre da juventude não pode se reduzir à busca de redução de danos ou de prevenção da violência, mas, fundamentalmente, deve considerar as potencialidades impressas na vivência plural do tempo livre, do lazer e da cultura como direitos plenos de cidadania. Ainda que tal processo possa e deva ser estimulado como compromisso de Estado, ele encontra a sua maior qualidade em contextos de descentralização de planos e orçamentos, de organização e gestão compartilhada entre o Estado e a sociedade civil, de práticas de liberdade de expressão e criação cultural, especialmente quando estas assumem o formato de associativismo autônomo e democraticamente orientado.

Referências

- ABREU, Paula. Turismo internacional de jovens: o universo das formas, dos motivos e das representações juvenis sobre a viagem. *Revista Crítica de Ciências Sociais: turismo, cultura e lazer*, Coimbra, n. 43, p. 69-61, 1995.
- COELHO, Teixeira. Banco de dados: do inerte cultural à cultura da vida. In: POLÍTICAS culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura. Brasília: UNESCO Brasil, 2003. p. 217-232.
- CRUZ, Rossana Reguillo. Ciudadanias culturales. *Revista Última Década*, Viña Del Mar, n. 17, 2003.
- ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Informações Básicas Municipais (MUNIC)*. 2001. Disponível em: <www.ibge.gov.br>.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no pedaço*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- REQUENA, Felix Santos. *Amigos y redes sociales: elementos para una sociología de la amistad*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1994.

Trajetórias sexuais de jovens brasileiros: da iniciação a uma possível gravidez

Maria Luiza Heilborn¹
Michel Bozon
Estela Aquino
Daniela Knauth
Fabiola Rohden
Cristiane S. Cabral

Introdução

O curso da vida pode ser descrito como uma sucessão de mudanças de situação. A análise de trajetórias resgata as mudanças e os momentos de estabilidade pelos quais os sujeitos sociais passam. Estes são simultaneamente atores ativos e passivos de suas biografias, isto é, nem tudo é escolha, tampouco é coerção social. Na adolescência, uma das principais transições é a passagem à sexualidade com parceiro. No Brasil, ela é menos precoce e mais gradual do que supõem os estereótipos sobre a sexualidade dos jovens (SOCIEDADE CIVIL BEM-ESTAR FAMILIAR NO BRASIL, 1997). O aprendizado da sexualidade não se limita àquele da genitalidade, nem tampouco à primeira relação sexual. Trata-se de um processo de experimentação que se acelera na adolescência e na juventude e que se caracteriza por uma forte influência da cultura sexual do grupo de pares.

Na sociedade brasileira existe uma forte codificação das relações de gênero no âmbito da sexualidade. A sociabilidade sexual dos jovens obedece

¹ Aquino, Estela Maria Leão. Médica, Doutora em Saúde Pública pelo Instituto de Saúde Pública da Bahia (UFBA); Coordenadora do MUSA – Programa Integrado de Pesquisa e Cooperação Técnica sobre Gênero e Saúde.

Bozon, Michel. Doutor em Sociologia. Pesquisador no Instituto Nacional de Estudos Demográficos (INED/Paris).

Cabral, Cristiane S. Psicóloga, Mestrado em Saúde Pública. Membro do Centro Latino-Americano sobre Sexualidade e Direitos Humanos IMS/UERJ.

Heilborn, Maria Luiza. Doutora em Antropologia Social. Professora no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ), diretora do Centro Latino-Americano sobre Sexualidade e Direitos Humanos (IMS/UERJ) e do Programa Integrado de Pesquisa e Cooperação Técnica sobre Gênero e Saúde (IMS/UERJ).

Knauth, Daniela Riva. Doutora em Ethnologia e Antropologia Social. Professora no Departamento de Medicina Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pesquisadora do Centro de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde (NUPACS/UFRGS).

Rohden, Fabiola. Doutora em Antropologia Social. Professora no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ).

a uma marcada divisão dos papéis dos homens e das mulheres. Um bom exemplo é a importância conferida à definição do quadro no qual as relações amorosas ocorrem. O namoro juvenil é uma relação de exclusividade entre dois parceiros que se intitulam namorados e que, sob sua forma tradicional, pode permanecer casta por bastante tempo. A relação tem um caráter oficial para a família e para o círculo de amigos (AZEVEDO, 1981). Em sua forma tradicional, o namoro é um tipo de coreografia: o homem estabelece a relação para depois solicitar favores que a mulher só pode concordar progressivamente. A insistência do homem e a resistência da mulher são comportamentos esperados. Os contatos corporais tornam-se mais íntimos e mais variados com o tempo na medida em que é necessário manter o interesse do homem para prosseguir a relação. Entretanto, na versão tradicional do namoro, a penetração vaginal permanece proibida, a fim de preservar a virgindade. Para as novas gerações, o namoro ainda constitui o quadro esperado das relações exclusivas entre pessoas apaixonadas, sob o controle da rede social. Os testemunhos femininos em pesquisas qualitativas mencionam a pressão exercida pelos homens para manter relações sexuais. Nas duas últimas décadas, observaram-se mudanças nesse cenário: houve uma queda na idade das mulheres que praticam a primeira relação, embora as mulheres permaneçam administrando o ritmo da aproximação sexual (BOZON; HEILBORN, 2001).

Nos anos 80, um novo modo de encontro a dois, intitulado “*ficar*”, difundiu-se na juventude: neste tipo de relacionamento, que se estabelece geralmente em um lugar público (em festas, noitadas, “baladas”, boates, bares), a atração dos indivíduos suscita um contato corporal imediato (beijos, carícias, até mesmo relação sexual), sem que isso implique compromisso entre os parceiros (SCHUCH, 1998). Em geral, não há perspectiva de uma continuidade da relação. Assim, os modelos de *namoro* e de *ficar* implicam comportamentos opostos.

A cultura sexual brasileira é marcada pela existência de um forte sistema de categorias de gênero – macho e fêmea, masculinidade e feminilidade, atividade e passividade –, que fornece um quadro de leitura dos comportamentos para os atores. Por ser este um sistema estritamente dicotômico, os homens não podem se permitir ter comportamentos que façam nascer a menor dúvida sobre sua masculinidade (PARKER, 1991). Na adolescência, é comum a forte expectativa dos rapazes em demonstrar sua virilidade; havia, por exemplo, há algumas décadas, uma tradição de os pais levarem os filhos, logo que possível, para sua iniciação sexual com profissionais do sexo. Da mesma forma, as mulheres devem evitar os avanços masculinos com atitudes firmes, se quiserem conservar uma re-

putação de mulheres “honestas”. Espera-se que as jovens apresentem uma conduta que se afigure como passiva e “ingênuas” diante do parceiro, o que torna, por exemplo, difícil a conversa sobre questões de sexualidade ou de contracepção com um homem.

Além disso, a maternidade é um componente muito valorizado da feminilidade, o que se traduz por um ideal de ter o primeiro filho bastante jovem. Nesse cenário de atitudes e de papéis claramente designados a cada um dos gêneros, as relações sexuais entre homens e mulheres são vividas como fruto da espontaneidade: é culturalmente pouco provável que uma primeira relação sexual seja discutida ou preparada. A dinâmica do namoro tradicional continua ainda a estruturar o roteiro das relações sexuais, sobretudo na adolescência: os homens pedem, as mulheres respondem, cedendo, recusando ou adiando. Conforme as normas culturais é, portanto, mais fácil que as mulheres tenham uma primeira relação sexual não protegida (porque “cederam” a seu parceiro). Preparar-se para uma primeira relação implicaria uma forma de previsão e, portanto, de postura ativa, dando a entender que elas são “experientes”, o que induz dúvidas sobre sua moralidade. Quando a aceitação social da sexualidade juvenil feminina é frágil, a aceitação social da contracepção é ainda mais fraca.

Este artigo busca iluminar os contextos da passagem ao exercício da sexualidade a dois entre os jovens brasileiros, mediante o exame: (1) da primeira experiência sexual; (2) dos elementos que permitem a argumentação em favor de um certo (des)preparo juvenil para a entrada na sexualidade com parceiro(a); e (3) da contracepção/proteção na primeira relação sexual. Trata-se de parte dos resultados quantitativos da pesquisa *Gravada – Gravidez na adolescência: estudo multicêntrico sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil – investigação sociológica sobre comportamentos sexuais e reprodutivos dos jovens brasileiros* (HEILBORN et al., 2006).

Estratégia metodológica

A pesquisa *Gravada* não objetivou a população brasileira em seu conjunto, limitando-se a três grandes cidades: Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA), situadas em regiões com características muito diferentes (Sul, Sudeste e Nordeste). O dispositivo da investigação articula duas pesquisas, uma baseada em entrevistas semi-estruturadas (n = 123, 41 por cidade), efetuada em 1999–2000, e outra fundamentada em um inquérito domiciliar, com amostra probabilística estratificada em três estágios, de homens e mulheres com idades entre 18 e 24 anos (n = 4634), concluída em 2002.

Os setores censitários (SC) de cada cidade foram estratificados e agrupados em cinco estratos, segundo indicadores da situação socioeconômica dos seus habitantes (renda média do chefe do domicílio e proporção de chefes com doze ou mais anos de escolaridade). A constituição da amostra de setores foi feita, independentemente, em cada estrato, com uma seleção aleatória proporcional ao número de jovens com idades entre 18 e 24 anos. Em cada SC selecionado foi produzida uma listagem de todos os domicílios particulares permanentes nos quais existiam moradores com idades entre 18 e 24 anos completos. A partir dessa listagem, foram sorteados 33 domicílios, com equi-probabilidade e sem reposição; neles selecionou-se aleatoriamente um jovem para ser entrevistado.

Os dados foram coletados em entrevistas face a face por intermédio de um questionário estruturado e elaborado a partir dos resultados obtidos na etapa qualitativa. O instrumento utilizado tem o mesmo elenco de questões para os dois sexos. A formulação das perguntas foi redigida de acordo com o sexo do entrevistado.

O questionário privilegiou alguns eventos da trajetória afetivo-sexual dos jovens: a primeira e a última relação sexual, o primeiro relacionamento de três meses ou mais (com relação sexual), a primeira união, a primeira separação, a primeira e a última gravidez, o primeiro e o último filho, o primeiro aborto (espontâneo e provocado) e o parceiro atual. A decisão por tais questões acompanha o formato de instrumentos internacionais e permite a comparação dos achados (LAUMANN et al., 1994; BOZON, 1993).

A pesquisa *Gravad* se distancia das abordagens mais tradicionais sobre sexualidade e gravidez na adolescência em três aspectos. Em primeiro lugar, refere-se à subordinação da questão da gravidez na adolescência ao quadro analítico mais amplo da aprendizagem e da experimentação da sexualidade com parceiro. A adoção do conceito de *juventude como processo* e não *como grupo etário* é central para a estratégia de avaliar os desdobramentos de uma gravidez ou uma parentalidade ocorrida no período da adolescência. A segunda inovação diz respeito ao descentramento metodológico no que tange à faixa etária definida como própria de “adolescentes”. Na medida em que a pesquisa toma por objeto um processo social (a juventude) e não um grupo social (os adolescentes ou os jovens), não é necessário escolher a população-alvo do problema social como os sujeitos da pesquisa. Assim, os entrevistados são jovens de 18 a 24 anos, isto é, pertencentes a uma faixa etária ligeiramente superior àquela definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como própria de adolescentes (de 10 a 19 anos). O deslocamento do foco da pesquisa em direção a uma população com mais idade permite que se tenha a possibilida-

de de tomar um ponto de vista mais apartado sobre os processos em questão. O terceiro aspecto funda-se na concepção sociológica sobre sexualidade e gravidez na adolescência, distanciando-se das abordagens tradicionais prevalentes sobretudo no campo da saúde pública. Nossa ênfase é sobre os *processos sociais* subjacentes aos eventos da esfera da saúde sexual e reprodutiva.

A entrada na vida amorosa

A passagem à sexualidade com parceiro é um processo progressivo de exploração física e relacional, caracterizado por etapas de duração variável, que podem ser mais longas ou mais curtas, a depender das biografias individuais. O processo de socialização na sexualidade é caracterizado por marcos coletivos oriundos dos grupos de pares, que estabelecem as regras de comportamento e atribuem *status* aos parceiros basicamente orientados por duas formas de relacionamento: o *namoro* e o *ficar*. Apresentamos aqui alguns elementos das biografias dos jovens que caracterizam a passagem à sexualidade.

Os jovens participantes da pesquisa *Gravad* já conheceram, em sua grande maioria, uma relação afetiva com compromisso do tipo *namoro*, enquanto que a experiência do *ficar* apresenta-se de forma distinta entre os sexos (90% entre os homens e 76% entre as mulheres). O primeiro namoro ocorre um pouco antes dos 15 anos tanto para os homens quanto para as mulheres, sendo ligeiramente mais tardio somente para os que seguem uma escolaridade secundária ou superior. O intervalo de tempo que separa o início do primeiro namoro e a primeira relação sexual (que se passa, em geral, com alguém diferente do primeiro namorado) torna visíveis as associações bem diversas que mulheres e homens estabelecem entre o sexual e o relacional desde a adolescência. Um bom exemplo desse diferencial de gênero é o fato de que 13% dos homens tiveram relações sexuais sem nunca ter tido um namoro ou antes de tê-lo, enquanto que isso acontece com apenas 2% das mulheres. Inversamente, observa-se maior proporção de mulheres com experiência de namoro mas que ainda não tiveram relações sexuais (16%), o que é a realidade para apenas 6% dos homens. Entre o primeiro namoro e a primeira relação sexual, homens e mulheres adotam condutas diferentes: 38% delas se iniciaram sexualmente pelo menos quatro anos depois do início do primeiro namoro, o que é o caso de apenas 23% dos homens. A defasagem temporal entre o ingresso na vida amorosa e a entrada na sexualidade é mais característica de mulheres que provêm de setores populares em processo de mobilidade esco-

lar ascendente,² aspecto ausente entre os homens com mesma trajetória social. A prática de um namoro casto e prolongado, quase à moda antiga (AZEVEDO, 1981), diferencia claramente as mulheres em ascensão escolar das que não foram além do ensino fundamental: as mulheres com baixa instrução ingressam na vida sexual logo que começam a namorar. Por outro lado, as mulheres dos setores privilegiados que fizeram estudos secundários ou superiores mostram certa tendência a adiar a entrada na vida sexual, mas em menor grau. Esses resultados encontrados assinalam o modo como a experiência sexual está articulada com as condições sociais e as expectativas de gênero (HEILBORN, 1999).

“A primeira vez”: uma experiência desigual entre os sexos

A primeira relação sexual é comumente descrita a partir de indicadores facilmente objetiváveis, como a idade em que se tem a primeira relação (BOZON, 1993). Observa-se importante modulação do calendário feminino de entrada na sexualidade em função de diversas variáveis individuais e sociais, o que não ocorre entre os rapazes. Propomos, assim, a hipótese de que a entrada na vida sexual adulta não se constitui no mesmo evento para homens e mulheres.

Os dados da pesquisa *Gravad* revelam que a iniciação masculina continua sendo mais precoce que a das mulheres em pelo menos dois anos (16,2 contra 17,9 anos), fato consoante com os resultados da pesquisa DHS, de 1996, sobre o Brasil (SOCIEDADE CIVIL BEM-ESTAR FAMILIAR NO BRASIL, 1997). A literatura salienta que esse duplo padrão é comum na América Latina e em parte do Sudeste Asiático (Tailândia). Na Europa, ele continua a caracterizar os países de cultura latina e mediterrânea, como Itália, Grécia e Portugal, ao passo que, nos países nórdicos (como a Dinamarca), as mulheres se iniciam mais cedo do que os homens (BOZON, 2003).

Observa-se uma grande homogeneidade da idade mediana dos homens na primeira relação (16,2 anos). As primeiras experiências concentram-se fortemente entre 15 e 17 anos, com um primeiro quartil em 14,9 anos. Apenas 20% dos indivíduos de sexo masculino se iniciam depois dos 17 anos. O fato mais notável é que não há diferenças segundo a região, o grupo social de pertencimento ou componentes como cor ou ra-

² Entende-se por mobilidade escolar ascendente aquela atingida pelo(a) jovem que tem uma escolaridade superior à escolaridade de sua mãe. Vale esclarecer que o nível de escolaridade atingida representa um importante indicador de mobilidade social no Brasil.

ça. Contudo, as trajetórias individuais dos sujeitos revelam certos fatores de diversidade. A iniciação sexual masculina ocorre ligeiramente mais tarde no contexto de prolongamento da escolaridade individual (passando de 15,8 anos entre os homens menos escolarizados para 16,7 anos entre os que tiveram uma escolarização mais longa). Os rapazes que entraram cedo no mercado de trabalho ou que começaram a namorar antes dos 13 anos se iniciam mais precocemente (na idade mediana de 15 anos). O acesso mais rápido à sexualidade expressa uma tendência geral de precocidade na trajetória do indivíduo, significando uma transição curta para a vida adulta (GALLAND, 1995).

As mulheres apresentam maior diversidade de comportamentos em razão de sua origem e de suas características biográficas. O nível de instrução da mãe e o nível de renda familiar, que designam a posição das famílias na estratificação social, têm forte impacto na definição da idade da iniciação sexual feminina. Assim, as mulheres de grupos mais pobres se iniciam mais cedo na vida sexual. Hoje em dia, observa-se uma redução das distâncias entre os grupos sociais em comparação com as gerações mais velhas (SOCIEDADE CIVIL BEM-ESTAR FAMILIAR NO BRASIL, 1997). Os fatores cor e raça não imprimem diferenças significativas na idade da iniciação, o que contraria certos estereótipos correntes na sociedade brasileira acerca de determinados grupos étnicos.

Para além de um calendário da iniciação, em que a influência do gênero é marcante, há outras diferenças significativas para a definição da primeira relação sexual, tais como a dissimetria de experiências entre os parceiros. A primeira relação sexual é geralmente vivida com uma pessoa já iniciada sexualmente (BOZON; KONTULA, 1996): as mulheres, em 83% dos casos, escolheram parceiros experientes, enquanto que 57% dos homens tiveram parceiras já sexualmente iniciadas no momento da primeira relação deles. A diferença etária entre parceiros na primeira relação reflete também uma desigualdade de experiências. São poucas as mulheres que têm sua primeira relação sexual com parceiro mais jovem (2%), tendência observada para 10% dos homens. Eles têm majoritariamente sua iniciação com uma mulher da mesma idade (50%) ou com uma parceira pelo menos cinco anos mais velha (15%). As mulheres, que se iniciam mais tarde que os homens, têm parceiros com grande diferença de idade (a mediana é de três anos), sendo inclusive em mais de um terço os parceiros (38%) que são pelo menos cinco anos mais velhos do que elas. Essa desigualdade de experiências certamente gera conseqüências para o contexto de proteção no momento da biografia sexual.

A caracterização dos parceiros também pode ser realizada segundo o *status* que possuem na relação. Enquanto 86% das mulheres vivem sua primeira experiência com um namorado e 4% com seu marido, apenas 45% dos homens a experimentam com uma namorada. Metade dos homens e somente 9% das mulheres se iniciam com parceiro eventual, do tipo *ficar*; 5% dos homens fazem-no com prostitutas. Tomando-se o prisma da caracterização das parcerias, pode-se afirmar a existência de uma diversidade nas trajetórias masculinas de entrada na sexualidade que contrasta enormemente com a homogeneidade da experiência feminina na iniciação; esta ocorre quase sistematicamente com namorados mais velhos e mais experientes.

Os resultados da pesquisa *Gravad* permitem fazer uma tipologia das idades da entrada na vida sexual: precoce, intermediária e tardia. Contudo, as idades não são equivalentes para homens e mulheres. Entre os homens, o grupo designado como precoce inicia-se em torno dos 14 anos ou menos, o que representa um quarto dos indivíduos entrevistados; o grupo intermediário tem entre 15 e 16 anos, o que corresponde a 50% da amostra masculina; e o tardio tem sua primeira relação sexual com 17 anos ou mais. Já entre as mulheres, pode-se dizer que as precoces têm 15 anos ou menos, o que representa 28% das entrevistadas; o grupo intermediário possui entre 16 e 17 anos na primeira relação, o que equivale a 36%; e, finalmente, o grupo tardio, que se inicia com 18 anos ou mais, o que representa 36% da amostra feminina.

A tipologia proposta coloca em relevo os contrastes das trajetórias de iniciação sexual. Homens e mulheres com iniciação tardia tendem a ter parceiros com idades semelhantes. Apenas 13% das mulheres que começaram sua vida sexual até 15 anos tiveram o primeiro parceiro da mesma idade; tal proporção sobe para 31% entre as tardias. Metade dos homens definidos como tardios escolhem parceiras da mesma idade.

O compasso e a vivência da sexualização de um relacionamento

O roteiro do encontro de parceiros é marcado por significativas diferenças de gênero. Para os homens, a duração mediana de convivência prévia ao ato sexual com a primeira parceira é de apenas um mês: 17% deles dizem ter realizado o ato no próprio dia em que a conheceram, 15% durante a mesma semana. Apenas 24% declararam que já a conheciam há mais de quatro meses antes da primeira relação. Já no caso das mulheres, a duração mediana de conhecimento do parceiro é de seis meses, sendo

que 57% declararam que o conheciam há mais de quatro meses. Essas diferenças entre homens e mulheres independem do meio social e são coerentes com as diferenças existentes nas declarações sobre o *status* do parceiro (namorado ou eventual do tipo *ficar*).

O tempo decorrido entre o encontro do parceiro e a relação sexual depende da interpretação dada pelos sujeitos ao relacionamento: assim, apenas 9% dos homens que tiveram a primeira relação com uma namorada passaram ao ato na mesma semana em que a conheceram (proporção próxima da declarada em geral pelas mulheres), enquanto que o desfecho rápido diz respeito a 52% daqueles que começaram a vida sexual com uma parceira eventual.

Mulheres e homens divergem claramente na apresentação implícita que dão ao seu papel no encontro com seus parceiros. Desse modo, pode-se deduzir que raramente a relação sexual seja um evento passível de planejamento. Independentemente do grupo social ou da idade no momento da relação, mais da metade dos homens (57%) adota a posição mais conforme a ideologia da masculinidade ao declarar que queriam que a primeira relação sexual acontecesse logo; apenas 20% das mulheres (que têm em média cerca de 18 anos na época da relação) assumem este tipo de posição tão afirmativa. As atitudes delas são caracterizadas pela espera e pela passividade, pois prevalece a resposta (52%) de que *“não pensavam muito neste assunto”* (também declarada por 30% dos homens) ou a afirmativa de que *“esperavam que a sua primeira relação fosse acontecer mais tarde”* (26%). Esse tipo de posicionamento, em que cabe aos homens representar um papel ativo, enquanto as mulheres não devem pensar muito na sexualidade, pode convergir para uma representação *“espontaneísta”* da relação sexual, que se produziria sem que nenhum dos dois tivesse verdadeiramente pensado nela.

A primeira relação é um evento que precisa ser compartilhado, tornado público de alguma maneira, sobretudo aos pares. Apenas 17% das mulheres e 12% dos homens afirmam que nunca comentaram o episódio com ninguém. Tanto homens quanto mulheres contam primeiro para seus amigos, o que representa metade das respostas. As moças escolhem, em segundo lugar, familiares femininos para dar-lhes a notícia, sobretudo a mãe (16%), mas jamais o pai. Os homens, logicamente, anunciam o fato a seus familiares masculinos (14%), o que é coerente com a divisão de esferas de gênero que organiza a sociabilidade na sociedade brasileira. Assim, as confidências sobre a primeira vez e as discussões sobre a sexualidade em geral não chegam a ultrapassar a fronteira do sexo, sobretudo no caso das mulheres.

Em suma, no caso masculino, a primeira relação significa a aquisição de um atributo viril impacientemente esperado (HEILBORN, 1998); para as mulheres, ela significa uma das primeiras etapas da passagem à conjugalidade. Tal acontecimento é raramente vivido em um contexto de igualdade entre os parceiros.

Contracepção e proteção na “primeira vez”

O quadro da iniciação sexual, em que prevalecem posições muito diferenciadas para homens e mulheres, produz conseqüências nos modos como a contracepção pode ser discutida e praticada pelo casal. No Brasil, em função de um acalorado debate sobre o aumento do número de gestações ocorridas na faixa etária chamada de *adolescência*, as discussões sobre contracepção e sexo protegido têm-se colocado no cerne das políticas públicas voltadas para a saúde dos jovens. A ocorrência de uma gravidez inesperada associa-se, freqüentemente, ao não-uso de métodos contraceptivos, que pode decorrer de desconhecimento ou da dificuldade de acesso a eles. Ter informações sobre a existência e a forma de uso de métodos contraceptivos não é suficiente para garantir o uso adequado destes, situação que não é exclusiva do cenário brasileiro (BAJOS; FERRAND, 2002).

Com base no questionário *Gravad*, cujo foco é o processo de aprendizado da sexualidade, foram feitas perguntas que possibilitassem a discussão do grau de preparo dos jovens para a primeira relação sexual. Foram propostas as questões sobre ter havido ou não conversa com o parceiro antes da primeira relação sexual, sobre as formas de se evitar uma gravidez, além da tradicional pergunta sobre a forma de proteção ou o método contraceptivo utilizado. Os resultados encontrados revelam níveis diferenciados de proteção dos jovens segundo características biográficas e sociais.

Proporções equivalentes de homens e de mulheres (70%) declararam a utilização de uma forma qualquer de contracepção ou de proteção durante a primeira relação. O preservativo foi o método majoritariamente utilizado. O uso e o acesso a métodos contraceptivos dependem diretamente da organização dos serviços de saúde disponíveis nas cidades em que os jovens habitam. Nesse sentido, aparecem diferenças entre as três cidades pesquisadas, de forma a confirmar os resultados de pesquisas anteriores (SOCIEDADE CIVIL BEM-ESTAR FAMILIAR NO BRASIL, 1997). Por exemplo, a proteção entre as mulheres é maior em Porto Alegre (80%) do que em Salvador (63%); as moças do Rio de Janeiro ficaram numa posição intermediária, com 71%. Também há nítidas diferenças entre os níveis

de proteção segundo distintos meios sociais, que variam de 60%, entre homens e mulheres cujas mães não estudaram (ou cuja família tem renda muito baixa), a mais de 80%, entre os jovens cujas mães têm nível superior de instrução (ou cuja família tem um nível elevado de renda). Tal resultado corrobora a tendência encontrada segundo o nível de instrução individual: o grau de proteção na primeira relação sexual varia de 54% entre as mulheres com nível mais baixo (primeiro grau incompleto) a 84% entre as que fizeram estudos superiores, por exemplo.

O fato de a relação sexual ter ocorrido com um(a) namorado(a) ou com um(a) parceiro(a) eventual não produz efeitos sobre os níveis de proteção. Contudo, o uso da contracepção varia segundo a idade na qual se deu a primeira relação, passando de 52% para as mulheres definidas como precoces a 80% entre as aqui designadas por tardias. O mesmo padrão se observa entre os homens.

De igual forma, são diferenciadas segundo o sexo as porcentagens referentes à conversa das pessoas entrevistadas com seus parceiros sobre as maneiras de evitar uma gravidez antes da primeira relação, o que corresponde à declaração de 41% dos homens e de 62% das mulheres. Essa diferença de gênero, encontrada para as três cidades estudadas, nos instiga a afirmar que os homens manifestam alguma reticência ou um interesse menor do que o das mulheres em conversar com seus(suas) parceiros(as) sobre as conseqüências do ato sexual, o que faz parte da própria construção da masculinidade. Além disso, haveria maior habilidade feminina para tal conversa, habilidade que está ligada à construção relacional da identidade feminina (HEILBORN, 1998).

A entrada precoce ou tardia dos indivíduos, mulheres e homens, na vida amorosa (idade na época do primeiro namoro) ou na vida sexual (idade na época da primeira relação) é um importante fator sobre o nível de comunicação entre os parceiros. O nível de conversa entre os parceiros aumenta quanto mais adiada for a iniciação sexual. O *status* relacional do parceiro (ou da parceira) também desempenha papel fundamental na existência ou não de uma comunicação em torno da contracepção: 61% dos homens e quase a mesma proporção de mulheres dizem ter conversado com seus parceiros que detinham o *status* de namorado (ou namorada), ao passo que apenas 26% dos homens e 43% das mulheres declararam haver discutido sobre proteção com os parceiros eventuais.

A conversa sobre a contracepção e a tomada efetiva de precauções no momento da primeira relação são duas práticas com relativa independência entre si. Vimos que o uso da proteção na primeira vez ocorre em tor-

no de 70% dos casos. Entre eles, a imensa maioria dos entrevistados declarou ter conversado sobre a contracepção e tê-la utilizado com seus(suas) parceiros(as) na iniciação sexual. Isso vale tanto para os homens quanto para as mulheres (85% contra 83%). Contudo, não ter conversado sobre o tema não implica necessariamente desproteção na primeira vez: 56% dos homens que não conversaram com suas parceiras tiveram relações protegidas, o que é o caso de apenas 47% das mulheres. A declaração diferencial entre os gêneros nos faz supor que falar antes de fazer é menos necessário para os homens do que para as mulheres. De um lado, pode-se compreender tal diferença a partir da expectativa masculina de que a mulher tome as medidas necessárias para se proteger; por outro lado, pode estar presente uma certa predisposição masculina para o uso do preservativo sem uma negociação prévia. Essa possibilidade interpretativa se sustenta no fato de que as campanhas de prevenção à aids no Brasil têm um relativo sucesso, sobretudo entre os jovens. Entretanto, tal conduta não se prolonga nas relações sexuais subseqüentes. Trabalhos qualitativos têm demonstrado que tão logo o relacionamento ganhe um relativo grau de estabilidade, nomeado pelos jovens como confiança, ocorre o abandono do preservativo, sem que haja a incorporação necessária de outro método contraceptivo (MONTEIRO, 2002).

O não-uso de contraceptivo na primeira relação (31%) é justificado de forma majoritária pelo argumento de que “*nem pensaram nisso*” (70% das mulheres, 74% dos homens), que é homólogo ao enunciado em relação à expectativa em torno da primeira relação sexual, a saber, a de que “*não pensavam muito sobre o assunto*”. Ambas justificativas se caracterizam por um tom “espontaneísta”, que parece ser o “adequado” para se falar sobre sexualidade. Esta feição cultural não é exclusiva da esfera da sexualidade, mas se apresenta em outros âmbitos da vida social, tal como o não-planejamento detalhado das atividades de lazer. A representação espontaneísta da sexualidade se articula com o sistema de gênero, que designa papéis bastante específicos (tradicionais) para cada um dos sexos. Trata-se de um imaginário social, no qual as mulheres “não devem” pensar e tampouco programar as relações sexuais e, como decorrência, a contracepção. Por outro lado, os homens valorizam menos o diálogo sobre a sexualidade do que as mulheres, buscando, contudo, ter relações sexuais com elas o mais cedo possível (BOZON; HEILBORN, 2001). Num contexto em que a iniciação sexual feminina tornou-se mais precoce, tal sistema de relações pode ensejar um maior número de gestações não previstas, mas que não são cabalmente recusadas (BAJOS; FERRAND, 2002).

A experiência reprodutiva na “adolescência”

Como visto, a gravidez na adolescência se constituiu um problema social no Brasil do ponto de vista do senso comum. Ela não é um fenômeno novo no cenário brasileiro, embora tenha havido nos últimos anos um pequeno aumento do número de gestações entre mulheres com até 20 anos incompletos. A magnitude da mobilização social em torno do dito problema relaciona-se às mudanças operadas na concepção social das idades e dos gêneros, que geraram expectativas sociais sobre as trajetórias juvenis adequadas, a saber, maior escolarização e adiamento da reprodução. O fenômeno, que em parte decorre da rápida transição demográfica brasileira (BERQUÓ, 1998), não é igualmente presente em todos os estratos sociais; ele se concentra entre mulheres de mais baixa escolaridade, que advêm de famílias com baixo capital cultural e financeiro. Tornar-se mãe é um horizonte social aspirado por muitas moças (COSTA, 2002; LEAL; FACHEL, 1999). Entretanto, contrariamente à expectativa do senso comum de que a gravidez na adolescência é um problema decorrente da pobreza, ela também se apresenta em segmentos sociais superiores com acesso à informação, aos métodos contraceptivos e, eventualmente, ao aborto seguro, ainda que clandestino, no País.

Os perfis que emergem dos dados da pesquisa *Gravad* mostram que a primeira experiência de gravidez antes dos 20 anos foi declarada por 21,4% dos homens e 29,5% das mulheres que já haviam ultrapassado essa idade. Entretanto, adotando-se como ponto de corte os 18 anos – que constituem o marco da maioridade civil brasileira –, a proporção observada é bem mais baixa, sendo relatada por 8,9% dos homens e 16,6% das mulheres. Antes dos 15 anos, os valores são pequenos, situando-se em 0,6% para os rapazes e 1,6% para as moças (AQUINO et al., 2003). Tais gestações ocorreram no contexto de relacionamentos afetivos estabelecidos, sendo pequeno o percentual de entrevistados cujo primeiro episódio de gravidez antes dos vinte anos aconteceu com um parceiro do tipo eventual. Esses resultados vêm desmistificar a imagem, freqüentemente veiculada pela mídia, de que a gravidez na adolescência ocorre num quadro de permissividade sexual dos jovens brasileiros.

Considerações finais

A iniciação sexual é uma transição, no ciclo de vida, que é experimentada de modo distinto por homens e mulheres. Para os homens, ela corresponde a um imperativo cultural de ter de provar sua virilidade o mais cedo possível. Não é necessário que sua parceira seja alguém com quem

ele esteja se relacionando amorosamente. Assim, a iniciação masculina é uma obrigação social que, para os sujeitos, se reveste de uma qualidade de aprendizado “técnico” e, nesse sentido, ela não implica um compromisso dos homens com suas parceiras (HEILBORN, 1998). Para as mulheres, ao contrário, a iniciação sexual integra-se a um processo mais lento de construção de um primeiro relacionamento estável (ou conjugal). A principal prova de feminilidade na adolescência é a capacidade de estabelecer uma relação estável com um membro do sexo oposto. Os atributos do parceiro escolhido são muito importantes. Em comparação com as gerações precedentes, a iniciação sexual feminina pode, hoje em dia, dar-se mais cedo durante um namoro. A perspectiva relacional das mulheres continua, assim, a se diferenciar claramente da perspectiva individual dominante entre os homens (DUARTE, 1986; HEILBORN, 2004). Permanência e mudança são contingências da vida social. As trajetórias sexuais de jovens brasileiros, aqui exemplificadas pelos habitantes de três cidades com perfis culturais e sociais distintos, em um país de dimensões continentais e tão heterogêneo, assinalam a intrincada relação entre gênero e sexualidade. O quadro apresentado aponta para mudanças no que concerne à virgindade feminina, mas também revela a persistência de uma categorização tradicional sobre o gênero feminino, que se exprime na expectativa de construção de um vínculo conjugal. Se novas formas de interação amorosa entre os jovens entraram em cena, como o *ficar*, isso não representa uma mudança profunda no sistema das relações de gênero que organiza o exercício da sexualidade.

Referências

- AQUINO, Estela et al. Adolescência e reprodução no Brasil: a heterogeneidade dos perfis sociais. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, p. S377-S388, 2003.
- AZEVEDO, Thales. Namoro à antiga: tradição e mudança. In: VELHO, Gilberto; FIGUEIRA, Sérvulo (Org.). *Família, psicologia e sociedade*. Rio de Janeiro: Campus, 1981. p. 219-276.
- BAJOS, Natalie; FERRAND, Michèle. *De la contraception à l'avortement: sociologie des grossesses non prévues*. Paris: INSERM, 2002.
- BERQUÓ, E. Quando, como e com quem se casam os jovens brasileiros. In: JOVENS acontecendo na trilha das políticas públicas. Brasília: Comissão Nacional da População e do Desenvolvimento, 1998. v. 1, p. 93-107.

- BOZON, M.; HEILBORN, M. L. As carícias e as palavras: iniciação sexual no Rio de Janeiro e em Paris. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 59, p. 111-35, mar. 2001.
- BOZON, M.; LERIDON, H.; RIANDEY, B. Les comportements sexuels en France: d'um rapport à outre. *Population et Sociétés*, [S.l.], n. 276, fev. 1993.
- BOZON, Michel. A quel âge les femmes et les hommes commencent-ils leur vie sexuelle?: comparaisons et évolutions récentes. *Populations et Sociétés*, [S.l.], n. 391, jun. 2003.
- _____. L'entrée dans la sexualité adulte. Le premier rapport et ses suites. *Population*, [S.l.], n. 5, p. 1317-1352, 1993.
- BOZON, Michel; KONTULA, Osmo. Sexual initiation and gender in Europe: a cross-cultural analysis of secular trends. In: BAJOS, Natalie; HUBERT, Michel; SANDFORT, Theo (Org.). *Aids and sexual behaviour in Europe*. London: Taylor and Francis, 1996.
- COSTA, Teresinha J. N. M. A maternidade em menores de 15 anos em Juiz de Fora (MG): uma abordagem socioantropológica. *Praia Vermelha: estudos de política e teoria social*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 154-183, 2002.
- DUARTE, Luís F. D. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- GALLAND, Ollivier. Une entrée de plus en plus tardive dans la vie adulte. *Economie et Statistique*, [S.l.], n. 283-284, p.33-52, 1995.
- HEILBORN, M. L. et al. (Org.). *O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Garamond, 2006.
- HEILBORN, Maria Luiza. A primeira vez nunca se esquece: trajetórias sexuais masculinas. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, 1998.
- _____. Construção de si, gênero e sexualidade. In: HEILBORN, Maria Luiza (Org.). *Sexualidade: o olhar das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- _____. *Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- LAUMANN, Edward et al. *The social organization of sexuality: sexual practices in the United States*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

LEAL, Ondina F.; FACHEL, Jandira M. G. Jovens, sexualidade e estratégias matrimoniais. In: HEILBORN, M. L. (Org.). *Sexualidade: o olhar das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

MONTEIRO, Simone. Gênero, saúde e proteção entre jovens: um perfil tradicional. In: BARBOSA, Regina et al. (Org.). *Interfaces: gênero, sexualidade e saúde reprodutiva*. São Paulo: UNICAMP, 2002, p. 23-48.

PARKER, Richard G. *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Best Seller, 1991.

SCHUCH, Patrice. *Carícias, olhares e palavras: uma etnografia sobre o “ficar” entre jovens universitários de Porto Alegre*. 1998. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

SOCIEDADE CIVIL BEM-ESTAR FAMILIAR NO BRASIL. *Pesquisa nacional sobre demografia e saúde 1996*. Rio de Janeiro: Bemfam, 1997.

Jovens migrantes do sertão do estado de Minas Gerais: modos de vida e experiências com a sexualidade

Vanda Silva¹

A experiência de migração de jovens do *sertão* do estado de Minas Gerais está associada à obrigação de ter que se deslocar para assegurar a sobrevivência, nesta região geográfica do Brasil por vezes hostil para a agricultura durante certos períodos do ano. Tal experiência provoca certo efeito sobre o modo de vida dos jovens, particularmente sobre a vida sexual em pleno desabrochar, e sobre a formação da família. Este texto se baseia em pesquisas do tipo etnográfico² junto a jovens de 14 a 19 anos³ cujas experiências de vida se fazem em trânsitos de ir e vir do meio rural ao urbano e do urbano ao meio rural, abordando a maneira que esse tipo de migração age na formação da identidade desses jovens.

Entre as experiências mais marcantes que são produzidas no curso desses trânsitos encontram-se aquelas que são tocantes à sexualidade. Na sequência do texto e por intermédio dos depoimentos dos jovens, demonstrarei a interação que se produz sob a vigilância acirrada dos adultos, naquele contexto, e os movimentos de desvio que os jovens utilizam, em alguns casos, apressados por “curtir a vida”. A entrada na vida adulta pas-

¹ Doutora em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade de Campinas, estado de São Paulo (IFCH/Unicamp); pesquisadora pós-doc. (FCT) no Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa, Portugal (ICS/UL); pesquisadora do Centro de Estudos Rurais/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade de Campinas (Ceres/IFCH/Unicamp).

² Algumas idéias expostas neste artigo emergem dos dados etnográficos da pesquisa realizada para o meu projeto de doutorado, intitulado: *Menina carregando menino.: sexualidade e família entre jovens de origem rural, num município do Vale do Jequitinhonha (MG)*. Tal projeto contou com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Originalmente, esse enfoque foi apresentado em comunicação com outro título, no Grupo de Trabalho (21): Cultura Cabocla e Itinerários Migratórios de Grupos Rurais e de Grupos Etnicamente Diferenciados, na *V Reunião de Antropologia do Mercosul – “Antropologia em Perspectivas”*, na cidade de Florianópolis (SC), de 30 de novembro a 3 de dezembro de 2003. Alguns dados etnográficos também são extraídos da dissertação de mestrado: *Eles não têm nada na cabeça...: jovens do sertão mineiro: entre a tradição e a mudança*, Faculdade de Educação, Unicamp (2000), e do volume editado pela Cortez Editora com o título *Sertão de jovens: antropologia e educação – Coleção Questões da Nossa Época* (2004).

³ Alguns depoimentos de moças e rapazes fora da faixa etária focada (de 14 a 19 anos de idade) serão somados ao texto, uma vez que estes se auto-identificam como jovens e são também considerados transmissores de experiências aos mais novos, como parte da socialização em torno das questões da sexualidade.

sa, para eles, pelas experiências sexuais, que poderão ter repercussões sobre o futuro dos jovens, mas também na família. A última parte do texto vai colocar em cena o que uma jovem adulta passou, indo além da pressão que a maior parte dos jovens sofre dentro da perspectiva de uma sexualidade ativa, portanto, destacando a importância do grupo até aquele momento e também a redefinição dos modelos culturais pela heterogeneidade dos comportamentos.

O meio geográfico e cultural

Na divisão geográfica, o município de Rosário das Almas⁴ pertence ao Alto Jequitinhonha, em Minas Gerais. Originou-se da migração de escravos e aventureiros à captura do ouro anunciado nas águas do rio *Capivari*, nos idos de 1728. Atualmente, conta com 15.161 habitantes,⁵ distribuídos em aproximadamente 40 comunidades rurais.⁶ Os moradores vivem da agricultura de abastecimento e das migrações sazonais para outras regiões, enquanto driblam os longos períodos de seca nesse ambiente de *chapada*: terras planas e elevadas com limitadas nascentes d'água (GALIZONI, 2000).

No topo da hierarquia social do município encontram-se: a) no meio rural: os proprietários de grandes extensões de terras, os fazendeiros (alguns falidos), os “gatos” (agenciadores de mão-de-obra para outras regiões); b) no núcleo urbano: os comerciantes, os que trabalham na prefeitura local, ocupando cargos de confiança ou não; os que se constituem na *intelligentsia* local: professores, padres católicos, pastores, artistas, médicos, dentistas e enfermeiros. Assim como alguns padres católicos, muitos habitantes do município também são membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário.⁷

Na base dessa pirâmide encontram-se: a) os pequenos lavradores que conseguem plantar e colher alguma coisa para abastecimento doméstico

⁴ Nesta pesquisa, adota-se este nome fictício.

⁵ Fonte: IBGE/Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 2001.

⁶ Adota-se tal denominação porque é este o termo que os moradores que estão na sede – membros da igreja, da prefeitura local, do centro médico, da associação – utilizam para indicar as áreas rurais. Porém, observa-se que os moradores dessas áreas, normalmente, não se referem aos seus lugares de morada pela denominação inicial: “comunidade” de tal. Dizem: “sou de...”. Muitas vezes, tal nome está ligado a córregos, fazendas, a uma atividade que naquele local era predominante, como o garimpo, por exemplo.

⁷ Associação de pessoas católicas leigas, reunidas em torno de um(a) santo(a); neste caso, Nossa Senhora do Rosário, padroeira do município, protetora de negros e pobres.

e, também, para comercializar; b) os pequenos lavradores que mal conseguem plantar alguma coisa e têm que viver das migrações sazonais em terras produtivas ou submeter-se a trabalhos pouco qualificados nas cidades.

O município vive transformações, cujos aspectos mais visíveis resultam aparentemente da crescente influência dos meios de comunicação de massa (televisão e rádio), das migrações, etc. Portanto, do meu ponto de vista, trata-se de um município “rurbano” (CARNEIRO, 1998) no que diz respeito às relações humanas. Seus moradores de origem rural vêm descobrindo as possibilidades de apropriação de valores e bens de consumo dos centros urbanos, assim como de uma moradia no próprio núcleo urbano local, em constantes ir e vir, estreitando a interdependência entre a sede e as comunidades rurais, confrontando visões de mundo. Essa “mobilidade social” resulta, principalmente para os jovens, na possibilidade de viver a experiência de “pertencer a uma e a outra cultura” (CARNEIRO, 1998, p. 109).

Numa comparação macrossocial, o referido município pode ser caracterizado como um município rural, tal como observa José Eli da Veiga (2003), posto que “*o Brasil é menos urbano do que se calcula*”, quando olhado à luz da densidade demográfica. Desse modo, na sede do município de Rosário das Almas (no núcleo urbano), temos menos de 3.000 habitantes, sendo que o restante dessa população (do total de 15.161 habitantes) está distribuído pelas comunidades rurais. Ou seja, o que se observa é a predominância espacial da população em área rural, bem como de valores atribuídos e associados a esse universo, que são mantidos e realimentados pela família, tais como: reciprocidade e “tradição” religiosa. Todavia, tal como nos sugere Maria José Carneiro: “(...) *dessa relação ambígua com os dois mundos resultaria a elaboração de um novo sistema cultural e de novas identidades sociais*” (CARNEIRO, 1998, p. 109).

A experiência da migração na formação da identidade

Como se sabe, as experiências, sejam quais forem, podem muitas vezes ter reflexos profundos na formação das identidades dos seres humanos. Isso não é diferente com os jovens, sobretudo as experiências que dizem respeito à sexualidade, ao sentimento e à intensidade com que são vividos. Porém, antes de prosseguir com a abordagem sobre a noção de experiência, gostaria de sublinhar as ambigüidades e as imprecisões que esta comporta, bem como a “*heterogeneidade dos princípios culturais e sociais que organizam as condutas*” dos indivíduos (DUBET, 1994, p. 15). Nesse sentido, estou considerando a experiência individual como reflexo da experiência social, assim como a sua importância na formação das identidades.

As experiências devem ser pensadas à luz da diversidade juvenil e dos diferentes tempos e espaços em que são vividas. Estas, por sua vez, não acontecem isentas de conflito, uma vez que o processo de socialização não está acabado e sobre tal processo atuam fortemente os vários contextos socioculturais em que cada indivíduo jovem vive. Se observarmos, no âmbito global, os jovens que vivem com suas famílias num contexto rural, em relação aos jovens urbanos, muitas vezes aqueles estão sujeitos à estigmatização social. Esta pode ser decorrente de situação de pobreza, de insucesso escolar ou apenas do fato de se pertencer ou viver em universo rural. Em Rosário das Almas, na vida em família,⁸ os jovens de origem rural também podem estar sujeitos às tensões típicas da idade (jovem *versus* adulto; valores novos *versus* valores tradicionais, etc.) e às tensões nas relações *intersubjetivas* e na dinâmica da *interação social*, sobretudo quando a família, os vizinhos, a igreja e a “turma” exercem forte influência em suas vidas.

Desse modo, sobre os jovens que vivem em regiões como a do Vale do Jequitinhonha (região do nordeste do estado de Minas Gerais), castigados pela seca, pela falta de emprego, pela desnutrição e por tantos outros problemas, o estigma pode se acentuar ainda mais. Não obstante, muitos jovens brasileiros de origem rural, não somente dessa região, mas de outras, são assim estigmatizados devido às suas origens geográficas e culturais. Porém, se considerarmos as transformações que sofrem enquanto se deslocam pelo país em busca de trabalho, pois se encontram numa dinâmica de estar em trânsito entre o campo e a cidade, poderíamos questionar o que diferencia esses jovens de origem rural dos demais. Isso vem se configurando como um grande desafio *intelectual*.

Não são poucos os jovens de Rosário das Almas, no Vale do Jequitinhonha, que deixam suas casas para trabalhar em outras terras. Na maioria das vezes, os rapazes ainda são os primeiros a se iniciarem no

⁸ Conforme observa Flávia M. Galizoni: “No Alto Jequitinhonha, família possui um significado duplo. É unidade de reprodução constituída pelo marido, mulher e filhos, quase sempre coincidindo como grupo doméstico, mas nem sempre com o de residência. Significa também rede de parentesco: tios, primos, sobrinhos etc. (uma família ampliada, derivada de um ancestral comum). No termo família estão articuladas estas duas definições, sendo que podemos entender a família nuclear como um ciclo de fragmentação da família extensa. Esta assertiva local de família está muito próxima da explicação oferecida por Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973, p. 53) em sua reflexão sobre o campesinato brasileiro: “a família do sítante se apresenta como conjugal do ponto de vista econômico, porém se define como parentela quando tomamos a perspectiva das relações sociais”. In: GALIZONI, F. M. *A Terra construída: família, trabalho, ambiente e migrações no Alto Jequitinhonha*, Minas Gerais, 2000, 92 f. Dissertação de mestrado em Antropologia Social (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000, p. 47-48).

processo de migração. Duas causas podem ser consideradas centrais: a primeira é o pouco interesse para com os estudos (em alguns casos, não se deve interpretar como pouca capacidade ou aptidão para a aprendizagem formal); a segunda está diretamente correlacionada com a primeira, pois diz respeito à pouca cobrança ou à pouca exigência que se faz aos rapazes com relação aos estudos, seja socialmente, seja pela família (SILVA, V., 2004). O abandono ou a não-conclusão dos estudos (muito antes das moças) acaba por ser visto como um dos traços de masculinidade.

Estrategicamente, a distância e os longos tempos fora de casa são vividos como uma forma de os jovens continuarem pertencendo ou vivendo em suas terras, pois, como observa Margarida Maria Moura: “*quem é parente ativa, à distância, essa condição*” (MOURA, 1986, p. 28), por cartas ou telefonemas. Nesse processo, a presença feminina é de suma importância na manutenção da casa e do trabalho na *roça*. A mulher muito tardiamente inicia-se na migração, principalmente a rural (SILVA, M., 1988), muito embora, nos dias atuais, observa-se que algumas mulheres também estão migrando com seus maridos, deixando os filhos ainda pequenos sob os cuidados de uma tia, uma parenta próxima ou uma comadre, por exemplo.

O dinheiro ganho destina-se, na maior parte das vezes, à ajuda nas despesas domésticas. Os dados indicam que a família – seja qual for sua composição – mantém-se unida, pois os laços que unem pais, filhos e outros parentes se fortalecem justamente quando poderia debilitá-los. Desse modo, a família é vista “como um valor, o valor-família, permanente no tempo” (WOORTMANN, 1990). Porém, mesmo em se tratando de um município rural, vêem-se particularidades no interior das famílias: jovens que ora se rebelam frente a imposições do grupo social, ora tendem a corroborar o que este espera deles. Todavia, devo enfatizar a importância da casa, do lar de cada família, como a representação de um espaço quase sacralizado, do qual apenas seus moradores, ou melhor, os pais, são os verdadeiros guardiões, podendo, portanto, ditar suas próprias regras.

As relações nos grupos familiares rurais de Rosário das Almas transcorrem cotidianamente num universo de contradições. No contexto dos moradores e sujeitos da pesquisa, muitas vezes pareceu-me que, no coletivo, assim como no interior de alguns grupos familiares, a experiência de ser jovem poderia ser comparada ao manuseio de um “ioiô”. Ao mesmo tempo em que os pais esperam que seus filhos ganhem autonomia para ajudar no orçamento doméstico (como no caso das moças que se casam), aqueles continuam agindo como se estes ainda fossem meninas ou meninos, devedores de obediência irrestrita, regra que os jovens não ces-

sam de contestar (SILVA, V. A., 2000), principalmente quando o aspecto do “ter” dinheiro passa a ser um diferenciador na relação entre pais e filhos. Assim, as práticas de reciprocidade e generosidade, que, ao longo dos tempos, são transmitidas como virtudes pela família aos mais novos, podem, eventualmente, ganhar novos significados.

Nesse sentido, quando explodem os conflitos, tal como escreveu Durkheim, estes podem ter origem não entre o ideal e a realidade, mas sim entre idéias diferentes, entre o ontem e o hoje, entre aquele que conta com a autoridade da tradição e aquele que está apenas em vias de formação (DURKHEIM, 1989, p. 500). Pais e filhos se confrontam quando os primeiros exigem um determinado comportamento correspondente ao de quando o filho ou a filha não tinham ou não pretendiam ter independência. Tal exigência por parte dos pais diz respeito à relação que os jovens devem ter com o dinheiro ganho, ou seja, na opinião de alguns pais, o dinheiro que o(a) filho(a) ganha deve ser incorporado ao orçamento familiar e ser administrado pelos pais. Por sua vez, podemos inferir que tal mentalidade encontra eco na herança de um modelo de família patriarcal brasileira, no qual o casamento e os filhos somam para a “manutenção de uma propriedade” (CORRÊA, 1994), um modelo que deve continuar sendo questionado, posto que, ao pensarmos sobre a família brasileira, devemos considerar, enquanto uma questão conceitual, “a pluralidade de organização e a própria representatividade do casamento” que o termo ‘família’ comporta (CORRÊA, 1994).

Nos dias atuais, observa-se que, a partir dessa tentativa de conquistar e preservar uma certa autonomia, se formam os conflitos entre pais e filhos de origem rural, sobretudo quando estes passam a assimilar as “representações simbólicas” de ser jovens, com o direito de ter seus espaços, seus pontos de vista particulares, e questionar o “coletivismo familiar”: o trabalhar para “nós” quando posso trabalhar para “mim” (WOORTMANN, 1990). Vale ressaltar os modelos de comportamento de grandes centros urbanos que chegam às famílias rurais, principalmente pela televisão. Além disso, muitos jovens desse município do sertão mineiro estão em trânsito, seja no contexto do próprio município – dividindo o espaço que se considera urbano (a sede) dos espaços que são as comunidades rurais, pelas migrações sazonais, para trabalhar nos cortes de cana-de-açúcar ou nas colheitas de café (migração do rural para o rural) –, seja nos deslocamentos para estudar, estudar e trabalhar ou, ainda, pelo simples prazer de se aventurar em terras estranhas. Esse movimento pode ser interno: migração do rural para o urbano (os jovens das comunidades para a sede) ou do urbano para o rural (jovens que vão trabalhar nas comunida-

des) ou ainda do urbano para o urbano (jovens da sede que vão para outras cidades).

Simultaneamente, talvez, seja possível afirmar que, para muitos jovens desse município, antes (ou ao lado) da necessidade de ganhar dinheiro para colaborar com a família, migrar pode representar também o início de um outro processo: o de ganhar autonomia dentro do grupo familiar e fora dele perante os pares. Uma vez na migração sazonal, não se estranha, portanto, se com uma certa idade (por volta dos 18 ou 19 anos em diante) o rapaz esteja pretendendo se *amigar*,⁹ pois talvez (como no adágio popular: “quem casa quer casa”) também empreenda esforços na construção de seu novo lar ou queira juntar dinheiro para adquirir outros bens de consumo, tais como: motocicleta, aparelho de som, tênis, calça *jeans* com etiqueta de marca, etc. Portanto, vê-se que o trânsito dos jovens, além de resultar numa estratégia de sobrevivência, amplia a capacidade de consumo e intensifica o “processo de individuação no interior da família” (CARNEIRO, 1998).

Nesse sentido, sob os valores ditos tradicionais, há momentos em que os jovens buscam se afirmar como um “corpo constituído”, ou seja, descartando ou acrescentando elementos que irão compor maneiras individuais de ser, ver e sentir. Com isso, eles entram em “negociação” com os valores estabelecidos no seu universo de origem, outro ponto importante. No coletivo, um bom exemplo a ser observado refere-se aos momentos da Festa de Nossa Senhora do Rosário ou dos bailes (em danceterias no núcleo urbano).

As festas sempre foram uma forma de confraternização entre os moradores das Minas Gerais. No Vale do Jequitinhonha e em Rosário das Almas, não é diferente. Quase sempre retornam os que partiram. Vêm para festejar, para se reencontrar com parentes, amigos, esposas, namoradas. Vem gente de fora também para participar. Assim, como nas palavras de Brandão (1989, p. 9): “(...) *eis que a festa restabelece laços. Sou eu que se festeja, porque eu sou daqueles ou daquilo que me faz a festa (...)*”.

A festa do município é organizada pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, constituída por adultos em sua maioria, sendo que aos mais velhos é atribuída grande importância, pois são detentores da tradição e dos saberes que dizem respeito às práticas rituais. A presença dos jovens na irmandade é pouco expressiva, muito embora tal observação seja oscilante, pois há anos é dito que está aumentando o número de participan-

⁹ Condição de quem passa a viver como marido e mulher sem oficializar a relação no civil ou religioso.

tes jovens. Todavia, quando estes são incentivados a participar, mostrando suas diferentes “maneiras de ser”, percebe-se que o “incentivo” consiste, na verdade, num teste: é o aprendizado dos valores e das práticas tradicionais que está sendo avaliado. A esse desafio respondem quase sempre com uma atitude ambígua: não rompem com a tradição, porém insistem em realizar as práticas tradicionais “de modo diferente”, o que dá origem a muitas tensões ou, no dizer de Fabre, se estabelece “uma relação paradoxal de solidariedade conflituosa”, pois ao mesmo tempo em que os adultos se oferecem para orientar os jovens, não param de resmungar ou de discordar do modo como os jovens realizam suas tarefas (FABRE, 1996, p. 57). Tal fato nos leva a concluir, portanto, que as experiências individuais não estão “soltas” nem acontecem sem a interferência das interações com outros indivíduos, tampouco sem as transmissões de normas pelas instituições. Elas não são, porém, resultado única e exclusivamente dessas instituições, mas são reflexos do convívio social e das múltiplas e incessantes leituras que os indivíduos fazem de si, das instituições e da sociedade como um todo. As experiências constituem os sujeitos e, portanto, contribuem para a formação identitária de cada indivíduo em diferentes épocas, tempos e espaços.

Experiências marcantes ligadas às situações de trânsito

Há uma pergunta lançada por Walter Benjamin (1994), que queria saber como se lida com a juventude, invocando sua experiência. Tal desafio, penso, é para todos nós, sobretudo quando estamos tão acostumados a ouvir as experiências de quem as acumulou ao longo do tempo. Em se tratando dos jovens, o desafio está, justamente, em aprender com o vir a ser, aprender com o que está sendo criado, lapidado. Por isso, documentar as experiências dos jovens em diferentes contextos pode ser um exercício e (por que não?) também uma experiência para pesquisadores. Exercício e experiência sobre o que faz os jovens diferentes e como comunicam suas experiências de diversas formas, às vezes nem tão evidentes como gostaríamos que fossem, posto que, quando observados em seu cotidiano, os jovens “estão sendo”. Por isso, nós os observamos a partir do que expressam sobre suas experiências do momento.

Qual ou quais as marcas da experiência na vida dos jovens? No município de Rosário das Almas, algumas experiências dos jovens das comunidades rurais que passam a viver no núcleo urbano por um tempo mais prolongado, em sua grande maioria, não estão tão distantes das experiências de jovens que vivem, sobretudo, nas periferias das cidades (muitos

destes, migrados do campo). São momentos de decisão as atitudes de escolher uma profissão, ter a primeira relação sexual, experimentar ou não drogas, fumar ou não, tatuar-se ou não, ingerir bebidas alcoólicas, descobrir o próprio corpo, etc., experiências que marcam e demarcam a vida desses jovens.

Por isso mesmo, observa-se que esses jovens sofrem, com maior insistência por parte dos adultos ou responsáveis, vigilância. Toda preocupação é para que não fiquem expostos ao que dizem ser as “más” companhias e para que não iniciem namoros muito precocemente. As moças são as que mais vivem sob a mira dos olhares vigilantes, enquanto que os rapazes são direta e indiretamente incentivados às experiências da sexualidade mais rapidamente que as moças. Todavia, estas, quando estão no núcleo urbano do município, recorrem à escola ou ao trabalho, no pequeno comércio ou em casas de família, como uma estratégia que flexibiliza a vigilância dos pais. A escola, por sua vez, também acaba por ser, tanto para os jovens do núcleo urbano quanto para os que vêm das comunidades rurais,¹⁰ uma espécie de álibi – que resguarda um encontro amoroso “proibido” pela família – ou, ainda, pode ser vista como motivação, quando há alguém por quem se está enamorado. É comum ver que, após o término das aulas, muitos jovens que estudam à noite se estendem num tempo de lazer e sociabilidade: ir para a praça, para os *trailers*,¹¹ etc. Nesses momentos, eles conversam entre amigos, paqueram, namoram... Divertem-se bebendo, cantando se reconhecendo, se diferenciando (SILVA, V. A., 2000).

Um rapaz (de 23 anos, solteiro, sem filhos, com ensino médio completo, morador do núcleo urbano do município) nos fala de sua experiência. Entre os seus pares, na sede do município, é visto como um rapaz urbano. No entanto, migra e vai viver na capital paulista, tendo outras experiências, nos relatando sobre o *estranhamento* ao tentar se integrar noutra grupo, numa teia de sociabilidade e oportunidade de conquista amorosa. Diz ele:

”Se você sai na balada e pá, se envolva com mulheres certas, porque, às vezes, as mulheres, lá fora, te ‘fode’ mesmo. Porque é o seguinte: às vezes, a mulher é comprometida e sai pra zoar na bala-

¹⁰ Conheci e observei a rotina de jovens pertencentes a famílias de comunidades rurais bem distantes do núcleo urbano. No núcleo citado está a escola de ensino médio do município. Muitos jovens, para prosseguir nos estudos, com a família tendo uma renda um pouco mais favorável, vêm para o núcleo urbano e montam repúblicas. Outros jovens, uma vez pertencentes a comunidades mais próximas da sede, vêm e voltam para suas casas no ônibus de transporte escolar.

¹¹ Local onde são vendidos sanduíches, bebidas alcoólicas e refrigerantes.

da... Você cai. Passa uns bons momentos, naquela hora, mas depois sua vida se torna um pesadelo. O problema todo é o outro cara, porque o outro cara não vai deixar barato, entendeu? (...) Não adianta você fugir, que a pessoa te acha lá dentro de São Paulo (...).” [sic]

Tal depoimento expressa que o confronto se deu por ele não entender os códigos de comportamento entre pares, num bairro de periferia em que morou com alguns parentes que lá viviam. Depois, quando volta para o município de origem, vive uma situação novamente de *estranhamento*. Ao retornar a Rosário das Almas e após montar um pequeno comércio de produtos de beleza, passa a ser reconhecido e criticado por moradores do lugar, sobretudo os adultos, como um jovem que não quer ter responsabilidades, que faz uso de drogas, que é capaz de influenciar os jovens mais novos com seu comportamento e linguajar de cidade grande. Ou seja, o estereótipo dos jovens urbanos soma-se à imagem desse rapaz com atributos negativos, que poderá desvirtuar os do município. Tal estereótipo não se observa com frequência entre seus pares da sede; ao contrário, acaba por desempenhar o papel de “orientador”, por ser mais velho e mais experiente, uma vez que viveu fora do seu lugar.

Numa danceteria, vi chegarem moços e moças do núcleo urbano e alguns jovens das comunidades rurais. A timidez inicial é comum entre eles. Olhavam-se. Encontravam-se com amigos e amigas. Aos poucos, iam formando pequenos grupos ou pares. Entravam e saíam do estabelecimento. Logo, a danceteria já havia tomado a rua. Num primeiro olhar, dificilmente se distinguia quem era de qual universo, rural ou urbano, pois, por várias razões, fui percebendo que os jovens da zona rural, uma vez no núcleo urbano, tentam vestir-se e comportar-se gradativamente como os jovens urbanos. (SILVA, V. A., 2000, p. 95-96).

Jeans, camisas largas por fora das calças, camisetas e tênis compunham, na maioria, a vestimenta dos moços. As moças desfilavam com suas minissaias, blusinhas coladas de alcinhas bem fininhas e decotes, que as deixavam atraentes para todos os presentes. Muitas vinham com calças *jeans* bem justas também (SILVA, V. A., 2000). Porém, no campo das representações dos moradores do núcleo urbano de Rosário das Almas, o povo da roça é diferente, porque é muito mais conservador, principalmente no que se refere à criação dos filhos; mesmo que, com relação à vestimenta, muitas moças e rapazes de comunidades rurais não fiquem devendo nada aos jovens do núcleo urbano desse município.

Nesse sentido, a tensão com relação aos jovens do núcleo urbano para com os jovens das comunidades rurais é também presente. Perguntei a

uma moça do núcleo urbano (com 23 anos, solteira, no segundo ano do ensino superior, estudando fora do município) se um jovem do núcleo se mistura com outro jovem da zona rural. Ela me disse:

“Mais ou menos. Não são todos, não. Eu acho que, pelos jovens da zona rural, entendeu?, misturaria (...), porque lá (...) na danceteria a gente freqüentava lá, entendeu?, tinha som todo sábado e domingo (...). Só que, agora, os jovens da zona rural vêm nos finais de semana para entrar também, entendeu? Aí, já o pessoal daqui (do núcleo urbano) já não ‘vão’ mais (...). ‘Falam’ que o pessoal da zona rural ‘tomaram’ conta. Então, eles têm preconceito, sim” [sic] (SILVA, V. A., 2000, p. 82-83).

Num outro depoimento de um rapaz (com 21 anos, solteiro, do núcleo urbano, com ensino médio completo, estudando fora do município), novamente constato a tensão e os olhares enviesados entre os jovens, mesmo que o referido entrevistado tenha me dito que tem amigos da zona rural:

”Eu tenho amizade com muita gente da roça, muito pessoal da roça. O pessoal aqui tem aquela certa distância, não por mim, mas muita gente tem. O pessoal da roça fica mais assim, na deles; o pessoal da cidade não ‘entrosa’ muito com o pessoal da roça (...). Agora, o pessoal da roça daqui (...), eles são mais assim... parece que são mais agressivos; tudo deles é na base da ignorância (risos), e isso distancia ‘eles’ um pouco do pessoal da cidade (...)” [sic] (SILVA, V. A., 2000, p. 83).

Procurei saber de alguns rapazes de comunidades rurais que já estavam mais ambientados no núcleo urbano, pois viviam em repúblicas para estudar, como era ser jovem ali no município: *“Não é muito bom, pois não temos uma juventude unida”* (18 anos, solteiro, 2º ano do ensino médio); *“Não é totalmente legal, pois tem um pessoal complicado”* (18 anos, solteiro, 1º ano do ensino médio). De outro lado, as moças de comunidades rurais mostram-se muito mais abertas à sociabilidade e com mais facilidade de fazer novas amizades com as moças que nasceram e vivem no núcleo urbano. Observa-se que os olhares dos jovens das comunidades rurais para os jovens que nasceram e cresceram no núcleo urbano do município revelam, em sua maioria, desconfiança. Conforme alguns depoimentos, alguns jovens acham que tanto os rapazes como as moças do núcleo urbano são menos sinceros em seus sentimentos do que os rapazes e as moças da zona rural.

Todavia, os constantes ir e vir dos jovens de origem rural, o estar por um tempo mais prolongado vivendo no núcleo urbano do próprio muni-

cípio ou em capitais brasileiras são, justamente, alguns fatores que contribuem para que os jovens conheçam outras fronteiras. Estas não se dão apenas pela dinâmica do deslocamento geográfico, mas também devido à tensão de viver e comportar-se num espaço e noutro. Tal tensão se expressa em sentimentos que influenciam os comportamentos e relacionamentos de rapazes e moças. Por isso, outro ponto de extrema relevância diz respeito aos diferentes tempos e espaços em que os jovens vivem as experiências.

Jovens apressados por “curtir a vida”

Quando se pensa nos jovens ou fala-se deles, ainda se acrescenta mais um componente: a intensidade. O sentido de intensidade os impulsiona a uma pressa por “curtir a vida”. A idéia de ausência de pressa em se tornar adulto ou, melhor dizendo, em assumir as responsabilidades do mundo adulto, freqüentemente associado a jovens que estão nos centros urbanos, pertencentes às camadas médias e altas, é um contraste frente a populações como a que se investiga, pois, com maior freqüência, a entrada na vida adulta é antecipada.

Por outro lado, com pressa, presenciando o tempo de se “curtir a vida”, muitos dos jovens de Rosário das Almas realizam-se em cima de uma motocicleta, que corta as estradas, ligando-os, muito mais rapidamente que os cavalos, ao núcleo urbano, às comunidades rurais e às cidades vizinhas, enquanto buscam trabalho. O referido veículo tornou-se uma das aspirações de aquisição de muitos jovens e adultos quando iniciam as migrações sazonais ou vão trabalhar em grandes centros urbanos. A motocicleta lhes atribui um *status* social (ABRAMO, 1994). É a pressa em diminuir as diferenças, diminuir fronteiras, ao mesmo tempo em que outras se impõem.

Se no campo das relações afetivas, notadamente em centros urbanos e junto às camadas médias e altas da sociedade, estas são vividas cada vez mais de maneiras efêmeras e fugazes, no município em questão tal padrão de relacionamento não é vivido de modo homogêneo. Entre alguns jovens entrevistados de comunidades rurais que estavam vivendo na área urbana, constatei, por exemplo, que a prática moderna de “ficar” (experiência sexual e afetiva dos dias atuais em que os parceiros trocam beijos e carícias, podendo ou não manter relação sexual) não é totalmente aceita. Uma jovem (de 17 anos, de comunidade rural, estudante e empregada doméstica) me explica que “ficar” não é um termo muito bom para ser dito, principalmente por uma moça, pois isso daria a entender que a garota “transou” (manteve relação sexual) com o rapaz. Por isso, a jovem prefere dizer

“paquerar”.¹² Assim, ficaria subentendido que a moça apenas trocou beijos e carícias com o rapaz, mas não “transou”. A expressão “paquerar” também pode ter o intuito de preservação da intimidade, por não revelar que se manteve relação sexual, seja pela primeira vez ou não. Inicialmente, os namoros com vistas a compromissos mais sérios são mais desejados entre as moças do que entre os rapazes; mas, na sede do município, percebe-se que os jovens já incorporaram a prática do “ficar”.

Todavia, se por um lado os jovens do núcleo urbano desse município experimentam uma certa liberdade antes de assumir um namoro com fim de união matrimonial, como imposição familiar ou da sociedade, também entre os pares os jovens vivem as “obrigações” de ter que corresponder a certos códigos normativos dos grupos para que sejam aceitos ou reconhecidos por seus pares. Dito de outra forma, existem – da parte dos grupos de jovens ou pares – determinados padrões de comportamento que devem ser obedecidos por eles, como os que estão relacionados a sexo, bebidas, drogas, vestuários, adereços, etc. Em depoimento, um rapaz (de 15 anos, solteiro, de comunidade rural e estudando no núcleo urbano, no 2º ano do 2º ciclo do ensino fundamental) disse-me que, para não sofrer a pressão dos colegas no sentido de perder a virgindade, prefere mentir, dizendo que não é mais virgem.

Desse modo, parece-me que os jovens, sobretudo os que estão no núcleo urbano do município, vivem mais sob a pressão dessa espécie de acordo (imposto) de liberdade sexual, quase como que um dever social de “ter que” se iniciar sexualmente, porque todos do grupo supostamente já o fizeram, ou todos desta ou daquela faixa etária já “transaram”; “ter que” dar em cima desta ou daquela garota, porque todos da turma já fizeram isso; “ter que” consumir bebidas alcoólicas ou dar algum vexame nas festas, simplesmente porque todos já fizeram o mesmo, para se fazer notar.

O diferente? Ao que tudo indica, há pouca tolerância para o que é ou aquele que é diferente entre os jovens, de um modo geral, pois aquele que não corresponde a um determinado modelo está fora. É isolado. O exemplo de pouca tolerância com o diferente mais evidente no município é com relação aos jovens que são ou vêm das comunidades rurais, muitas vezes porque eles não se enquadram nos modelos de comportamento da

¹² Cf. Sheyla P. da Silva a palavra deriva do *flirt*: palavra de origem inglesa, que significa “flertar, namorar, paquerar” e, segundo o Dicionário *Collins Gem*. “é o ‘olho no olho’ com intenções de sedução e conquista”. SILVA, S. P. da. Considerações sobre o relacionamento amoroso entre adolescentes. In: SILVA, V. A. da; MAGRO, V. M. M. *Cadernos CEDES 57: educação, adolescências e culturas juvenis: diferentes contextos*. [S.l.]: Centro de Estudos Educação e Sociedade, 2002. p. 23-43.

cidade (o núcleo urbano) ou não têm ou não usam as roupas e os acessórios que estão em destaque. Assim sendo, há uma contradição no sentido de liberdade enquanto experiência daquilo que é mais valorizado pelos jovens e a eles atribuído.

A entrada na vida adulta passa pelas experiências sexuais

Em Rosário das Almas, o que se vem observando é que o sentido de liberdade tanto é matizado, no que diz respeito às experiências da sexualidade de rapazes e moças, quanto ao que é ser jovem, posto que estão diretamente relacionados. Nesse sentido, observo que as pesquisas de Marília Spósito (1999, p. 8) têm demonstrado que “(...) ocorrem formas diversas de ingresso no mundo adulto, desde aquelas marcadas pela antecipação de algumas práticas (sexualidade e trabalho para alguns grupos de jovens) como a desconexão entre elas (...)”. De igual forma, evidenciam a “(...) emergência de necessidades apontadas pelos segmentos juvenis não só voltadas para projetos futuros, mas cada vez mais marcadas pela especificidade do momento presente” (SILVA, V., 2004, p. 79).

Portanto, há uma quebra da “referência temporal” para o ingresso na vida adulta, que varia conforme a “origem social, étnica, religiosa ou regional e as relações de gênero” (SPÓSITO, 1997), de tal maneira que, para as populações mais empobrecidas, há uma tendência cada vez maior à antecipação da vida adulta (SPÓSITO, 1997), sobretudo no meio rural. Em Rosário das Almas, observa-se a combinação da “antecipação” de fatores como “sexualidade, trabalho” e de “emergências de necessidades”, que demarcam o “momento presente”. O que significa dizer que o projeto individual de futuro orientado pelos estudos, por exemplo, é frustrado cedo. Os jovens deixam a escola pois, muitas vezes, vêm-se num processo de sucessivas repetências – seja porque a escola que têm não lhes oferece perspectivas de futuro profissional, justamente nessa fase de entrar no mercado de trabalho, de pouca ou quase nenhuma oferta (Silva, V. 2004) – ou por causa de uma combinação de “desinteresse” desencadeado por um sentimento de descrença diante da vida – como no dizer de uma mãe sobre o argumento que a filha, ao abandonar os estudos, usou para justificá-lo: “(...) *pra mim viver eu já sei*” [sic] – ou, ainda, por uma gravidez precoce, tanto no campo quanto na cidade. A moça havia completado apenas o 1º ciclo do ensino fundamental (*Op. Cit.*).

Também se percebe que a valorização da virgindade é questionável por parte dos jovens, uma vez que a ocorrência da gravidez precoce, sem o compromisso do casamento, é mais ou menos freqüente no cotidiano das

famílias (SILVA, V., 2000), seja no rural, seja no urbano, razão pela qual se pressupõe uma ambigüidade entre o dito e o vivido, o “ideal” e o “acontecido”, assim como uma “vigilância” não tão rígida por parte dos pais. Existe a expectativa de uma “conduta ideal” e de um comportamento real flexível coexistindo no município em questão, sem que isso isente seus moradores do conflito, pelo contrário (GALIZONI, 2000). Por isso mesmo, pode-se inferir que as expectativas quanto ao comportamento dos jovens, sobretudo de moças e mulheres, acentuam a vigilância sobre seus corpos e, dessa vigilância, com freqüência, poder-se-á verificar um “(...) tipo especial de estigmatização. A figura que o indivíduo apresenta na vida diária perante aqueles com quem ele tem relações habituais será, provavelmente, reduzida e estragada por demandas virtuais (quer favoráveis ou desfavoráveis) criadas por sua imagem pública” (GOFFMAN, 1988, p. 82). Uma vez reverberados no cotidiano pelo instrumento poderoso da fofoca, os boatos colocam em relevo as discussões em matéria de sexo. Tais discussões nos permitem verificar as diferentes interpretações que os moradores fazem a respeito dos dogmas da Igreja e as ambigüidades com que são vividos.

Nesse sentido, evidências etnográficas mais recentes reforçam a necessidade de considerar as nuances de experiências vividas por rapazes e moças do citado município com relação à “antecipação à vida adulta”. Para as moças, sobretudo as que vivem ou vêm das comunidades rurais, quando se está tornando público um namoro, é sinal de que há intenção de união e, por isso, muitas vezes, manter relações sexuais antes do casamento pode ser permitido ou tolerado. Entre essas moças é mais freqüente que se enamorem de um rapaz mais velho e, logo em seguida, assumam a união, *amigando-se* (ou *amasiando-se*). Como no depoimento de uma jovem (de 16 anos, grávida, com o 1º ciclo do ensino fundamental incompleto).

”Aí, eu namorei com um cara e ele queria amigar. Nós amigou. Ele falou com a mãe.” [sic]

“É?”

”Aí, quando ele chegou, eu já quis ele.” [sic]

“Como é que foi a sua história com esse cara?”

”Ah, ele morava aqui perto mesmo, né? Aí, ele ia lá em casa e a gente conversava.” [sic]

”Aí... Aí, ele passou a gostar de mim e eu dele. Aí, nós amigou.” [sic]

“De que lugar ele era?”

“Ele é daqui.”

O depoimento sobre a trajetória amorosa dessa jovem (de 16 anos) indica que sua mobilização tinha como objetivo o casamento. Ela me contou que, ao completar 12 anos de idade, começou a trabalhar nas roças de outros moradores da comunidade. Ela recebia dinheiro pelos serviços de *capina*.¹³ Com o dinheiro ganho, ela me disse que “*comprava vasilhas*” para o seu enxoval. Quando lhe perguntei sobre seus estudos, ela me contou sobre sua desistência assim que concluiu o 1º ciclo do ensino fundamental. Procurei saber o motivo, ao que ela me respondeu que a distância de sua casa até o local por onde passa o ônibus escolar é muito extensa (caminha-se a pé em torno de uma hora e meia). Perguntei se ela já estava grávida quando se *amigou*. Ela me respondeu que não. Entretanto, tenho verificado que a gravidez pode também ser utilizada como uma estratégia para o casamento entre os jovens de Rosário (LEAL; FACHEL, 1999). Insisti em saber se a moça tinha algum sonho com relação a alguma profissão, e ela me disse:

“Ah... *Meu sonho era casar, né?*” [sic]

A resposta dessa depoente encontra conexão com o processo de socialização para o casamento. Não será raro ouvir, entre as mulheres das comunidades rurais de Rosário das Almas, alguma expressão tal como a utilizada por uma mãe que estava satisfeita por sua filha (de 18 anos) “*estar empregada*”. Automaticamente, somos levados ao pensamento de que alguém está trabalhando, arrumou um emprego. No entanto, a mulher citada quis dizer que a filha estava casada. Nesse sentido, tal expressão e outras semelhantes são indicativas de que, para uma parte significativa das mulheres e suas mães, há um padrão de casamento que está correlacionado com o trabalho, bem como a relação sexual para fins de procriação, em negação ao prazer. O objetivo é ter uma ocupação na vida: cuidar da casa, do marido, dos filhos, da criação.

Procurei saber mais sobre o rapaz com quem a moça (de 16 anos) estava *amigada* e constatei que ele não estudava quando eles começaram a namorar. No início do namoro, ela estava com 14 anos e ele já era migrante da cana-de-açúcar e tinha, mais ou menos, 18 anos de idade. O rapaz corresponde a uma trajetória predominante entre os rapazes que são das comunidades rurais e não tiveram a experiência de intensificar o ir e vir interno, ou seja, da comunidade rural para a sede (o núcleo urbano) do município. Ele migrou de uma área rural para outra área rural (um campo da agroindústria). Não obstante, a autonomia financeira – que é também a confirmação social de que o rapaz é responsável e capaz de produzir o sustento de uma casa – torna-o um “bom partido” para assumir um casamen-

¹³ Cf. Mini Aurélio (o minidicionário da Língua Portuguesa), *capina*: ato ou efeito de capinar; *capinar*: limpar (uma plantação, um terreno) de capim ou erva má.

to. Não foi possível saber do rapaz (de 20 anos de idade) se ele se considerava um jovem ou se ele se auto-representava como adulto; porém, a combinação do trabalho com o casamento e com a paternidade o colocava, no campo da representação, dentro do *status* de adulto. Quando perguntei para a moça se ela se achava uma adulta, obtive a seguinte resposta:

“Hum, hum (riso). Porque a gente vai ser mãe, né? Aí, já é adulto.”
[sic]

Nesse sentido, há indicações que sugerem que a concepção ou a maternidade para as moças das comunidades rurais, mesmo quando não ocorre o casamento, eleva a jovem ao *status* de adulta, o que é pouco associado, vivido ou cobrado dos rapazes, principalmente quando permanecem solteiros, tanto no meio rural como no meio urbano. Por outro lado, com relação às moças que são do núcleo urbano, a experiência de ser mãe solteira também lhes confere o *status* de adulta; porém, o modo como elas vivem tal experiência difere das moças de origem rural. Enquanto entre as moças das comunidades rurais observa-se o decoro e o recato, principalmente se não têm marido, para as moças do núcleo urbano, a gravidez, fora do casamento, não as retira da vida social entre os demais jovens, bem como das “paqueras” e do hábito de “ficar”. Esse comportamento não é isento dos comentários e das tensões.

Identifica-se também que, para as moças que são das comunidades rurais e vêm morar (temporária ou permanentemente) no núcleo urbano, os sentimentos de ansiedade para a iniciação sexual (a perda da virgindade) são vividos sob maior pressão, principalmente quando essas moças passam a ter amizades influentes com as moças que são do núcleo urbano, bem como quando se relacionam com os rapazes desse mesmo núcleo. Pesa para as moças nascidas e criadas nas comunidades rurais uma iniciação sexual com a segurança do casamento.

Junto às moças que são do núcleo urbano (nascidas e criadas), pude perceber que a “vigilância moral” é vivida com uma relativa dose de transgressão, pois, uma vez incorporados os valores atribuídos ao universo citadino, veiculado pelos meios de comunicação (principalmente pela televisão), elas vivem mais livremente as experiências de sexualidade pelas práticas denominadas de “paquerar” e “ficar”. Por outro lado, elas sofrem muito mais os efeitos das fofocas entre os moradores e a rede de *parentela*, sobretudo quando são moças mais ousadas e transgridem as representações de “bom comportamento feminino”, sendo o recato a principal delas. Nesse confronto, por meio dos relatos das experiências de algumas depoentes, verificou-se o choque entre os valores citadinos e as representações de casamento presentes no município, implicando uma demarcação para os jovens quanto ao tempo para se casarem. Mas qual seria a idade “ideal”

para o casamento? Segundo uma depoente (de 58 anos, viúva, moradora de uma das comunidades rurais), a idade “boa” para se casar é:

“(...) Dezesete, dezoito, né? Porque, hoje em dia, não é todo rapaz que quer casar com moça véia, não é, não? Vinte ano já tão falando que é véia, né?” [sic]

Ah, é?

“É...” [risada]

Antigamente era assim?

“Não. Antigamente, não. Antigamente, antigamente, não. É... As moça casava, casava com vinte e dois ano, dezenove ano, vinte, vinte e um ano, né? Os rapaz não achava véia, mas hoje num quer, né? (...) Esses rapazinho daqui, eles só caça moça, só caça moça nova.” [sic]

Noutro extremo, apresento a experiência de uma depoente (de 27 anos, solteira, professora com formação universitária, moradora do núcleo urbano). Quando a entrevistei pela primeira vez, ela ainda estava nos primeiros anos de sua faculdade e morava fora. Ao retornar como professora formada, passou a dar aulas na escola estadual do núcleo urbano de Rosário das Almas. Queixou-se das pressões que sofria por parte da família, da rede de amizades e até de seus próprios alunos, devido ao fato de “ainda” não ter se casado e tampouco arrumado um bebê. Por sua vez, ela também fazia questão de se auto-representar como jovem, pois era assim que se sentia: com muitas coisas para realizar e viver. Dizia que sua visão de mundo se alargara e estava muito complicada a volta à casa dos pais. Além de ter de se submeter aos rigorosos horários impostos pelos pais para voltar para casa, também enfrentava os constrangimentos de encontrar o portão com cadeado quando se atrasava.

Em outras palavras, o fato de não ter um bebê, um marido ou ambos a deixava numa condição de “dependente” moral da família, pois – se entendemos que há um tempo para se casar e/ou ter um filho – tal moça não assumiu o *status* de mulher e adulta. É uma *jovem imatura* (HÉRITIER, 1996), que está passando da idade de se casar. E mais: o fato de ter vivido um tempo fora e ter retornado ao município lhe atribuiu mais um elemento de diferenciação ou transgressão, posto que ela instaurou uma descontinuidade que marcou a relação entre ela e o grupo. Nesse sentido, é alguém que *inovou*, pois deixou o seu grupo por um determinado tempo e, tendo ido viver em outro espaço, deixou de compartilhar as experiências de tempo e espaço na origem. Depois, ao retornar, ela sofria as ten-

sões ou o choque do *estranhamento*. Assim, na volta ao lar, verificou a incompatibilidade de interação na vida diária, uma vez que esperava o reconhecimento de seu “estoque de conhecimentos” e de sua transformação, ao mesmo tempo em que tentava restabelecer as conexões de intimidade dentro de seu meio social. No entanto, uma vez tendo incorporado “novos” estilos de vida, ela não conseguia que aqueles que ficaram comungassem dos mesmos estilos. Sabe-se que quem retorna deseja a mesma vida diária que fora interrompida (SHULTZ apud TEIXEIRA, 2000, p. 9-33).

Conclusão

Por fim, nessa busca de compreender como os jovens do sertão mineiro, a partir da dinâmica de estar em trânsito entre os campos e as cidades, vivem experiências de sexualidade, que se descortinam em situações de reconstrução dos significados no processo de *interação social*, é possível perceber que a distância não é motivo de desagregação familiar. Antes, os jovens se afastam para que possam se manter unidos. A família permanece como valor estruturante da ordem moral, mas não se mantém mais como moldura das identidades desses jovens. A permanência na terra talvez não mais represente um uníssono de querer viver da terra (até porque, no caso em questão, isso não é mais possível).

A partir dessa mobilidade, os jovens corroboram e contribuem cada vez mais para os estreitamentos das fronteiras entre o rural e o urbano, ao mesmo tempo em que vêem surgir outras fronteiras, às vezes, sutis: a vida em trânsitos que se tece numa teia de outros trânsitos (como migrações, gerações, valores) e os trânsitos que resultam das relações sexuais e amorosas.¹⁴ Tempos que se sobrepõem, tempos que se distendem pelos espaços e que fazem os jovens recordar e retornar... Um retornar nem sempre sendo o mesmo, nem sempre ao mesmo, pois nessa dinâmica os jovens se descobrem ser e não-ser do lugar. No ir e vir, os jovens repõem as diferenças, acentuam a diversidade de situações que se entrecruzam com as experiências de quem deseja se diferenciar, se identificar. Assim, eles apontam para a necessidade de redimensionamento dos nossos olhares frente aos cruzamentos e às redefinições dos padrões culturais que, dessa maneira, tiram-nos a idéia de se pensar uma sociedade local pelo prisma da homogeneidade, assim como as identidades que estão sendo formadas.

¹⁴ Agradeço ao amigo e sociólogo Dr. José Machado Pais pelo comentário inspirador acerca do título-tema deste artigo.

Referências

- ABRAMO, H. W. *Cenas juvenis: punks e darks* no espetáculo urbano. São Paulo: Página Aberta, 1994.
- BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: MAGIA e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Obras Escolhidas, v. 1).
- BRANDÃO, C. R. *A cultura na rua*. [S.l.]: Papyrus, 1989.
- CARNEIRO, M. J. O ideal *rurbano*: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F. C. T. da; SANTOS, R.; COSTA, L. F. de C. *Mundo rural e política*: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- CORRÊA, M. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ARANTES, Antonio A. et al. *Colcha de retalhos*: estudos sobre a família no Brasil. Campinas, SP: Unicamp, 1994. p. 15-42.
- DUBET, F. *Sociologia da experiência*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- DURKHEIM, E. Conclusão. In: AS FORMAS elementares de vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Paulinas, 1989.
- FABRE, D. *Ser jovem na aldeia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 49-81. (História dos Jovens, v. 2).
- GALIZONI, F. M. *A Terra construída*: família, trabalho, ambiente e migrações no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais, 2000. 92 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- GOFFMAN, E. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- HÉRITIER, F. Impotência masculina e infertilidade feminina. In: MASCULINO e feminino: o pensamento da diferença. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- LEAL, O. F.; FACHEL, J. M. G. Jovens, sexualidade e estratégias matrimoniais. In: HEILBORN, M. L. (Org.). *Sexualidade*: o olhar das ciências sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p. 96-116.
- MOURA, M. M. *Camponeses*. São Paulo: Ática, 1986.

- PAIS, J. M. Nas rotas do cotidiano. In: VIDA cotidiana: enigmas e revelações. São Paulo: Cortez, 2003.
- QUEIROZ, M. I. P. de. *O campesinato brasileiro*: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1973.
- SILVA, M. A. M. A migração de mulheres do Vale do Jequitinhonha para São Paulo: de camponesas a proletárias. *Travessia*: Revista do Migrante [S.l.], ano 1, n. 1, maio/ago. 1988.
- SILVA, S. P. da. Considerações sobre o relacionamento amoroso entre adolescentes. In: SILVA, V. A. da; MAGRO, V. M. M. *Cadernos CEDES 57*: educação, adolescências e culturas juvenis: diferentes contextos. [S.l.]: Centro de Estudos Educação e Sociedade, 2002. p. 23-43.
- SILVA, V. A. da. *Eles não têm nada na cabeça...: jovens do sertão mineiro entre a tradição e a mudança*, 2000. Dissertação (Mestrado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.
- _____. *Sertão de jovens*: antropologia e educação. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção Questões da Nossa Época).
- SPÓSITO, M. P. Educação e juventude. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 29, p. 7-13, jun. 1999.
- _____. Estudos sobre juventude em educação. *Revista Brasileira de Educação*, [S.l.], n. 5-6, p. 37-62, 1997.
- TEIXEIRA, C. C. (Org.). Introdução. In: EM BUSCA da experiência mundana e seus significados: Georg Simmel, Alfred Schutz e a antropologia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. p. 9-33.
- VEIGA, J. E. da. *Cidades imaginárias*: o Brasil é menos urbano do que se calcula. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.
- WOORTMANN, K. “Com parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. In: ANUÁRIO Antropológico 87. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: Universidade de Brasília, 1990. p. 11-73.

Os jovens de uma cidade de médio porte no Brasil

Sílvio Marcus de Souza Correa

Apesar das diferenças regionais, os jovens de cidades médias, tanto setentrionais quanto meridionais do Brasil, têm em comum o fato de se encontrar num hiato geográfico entre a ruralidade do interior e a urbanidade das áreas metropolitanas. Na sociologia brasileira, esses jovens quase não figuram nas pesquisas, cuja ênfase recai sobre os jovens (sub)urbanos das grandes metrópoles, muitas delas litorâneas. Apesar de o interesse dos pesquisadores brasileiros sobre a juventude rural ter crescido nos últimos anos (BRUMER, 2002; CARNEIRO, 2005; PEREIRA, 2004; SILVESTRO et al, 2001), os jovens das cidades de médio porte permanecem numa “terra incógnita” da sociologia da juventude no Brasil. O presente artigo apresenta algumas considerações gerais sobre os jovens de uma cidade de médio porte a partir dos dados de uma pesquisa social empírica realizada em maio de 2004, na cidade de Santa Cruz do Sul, capital regional do Vale do Rio Pardo (RS).

Santa Cruz do Sul no contexto regional

A cidade de médio porte de Santa Cruz do Sul situa-se a 148 quilômetros da capital do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Composta por 15 municípios, sua região de abrangência tem como base econômica a fumicultura. O estabelecimento das principais multinacionais dessa agroindústria em Santa Cruz do Sul faz do seu distrito industrial o maior pólo industrial da região. Pelo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população total dos 15 municípios da região de Santa Cruz do Sul era de 305.386 habitantes em 2000, sendo que cerca de 30% destes residiam na capital regional.

Com base no Atlas do desenvolvimento humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pode-se perceber que a região de Santa Cruz apresenta uma acentuada desigualdade intra-regional, que se expressa de várias formas. Entre elas, destaca-se a desigual distribuição demográfica entre os 15 municípios, especialmente de jovens entre 18 e 22 anos de idade.

Ao se analisar a distribuição demográfica dos jovens, constata-se que a desigualdade intra-regional não se limita a termos quantitativos. Percebe-se igualmente uma concentração espacial de jovens com maior escolaridade na capital regional (Santa Cruz do Sul) e na cidade vizinha de

Venâncio Aires. Tal concentração pode representar um problema de alocação de “recursos humanos” para a região. Considerando-se o percentual de jovens em formação de nível superior, tem-se uma configuração distinta do mapa anterior. Com base no Atlas do desenvolvimento humano do PNUD, pode ser percebida a concentração de jovens estudantes universitários entre 18 e 24 anos de idade na região do Vale do Rio Pardo (RS).

Conforme dados das secretarias municipais de educação das cidades de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, ambos municípios somam 17 estabelecimentos públicos e particulares de ensino médio, enquanto que os demais 13 municípios da região contam com apenas 16 (CORREA et al., 2002). Isso significa que a metade da oferta escolar para adolescentes e jovens dessa região se concentra em dois municípios. Assim, conclui-se que a concentração espacial de jovens estudantes em Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires é um desdobramento do próprio sistema escolar de ensino médio. Além disso, a distribuição espacial da estrutura universitária na região é outro fator importante, pois o campus central da Universidade de Santa Cruz do Sul se localiza na cidade homóloga, e outro campus foi inaugurado em Venâncio Aires em 2004.

Originalmente núcleo de uma colonização alemã fundada em 1849, Santa Cruz do Sul é hoje uma capital regional, sendo desde as últimas décadas o principal ponto de destino da migração interna de jovens da sua região de abrangência. Segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e da Universidade Estadual de Campinas (2000), essa nova configuração do fluxo migratório está vinculada à dinâmica econômica regional das últimas décadas, que tem promovido o incremento de certas redes urbanas, principalmente no sul do Brasil.

Essa tendência já foi verificada em outros países de grande extensão geográfica, como o Canadá, onde as cidades de médio porte têm desempenhado um papel importante na nova configuração espacial e econômica das últimas décadas, especialmente no que tange à (re)alocação industrial e à distribuição territorial dos recursos humanos (BRUNEAU, 1989). No caso brasileiro, os dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000) já acusam um recuo da distância nos deslocamentos migratórios devido à emergência de cidades de porte médio enquanto pontos de atração da migração interna em escala intra-regional e inter-regional.

Em nível nacional, a importância das cidades médias para uma nova distribuição espacial do contingente migratório, especialmente de jovens, já foi percebida no final da década de 70 (ANDRADE; LODDER, 1979). No final dos anos 90, um estudo ratificou a relação das cidades médias

emergentes com a dinâmica populacional (ANDRADE; SERRA, 1998), seguido de um outro, porém em nível regional, sobre a importância das cidades médias para a desconcentração populacional na Região Sul do Brasil (SERRA, 1999). Apesar de contribuições recentes sobre a migração e a mobilidade social nas grandes metrópoles brasileiras, como São Paulo (JANNUZZI, 2000), pesquisas sobre as novas tendências migratórias têm ressaltado a importância das redes urbanas e das cidades de médio porte para a distribuição espacial do capital humano (CORREA, 2003). Nesse sentido, a concentração de jovens em cidades de médio porte é um fenômeno recente, que se explica, entre outros fatores, pela atratividade dessas cidades em termos de educação, emprego, lazer e entretenimento. Assim, a cidade de médio porte representa para muitos jovens um espaço de vivência moderado entre os extremos rural e metropolitano do Brasil hodierno.

Considerando-se a relação entre o crescimento demográfico da população geral no Brasil nas últimas décadas e o crescimento da população juvenil (POCHMANN, 2004), o expressivo número de jovens na composição demográfica atual da cidade de Santa Cruz do Sul permite inferir uma forte atratividade urbana tanto face aos jovens migrantes quanto face aos seus naturais. A oferta de serviços, especialmente de educação, e a importância do seu mercado de trabalho em nível regional possibilitam que Santa Cruz do Sul, como as demais cidades de médio porte, desempenhe um novo papel na rede urbana regional e na redistribuição espacial dos jovens. Além da forte atração que a capital regional exerce sobre os jovens rurais da região, há também um retorno de jovens. Esse refluxo migratório é, no entanto, ainda pouco estudado.

A atratividade de Santa Cruz do Sul tem como uma de suas causas principais o fato de que ela é uma das mais importantes cidades na produção de riqueza do estado do Rio Grande do Sul. Ela ocupa também uma posição de destaque, em nível nacional, de acordo com o índice de desenvolvimento humano do PNUD. Além disso, Santa Cruz do Sul ocupa a 105ª posição nos 200 municípios que apresentam padrão de vida adequado entre os 5.507 municípios brasileiros, conforme o Atlas da Exclusão Social no Brasil (POCHMAN; AMORIM, 2003).

Ser jovem numa cidade de médio porte

Com base no censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000), a população brasileira entre 15 e 24 anos corresponde a 20% do total de 169.872.856 habitantes. Ainda com base nos dados oficiais, em torno de 80% dos jovens brasileiros vivem em meio urbano e 20% em meio rural. Cabe salientar que José Eli da Veiga (2002) já demonstrou a limitação

metodológica da definição rural/urbano adotada pelo IBGE. Sociólogos e antropólogos, como Pereira (2004) e Carneiro (2005), criticaram por seu turno certas definições do rural em pesquisas sobre a juventude rural brasileira. No caso de Santa Cruz do Sul, o rural e o urbano se confundem em vários níveis. Além disso, a migração do campo para a periferia da cidade favorece uma territorialização semi-urbana ou semi-rural dos contornos da capital regional. Apesar das dificuldades que a divisão entre rural e urbano apresenta para a análise sociológica dos jovens de uma cidade de médio porte, deve-se atentar para a origem rural dos pais ou dos próprios jovens migrantes.

Entre o rural e o urbano, a cidade de médio porte de Santa Cruz do Sul contava com 107.632 habitantes, entre os quais 22% se encontravam na faixa etária de 15 a 24 anos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2000). Mas seriam esses os jovens? Vale lembrar que a juventude não se reduz a uma fase do ciclo da vida. Imbricada a uma idade biológica de fronteiras muito tênues, a juventude é composta por uma idade social que varia também conforme as sociedades.

Em sua crítica polêmica ao conceito de juventude, Pierre Bourdieu (1980) ressaltou que o início da juventude – assim como o da riqueza – quase sempre escapa à definição sociológica. Por isso, toda a faixa etária é arbitrária e revela o quanto toda idade é um dado biológico socialmente manipulável. Apesar de haver um certo consenso sobre as fronteiras fluidas da juventude, sociólogos de vários países têm mostrado que ela é mais do que uma palavra (HAMEL, 1999). Mas se a juventude se inscreve e se evidencia na experiência cotidiana, isso não significa que – em termos sociológicos – possam ser discernidos facilmente seus apanágios.

Para este texto introdutório sobre os jovens de uma cidade de médio porte no sul do Brasil, fez-se um recorte etário (de 15 e 24 anos) com o fito de poder agrupar *ex ante* um número de entrevistados sob a denominação de “jovens”. Uma validação *ex post* do grupo pré-estabelecido foi conferida pela análise comparativa entre os entrevistados de 15 e 24 anos com outros de recorte etário não menos arbitrário (adultos e idosos). Assim, a correspondência entre as idades biológicas e sociais validou a pertinência do grupo de jovens entre 15 e 24 anos. Isso não significa que os jovens formem uma unidade social, um grupo constituído *per si* e dotado de interesses comuns. Como já advertiu Bourdieu (1980), uma fase biológica e social não tem necessariamente o mesmo significado para um jovem operário e um outro camponês, por exemplo, e o fato de ambos se encontrarem na mesma faixa etária não necessariamente os aproxima em diversos aspectos da vida social. No entanto, obras coletivas recentes têm mostrado

que há aspectos transversais aos jovens que lhes garantem um certo lastro sociológico enquanto grupo (CASTRO, 2005; GALLAND; ROUDET, 2005; LEBLANC; MOLGAT, 2004; PRONOVOST; ROYER, 2004).

De um modo geral, a idade social conferida aos jovens pode ser vista como uma antecâmara da vida adulta. Como apontam os trabalhos de Galland (1991, 1993, 1996), ela pode ser traduzida pela passagem do *foyer* familiar para um outro, do tipo *single* ou de coabitação baseado em laços sociais (residência com amigo(a) ou colega) ou afetivos (com namorado(a), companheiro(a) ou cônjuge), e pela passagem do meio escolar ou de formação para o profissional. No entanto, em muitos casos essa passagem não transcorre num *continuum*. Há um “desencaixe” na sociedade brasileira atual que dificulta a conquista simultaneamente de autonomia econômica, residencial e afetiva.

Ter como parâmetro essa tríade de autonomia como apanágio do *status* de adulto, ou seja, como ponto de zênite na trajetória biográfica do indivíduo social pode reduzir a condição juvenil àquela de um mero devir para a idade adulta. Disso poderia resultar uma interpretação negativa da juventude, isto é, pela falta ou por aquilo que ainda não se apresenta como se espera na maturidade tanto biológica como social dos indivíduos. Na sociologia francesa, Bessin (1994), Gaullier (1995) e Roulleau-Berger (1999) demonstraram as limitações, inclusive históricas, do modelo interpretativo linear da condição juvenil enquanto devir adulto.

Na sociedade contemporânea brasileira, a mobilidade das fronteiras das idades biológicas e sociais tem provocado uma confusão geral sobre as representações juvenis. Apesar de as fronteiras sociais e culturais de uma faixa etária variarem de uma sociedade para outra, assiste-se, de um modo geral, a um prolongamento da juventude nas sociedades ocidentais. Mas se há o prolongamento de uma idade e o estreitamento de outras, não se deve confundi-los com o rejuvenescimento e o envelhecimento, que ocorrem a partir de leis específicas a cada campo social, como bem demonstrou Pierre Bourdieu em relação à moda e à produção artística e literária.

Entre os jovens entrevistados, alguns situados nos extremos da faixa etária (de 15 a 24 anos), percebe-se que eles provavelmente se enquadrariam nas denominações igualmente polêmicas de adolescentes e jovens adultos. Isso não apenas porque eles se encontram nos limites de uma idade biológica, mas também porque se encontram nas fronteiras de uma idade social.

Um dos apanágios do tipo ideal dessa idade social nas sociedades modernas é a circunscrição dos jovens ao meio estudantil e/ou de formação

profissional e, por conseguinte, a uma participação ínfima no processo produtivo. Essa posição marginal em termos econômicos tem correlação com uma posição similar em termos sociais e políticos quando observada a participação dos jovens nos processos de distribuição de riqueza e poder decisório. A situação econômica dos jovens lhes confere uma dependência familiar. Diferentemente do que ocorre com as crianças, a dependência econômica dos jovens não implica uma dependência social e cultural. Entre outros aspectos, o exercício de circular em certos espaços públicos sem tutoria é mais um diferencial do jovem em relação à criança. Enquanto a circulação das crianças ocorre necessariamente com a presença parental ou de outras pessoas com tutoria delegada pelos pais (*baby-sitter*, familiares ou adultos com a devida autorização dos legítimos responsáveis), a circulação dos jovens é praticamente autônoma e independente dos pais. O livre exercício de ir e vir intensifica o processo de interação social dos jovens, por meio do qual ocorre a circulação de novas idéias e valores que não necessariamente são compartilhados com os pais. Se os adolescentes ainda precisam dizer com quem e onde estão e voltar para casa na hora marcada, a partir dos 18 anos os jovens gozam de maior autonomia e emancipação.

Na sua maioria, os jovens entrevistados moram com os pais, não exercem atividades remuneradas e – apesar de suas particularidades – comungam de muitas opiniões com os adultos e idosos. Afinal, a transmissão de valores não poderia ocorrer se entre as gerações houvesse um curto-circuito total. Estudos recentes sobre os jovens têm demonstrado a importância de aspectos simbólicos herdados (CHARBONNEAU, 2004). Transmitidos pelo patrimônio familiar, alguns valores podem servir de pontos de referência para as narrativas identitárias dos jovens.

A característica comum aos jovens de uma cidade de médio porte e que será enfatizada a seguir não é algo inerente ou herdado por cada um via patrimônio familiar, mas externo, que perpassa por todos os jovens entrevistados, apesar de suas diferentes trajetórias. Trata-se da vivência em uma cidade de médio porte. Essa experiência depende e, por conseguinte, varia conforme a constelação de capital econômico, cultural, social e simbólico dos jovens e de suas famílias. Como salientou Simard (1999), as práticas dos jovens devem ser consideradas no seu contexto espacial, pois de acordo com a região (periférica, intermediária ou central, urbana, semi-urbana ou rural) a disponibilidade de emprego e/ou o acesso a serviços (de educação, saúde, transporte, comunicação, entretenimento e lazer) variam.

As considerações a seguir têm como base de dados uma pesquisa social empírica realizada em maio de 2004, pela equipe do Núcleo de Pesquisa Social da Universidade de Santa Cruz do Sul, com apoio financeiro da

Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (Fapergs). Para fins de amostragem, o número de entrevistas (N = 549) apresenta 3% de margem de erro. Para análise comparativa com as demais faixas etárias, o número de entrevistados entre 15 e 24 anos foi redimensionado por uma amostragem extra, que elevou para 25,3% o número de jovens do total de entrevistados.

Faixa etária	Frequência	Percentual
15 a 24 anos	139	25,3
25 a 34 anos	109	19,9
35 a 44 anos	111	20,2
45 a 59 anos	117	21,3
60 anos ou mais	73	13,3
Total	549	100,0

Para descrever o perfil dos jovens de uma cidade de médio porte foram escolhidas as seguintes variáveis: moradia, estado civil, escolaridade, renda familiar e inserção no mercado de trabalho. Mudanças no perfil dos jovens segundo o gênero e a localidade (rural ou urbana) foram igualmente observadas.

Sobre a moradia dos jovens, os dados apontaram para maioria (52,2%) domiciliar em coabitação parental. Entre os jovens sob coabitação monoparental, 92,3% residiam com a mãe. Ainda 3,7% dos jovens residiam com outros parentes e 33,8% declararam não residir nem com os pais nem com outros parentes.

Dos jovens que deixaram o *foyer* parental, 73,9% eram do sexo feminino. Em relação aos jovens independentes do sexo masculino, as jovens apresentavam um maior percentual com baixa escolaridade (41,2% contra 25% dos jovens com fundamental incompleto) e um maior percentual com nível superior (23,5% contra 16,7% dos jovens com ensino superior). Entre os jovens que deixaram o *foyer* parental, 47,6% declararam estar casados ou em união estável e 43,5% mencionaram estar exercendo atividade remunerada. Entre as jovens, 67,6% encontravam-se economicamente inativas e 50% estavam casadas ou em união estável. Por isso, o seu *départ* está mais correlacionado com a constituição de um casal e/ou uma nova família do que com a independência financeira. Talvez mais independentes, 36,4% dos rapazes declararam estar casados ou vivendo sob união estável e apenas 25% deles não exerciam atividades remuneradas.

Os jovens ainda residentes no domicílio parental apresentavam um perfil diferente. De um modo geral, a coabitação familiar parece resguardar os jovens de uma inserção precoce no mercado de trabalho e prolon-

gar sua trajetória escolar. 74,3% dos jovens que residiam com os pais não exerciam atividades remuneradas e 32,4% apresentavam escolaridade fundamental incompleta. Em residência de família monoparental, cai para 67,5% o percentual de jovens que não trabalhavam e sobe para 46,2% o percentual de jovens com trajetória escolar curta, isto é, com ensino fundamental incompleto.

Nível de escolaridade	Frequência	Percentual
Fundamental incompleto	48	34,5
Fundamental completo	13	9,4
Médio incompleto	39	28,1
Médio completo	19	13,7
Superior incompleto	15	10,8
Superior completo	5	3,6
Total	139	100,0

Ao se cruzar a variável escolaridade com a variável gênero, percebe-se uma mudança no perfil dos jovens. Enquanto que 46,9% dos rapazes apresentavam uma trajetória escolar curta (com o ensino fundamental incompleto), apenas 24% das jovens encontravam-se nessas condições escolares. No nível superior incompleto, tem-se apenas 3,1% dos jovens contra 24% das jovens.

Quanto à participação dos jovens na produção, 25% dos jovens economicamente ativos declararam exercer atividades remuneradas sem carteira de trabalho assinada. Em relação ao gênero, o percentual de jovens economicamente ativos no mercado informal cai para 20% entre as jovens, enquanto este percentual sobe para 29% entre os rapazes.

Em relação ao estado civil dos jovens de Santa Cruz do Sul, 82,5% eram solteiros; 10,9%, casados; 5,1% em união estável; e 1,4%, separados ou divorciados. Quanto à moradia, 78,4% dos jovens residiam no meio urbano e 21,6% no meio rural. Em comparação à média nacional obtida pela amostra da pesquisa do Projeto Juventude (ABRAMO, 2005), percebe-se um maior percentual de solteiros e um menor percentual em relação marital entre os jovens de Santa Cruz do Sul.

Entre a população juvenil rural e urbana há diferenças em relação à trajetória escolar, ao casamento e à inserção no mercado de trabalho. Os jovens do meio rural apresentavam menores taxas de escolarização, casavam-se e começavam a trabalhar mais cedo, estando mais expostos às relações de trabalho não contratuais do que os urbanitas. Cabe salientar que a curta trajetória escolar e a condição precária de trabalho entre os jovens

rurais de Santa Cruz do Sul são características gerais da juventude rural brasileira (CARNEIRO, 2005).

É mister atentar para uma particularidade do meio rural de Santa Cruz do Sul. Trata-se do predomínio da fumiicultura em regime de pequena propriedade familiar. Na agricultura familiar, o trabalho juvenil pode assumir formas de exploração na própria unidade doméstica de produção. No entanto, eventuais formas de exploração do trabalho infantil ou juvenil são dificilmente percebidas internamente pelos pais e filhos envolvidos na faina agrícola. Normalmente, pais e filhos compartilham os valores locais. Assim, os jovens acabam exercendo atividades não remuneradas e não contratuais, notadamente em forma de “solidariedade familiar”.

Em relação ao trabalho e ao gênero, o percentual de jovens economicamente ativos no mercado informal cai para 20% entre as jovens, enquanto que, entre os rapazes, este percentual sobe para 29%. Cabe salientar que 25% dos jovens economicamente ativos declararam exercer atividades remuneradas sem carteira de trabalho assinada.

A cidade de médio porte pela percepção dos seus jovens

A opinião dos jovens sobre os vários aspectos da cidade de Santa Cruz do Sul foi observada mediante 12 variáveis sobre diversos enunciados. Embora crítica, a opinião positiva dos jovens expressa uma percepção das limitações estruturais de uma cidade de médio porte. A frequência das variáveis a seguir permite uma análise descritiva da opinião juvenil.

Enunciado 1: Em Santa Cruz do Sul não há emprego para mim		
	Frequência	Percentual
Discordo plenamente	14	10,1
Discordo	70	50,4
Concordo	44	31,7
Concordo plenamente	4	2,9
Subtotal	132	95,0
Não sabe/não respondeu	7	5,0
Total	139	100

A opinião majoritária entre os jovens (63,6%) foi otimista com relação ao mercado de trabalho, permitindo inferir confiança na oferta de empregos e autoconfiança na própria demanda por empregos. Sobre a autoconfiança dos jovens, deve-se mencionar duas condições próprias do grupo que reforçam essa opinião favorável ao mercado de trabalho de uma cidade

de médio porte. Em primeiro, destaca-se a qualificação de uma fração do grupo, que lhe permite uma posição vantajosa na concorrência empregatícia, mesmo em relação a candidatos de outras faixas etárias. Já para uma outra fração do grupo, maior em termos quantitativos, a força física e a vitalidade juvenil contam em demasia. Trata-se de um subgrupo numeroso de jovens com potencial de inserção no mercado de trabalho em setores não qualificados e, predominantemente, em atividades braçais ou mecânicas.

Enunciado 2: Em Santa Cruz do Sul não há emprego para meus familiares aptos para trabalhar

	Frequência	Percentual
Discordo plenamente	19	13,7
Discordo	83	59,7
Concordo	30	21,6
Concordo plenamente	4	2,9
Subtotal	136	97,8
Não sabe/não respondeu	3	2,2
Total	139	100

Em relação à oferta de emprego para seus familiares, a posição otimista dos jovens (75%) apresentou-se mais veemente do que em relação às suas chances no mercado de trabalho. Essa opinião dos jovens se mostrou igualmente a mais otimista em relação a todas as outras faixas etárias. Se, entre eles, 75% discordam que não há emprego para seus familiares aptos para trabalhar, apenas 60% dos entrevistados com 60 anos ou mais têm a mesma opinião.

Enunciado 3: Em Santa Cruz do Sul a situação econômica é difícil

	Frequência	Percentual
Discordo plenamente	7	5,0
Discordo	47	33,8
Concordo	75	54,0
Concordo plenamente	8	5,8
Subtotal	137	98,6
Não sabe/não respondeu	2	1,4
Total	139	100

Apesar do otimismo dos jovens em relação à oferta de empregos, a maioria (59,8%) concordou que a situação econômica está difícil. Essa opinião é consensual entre todas as faixas etárias e, portanto, não está relacionada unicamente aos jovens.

Enunciado 4: Em Santa Cruz do Sul não tenho mais como ascender		
	Frequência	Percentual
Discordo plenamente	20	14,4
Discordo	79	56,8
Concordo	27	19,4
Concordo plenamente	3	2,2
Subtotal	129	92,8
Não sabe/não respondeu	10	7,2
Total	139	100

O otimismo juvenil frente à ascensão não tem relação simplesmente com o ciclo da vida e as chances que podem ser renovadas em fases posteriores, que vão diminuindo no decorrer da vida. Embora seja a correlação estatisticamente significativa em primeiro nível (< 001), ou seja, quanto maior a idade, menor a perspectiva de ascensão, as atuais mudanças na estrutura socioeconômica de Santa Cruz do Sul corroboram o otimismo juvenil. Em geral, a modernização pela qual passam as cidades de médio porte contribui para uma mobilidade social sem precedentes na história recente do país.

Enunciado 5: Em Santa Cruz do Sul não ocorrem mudanças ou elas são muito lentas		
	Frequência	Percentual
Discordo plenamente	16	11,5
Discordo	57	41,0
Concordo	56	40,3
Concordo plenamente	3	2,2
Subtotal	132	95,0
Não sabe/não respondeu	7	5,0
Total	139	100

Apesar da constatação de que a maioria dos jovens (55,3%) discorda do ritmo lento das mudanças, essa opinião não é apanágio juvenil. Os entrevistados de outras faixas etárias compartilharam também da mesma opinião. O fato de um mesmo percentual de jovens, adultos e idosos perceberem as mudanças num mesmo ritmo (portanto, acelerado) não significa que estas os envolvam da mesma maneira.

Enunciado 6: Em Santa Cruz do Sul, o pessoal não tem a ver comigo

	Freqüência	Percentual
Discordo plenamente	17	12,2
Discordo	87	62,6
Concordo	22	15,8
Concordo plenamente	5	3,6
Subtotal	131	94,2
Não sabe/não respondeu	8	5,8
Total	139	100

A forte identificação dos jovens com os demais habitantes da cidade pôde inferir uma certa homogeneidade, predominante numa cidade de médio porte. Embora a identificação se manifestasse de forma consensual em todas as faixas etárias, a análise de regressão demonstrou que a identificação com os outros tem mais peso sobre o sentimento de integração social dos jovens do que sobre os entrevistados com 60 anos ou mais.

**Enunciado 7: Em Santa Cruz do Sul não existe solidariedade/
união entre as pessoas**

	Freqüência	Percentual
Discordo plenamente	8	5,8
Discordo	82	59,0
Concordo	40	28,8
Concordo plenamente	7	5,0
Subtotal	137	98,6
Não sabe/não respondeu	2	1,4
Total	139	100

Sobre a existência de solidariedade entre as pessoas em Santa Cruz do Sul, os jovens compartilharam da mesma opinião dos adultos e dos idosos. A crença numa solidariedade entre as pessoas pode traduzir uma coesão social, fomentada por instituições como a família e a comunidade religiosa, fortemente presentes nas vidas de muitos entrevistados.

**Enunciado 8: Em Santa Cruz do Sul, os jovens não têm alternativas
educacionais e/ou profissionais**

	Freqüência	Percentual
Discordo plenamente	18	12,9
Discordo	68	48,9
Concordo	47	33,8
Concordo plenamente	3	2,2

Subtotal	136	97,8
Não sabe/não respondeu	3	2,2
Total	139	100

Também em consenso com adultos e idosos, a maioria dos jovens (63,2%) discordou da falta de alternativas educacionais e/ou profissionais. Embora apenas 36,8% dos jovens concordassem com um *gap* de alternativas educacionais e/ou profissionais, este percentual foi o mais alto em relação à concordância dos adultos (30%) e dos idosos (20,3%). Significa que o maior grupo de críticos a essas alternativas encontrava-se entre seus próprios beneficiários diretos.

Enunciado 9: Em Santa Cruz do Sul são deficientes os serviços de saúde, transporte e comunicação

	Frequência	Percentual
Discordo plenamente	17	12,2
Discordo	62	44,6
Concordo	49	35,3
Concordo plenamente	3	2,2
Subtotal	131	94,2
Não sabe/não respondeu	8	5,8
Total	139	100

Com relação à eficiência dos serviços de saúde, transporte e comunicação, a maioria dos jovens (60,3%), assim como a maioria dos adultos (73%) e dos idosos (71,2%), pareceu satisfeita. Entre aqueles que opinaram de forma crítica, os jovens representaram o maior número. Enquanto que 27% dos adultos e 28,8% dos idosos concordaram com a deficiência desses serviços, essa mesma opinião foi mencionada por 37,5% dos jovens.

Enunciado 10: Em Santa Cruz do Sul não há muito o que fazer em termos de entretenimento/lazer

	Frequência	Percentual
Discordo plenamente	20	14,4
Discordo	67	48,2
Concordo	42	30,2
Concordo plenamente	4	2,9
Subtotal	133	95,7
Não sabe/não respondeu	6	4,3
Total	139	100

O consenso demonstrado (entre os entrevistados jovens, adultos e idosos) em relação às atividades lúdicas na cidade permitiu inferir um contentamento geral, que acusa a correspondência entre a demanda das diferentes faixas etárias e a oferta de uma cidade de médio porte em termos de entretenimento e/ou lazer. A média de descontentamento entre os três grupos de entrevistados (jovens, adultos e idosos) foi – como em casos anteriores – de 33%.

Enunciado 11: Em Santa Cruz do Sul não há futuro

	Frequência	Percentual
Discordo plenamente	27	19,4
Discordo	96	69,1
Concordo	11	7,9
Concordo plenamente	3	2,2
Subtotal	137	98,6
Não sabe/não respondeu	2	1,4
Total	139	100

Sobre o dever da cidade, não há correlação estatisticamente significativa entre essa variável de percepção do futuro e as faixas etárias. Entre os entrevistados jovens, adultos e idosos, foram os adultos que expressaram maior otimismo frente ao futuro da cidade. Entre os pessimistas não há uma variação significativa do percentual entre os três grupos de idade. Cabe salientar que, em estudos recentes sobre os jovens brasileiros (ABRAMO, 2005; LASSANCE, 2005) e particularmente sobre os jovens rurais (CARNEIRO, 2005), o otimismo juvenil foi igualmente apontado.

Enunciado 12: Em Santa Cruz do Sul há muito controle pelas gerações mais velhas

	Frequência	Percentual
Discordo plenamente	20	14,4
Discordo	67	48,2
Concordo	41	29,5
Concordo plenamente	2	1,4
Subtotal	130	93,5
Não sabe/não respondeu	9	6,5
Total	139	100

Em relação a um forte controle do município pelas gerações mais velhas, a maioria dos entrevistados – jovens (66,9%), adultos (72%) e idosos (50%) – discordou. A percepção que os jovens tinham da cidade de Santa Cruz do Sul demonstrou uma avaliação positiva que, em vários pontos,

convergiu para aquela de adultos e idosos. As opiniões consensuais não servem para insinuar que a juventude é apenas uma palavra, pois o consenso *inter-groups* pode esconder algumas particularidades do *intra-group*.

Se 71,2% dos jovens avaliaram sua integração social na cidade como satisfatória ou muito satisfatória, essa mesma avaliação foi feita por 76,6% dos adultos e 82,2% dos idosos. Apesar do fato de que a maioria dos três grupos considerou satisfatória ou muito satisfatória sua integração social, as causas para essa avaliação positiva variaram de um grupo para outro. No entanto, para poder aprofundar o estudo sobre as particularidades dos jovens, seriam necessárias análises de variáveis múltiplas que extrapolam o quadro de uma apresentação introdutória.

Em relação às doze variáveis apresentadas nas páginas anteriores, foi testada a variação perceptiva dos jovens conforme as variáveis gênero, escolaridade, renda e estado civil. Esses indicadores clássicos, no entanto, não interferiram na opinião dos entrevistados entre 15 e 24 anos. Com exceção de uma delas, houve uma pequena diferença na percepção dos jovens segundo o gênero. Pelo cruzamento das variáveis “gênero” e “opinião sobre o futuro da cidade”, as jovens apresentaram uma opinião mais radicalmente negativa sobre a falta de futuro da cidade do que os rapazes.

A escolaridade não apresentou nenhuma correlação estatisticamente significativa com as 12 variáveis sobre a cidade de Santa Cruz do Sul. A percepção dos jovens a respeito da cidade também não variou de forma significativa em relação ao estado civil ou à renda média.

O fato de predominarem opiniões consensuais sobre uma cidade de médio porte entre diferentes idades não significa que as coortes sejam irrelevantes para a análise sociológica. Da mesma forma, as poucas clivagens surgidas com o uso de filtros (como, por exemplo, os de renda e escolaridade) não permitem afirmar categoricamente que as opiniões dos entrevistados – independentemente de suas idades sociais e biológicas – não têm relação com suas posições sociais. No entanto, a interferência das posições sociais dos entrevistados em suas opiniões não ocorre de forma tão simplista. O distanciamento social entre entrevistados de uma mesma idade não corresponde necessariamente a uma equidistância ideológica. O que os dados permitem inferir, mediante uma análise descritiva, é que a percepção dos jovens sobre a cidade de médio porte está relacionada a uma consciência discursiva, ou seja, àquilo que os atores são capazes de dizer (ou expressar verbalmente) acerca das condições sociais (GIDDENS, 2003, p. 440). Nesse sentido, os jovens dessa cidade de médio porte demonstraram ter, na maioria dos casos, opiniões semelhantes às de entrevistados adultos e idosos. E por que deveria ser diferente?

A percepção particular dos jovens migrantes

Se os indicadores clássicos não permitem clivagens entre os jovens no que tange às suas opiniões sobre a cidade, estas se diferem quando se tem por filtro a naturalidade dos entrevistados. As opiniões dos jovens migrantes se distinguiram, em vários aspectos, daquelas dos jovens naturais de Santa Cruz do Sul e apresentaram, nestes casos, uma correlação estatisticamente significante.

Sobre a oferta de emprego para os jovens, os migrantes divergiram dos naturais (Pearson Chi-Square = ,002), sendo que os migrantes se mostraram mais otimistas. Em relação à oferta de emprego para seus familiares, o otimismo também é mais forte entre os jovens migrantes. Sobre a situação econômica difícil, os jovens migrantes discordaram mais radicalmente dessa afirmativa do que os naturais (Pearson Chi-Square = ,003).

No que concerne às mudanças na cidade e ao seu ritmo, os jovens migrantes e naturais apresentaram opiniões divergentes (Pearson Chi-Square = ,074). Os migrantes superestimaram essas mudanças em relação aos naturais. Quanto às alternativas educacionais e/ou profissionais, há também opiniões predominantemente contrárias entre os dois grupos e, novamente, uma superestimação por parte dos migrantes (Pearson Chi-Square = ,016). A eficácia dos serviços de saúde, de transporte e de comunicação faz divergir igualmente as opiniões dos jovens migrantes das opiniões dos naturais. A grande maioria dos jovens migrantes (88,5%) discordou da precariedade desses serviços, enquanto que a metade (50%) dos naturais opinou em contrário (Pearson Chi-Square = ,000).

Os jovens migrantes também consideraram, em oposição à maioria dos naturais, que o município não é muito controlado pelos mais velhos (Pearson Chi-Square = ,004). Apesar de opiniões mais positivas sobre a cidade de Santa Cruz do Sul em relação aos jovens naturais, os jovens migrantes avaliaram sua integração social de forma mais satisfatória do que os outros. Tal como no perfil dos jovens naturais, 65,8% dos migrantes entre 15 e 24 anos não exercem atividades remuneradas; portanto, a integração social destes ainda não ocorre via inserção no mercado de trabalho. Cabe salientar que a trajetória escolar dos jovens migrantes não se difere daquela dos naturais.

Entre os jovens que exercem atividades remuneradas, as ocupações exercidas pelos jovens tanto migrantes como naturais acusaram o predomínio de atividades manuais com baixa remuneração e sem muitas garantias legais. Além da falta de qualificação profissional da maioria dos jovens, a quantidade e a qualidade da oferta de empregos no atual merca-

do de trabalho local poderiam dificultar sua integração social num futuro próximo. Para Wink (2000, p. 222), o fluxo migratório – aliado ao intenso processo de mecanização da indústria e à incapacidade de outros setores em absorver satisfatoriamente a mão-de-obra disponível – teria gerado um aumento considerável no número de desempregados, causando ao mesmo tempo a expansão das áreas periféricas e o aumento da população marginalizada em Santa Cruz do Sul.

Considerações finais

A tarefa do sociólogo seria muito fácil se as opiniões fossem classificáveis unicamente pela posição social de origem ou adquirida dos entrevistados e se para cada idade social houvesse – apesar das desigualdades internas – uma constelação própria de idéias e valores. Porém, a realidade social é muito mais complexa. Apesar das enormes desigualdades sociais no Brasil e, por conseguinte, das distâncias socioeconômicas e culturais entre os jovens, suas opiniões sobre uma cidade de médio porte revelam um otimismo presente igualmente entre adultos e idosos. Esse otimismo já demonstrado em estudo anterior com jovens estudantes da região (SCHMIDT, 1996) pode estar relacionado à baixa massa crítica em cidades interioranas do Brasil. No entanto, recentes estudos sobre a juventude brasileira também apontam para uma imagem positiva dos jovens em relação ao futuro (ABRAMO, 2005).

A tendência otimista entre os jovens de Santa Cruz do Sul pode também ser interpretada de forma diferenciada daquela presente em entrevistados de outras faixas etárias. Isso não significa que os jovens de uma cidade de médio porte formem uma unidade social, um grupo dotado de interesses comuns. A percepção favorável dos jovens de uma cidade de porte médio acerca do seu *locus* de vivência não significa que sua percepção sobre a realidade brasileira seja igualmente favorável. Schmidt (2001) já demonstrou que os jovens brasileiros, em geral, apresentam alto grau de insatisfação com a realidade política. Provavelmente, a percepção dos jovens discerne diferentes realidades (econômica, social, política, etc.) e em diferentes dimensões (local, regional e nacional, micro e macro, pública e privada, etc.), o que permite, em alguns casos, uma certa ambivalência.

Para melhor compreender as opiniões dos jovens sobre a cidade de Santa Cruz do Sul, seu futuro, etc., deve-se levar em conta não apenas a sua relação com os demais grupos de idade, mas também a relação destes com a própria cidade de médio porte. Destaca-se aqui o baixo índice de exclusão social em Santa Cruz do Sul (POCHMAN; AMORIM, 2003), que acusa igualmente condições de vida adequadas não apenas para os jo-

vens, mas também para outras idades sociais quando comparadas com outras cidades brasileiras.

Em Santa Cruz do Sul, a expansão e a diversificação do seu mercado de trabalho têm permitido uma mobilidade social estrutural que contribui para o otimismo, especialmente dos jovens. Como a mobilidade social predominante não é do tipo circular, os jovens conseguem mais facilmente preencher as demandas inerentes às mudanças de ordem estrutural. Isso quer dizer que não há concorrência acirrada entre as gerações tanto por postos de trabalho como por outras formas de alocação de recursos, o que, aliás, pode atenuar um eventual ou suposto “conflito de gerações”. Para os adultos de um modo geral, os jovens não são concorrentes ainda. Talvez a concorrência assuma contornos mais competitivos nos estratos ocupacionais não qualificados, onde as atividades braçais ou mecânicas colocam os jovens em vantagem face aos mais velhos, já combatidos fisicamente. Além do mais, os jovens candidatos a essas vagas na indústria ou na construção civil são, geralmente, aqueles sem suporte econômico familiar. Essa demanda por trabalho devido a um imperativo de subsistência pode levar igualmente os jovens para subempregos e/ou para atividades esporádicas ou regulares no mercado informal, quando não ilícitas.

A maioria dos jovens de Santa Cruz do Sul não exerce atividades remuneradas, ocupando seu tempo com os ensinos de nível médio, profissionalizante ou universitário e, ainda, com entretenimento e lazer. A não-produtividade da maioria dos entrevistados de 15 a 24 anos contribui para lhes inculcar a condição juvenil e levá-los a agir como tal não apenas em relação à família, da qual dependem economicamente, mas também em relação aos outros, principalmente àqueles com lugar definido na produção.

Um aspecto importante da história regional recente ajuda a esclarecer o otimismo dos entrevistados. Trata-se da mobilidade espacial e social das últimas gerações. Até a década de 70, a maioria da população de Santa Cruz do Sul se encontrava no meio rural. À mobilidade espacial das gerações anteriores seguiu-se uma mobilidade social intergeracional, que contribui para que jovens apresentem índices elevados de satisfação em relação à cidade. Os jovens de Santa Cruz do Sul têm um padrão de vida moderado pelas próprias limitações de uma cidade de médio porte. Tal moderação é construída igualmente pela representação simbólica de uma cidade de porte médio que contrasta com a monotonia das pequenas cidades e o frenesi das metrópoles brasileiras.

Esse *modus vivendi* moderado da cidade de porte médio permite uma certa proteção contra a violência urbana das grandes cidades, em que os

jovens são os principais protagonistas e também as principais vítimas. No Brasil, a violência urbana já provocou um déficit de jovens do sexo masculino na estrutura demográfica brasileira (SOARES, 2004, p. 130). Assim, percebe-se que a cidade de porte médio representa um *intermezzo* entre as vantagens e as desvantagens atribuídas socialmente aos meios rural e urbano. Ainda em relação à violência urbana, uma pesquisa com 3.500 jovens entre 15 e 24 anos, realizada em 2003 pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) em 25 estados e 198 municípios, demonstrou que a violência é o que mais preocupa os jovens brasileiros. A educação e o trabalho são os fatores que mais lhes interessam. Cabe salientar que resultados semelhantes foram obtidos na pesquisa do Projeto Juventude, cujos dados permitiram duas excelentes publicações sobre a juventude brasileira contemporânea (NOVAES; VANNUCHI, 2004; ABRAMO; BRANCO, 2005).

Mas entre a escassez dos serviços na hinterlândia e a abundância das grandes capitais brasileiras, entre a paradoxal relação “natureza” *versus* “civilização”, a situação intermediária dos jovens de uma cidade de porte médio lhes permite uma experiência singular e que pode ser bastante criativa e inovadora em termos de vivência juvenil. Apesar das particularidades, os jovens de uma cidade de médio porte apresentam também semelhanças com os jovens rurais e urbanos, notadamente naqueles aspectos já apontados por Lassance (2005) entre jovens de norte a sul do Brasil.

Referências

- ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro (Org.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.
- ABRAMO, Helena. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro (Org.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-72.
- ANDRADE, T. A.; LODDER, C. A. *Sistema urbano e cidades médias no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA / INPES, 1979. (Coleção Relatórios de Pesquisas).
- ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. *O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. (Texto para discussão, n. 554).

BESSIN, M. Les seuils d'âge à l'épreuve de la flexibilité temporelle. In: LE TEMPS et la démographie. Paris: L'Harmattan, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *Questions de sociologie*. Paris: Éditions de Minuit, 1980.

BRUMER, Anita et al. O futuro da juventude rural. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL (ALASRU), 6, 2002, Porto Alegre. *Sustentabilidade e democratização das sociedades rurais da América Latina*. Porto Alegre: [s.n], 2002. CD-ROM.

BRUNEAU, Pierre. *Les villes moyennes au Québec: leur place dans le système socio-spatial*. Québec: PUQ, 1989.

CARNEIRO, Maria J. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro (Org.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 243-261.

CASTRO, Lúcia Rabello (Org.). *Juventude contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais*. Rio de Janeiro: NIPIAC/UFRJ, 2005.

CHARBONNEAU, J. Valeurs transmises, valeurs héritées. In: PROGRAMME détaillé du XVII Congrès Internationale de l'AISLF. Tours, 2004. p. 330.

CORREA, S. M. de S. Migração e a desigual distribuição do capital humano. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, Campina Grande, v. 21, n. 2, p. 273-286, jul./dez. 2003.

CORREA, S. M. S. et al. *Agenda 21: plano estratégico de desenvolvimento do Vale do Rio Pardo*. Santa Cruz do Sul: Edunisc/COREDE VRP, 2002.

CORREA, S. M. S. *Relatório de projeto processos de exclusão social no desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: Núcleo de Pesquisa Social da Universidade de Santa Cruz do Sul, 2004.

GALLAND, Olivier. L'entrée dans la vie adulte en France. Bilan et perspectives sociologiques. *Sociologie et sociétés*, [S.l.], v. 28, n. 1, p. 37-46, 1996.

_____. La jeunesse en France. Un nouvel âge de la vie. In: CAVALLI, A.; GALLAND, O. (Dir.). *L'allongement de la jeunesse*. Paris: Actes Sud, 1993. p. 19-39. (Collection Changement Social en Europe Occidentale).

_____. *Sociologie de la jeunesse: l'entrée dans la vie*. Paris: Armand Colin, 1991.

GALLAND, Olivier; ROUDET, Bernard (Org.). *Les jeunes Européens et leurs valeurs: Europe Occidentale, Europe Centrale et Orientale*. Paris: La Découverte, 2005. (Collection Recherches).

GAULLIER, X. *Pluractivité à tout âge: Esprit*. [S.l.: s.n], 1995.

GAUTHIER, M. La jeunesse: un mot, mais combien de définitions? In: GAUTHIER, M.; GUILLAUME, J. F. (Org.). *Définir la jeunesse? D'un bout à l'autre du monde*. Sainte-Foy (Québec): Les éditions de l'IRQC, 1999. p. 9-25. (Collection Culture & Société).

GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GUILLAUME, J. F. Et pourtant, ils existent... Réflexions sur des avenues possibles en sociologie de la jeunesse. In: GAUTHIER, M.; GUILLAUME, J. F. (Dir.). *Définir la jeunesse? D'un bout à l'autre du monde*. Sainte-Foy (Québec): Les éditions de l'IRQC, 1999. p. 251-266. (Collection Culture & Société).

HAMEL, J. La jeunesse n'est pas qu'un mot... petit essai d'épistémologie pratique. In: GAUTHIER, M.; GUILLAUME, J. F. (Org.). *Définir la jeunesse? D'un bout à l'autre du monde*. Sainte-Foy (Québec): Les éditions de l'IRQC, 1999. p. 29-44. (Collection Culture & Société).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo demográfico 2000: banco de dados agregados do IBGE, 2000*. Disponível em: <<http://ibge.gov.br>>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. *Redes urbanas regionais*: Sul. Brasília: IPEA, 2000.

JANNUZZI, P. *Migração e mobilidade social: migrantes no mercado de trabalho paulista*. São Paulo: Autores Associados, 2000.

LASSANCE, Antonio. Brasil: jovens de norte a sul. In: ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro (Org.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 73-86.

LEBLANC, Patrice; MOLGAT, Marc (Org.). *La migration des jeunes: aux frontières de l'espace et du temps*. Québec: Les éditions de l'IRQC, 2004. (Collection Culture & Société).

NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Org.). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

PEREIRA, J. L. *Juventude rural: para além das fronteiras entre campo e cidade*, 2004. 178 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)–Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

POCHMAN, M. (Org.). *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003. (Dinâmica e Manifestação Territorial, v. 2).

POCHMAN, M.; AMORIM, R. *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.

POCHMAN, Marcio. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Org.). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 217-241.

PRONOVOST, Gilles; ROYER, Chantal (Org.). *Les valeurs des jeunes*. Québec: Presses de l'Université du Québec, 2004.

ROULLEAU-BERGER, Laurence. Pour une approche constructiviste de la socialisation des jeunes. In: GAUTHIER, M.; GUILLAUME, J. F. (Org.). *Définir la jeunesse? D'un bout à l'autre du monde*. Sainte-Foy (Québec): Les éditions de l'IRQC, 1999. p. 147-159. (Collection Culture & Société).

SCHMIDT, J. P. *Juventude e política no Brasil: a socialização política dos jovens na virada do milênio*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

_____. *O que pensam os jovens hoje?: imaginário social dos estudantes dos Vales do Rio Pardo e Taquari*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1996.

SERRA, R. Desconcentração espacial no sul do país: uma análise da situação socioeconômica dos imigrantes que se destinaram para as cidades médias da Região Sul na década de 1980. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, n. 25, p. 108-122, jun. 1999.

SILVESTRO et al. *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead, 2001.

SIMARD, M. Définir la jeunesse d'origine immigrée: réflexions critiques à propos du concept de deuxième génération. In: GAUTHIER, M.; GUILLAUME, J. F. (Org.). *Définir la jeunesse? D'un bout à l'autre du*

monde. Sainte-Foy (Québec): Les éditions de l'IRQC, 1999. p. 121-143. (Collection Culture & Société).

SOARES, Luiz E. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Org.). *Juventude e sociedade*: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 130-159.

VEIGA, José E. *Cidades imaginárias*. São Paulo: Ed. Autores Associados, 2002.

WINK, R. *Santa Cruz do Sul e sua evolução urbana: 1855-2000*. 2000. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional)–Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2000.

Capítulo 3: Formação profissional e emprego num contexto de pobreza

Jovem pobre, pobre jovem: a condição de acesso ao ensino superior no Brasil

Lindomar Wessler Boneti¹

Introdução

O objetivo deste texto é analisar a dinâmica da profissionalização do jovem brasileiro no contexto da situação da pobreza, acentuando os fatores que restringem e segregam o acesso à preparação profissional pelo ensino superior. O jovem brasileiro não dispõe de uma sistemática educacional eficiente no que se refere à sua profissionalização, senão por intermédio dos cursos superiores. A preparação de jovens para a profissionalização em cursos anteriores aos superiores, no sistema educacional brasileiro, é frágil. O sistema nacional de ensino oferece, como alternativa de profissionalização, a modalidade de cursos técnicos, com a preocupação de satisfazer demandas do mercado de trabalho. Tais cursos têm um caráter emergencial e são, normalmente, oferecidos durante o período noturno, dirigidos especialmente a pessoas que já estão no mercado de trabalho, estruturados com um conteúdo programático técnico, guardando grandes fragilidades do ponto de vista da preparação geral e teórica. Existem, ainda, cursos profissionalizantes organizados por programas e projetos vinculados ao governo estadual ou federal, mas com caráter esporádico, sem a garantia de continuidade, assim como aqueles oferecidos pelas instituições representativas da indústria e do comércio. Essa modalidade de preparação de mão-de-obra não se destina às pessoas jovens, sendo dirigida, em particular, para as pessoas com mais idade, já vinculadas ao mundo do trabalho ou desempregadas. Portanto, as alternativas de preparação para a profissionalização de que dispõe o jovem brasileiro, senão por intermédio dos cursos superiores, não têm o seu perfil e se constituem de cursos que não são dirigidos aos jovens.

¹ Boneti, Lindomar Wessler. Doutor em Sociologia. Professor na Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Nas últimas décadas, dois acontecimentos originados da dinâmica da globalização da economia, da política e da cultura criaram um clima de tensão entre os jovens, preocupando-os ainda mais na busca de alternativas de preparação para a profissionalização. A nova configuração econômica e política que passou a vigorar no Brasil, nas últimas décadas, determinou, por um lado, a necessidade da busca da excelência (no sentido da aquisição de conhecimentos requeridos pelo mercado de trabalho global) e, por outro lado, a alteração do modelo do Estado, deixando aos indivíduos a responsabilidade pela aquisição do conhecimento novo, produzido no contexto dessa dinâmica.

Além das exigências que, cada vez mais, são feitas sobre os jovens no sentido da sua preparação para a profissionalização (e, no caso brasileiro, o fato de que esse tipo de preparação se restringe aos cursos superiores), o acesso a esses tipos de cursos, pelo jovem brasileiro, em particular pela pessoa em condições de pobreza, tem se constituído num complicador a mais. Pesquisas realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) indicam que, no Brasil, entre 40% da população mais pobre, apenas 4,0% tem acesso à Universidade, enquanto que entre os 10% da população mais rica, 23,4% tem acesso à Universidade. Em regiões mais pobres do País, como a Região Nordeste, a diferença é ainda mais preocupante: entre 40% da população mais pobre, menos de um por cento (0,9%) tem acesso à Universidade, enquanto que entre 10% da população mais rica, 25,5% chega à Universidade (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2004).

Ainda a respeito da influência geográfica no acesso, as pesquisas do Inep indicam que de 1.578.222 alunos matriculados no ensino superior, no Brasil, 45% estão concentrados em vinte municípios brasileiros, liderados por São Paulo, Rio de Janeiro e pelas demais capitais brasileiras. As cidades do interior, com exceção de alguns centros universitários, como é o caso de Campinas (SP), têm maior oferta de cursos noturnos. Entre 1.081 cidades brasileiras, 252 dispõem somente de cursos noturnos.

Ou seja, algumas particularidades (globais e nacionais) se constituem num somatório de fatores negativos para a vida do jovem brasileiro, como é o caso da relação disjuntiva entre a premissa da excelência e o sentido da competitividade, implementado pelo capitalismo global, com as condições sociais e de acesso a essa profissionalização necessária pela juventude brasileira. Isto é, se de um lado o mercado de trabalho exige excelência e isso se encontra somente nos cursos universitários, por outro lado, a problemática maior reside no acesso a esses cursos. Problemática subordinada

da à condição social e às diferenças de classe, como bem mostram os dados estatísticos analisados anteriormente.

Este artigo, portanto, dedica-se a analisar essa complexidade que o jovem brasileiro vive em condições de pobreza em relação à sua profissionalização, em particular no que se refere à relação ao acesso aos cursos superiores, acentuando os principais fatores que se constituem em complicadores no contexto da problemática analisada. Propõem-se neste artigo alguns pensamentos sobre a questão, considerando-se o homogêneo como o padrão requerido, para o qual as políticas públicas e as instituições se dirigem e atuam, bem como para as diferenças, enquanto grupos não homogêneos, como é o caso da própria população pobre, para quem as políticas públicas fazem diferenciação quanto ao acesso.

Homogeneidade, diferença e políticas públicas

Coerente com o projeto do capitalismo global, a ordem do poder vigente, nos dias atuais, no Ocidente, é a do “Estado mínimo”, quando, sintomaticamente, a garantia do emprego não é mais o elemento integrador e o mecanismo igualador de diferenças. Nesse caso, o padrão referencial de igualar as diferenças passa a ser a competência tecnológica, na perspectiva de continuar “incluído” no mundo da produção. Em geral, o próprio Estado, frente à pressão de setores produtivos da sociedade, concentrando a sua atenção na viabilização das relações de produção, se exime da responsabilidade pelas diferenças persistentes e pela exclusão, jogando sobre os sujeitos sociais a culpa pela sua não homogeneização e pela sua consequente exclusão. Mais do que o pleno emprego e a redistribuição fiscal, o Estado tende a assegurar a competitividade e as condições que a tornam possível, tais como: inovações tecnológicas, garantias de flexibilidade do mercado de trabalho e a subordinação geral da política social à política econômica (SANTOS, 1995, p. 13). Trata-se de uma racionalidade instrumental concorrente, para a qual o mercado é o princípio de auto-regulação da esfera econômica e social.

Diante desse contexto, nas últimas décadas, a sociedade assume, como padrão referencial, um tipo específico de racionalidade, exigindo que as pessoas, para que sejam consideradas *iguais*, se apresentem imbuídas dessa racionalidade específica. A universalização de um padrão tecnológico, de hábitos culturais e de consumo passa a se constituir em um padrão referencial de racionalidade, de elementos indispensáveis para a expansão da produção econômica, da conquista de novos mercados consumidores e de matéria-prima. Essa racionalidade tem um trato todo espe-

cial para com as desigualdades, não no sentido de as respeitar como tais, mas na perspectiva da homogeneização (BONETTI, 2003). Portanto, existe uma hegemonia mundial que alia decisões políticas aos projetos econômicos, utilizando-se das políticas públicas nacionais para viabilizar os seus projetos.

A luta moderna, capitalista, contra a desigualdade e a exclusão parte de um ponto referencial que é justamente a idéia do universalismo. Nessa dimensão, tal luta se divide em duas posições: uma entre os antidiferencialistas (partidários da negação das diferenças) e outra entre os diferencialistas (absolutizantes das diferenças). A negação das diferenças opera segundo a norma da homogeneização. Os absolutizantes das diferenças, por sua vez, operam segundo a norma do relativismo (SANTOS, 1995, p. 5). Essas duas correntes têm reflexo direto sobre as políticas públicas, como é o caso das políticas educacionais, especialmente no que se refere às diferenças sociais; a primeira negando-as, a segunda tratando-as não como tais, mas na perspectiva de trazê-las para a homogeneidade.

Seria então de se pensar que existe uma ordem vigente, uma ordem legal, econômica e social que se diz representante da racionalidade, como analisa Touraine (1992), chamada por ele de *ordem do poder*. Tal ordem se diz portadora da racionalidade, pelo fato de agir em conformidade com parâmetros convencionais regidos pelos rigores ditos científicos, como é o caso da técnica que opera como fonte paradigmática na elaboração e na implantação das políticas públicas. Centrada na idéia da racionalidade única e universal, para essa ordem, a diferença é no mínimo indiferente ou ainda inconveniente. A concepção do relativismo se contrapõe à ordem vigente, por fazer uma tentativa de reconhecer cientificamente a diferença, não apenas no âmbito de segmentos sociais, mas até mesmo no que se refere ao método científico. A tentativa da ordem do poder nunca é a do reconhecimento da diferença, como a relativização da verdade, mas sempre a de considerar o *fora* procurando integrá-la *dentro*. O fator tecnológico é um importante elemento utilizado como referência pela ordem do poder, para medir a racionalidade e medir o *fora* e o *dentro*. Ao se falar em fator tecnológico, fala-se do conhecimento aceito, utilizado, comprado e vendido. O conhecimento tecnológico originado nos meandros da ciência convencional também funciona como instrumento para tornar iguais os diferentes.

Em síntese, o modo de o Estado tratar as diferenças, não as considerando como tais, mas no sentido de homogeneizá-las a partir de um padrão referencial do momento, pode excluir de vez os sujeitos sociais do contexto social constituído. É o caso do direito à participação na esfera produtiva

e dos direitos sociais básicos, como na instituição de ensino, isso porque esta privilegia a homogeneidade na sua ação, do ponto de vista metodológico de transmissão do conhecimento (partindo do pressuposto da homogeneidade entre as pessoas) e em relação às suas metas (possibilitando que todos tenham acesso ao mesmo conhecimento e comportamento).

Ser pobre é ser diferente

Se as instituições, como é o caso das de ensino superior, privilegiarem a homogeneidade, facilitando o acesso das pessoas mais afinadas com a racionalidade burguesa, como fica a situação da juventude em condições de pobreza? Ou seja, pode-se considerar que a população pobre é diferente?

Numa pesquisa realizada objetivando-se o estudo da construção social dos parâmetros de determinação da condição social, cujos resultados já foram publicados (BONETI, 2004), constata-se que o significado dos parâmetros oficiais e dos utilizados pelas pessoas pertencentes às classes sociais média e alta, para a construção da noção da desigualdade social, é a capacidade individual de acesso aos bens sociais e culturais reconhecidos pela racionalidade burguesa.

Ou seja, na pesquisa citada, ao se tentar estabelecer uma comparação entre os indicadores utilizados na construção da noção da desigualdade social pelas pessoas pertencentes às diferentes classes sociais, constatou-se que existe diferença entre os critérios utilizados pelas instituições oficiais e pelas pessoas de classe média e alta com relação aos utilizados pelas pessoas consideradas pobres. Enquanto os parâmetros oficiais e os utilizados pelas classes sociais média e alta pressupõem resultados (como, por exemplo: saúde, renda, mortalidade infantil, consumo, etc.), os parâmetros utilizados pelas pessoas consideradas pobres (segundo os parâmetros oficiais) pressupõem o acesso ao trabalho, à escola, aos serviços de saúde, etc.

Para a população considerada pobre, os recursos de sobrevivência não sofrem julgamentos valorativos, a partir dos parâmetros da racionalidade burguesa. Isso implica a consideração de que, qualquer que seja a atividade que se tenha, mesmo informal e com rendimento mínimo, esta passa a ser considerada como critério de retirar a pessoa da condição de pobreza. Podem ser citados alguns exemplos desses recursos de sobrevivência criados pela população pobre, mas não considerados como válidos socialmente pela racionalidade burguesa, como é o caso dos “flanelinhas”, os

que vigiam e lavam os automóveis na rua, os catadores de lixo, os vendedores ambulantes, etc.

A conclusão a que se chega, a partir da análise dos parâmetros oficiais e daqueles utilizados pelos diversos segmentos sociais, é que o critério utilizado pelas instituições públicas para a delimitação da condição social obedece a uma lógica quantitativa, como é o caso do poder aquisitivo, que insere significados criados a partir de parâmetros valorativos, normalmente vinculados a valores simbólicos ou reais, que são possuídos pelas classes dominantes. Como exemplos dessa afirmativa, podem ser citados os casos das habilidades técnicas, dos hábitos culturais (incluindo o consumo), entre outros, o que confere ao segmento pobre da população uma condição de *ser* e não de *estar pobre*. Isso equivaleria a dizer que a pobreza teria origem e é explicada pela existência de uma “racionalidade” de pobre. Essa mesma concepção aparece nas entrevistas realizadas com os segmentos mais abastados (classes média e alta) da população, mas não aparece em segmentos considerados pobres. Na prática, os parâmetros que partem dos *resultados* (e não do processo) suplantam as habilidades e os demais bens sociais, que são próprios das pessoas pobres, como é o caso dos recursos de sobrevivência criados por tal população. Isso significa dizer que existe, na verdade, um corte diferencial do acesso aos recursos sociais, às instituições, à produção do saber, às tecnologias, às riquezas produzidas socialmente, etc., dependendo da condição social da pessoa. Em outras palavras, inspirando-se em Bourdieu (2001), pode haver um monopólio das classes dominantes para o acesso aos bens sociais, a partir das restrições impostas pelos critérios da racionalidade burguesa.

Na prática, no meio social, existe uma mistura de imaginário e realidade na construção da noção da desigualdade, concepção que normalmente envolve diferentes conceitos que se entrelaçam, como a condição social e a diferença. Pensar sobre desigualdade implica pensar na condição social. Pensar sobre a condição social implica pensar a respeito da diferença. Por sua vez, a diferença aparece sempre como uma espécie de parâmetro de determinação da condição. A diferença explicita aquela condição social, aquele comportamento, aquele modo de produção da vida, etc., que fogem ao padrão convencional. Portanto, a noção da diferença, como aparece nos dados analisados, que não se distancia da noção praticada na academia, apesar de se constituir num instrumento de determinação da desigualdade, é vista de uma forma positiva, enquanto que a noção da desigualdade aparece sempre com conotação negativa.

A negatividade imbuída na noção da desigualdade nasce dos parâmetros que se estabelecem para determinar uma condição social julga-

da “digna” para o sujeito social. Neste caso, a desigualdade estaria associada a uma condição social dita inferior: o desigual seria o pobre e não o rico, o diferente seria o pobre e não o rico, mesmo que o pobre se apresente na maioria. A diferença entre um e outro sujeito social acaba sendo associada tanto pelo imaginário social quanto pelas instituições públicas, com o *ser* do sujeito em lugar do *estar*. Isto é, deixa de ser uma condição passageira do sujeito social para se constituir numa condição perene ou até numa *qualidade* ou numa *racionalidade*.

Essa construção social da noção da desigualdade faz dos iguais os desiguais. Por exemplo, pessoas humildes que se vestem como iguais, que igualmente têm aperto no orçamento, com uma condição social similar, tornam-se *diferentes* se comparadas com uma pessoa que tem hábitos luxuosos de consumo, que se veste diferentemente de todos. Esta torna-se, ela sozinha, *a igual*, porque o padrão dela é o utilizado por seu conjunto social como referencial para se estabelecer parâmetros de definição da condição social, pelo fato de ser acolhida pela racionalidade burguesa. Os demais, mesmo em maioria, se tornam, perante ela, os desiguais. Por quê? Porque a igualdade não se estabelece pela maioria, mas a partir do conceito do padrão estabelecido pelas classes dominantes nas sociedades capitalistas. O igual assume uma posição de comando (para não dizer *dominador*) ou, no mínimo, de superioridade perante o diferente.

A produção das práticas de sobrevivência no contexto das desigualdades sociais

A produção de algumas práticas de sobrevivência, na medida em que se tornam recursos e passam a ser utilizadas como alternativas de sobrevivência, pode ganhar legitimidade em um contexto social mais amplo (pelas instituições e pelas classes dominantes). Neste caso, tais práticas podem ser apropriadas pelas classes sociais dominantes, o que leva ao surgimento de impedimentos ao acesso pelas demais classes sociais.

Dizendo isso de outra forma, a população que vive em situação de vulnerabilidade, motivada pela necessidade de sobreviver, cria recursos e práticas sociais apenas para conseguir usufruir desses recursos enquanto estes permanecerem restritos ao contexto pobre. O reconhecimento dessas práticas pelo serviço público se dá normalmente como ação de normalização e organização de tais práticas. Um exemplo de tais práticas é a dos catadores de lixo, quando essa atividade passa a ser reconhecida e organizada pela administração pública de forma a vir a se constituir em atividade econômica. Na medida em que isso se faz, tais práticas passam por

uma valorização real e simbólica, de forma a despertar interesse de outros grupos sociais ou outras classes, pelo fato de já se constituir numa atividade econômica legitimada. Como exemplo, pode ser citada a comercialização dos produtos recolhidos pelos catadores de lixo. Isso significa dizer que o reconhecimento da racionalidade burguesa, relativo às práticas sociais de produção da sobrevivência, insere tais práticas numa dinâmica concorrente, ocasionando que novamente a população pobre perca o acesso a esses recursos, pelo fato de não ser capaz de competir. O impeditivo do acesso a esses recursos pelos segmentos pobres da população se dá devido ao fato de se criar, concomitantemente ao processo da apropriação pelas classes dominantes, subjetividades valorativas próprias das classes dominantes, afastando a população pobre de tais recursos.

No Brasil, muitas práticas (ou recursos) de sobrevivência utilizadas hoje, que são reconhecidas socialmente pelas instituições públicas, até há poucas décadas eram consideradas atividades marginais, como aquelas já citadas.

O procedimento de busca da sobrevivência pela população que se encontra em condições de extrema pobreza sugere o entendimento de que tais práticas sociais se restringem ao interior de uma classe social (no caso em questão, da classe trabalhadora), mesmo que envolvam contingentes diferenciados pertencentes à mesma classe. Mas o exercício dessas práticas sociais leva ao envolvimento de outras classes sociais, o que conduz à perda do acesso a esses recursos pelo segmento criador, como já se analisou há pouco.

Na medida em que esses recursos de sobrevivência se tornam reconhecidos pela racionalidade burguesa como atividade produtiva, eles entram numa dimensão de valorização simbólica e real em três principais etapas interligadas: a primeira, quando reconhecidas pelas instâncias burocráticas do Estado, na medida em que se reconhece tais práticas de sobrevivência, normalizando-as e organizando-as. A segunda etapa diz respeito à valorização mercadológica que essas práticas sociais recebem, após seu reconhecimento pelas instâncias burocráticas do Estado. Finalmente, a terceira etapa refere-se à apropriação dessas práticas sociais pelas classes dominantes. Tais etapas tratam de elementos cuja convergência se constitui no ponto fundamental da construção das desigualdades sociais, da exploração de classes, da construção de subjetividades que inferiorizam e despotencializam a condição de pobre. Isso porque as pessoas que vivem em condições de extrema pobreza, que utilizam recursos alternativos para sobreviver, sofrem um processo de expropriação das suas práticas sociais, expropriação esta não apenas motivada por uma lógica capitalista,

mas pela própria concepção etnocêntrica inserida nas instâncias burocráticas do Estado.

Assim, é possível dizer que o processo de apropriação dos recursos pelas classes dominantes se dá de uma forma que extrapola o mundo material, utilizando-se de subjetividades na construção e na interpretação do mundo real. Uma das subjetividades criadas nesse processo é a própria concepção de verdade, fundamentada na premissa do etnocentrismo. A idéia do centro pode ser real, mas ela pode se constituir também de uma abstração. A verdade está no centro e ela pode chegar à periferia, mas o deslocamento se dá do centro em direção à periferia e nunca em direção contrária. Isso significa dizer que as atribuições de valores aos bens reais e simbólicos variam de conformidade com a aproximação do centro. Atribui-se valor aos bens reais e simbólicos em conformidade com a aproximação ou o distanciamento do centro. Os bens reais e simbólicos localizados mais distantes do centro transformam os segmentos sociais, seus proprietários, em potencialmente pobres. É com esse raciocínio que as políticas sociais de combate à pobreza, por exemplo, implementam suas ações. É também dessa forma que se atribui valor real e simbólico às práticas sociais criadas por segmentos pobres como alternativas de sobrevivência.

Portanto, a construção social da noção da desigualdade, ideologicamente fundamentada no entendimento de que é a capacidade individual ou grupal que define as condições de apropriação do capital social e cultural, constitui-se de um critério também utilizado para o acesso às instituições, à riqueza social produzida, ao conhecimento socialmente produzido, etc. Isso porque se estabelece um corte diferencial valorativo entre bens sociais e culturais, a partir do segmento social que deles detém o acesso. Em outras palavras, estabelece-se valorização diferenciada aos bens sociais e culturais (habilidades, hábitos culturais e bens patrimoniais, etc.) a partir dos segmentos sociais que os detém. Trata-se de uma valorização diferenciada entre os bens sociais e culturais comportados ou não pela racionalidade burguesa. Esse fator potencializa a condição de pobre e insere o indivíduo numa dinâmica de perdas sucessivas, o que se pode entender como um processo de exclusão social, na medida em que o indivíduo não dispõe dos elementos entendidos como necessários (bens sociais e culturais comportados pela racionalidade burguesa) ao acesso igualitário a todos os bens sociais e culturais. É o caso, por exemplo, da progressão escolar e profissional, da qualificação, do acesso aos hábitos culturais dominantes, etc.

As instituições, assim como as classes dominantes, utilizam os elementos de determinação da condição social como sinônimos de “razão”, a es-

sência da sociedade burguesa. As instituições, como é o caso das instituições escolares, utilizam-se desses elementos como essência da construção da dinâmica da progressão social, individual ou burocrática. A progressão se constitui da essência ideológica para a valorização simbólica do capital social ou cultural. E essa diferenciação tem origem na valorização diferenciada dos recursos e do capital social que tem o grupo ou o indivíduo.

Conclusão

Os motivos que impedem os jovens em condições de pobreza de ter acesso aos cursos superiores transcendem as questões de ordem financeira, como a falta de recursos financeiros da família, acentuando-se no monopólio efetuado pelas classes dominantes, no que diz respeito ao acesso às instituições, aos bens e aos conhecimentos socialmente construídos, etc.

Assim como as instituições e as classes dominantes utilizam a capacidade individual do manuseio da racionalidade burguesa como parâmetro para instituir a igualdade e a desigualdade, tal critério também é utilizado como requisito básico para a obtenção do acesso às instituições e para o usufruto dos recursos e bens socialmente construídos. Isso significa dizer que as regras de acesso às instituições e aos bens socialmente construídos têm fundamentos racionalistas e estabelecem como condições mínimas a propriedade de saberes e as habilidades que somente as classes dominantes detêm. Essa regra não apenas funciona no contexto das relações sociais, mas nas próprias instituições e nas políticas públicas. Isso porque as instituições (como as de ensino superior) e as políticas públicas não apenas utilizam como meta de suas ações a homogeneidade das pessoas (considerando as diferenças não como tais, mas na perspectiva da sua homogeneização). A metodologia da ação pressupõe que o grupo social é homogêneo. Homogeneidade esta instituída a partir da utilização de saberes, habilidades e recursos de produção da vida, aos quais somente as classes dominantes detêm o acesso, como parâmetros.

Referências

BONETI, Lindomar W. L'exclusion sociale en tant que trajectoire de perte d'accès à biens et des services. *Bulletin de l'Association Internationale des Sociologues de Langue Française*, Toulouse, n. 20, p.149-166, 2004.

_____. Políticas públicas, educação e exclusão social. In: BONETI, Lindomar W. (Org.). *Educação, exclusão e cidadania*. Ijuí: Unijuí, 2003. p. 13-38.

BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2001. 361 p.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Acesso ao ensino superior é marcado por desigualdade entre ricos e pobres. *Informativo*, Brasília, ano 2, n. 40, p. 1, 25 maio 2004.

SANTOS, Boaventura de Souza. A construção multicultural da igualdade e da diferença. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 7., 1995, Rio de Janeiro. [*Anais...*] Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, 1995.

TOURAINE, Alain. *Critique de la modernité*. Paris: Fayard, 1992. 340 p.

Jovens pobres no Rio de Janeiro: dificuldades e recursos frente às adversidades¹

Lucia Rabello de Castro²

Ao longo do segundo semestre de 2002, o Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas (Nípiac), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizou um trabalho de pesquisa e ação social clínica com cerca de 1900 jovens com idades entre 14 e 24 anos, de 19 comunidades pobres da região metropolitana do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense.

A proposta de ação do Nípiac permitiu acompanhar os jovens no momento em que sua comunidade se tornava alvo da iniciativa do governo do estado de desenvolver um projeto de capacitação de curta duração. Oportunizou-se aos jovens, então, a expressão de suas opiniões sobre tal iniciativa e sobre o modo como percebiam os efeitos dessa iniciativa em suas vidas, as dificuldades recorrentes de um jovem pobre no Rio de Janeiro, suas expectativas e suas esperanças.

O presente trabalho apresenta resultados parciais dessa análise, concentrando-se sobre as percepções desses jovens em relação às dificuldades que assolam suas vidas e os recursos de que dispõem para enfrentá-las.

Os resultados provêm das respostas obtidas a um dos itens de um dos instrumentos da pesquisa (no caso, as entrevistas que foram realizadas), em que se perguntou: “quais os problemas que os jovens da sua idade enfrentam?”, “qual a ajuda que os jovens têm para resolver os problemas que eles enfrentam?” e “como os jovens lidam com esses problemas?”³

O perfil aqui traçado objetiva realçar a perspectiva do jovem pobre, perspectiva de como ele não apenas vê o presente, mas também como compreende as condições que determinam e circunscrevem suas chan-

¹ Agradeço à professora Jane Correa e às assistentes de pesquisa Alana Mendes de Azevedo e Bianca Novais Lisboa pela ajuda na análise dos resultados deste trabalho.

² Castro, Lucia Rabello. Doutora em Psicologia. Professora do Instituto de Psicologia Universidade Federal do Rio de Janeiro, responsável do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa para Infância e Adolescência Contemporâneas-NIPIAC

³ As entrevistas continham 19 itens e abarcaram os seguintes temas: a) autoconceito (noção que se refere ao sentido de si mesmo); b) dificuldades e agência (representação das possibilidades de ação frente a dificuldades); c) projeções e perspectivas futuras; e d) visão político-institucional.

ces na vida. Além disso, como ele avalia a sucessão de acontecimentos dos quais participa, seja como agente capaz de alguma escolha ou não. Sobretudo, busca-se, neste trabalho, fazer jus a uma representação coletiva do nosso coletivo (PETERS, 1993), principalmente da nossa juventude, que seja mais pertinente à realidade brasileira do que aquela que aparece comumente na mídia. Em geral, a visão que a mídia apresenta da juventude se refere, prevalentemente, à visão do jovem das classes médias, inserido no sistema escolar, garantido na sua sobrevivência por uma família que, mal ou bem, o sustenta. Os problemas que esse jovem enfrenta são, certamente, de outro tipo e não daqueles que atingem a população de jovens de que trata este estudo. Nesse sentido, comparados a seus pares das classes médias, os jovens pobres carecem, também, de reconhecimento social, ou seja, da possibilidade de que sejam ‘vistos’ e compreendidos. Isso implicaria a visibilidade dos problemas que assolam suas vidas, evidenciando como e por que agem e como se constituem como sujeitos no meio em que vivem.

Para a análise dos problemas citados pelos jovens, foi considerada, além da frequência das respostas nas diversas categorias geradas, a ordem em que foram mencionadas. Utilizou-se, então, o método de delimitação dos elementos do núcleo central de uma representação, baseado na evocação livre. A combinação dos dois critérios, frequência média de evocação e ordem média de evocação, deu origem a uma tabela de dupla entrada. Assim, no primeiro quadrante da tabela incluíram-se as categorias cuja frequência foi considerada acima da média de evocações e que eram, ao mesmo tempo, frequentemente mencionadas em primeiro lugar pelos jovens. Em contraste, no quarto quadrante, incluíram-se as categorias que, além de apresentarem ocorrência inferior à média de evocações, eram evocadas tardiamente pelos jovens. As respostas dos jovens referentes às maneiras como lidam com seus problemas foram integralmente digitadas, pois apresentavam falas mais longas. Esse material foi, então, submetido à análise léxica, realizada com o auxílio do programa Alceste,⁴ o que permitiu, dessa forma, o agrupamento das falas dos jovens em categorias temáticas.

⁴ Alceste é um programa de análise de dados textuais elaborado pelo Conselho Nacional de Pesquisa Científica (da França), que serve para analisar entrevistas, obras literárias, artigos e ensaios de revistas, etc. O objetivo é quantificar um texto e daí extrair as estruturas de sentido mais fortes, com o fim de obter a informação mais essencial contida nos dados. As pesquisas têm demonstrado que essas estruturas estão estreitamente relacionadas à distribuição das palavras no texto e que essa distribuição é raramente aleatória. Descrever, classificar e sintetizar automaticamente um texto, tais são os objetivos do programa Alceste.

Problemas que os jovens enfrentam

Os problemas mais freqüentes e primeiramente citados foram: drogas, violência, tráfico de drogas, falta de trabalho, família e falta de oportunidade. Os problemas citados posteriormente àqueles, com freqüência inferior à média de evocações, foram: escola, pobreza, amigos, polícia, falta de lazer, dificuldade da adolescência, ociosidade, prostituição e urbanização. O último problema se refere às dificuldades de se viver na periferia de uma grande cidade.

Droga, violência e tráfico são os problemas a que os jovens se referem com mais freqüência. Mais que isso, são temas que se imbricam, pois aparecem sempre inter-relacionados em suas falas, emergindo como uma unidade discursiva. A presença do tráfico, a ausência de trabalho e, freqüentemente, a saída precoce da escola são fatos que imprimem marcas nas vidas desses jovens, marcas que os fazem se sentir submetidos ou, até mesmo, ‘controlados’ pelas condições adversas em que se encontram.

“Os jovens têm falta de oportunidade na vida. Falta curso, falta trabalho... Porque, ficando com a cabeça livre, acabam ocupando com o que não devem.” [sic] (A., 16 anos)

A preocupação dos jovens, retratada na relação droga, violência e tráfico, aponta para a onipresença do tráfico e da violência nas suas vidas e na vida dos moradores de comunidades. É uma invasão que tem relação direta com os homicídios freqüentes, com os riscos cotidianos, com a perda do direito de escolher a hora de sair ou de chegar à própria casa, de escolher os lugares que preferem freqüentar e o horário em que podem fazê-lo.

“Eles [traficantes e policiais] entram de repente atirando, como se não houvessem pessoas inocentes (...). À noite, é perigoso voltar para casa.” [sic] (I., 14 anos)

Do mesmo modo, não se pode ter privacidade dentro da própria casa, pois a qualquer momento a polícia pode invadir seus lares em busca de alguém ou o traficante pode obrigar os moradores a esconder algo ou alguém.

“Desrespeito da polícia sempre teve. Já conheci um que foi respeitoso, foi o único que pediu licença para entrar na minha casa. Acha que só porque somos da favela que não tem direito.” [sic] (M., 17 anos)

“Eu tenho medo, não vou à casa do meu pai sem acompanhante. Ele mora em outra comunidade [dominada por outra facção].” [sic] (K., 16 anos)

Os jovens do sexo masculino são as maiores vítimas da violência. Tornam-se assediados tanto pelos traficantes quanto pela polícia e, assim, são pressionados por ambos os lados. Aqueles que não foram aliciados pelo tráfico devem observar seus códigos e lhe devem respeito, para que não sejam mortos ou sofram outras formas de violência. Por outro lado, por morarem em determinadas comunidades, ainda que trabalhem e/ou estudem, muitos jovens passam pelo constrangimento de ser confundidos com bandidos pelos policiais.

“Governo paralelo reinando por aqui. Não posso parar na esquina da minha rua, porque se vai a polícia pensa que eu tô fazendo merda. Tem que estar sempre com um documento. Ou entra para a vida [do tráfico] ou se esconde, com medo. Até dentro de casa é perigoso, imagina na rua.” [sic] (J., 20 anos)

“Me sinto triste. Cada dia morre um jovem. Os bandidos não têm compaixão. Quando passo por eles, conto até dez para não ficar nervoso: tenho medo deles quererem alguma coisa comigo. A gente tem que respeitar, senão eles matam a gente ali mesmo.” [sic] (T., 18 anos)

Com isso, a vida dos jovens é permeada pela violência, o que vale tanto para aqueles que ingressam no tráfico como também para todos os outros jovens que testemunham a violência cotidiana e devem levá-la em conta para evitar os riscos que ela impõe. A qualquer momento, pode ter início um tiroteio, a circulação pode ser proibida, e será então necessário esperar que a situação se acalme para seguir a vida normalmente. Apesar desse cenário, os jovens devem construir o seu cotidiano e sua existência presente e futura.

A falta de oportunidades, a falta de trabalho e os problemas em família são os outros três aspectos de maior frequência apontados como preocupantes pelos jovens. Do mesmo modo que antes, esses três aspectos são referidos de forma articulada, sempre em conjunto, como que anunciando uma conexão íntima.

A ‘falta de oportunidade’ expressa uma situação que abrange dificuldades diversas e, sobretudo, se refere à representação de um modo de vida que é difícil de enfrentar e ultrapassar. Os jovens dizem que faltam ‘oportunidades’ em suas vidas, deixando a impressão de que as dificuldades enfrentadas são tão grandes que seria difícil ou quase impossível nomear aspectos mais específicos de modo a permitir, inclusive, encontrar uma solução. Para os jovens, ‘oportunidade’ é tudo aquilo que ajuda a estruturar um projeto de vida que permita sair da situação em que estão para en-

contrar uma condição de vida melhor. Em geral, a falta da escola e a falta do trabalho são as referências que melhor sintetizam as bases da falta de oportunidades.

O trabalho tem importância capital na construção de uma vida futura melhor, e a conquista do posto de “trabalhador” pode servir para diferenciar o jovem honesto e direito do bandido, do vagabundo ou do marginal. De uma maneira mais geral, é uma diferenciação vital para o jovem pobre diante da sociedade e, mais especificamente, diante da polícia. Entretanto, os jovens percebem que:

“Todo emprego que a gente procura tem que ter experiência e exigem muito curso que a gente não tem condição de fazer.” [sic] (S., 17 anos)

“Não conseguimos emprego. Rodamos muito atrás e, quando isso acontece, muitos vão trabalhar na boca-de-fumo. Sofremos críticas porque moramos perto da boca-de-fumo e dizem que já estamos influenciados pela droga.” [sic] (E., 20 anos)

“O jovem gostaria de ter emprego, mas as pessoas não dão emprego para menor de idade e nem de favela (...). Acho uma boa solução aliar emprego com oportunidade de estudo.” [sic] (M., 15 anos)

Como a família comparece nesse cenário? A família é listada como um problema para os jovens; contudo, ela também é citada como uma importante fonte de ajuda à qual os jovens recorrem para resolver os problemas com que se defrontam.

“Na família, às vezes, tem muitas brigas com familiares, há muita discussão.” [sic] (I., 14 anos)

Se, por um lado, problemas com a família criam forte tensão na vida dos jovens, por outro lado, ela parece ser a única instância de que os jovens dispõem para ajudá-los nos problemas que enfrentam. A família surge como o elemento-chave de sustentação psicológica, pois é a ela que se recorre, principalmente, quando em dificuldades. A fala dos jovens revela a família como catalisadora das esperanças de um futuro melhor, seja no sentido de ajudar a família de origem, seja para poder gerar sua própria família numa situação com menos dificuldades. A família como dispositivo que potencializa os elos afetivos, como também perspectivas de trabalho ou de profissão, é reiteradamente colocada como um *valor* que não somente ampara os indivíduos jovens, mas também é a fonte de inspiração para que queiram ser “alguém na vida”, prosperar, ser felizes e ajudar os seus.

Outros problemas, citados em menor frequência, são a escola, a pobreza, os amigos, a polícia, as dificuldades como gravidez, ociosidade, prostituição e a degradação do local onde moram. Dizem respeito à baixa qualidade da educação que recebem nas escolas públicas de seu bairro, à violência e às humilhações que sofrem da polícia, às amizades que podem tentá-los para o caminho da marginalidade. Também dizem respeito a questões de ordem mais geral, como as desigualdades sociais, a falta de informação e apoio, que resulta em problemas como a gravidez, e a falta de equipamentos culturais e de lazer onde moram. É interessante constatar que a pobreza é menos citada como um problema em si mesmo e mais como o que condiciona o olhar do outro sobre o jovem pobre, discriminando-o: é o preconceito contra os pobres, que se torna insuportável e torna difícil o acesso desses jovens a outros lugares e a outras situações na cidade.

“Ser confundido com pessoas envolvidas com o ‘movimento’. Às vezes, os policiais abordam na rua sem mais nem menos, gostam de ‘esculachar’.” [sic] (S., 20 anos)

“O preconceito social, porque muitos pensam que todo mundo que mora em favela é desqualificado para viver na sociedade ‘fora’.” [sic] (F., 15 anos)

“Os motoristas de ônibus não respeitam os jovens, se acham os donos da empresa, não param, fecham a porta na cara do aluno.” [sic] (C., 18 anos)

As percepções sobre a ajuda que recebem ou deveriam receber

As respostas em relação à ajuda que recebem não foram tão desenvolvidas quanto aquelas referentes aos problemas enfrentados. Em muitas ocasiões, em vez de discorrerem sobre a ajuda que recebem, os jovens falavam da ajuda que deveriam receber. A família foi citada pelos jovens como a primeira e a principal instância à qual recorrem.

“Com a família dando apoio, força para não desistir, dizendo para não deixar de estudar, não faço a mínima idéia com quem ele pode contar hoje além da família.” [sic] (N., 17 anos)

Para os jovens, a família – principalmente na sua ausência – é vista como apoio necessário para evitar as drogas e o tráfico, bem como suporte para contornar as dificuldades de emprego e a falta de oportunidades. A

família sustenta o presente, nas dificuldades que este possa conter, como também dá a força necessária para construir o porvir.

“Família conversando, orientando, procurando saber o que está havendo com ele, saber como ele se sente e o que ocorre.” [sic] (V., 16 anos)

“Pela minha família, encontro força para continuar lutando pra vencer, conseguir alguma coisa melhor no futuro.” [sic] (D., 18 anos)

A ajuda dos amigos também é citada como importante, assim como pode constituir um problema. Os jovens diferenciam os “*verdadeiros amigos*” dos “*colegas*”. Segundo os jovens, os colegas só estão presentes em momentos oportunos ou são aqueles que os “*levam para o mau caminho*”. Muitas vezes, aquele que se diz amigo acaba se tornando um problema para quem tem “*cabeça fraca*”, enquanto os amigos verdadeiros os ajudam com conselhos positivos, assim como os pais. Tal ajuda é bastante semelhante àquela proporcionada pela família, pois tem um caráter afetivo e ambivalente, como a capacidade de ajudar e atrapalhar ao mesmo tempo.

Para os jovens, a ajuda da religião pode ser vista tanto pelo caráter assistencial das igrejas quanto pela sua influência moral e de construção de valores.

“A ajuda que eles têm é a religião, que influencia bastante. A pessoa, quando passa a crer que existe um Deus que se preocupa, ela não vai para o mundo das drogas.” [sic] (P., 16 anos)

“Aqui é mais a igreja que ajuda. A noite tem Telecurso 2000,⁵ oficina para costureira. Tem a Pastoral, que ajuda as famílias mais necessitadas com cestas de alimentos.” [sic] (J., 15 anos)

Em Deus (ou na religião), os jovens depositam uma última esperança de solução para os problemas, quando já se esgotaram muitas das esperanças de ajuda.

“Eu não tô contando com a ajuda de ninguém, só de Deus mesmo.” [sic] (F., 17 anos)

Uma categoria que aparece em frequência inferior às já citadas, mas em primeiro lugar na ordem de evocação, é a que denominamos ‘*não conta com ninguém*’. Muitos jovens respondem que não contam com nin-

⁵ O Telecurso 2000 é um dispositivo pedagógico de formação escolar destinado àqueles que não conseguiram completar a educação fundamental e média (até os 18 anos de idade) no Brasil, para os que desejam se submeter aos exames supletivos para obtenção de tais diplomas. É realizado de maneira não presencial por intermédio de aulas televisionadas e divulgação de material impresso, que apresenta o conteúdo que deve ser assimilado.

guém para ajudá-los a solucionar seus problemas, sinalizando uma situação de desamparo e *desfiliação*, pois se sentem sistematicamente excluídos do usufruto dos bens sociais e culturais, sem maiores chances de alcançar uma situação melhor. A expressão “não contar com ninguém” sinaliza também uma representação de si como desassistido, distante e à margem da reciprocidade social que envolve a vida em comum.

As categorias que dizem respeito ao governo são todas citadas em segunda ordem. O governo em si aparece como uma ajuda bastante freqüente, enquanto a falta deste aparece em menor freqüência. A ajuda do governo aparece com freqüência alta quando associada ao seu caráter imediato e de assistência, mediante o fornecimento de cestas básicas, do cheque cidadão, ou da criação de projetos temporários. Os jovens reconhecem que se trata de um auxílio que é importante, mas pontual.

A falta do governo também é citada, mas em menor freqüência. Em suas falas, os jovens afirmam o valor de certas ações assistenciais; contudo, apontam que a essência dos problemas das comunidades em que vivem não é considerada, somente atenuada, por uma modalidade de ajuda governamental insuficiente para solucionar os problemas das comunidades pobres.

Em geral, houve alguma dificuldade em relacionar possíveis formas de ajuda que poderiam ser objeto da ação de governo. Muitos não fazem a conexão, por exemplo, entre a ‘ajuda do governo’ e uma escola de boa qualidade no seu bairro. Em geral, a ajuda do governo torna-se associada a programas e projetos pontuais (como o que se estabeleceu por ocasião desta pesquisa), que não se sustentam a longo prazo e deixam os jovens reiteradamente ao deus-dará.

Sobrevivendo no cenário adverso: os recursos para se lidar com as dificuldades

Os jovens entrevistados expõem com clareza uma vida de medo: medo de sair de casa, medo de falar algo que não devem, medo de estar na hora errada no lugar errado, medo de estar em casa quando policiais ou traficantes podem invadi-la, etc. Para os jovens que vivem em comunidades pobres no Rio de Janeiro, o medo parece ser o sentimento que permeia seu cotidiano, determinando ações e escolhas. Na figura a seguir, obtida a partir das respostas à pergunta “*como os jovens lidam com seus problemas?*”, verifica-se como o medo condiciona as outras possibilidades de ação que os jovens têm frente às suas dificuldades.

Tabela 1 – Relação hierárquica das classes referentes aos modos de resolução de problemas

Impossibilidade de enfrentamento: a cooptação do sujeito	Ocupação do tempo ocioso	Ação do sujeito	Medo
--	--------------------------	-----------------	------

A tabela 1 mostra como o medo condiciona todas as outras possibilidades de ação dos jovens que têm de enfrentar o cotidiano violento das comunidades pobres. Significa que, quando os jovens buscam saídas para dar conta de situações de adversidade, todas as opções estão pautadas pelo medo (da polícia e dos traficantes), que cria um ‘regime de vida’ nas comunidades pobres.

“O jovem acostuma, mas sai de casa com medo, sem saber se vai voltar.” [sic] (T, 16 anos)

“Tenho medo, porque a polícia, quando chega, já vem atirando.” [sic] (V., 16 anos)

“A gente aqui está isolado, não pode sair da comunidade, porque corre o risco de ir parar na facção rival e não voltar mais.” [sic] (B., 18 anos)

Hierarquicamente na mesma posição, há duas outras categorias de respostas: a impossibilidade do enfrentamento, que resulta na cooptação do sujeito, e a ocupação do tempo ocioso. A impossibilidade do enfrentamento diz respeito à incapacidade do sujeito de vencer as condições adversas em que se encontra, sendo, finalmente, empurrado para entrar na marginalidade. Essa possibilidade é freqüentemente reconhecida como uma incapacidade pessoal (*“ter mente fraca”, “já nascer misturado”*) ou resultante da falta de oportunidades (*“falta de emprego”, “não ter ajuda da família”*), como retratam as falas a seguir:

“Alguns não usam [drogas], mas outros são mente fraca e acaba usando. É por causa de amigo. Eles falam que é bom e acaba que usam.” [sic] (S., 16 anos)

“Muitos, quando não conseguem um emprego, acham que é melhor seguir por um caminho torto, se envolvendo com as drogas, entrando para o mundo do crime, achando que lá vão conseguir as coisas mais fácil.” [sic] (W., 20 anos)

“Uns conseguem lidar, e outros, não, porque é muito difícil.” [sic] (S., 18 anos)

A categoria ‘ocupação do tempo ocioso’ diz respeito à saída encontrada para se evitar o que pode levar a uma vida de marginalidade, sobretudo evitando a ociosidade, o “*estar à toa*”, que pode criar um espaço para ser ocupado pelas atividades ilícitas. Seria uma busca desesperada de alternativas frente ao cotidiano permeado por dificuldades, caracterizando respostas que estão sempre pontuadas pelo perigo iminente de ‘*cair na outra alternativa*’, que é a opção oferecida pela vida na marginalidade.

“Procuram estudar, fazer cursos para ocupar o tempo, porque com a cabeça livre procuram o que não deve.” [sic] (N., 16 anos)

“Muitos lutam, procuram cursos, querem estudar para ter futuro melhor. Outros preferem fumar, cheirar, entrar para o crime e se destruir.” [sic] (B., 14 anos)

“O jovem ocupando sua cabeça, seu tempo, com estudo, trabalho, projetos sociais comunitários, esporte, a fim de desgrudar da situação que entrou por aventura ou mesmo por falta de opção ou rejeição.” [sic] (P., 18 anos)

Finalmente, a categoria ‘ação do sujeito’, que se situa hierarquicamente na posição superior às duas exemplificadas anteriormente, significa que o jovem entende que a vida que tem é resultado das opções que faz. Nesse sentido, coloca-se como responsável pelo que provoca e pelo que obtém na vida, ainda que, em última análise, o esforço individual não seja suficiente para resgatar-lhe uma vida digna.

“Pode resolver as dificuldades estudando, trabalhando, pedindo ajuda.” [sic] (A., 14 anos)

“As dificuldades têm que enfrentar, pra depois não chorar.” [sic] (D., 15 anos)

“Enfrentar problemas sozinho talvez seja pior. Mas não se pode recorrer aos policiais, nem aos traficantes, nem pode recorrer a nada.” [sic] (T., 15 anos)

“Você só conta com você, sua família, resolvendo os problemas, pra ter um futuro melhor.” [sic] (C., 16 anos)

Situada hierarquicamente acima das duas outras categorias, segundo a análise textual do instrumento que utilizamos, a categoria “ação do sujeito” mostra que os jovens admitem, em princípio, que eles vêem possibili-

dades de escolhas e reconhecem que devem assumir conseqüências pelo seu agir. No entanto, frente à realidade em que vivem, os fatos lhes mostram que ou é impossível, de todo, superar os obstáculos ou a vida se torna uma batalha constante de “ir contra a maré”, ou seja, lutar cotidianamente e sem cessar na direção oposta a tudo o que empurra os jovens pobres para a ociosidade e para a delinqüência.

Assim, os recursos que os jovens percebem estão, de certa forma, condicionados ao ‘estado geral de temor’ tanto aos bandidos quanto à polícia. Ainda que se percebam como agentes e responsáveis pelas escolhas que fizeram, não existe uma situação psicologicamente confortável para que possam traçar seus destinos. Como retrata um jovem:

“Não tem como escapar. Aqui a gente tem que dar o braço a torcer ou para um lado ou para outro.” [sic] (V., 17 anos)

De um lado, a polícia, e aí o jovem não só tem que andar na linha, mas parecer que “*é do bem*”. De outro lado, os traficantes, que também exigem submissão, aqueles a quem os jovens também devem respeito e obediência. Nesse caminho estreito, os jovens tentam, apostando no esforço pessoal e na ajuda da família, evitar a opção pelo tráfico e construir alternativas de vida.

Considerações finais

A análise dos resultados aqui apresentados nos mostra um retrato impressionante. A presença do poder paralelo do tráfico nas comunidades pobres do Rio de Janeiro, já analisada em seus inúmeros efeitos (DOWDNEY, 2003; GUIMARÃES, 1998; ZALUAR, 1997), aparece no presente estudo como o *grande problema na vida dos jovens*. Significa que, do ponto de vista dos jovens, as situações de desmando, violência e terror permanentemente instaladas nas comunidades se tornam as primeiras e incontornáveis dificuldades nesse seu momento de vida. Causa impacto o dado apresentado aqui que evidencia que o *medo* assola a existência desses jovens e que, qualquer que seja a forma de se lidar com as incertezas geradas pelo estado de guerra em suas comunidades, o medo parece atravessar e *modelizar* todas as possibilidades de ação.

Hoje, quando se fala no significativo número de jovens homens que são, ao mesmo tempo, vítimas e também causadores da violência, e quando se aborda o aumento da população carcerária, principalmente relativa à faixa etária entre 18 e 25 anos, podemos nos perguntar: quais são as situações psicológicas e morais que antecedem tais situações? Certamente,

o indivíduo que não se reconhece como parte do grupo cultural, no sentido de que a ele não se *afilia* (= dele se torna ‘filho’), não se torna igualmente inclinado a preservar seus valores, sejam eles materiais ou simbólicos. Heranças somente as recebem os que são filhos e se sabem como tal para reclamá-las. Muitos jovens brasileiros não experimentaram até hoje a condição de ‘filhos’, seja por conta de suas situações familiares completamente adversas, seja porque nasceram num grupo socioeconômico desfavorecido e relegado ao esquecimento. Por isso, se colocam à margem, seja do que têm para receber, seja do que têm para dar. No grupo aqui estudado, muitos conseguem se dar conta do que poderiam ser suas vidas se tivessem a ajuda, que não têm, do governo. Indicam a falta de trabalho, a deterioração urbana do local onde moram, a falta de boas escolas e bons professores como questões que, uma vez supridas, poderiam fazer a diferença para melhor nas suas vidas. Nesse sentido, enquanto reclamantes, ainda vislumbram seu lugar de direito na herança cultural deste país. Não perderam os elos com a sociedade e não se encontram desgarrados. Os que, no entanto, se vêem sós, sem ter a quem recorrer, parecem indicar que suas vidas não estão suficientemente enlaçadas à sociedade e que os laços que os unem a esta parecem frágeis.

Num contexto de precariedade, em que faltam instituições mediadoras e adultos significativos, em que o ócio e a falta de perspectivas estão instituídos, pode-se entender a prevalência que o tráfico assume como força aliciadora junto àqueles que estão decidindo o que fazer de suas vidas. No entanto, ao lado do ‘desvio’ que o tráfico representa, está a tentativa dos jovens de ‘ocupar o tempo ocioso’, que surge como uma contra-força, um esforço individual e último para buscar caminhos que contemplem uma outra forma de inserção na sociedade.

Parece que, como afirmou Arendt (1995), pela ação podem *dar início* a algo que não está previsto, para fazer insurgir o diferente, ainda que, ao mesmo tempo, dependam e tenham que esperar dos outros alguma resposta ou reação. Segundo essa autora, *agir e padecer* são complementares, as *‘duas faces da mesma moeda’*, ou seja, se precisamos agir para mudar e geramos novos inícios quando agimos, também temos que esperar pelos resultados, *padecer* frente ao que os outros também fizeram e iniciaram (CASTRO, 2001).

É a família que surge no imaginário dos jovens como o elemento-chave de sustentação psicológica, pois é a ela que se recorre, principalmente, quando em dificuldades. Como disse certa vez Matta (1987, p. 135), *“entre nós, a família é tudo e vale por tudo”*. Para os jovens, é pensando na família como ideal a ser preservado que desejam melhorar sua condição de

vida, para ajudar aqueles a quem, na verdade, são devedores. Nesse sentido, ressalta aqui a idéia da dívida para com a geração dos mais velhos. De igual forma, enfatiza-se a possibilidade de se fazer alguma coisa em prol deles, quando os jovens melhorarem de vida ou quando obtiverem emprego e trabalho. Numa sociedade na qual parecem esmaecer os sentimentos de gratidão e dívida para com os mais velhos, em que cada um pensa cada vez mais no próprio bem-estar e no seu sucesso pessoal, chama a atenção a reiterada fala dos jovens que acenam com um cenário distinto, onde todos – eles e suas extensas famílias – possam estar, eventualmente, se beneficiando do pouco (ou muito) que cada um conseguir. É, portanto, pela família e na família que esses jovens constroem suas identidades sociais, mediante a demarcação dos valores transmitidos por elas, como o trabalho, o esforço pessoal e a dívida para com a geração anterior.

Referências

- ARENDDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense, 1995. 341 p.
- CASTRO, L. R. Da invisibilidade à ação: crianças e jovens na construção da cultura. In: _____. (Org.). *Crianças e jovens na construção da cultura*. Rio de Janeiro: Nau/Faperj, 2001. p. 19-46.
- DOWDNEY, L. *Crianças no tráfico*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003. 270 p.
- GUIMARÃES, M. E. *Escolas, galeras e narcotráfico*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998. 243 p.
- MATTA, R. da. A família como valor: considerações não-familiares sobre a família brasileira. In: CARNEIRO, M. J. (Org.). *Pensando a família no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRJ, 1987. p. 115-136.
- PETERS, J. D. Distrust of representation: Habermas on the public sphere. *Media, Culture and Society*, [S.l.], v. 15, n. 4, p. 541-572, 1993.
- ZALUAR, A. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. In: SCHWARCZ, L (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997. v. 4, p. 245-318.

As meninas e o universo do trabalho doméstico no Brasil¹

Irene Rizzini²
Claudia Fonseca³

Introdução

Não é de hoje que crianças e jovens trabalham em condições inadequadas, a despeito das tentativas de regulamentação e fiscalização existentes. Disso já se ouvia falar muito antes das *workhouses* inglesas do século XVII, das fábricas que proliferaram no século XIX e das carvoarias e dos canaviais brasileiros da atualidade. Há séculos, crianças vêm sendo exploradas, tendo sua força e sua infância exauridas em trabalhos tão pesados quanto o de qualquer adulto.

Em determinados momentos históricos e em diversos contextos socio-culturais, o trabalho infantil e juvenil adquiriu diferentes feições e conotações valorativas. Alguns exemplos, no Brasil, são: (1) o trabalho da criança escrava, iniciada desde pequenina, por herança, no trabalho forçado; (2) a disciplinaridade dos *menores abandonados e delinqüentes*, percebidos como *viciosos*, nas fazendas e fábricas, no século XIX e início do XX; e (3) a educação pelo trabalho (tão popular em programas destinados às crianças pobres), que segue a lógica de que o trabalho é o melhor antídoto contra a vagabundagem e a criminalidade.

Em tempos atuais, à luz do debate sobre direitos humanos e em meio às profundas transformações globais das relações de trabalho, condena-se o trabalho infantil à erradicação. Isso se dá em clima de controvérsia, uma vez que a lógica da educação pelo trabalho ainda vigora e está diante da brutal realidade de pobreza e desigualdade, que leva muitas famílias a depender do trabalho de suas crianças para sua subsistência.

¹ Este texto foi elaborado com base em relatório preparado por solicitação da Organização Internacional do Trabalho/Programa Internacional para a Erradicação do Trabalho Infantil (OIT/Ipec), como parte do programa *Prevención y Eliminación del Trabajo Infantil Doméstico en Hogares de Terceros en Sudamérica*. Participaram da pesquisa: Carla Daniel Sartor e Licia Rios, da equipe do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (Ciespi).

² Irene Rizzini – Doutora pela Universidade de Chicago (EUA) e Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj). Professora e pesquisadora da PUC-Rio e diretora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (Ciesp). É presidente da *Childwatch International Research Network* (Noruega).

³ Claudia Fonseca – Doutora em Etnologia Urbana, Universidade de Nanterre (França). É professora de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

O fato é que hoje há menos tolerância ao trabalho imposto à criança, pois é percebido como exploração, abuso e, portanto, uma violação ao seu direito de se desenvolver integralmente. Muito mais controvertido é o trabalho executado por adolescentes e jovens que desejam ter renda própria e, particularmente, por meninas, por razões que analisaremos neste texto. Cabe lembrar que o trabalho infantil e juvenil constitui uma prática em pleno vigor para muitos que, por lei, não deveriam trabalhar, ainda que, mesmo proibido, seja visto por muitos como importante para a formação e a educação da criança. Trata-se de uma questão complexa e delicada, na qual estão em jogo múltiplos valores e significados humanos, éticos, políticos e pedagógicos (CUNNINGHAM, 1996; VILLARÁN, 1997).

A despeito das controvérsias, há uma mudança significativa de mentalidades e atitudes em curso. Algumas das mais recentes manifestações desse movimento são expressas por meio de uma preocupação renovada com as crianças e os adolescentes trabalhadores, registrada em praticamente todos os países. Como exemplos, podem ser citados o *Programa Internacional para a Erradicação do Trabalho Infantil* (Ipec),⁴ implantado no Brasil em 1992, e a *Marcha Global contra o Trabalho Infantil*, realizada em Genebra (Suíça) em 1998, que contou com a participação de 53 entidades brasileiras religiosas, empresariais, sindicais e sociais (MARQUES, 2000), entre outras.

Coerente com o clima internacional que, em 1989, produziu a *Convenção dos Direitos da Criança*, o Brasil iniciou importantes reformas de sua legislação, com a promulgação do *Estatuto da Criança e do Adolescente*, no ano de 1990. Nele, o artigo 60 estipula que o trabalho não é permitido a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendizes. Seguindo a Recomendação nº 146 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Congresso Nacional brasileiro aprovou, em 1998, a Emenda Constitucional nº 20, retardando a entrada legal de adolescentes no mercado de trabalho por mais dois anos, demarcando a idade limite em 16 anos.

Nos últimos anos, o número total de crianças e adolescentes trabalhadores está em declínio. Isso se deu, em parte, graças às mudanças na legislação e aos subseqüentes desdobramentos políticos e práticos. Devem ser citadas também a articulação e as ações de grupos, tais como a *Rede Nacional de Combate ao Trabalho de Crianças e Adolescentes*.

⁴ *International Program on the Elimination of Child Labor* (Ipec).

Como parte desse movimento, observa-se uma preocupação especial, nos últimos anos, com a situação das meninas trabalhadoras em várias partes do mundo. Ela nasce de várias constatações ligadas à percepção de gênero, entre elas a de que um grande número de meninas trabalha muitas horas por dia, na invisibilidade da esfera doméstica e do reconhecimento de que o investimento no desenvolvimento da menina tem repercussões importantes, em nível de capital humano e social (UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND, 1992).

Identificam-se pois, no final do século XX, as necessidades de conhecer melhor a dimensão do problema do trabalho infantil e juvenil feminino, em particular o doméstico, e de desenhar ações capazes de atingir tais meninas. Para fins de definição, neste texto referimo-nos ao trabalho doméstico como aquele que é realizado por crianças e adolescentes fora de suas casas. Conforme estudo realizado no Maranhão por Adriana Costa, é o trabalho “*executado em troca de um salário ínfimo ou de uma promessa de roupa, escola e alimentação*” (COSTA, 1996, p. 26). Estaremos nos concentrando no trabalho feminino, pois dados produzidos, até o presente, apontam que apenas cerca de 1% dos meninos executa trabalhos domésticos (BARROS et al., 2000).

Para acelerar o processo de alcançar as metas do programa para as meninas trabalhadoras, o seminário realizado pela OIT (2000) considerou indispensável dispor do depoimento de meninas para focalizar adequadamente o público-alvo e o conteúdo de uma campanha nacional, que se pretende acionar. A campanha é uma das estratégias para atingir o trabalho infantil doméstico, um problema de culturas que – em certas regiões do globo, tal como no Haiti, com a tradição de “*restavek*”⁵ – condenam um vasto contingente de crianças e adolescentes ao regime de semi-escravidão (BALES, 1999; CADET, 1998; COLLARD, 2000).

Como apontamos, trata-se de um assunto de difícil acesso. Até recentemente, essa atividade foi ignorada na maioria das pesquisas, devido entre outras coisas à naturalização da participação de crianças e jovens nos afazeres domésticos – seja em suas próprias casas ou nas de terceiros. Assim, por exemplo, o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Trabalho Infantil (1998) no Brasil consistiu quase inteiramente de denúncias e relatos sobre crianças que trabalhavam na agricultura, na indústria

⁵ No Haiti, o termo *restavek* refere-se a crianças e adolescentes que são confiados pelos seus pais (que vivem em condições de miserabilidade) a famílias com maior poder aquisitivo para que trabalhem como domésticos. Muitas crianças nunca vão à escola, perdem o contato com suas famílias consanguíneas e são despejadas pelos patrões quando se tornam adultas. Estima-se que nesse país de 7 milhões de habitantes existam até 500.000 *restaveks*.

carvoeira, etc., deixando para o trabalho doméstico apenas dois parágrafos. Não fica claro, em estatísticas recentes, se o pequeno número de jovens trabalhando no emprego doméstico, relevado pelas pesquisas – pouco mais de 10% do total de jovens empregados –, é devido à natureza oculta dessa atividade ou se reflete fielmente a realidade.

Sabe-se, no entanto, que grande parte desse tipo de trabalho é realizado pelas meninas em suas próprias casas, incluindo a responsabilidade pelo cuidado dos irmãos menores (SOUSA; RIZZINI, 2001). São atividades que nem sequer são reconhecidas como trabalho (RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irmã; HOLANDA, 1995) e, por não constarem da legislação, escapam à fiscalização. Afirma o jurista Oris de Oliveira:

De acordo com informações colhidas em várias instâncias administrativas, não consta que a inspeção do trabalho se tenha voltado também para o trabalho infantil doméstico. A justificativa, dentre outras, apontada para tal omissão é a impossibilidade do agente de fiscalização adentrar a residência particular, o que é assegurado pela CF/88 quando trata de inviolabilidade de domicílio, salvo os casos expressos em lei [sic] (OLIVEIRA, 1994, p. 14).

A atenção dedicada ao trabalho doméstico é, no entanto, largamente justificada, pois é nessa área que se concentram as meninas trabalhadoras. Ao nos debruçarmos sobre o problema, estaremos aprofundando a reflexão não somente sobre o lugar atribuído, na sociedade brasileira, à população infantil e juvenil, mas estaremos também levando em consideração os valores e as práticas ligados à questão do gênero, isto é, os fatores que tornam essa atividade, de longe, a mais exercida pelas meninas trabalhadoras no Brasil.

Baseamo-nos em Hildete Mello (2000) para ressaltar algumas tendências indicadas em várias pesquisas. Após analisar os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2000), ela chamou a atenção para o fato de que o ofício de empregada doméstica, que abrange 19% das mulheres trabalhadoras, ainda é a maior ocupação feminina no Brasil. A autora aponta, no entanto, certas mudanças no quadro recente: um forte decréscimo da proporção de mulheres que residem no lugar de trabalho, o envelhecimento da categoria como um todo, assim como maior escolaridade e maior formalização dos vínculos empregatícios e dos salários. Hildete Mello frisa que as mais jovens (de 10 a 16 anos) são especialmente destacadas para a ocupação de babá, por meio da qual frequentemente servem como uma segunda trabalhadora na residência. Porém, está em constan-

te declínio o número total de jovens trabalhando como domésticas, assim como a proporção de meninas de 10 a 16 anos em relação a todas as mulheres que trabalham como domésticas.

Neste texto, focalizaremos os valores tradicionais ligados ao trabalho infantil e juvenil doméstico para discutir as recentes mudanças e as tendências atuais no cenário brasileiro. Nosso intuito é fornecer subsídios para o aprofundamento de algumas questões e a identificação dos desafios que devem ser enfrentados, com ênfase nas relações e nas práticas socio-culturais que contribuem para a persistência do problema.

Ao se tratar do trabalho doméstico infantil e juvenil no Brasil, é de suma importância atentar para as especificidades do lugar e da época. Não somente constataremos que o Brasil não é o Haiti, mas veremos, também, que a época atual não pode ser analisada puramente em termos de “tradições brasileiras”. É verdade que muitas das atitudes que descrevemos como tradicionais ainda estão altamente operantes. Porém, com o término da ditadura militar, a reabertura democrática dos anos 80, a promulgação da Constituição de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), houve uma disseminação social ampla de certos conceitos do ideário moderno ligados, em particular, à população infantil e juvenil. Assim, legisladores e planejadores de políticas devem incorporar nesses conceitos as múltiplas vozes dos diferentes atores envolvidos e levar em consideração a mistura particular de velhas e novas sensibilidades.

Já foi apontada por outros pesquisadores (GEERTZ, 1999; STEPHENS, 1995) a necessidade de se conhecer os valores morais de determinado grupo quando se propõe intervir para modificá-los. Neste artigo, propomos ir além. Esperamos que, mediante o exame aprofundado dos valores concernentes ao debate sobre o trabalho doméstico infantil e juvenil, estabeleça-se, no espírito da sociedade democrática, um diálogo entre os diferentes setores da sociedade, culminando numa política que seja efetivamente vivida pelos atores envolvidos como uma contribuição importante para uma sociedade mais justa.

Velhas e novas sensibilidades

Considerando-se que, atualmente, a quase totalidade de meninas empregadas no trabalho doméstico vem de famílias muito pobres, é fundamental tentar entender os valores que subjazem às suas práticas. Assim, situamo-nos neste artigo dentro da linha de análise que aponta para a especificidade de sensibilidades familiares e de gênero em grupos populares

brasileiros. Coerentes com boa parte das recentes pesquisas em ciências sociais, partimos da premissa de que as etapas de vida compreendidas pela infância e pela juventude não devem ser consideradas apenas em função de processos biológicos universais. Trata-se de uma construção social que determina não somente práticas, mas também noções diferentes de infância, conforme o contexto sócio-histórico de que estamos falando. Seguindo esse raciocínio, devemos reconhecer a possibilidade de que, numa sociedade de radical desigualdade como a brasileira, existam diversas visões de infância.

É importante considerar que, sem uma atitude crítica, a tendência do ser humano é a de reafirmar noções de senso comum, vendo relações de causa e efeito onde não há nada mais do que correlações. Se considerarmos, por exemplo, a relação entre o trabalho infantil e o desempenho escolar, constataremos um consenso, entre pesquisadores, de que crianças pobres, de pais pobres e pouco escolarizados, entram mais cedo no mercado de trabalho, aproveitam menos e desistem mais facilmente da escola. No entanto, é no mínimo arriscado deduzir dessa configuração que o trabalho doméstico necessariamente reduz o nível de escolaridade das meninas, como é comum afirmar hoje. Voltaremos a esse ponto oportunamente.

Cabe ressaltar que fatores como a discriminação racial e a própria falta de atratividade da escola – examinada na pesquisa de Barros et al. (2000) – podem ser determinantes na questão do abandono escolar, antes mesmo do trabalho doméstico. É sabido que a baixa qualidade do ensino e a inadequação do sistema educacional, em todas as regiões do país, dificultam a permanência das crianças na escola (COSTA, 1996; RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma; HOLANDA, 1995). No âmbito internacional, autores como Willian Myers e Jo Boyden (1998) têm sugerido a urgência de se rever posições unilaterais e culturalmente descontextualizadas sobre o impacto do trabalho sobre a escolaridade. Afirmam inclusive, com base em suas pesquisas, que em alguns casos a escola pode ter um efeito negativo sobre o desenvolvimento infantil e contribuir para o envolvimento precoce da criança no trabalho.

Se essas críticas são controvertidas, ainda permanece uma inquietude, compartilhada por praticamente todos, que justifica a investigação aprofundada dos valores dos sujeitos em cada novo contexto: o perigo de que, sem levar em consideração os pontos de vista dos atores envolvidos, políticas cunhadas para promover o seu bem-estar possam ter efeito contrário, piorando a situação daqueles que almejam apoiar. Pior: ao não se prestar a devida atenção às perspectivas locais, deixa-se de escutar os próprios jovens, tornando-os sujeitos passivos de uma política paternalista. O

intuito de nossas reflexões aqui é pensar o “problema” do trabalho doméstico associado ao referido grupo, atentando para as recentes mudanças e tendências atuais e dando ouvidos às diferentes vozes envolvidas no processo, abrindo, assim, caminho para uma política dialógica de ação. Com tal objetivo em mente, baseamos nosso texto nos seguintes tipos de informação: (1) fontes históricas, sociológicas e antropológicas, para uma análise crítica do tema; (2) depoimentos de meninas empregadas no trabalho doméstico em diversos estados brasileiros; (3) bem como análises sobre suas realidades de vida e entrevistas realizadas por nossa equipe, em Brasília (DF), São Luís (MA), Rio de Janeiro (RJ), Florianópolis (SC) e Rio Grande do Sul (RS), de dezembro de 2001 a fevereiro de 2002.

O trabalho infantil como estratégia da sobrevivência para a ascensão socioeconômica

Ao nos debruçarmos sobre o trabalho infantil em grupos populares, não há como esquecer a extrema penúria de muitas famílias, causa principal de uma altíssima taxa de mortalidade infantil, que acompanhou essas famílias até data recente. A história de Alaíde – uma menina negra nascida no interior da Bahia no início da década de 80 – exemplifica alguns processos típicos da infância pobre até pouco tempo atrás. Nenhum de seus seis irmãos tinha freqüentado a escola e, até a separação dos pais, nenhum tinha sido colocado em casa de terceiros. O pai, ela conta, tinha terra e até onze cabeças de gado. Queria os filhos “labutando” para ele e só para ele. A irmã mais velha de Alaíde já tinha migrado junto com o marido para Brasília, quando o desastre fez desabar a frágil existência da família. O pai foi embora com outra mulher, e a mãe, que ainda padecia de “resguardo quebrado”, enlouqueceu de vez.

Alaíde, a caçula da família, tinha então sete anos quando seus irmãos “se esparramaram”: alguns foram embora, outras (duas irmãs adolescentes) acharam colocação em “casas de família”. Mas Alaíde ainda não estava na idade de ser muito útil nas tarefas domésticas. Por sorte, sua irmã de Brasília veio buscá-la e, durante algum tempo, a menina pôde compensar essa gentileza ajudando a irmã e o cunhado em pequenas tarefas na chácara onde ambos trabalhavam como caseiros. No entanto, em breve, a irmã lhe explicou que não era ela, mas sim seu marido, que sustentava a casa. Na ocasião, a irmã lhe falou que não dava para Alaíde ficar lá “morando de graça, às custas do cunhado”. Assim, com a idade de nove anos, Alaíde foi morar com sua primeira patroa na periferia de Brasília, para cuidar de três crianças pequenas. Lembra que naqueles primeiros tempos fazia muita

arte, até sua patroa ameaçar mandá-la embora: “dizia que ‘criança cuidando de criança não dava’”. Mas Alaíde, infeliz com a idéia de ver sumir suas chances de viver naquela casa e ir para escola, logo aprendeu a ser adulta. Para ela, sua colocação naquela casa tornou-se uma estratégia refletida para a estruturação de sua existência.

A situação de Alaíde não era atípica de boa parte das crianças que trabalhavam no serviço doméstico. Às vezes, a saída de casa era provocada pela morte, pelo divórcio ou pela nova união de um dos pais. Para sua própria sobrevivência, as crianças “circulavam” com grande frequência, indo ora para a casa de uma madrinha, ora para a de um primo ou parente mais abastado, ora (quando tinham um pouco mais de idade) para uma “casa de família”, onde trabalhariam como serviçais (veja Fonseca (1995)).

A história de Alaíde aponta para outra dimensão do trabalho doméstico infantil: seria um caminho para as meninas do interior se socializarem nas atitudes e nas práticas “modernas”. Afinal, ao contar suas histórias de vida, muitas mulheres lembram que “não sabiam nada” quando chegaram, pela primeira vez, a uma casa de família para lá trabalhar. A irmã de Alaíde comenta suas primeiras experiências quando, já adulta, começou a trabalhar como empregada em Brasília. Explica que “(...) *não sabia o que era parquê.⁶ Lá, no interior, era piso de chão batido. Não sabia de cozinha. Lá, na Bahia, nunca ‘tinha’ grande coisa para comer. Quando muito, era fritar uma banha para temperar o feijão (...). Aqui era purê de batata, essas coisas que eu nem sabia que ‘existia’*” [sic]. Essa senhora deixa claro que gostou bastante de sua primeira empregadora e que esta lhe ensinou muita coisa. “*Mas, ‘passado’ dois anos, achei outra patroa*” [sic], afirma. “*Depois de aprender tanta coisa, eu podia cobrar um salário melhor, e ela não queria pagar*”.

Os comentários dessa senhora sublinham algo que é recorrente nos depoimentos: para ser boa empregada doméstica, é preciso adquirir conhecimentos. “*Não é como trabalhar na roça*”, uma mulher nos explicou. “*Na roça, qualquer um pega no cabo da enxada (...)*”. Contrariamente à imagem pejorativa do emprego doméstico, reiteradamente apresentada na literatura, há muitas indicações de que, até uma geração atrás, as mulheres pobres consideravam-no uma atividade que exigia (e na qual se adquiria) altas qualificações. Planejavam seu avanço na profissão com a comprovada mestria ou especialização em certos domínios (de cozinheira, copeira, etc., e hoje como especialista em comidas congeladas). Além disso, elas

⁶ A palavra significa “soalho cujos tacos formam desenhos”, segundo o Dicionário Aurélio ([200-?], p. 1039).

se orgulhavam do ofício. Em outras palavras, tal atividade – que historicamente envolvia a vasta maioria de mulheres trabalhadoras na América Latina – era até pouco tempo atrás considerada por elas uma carreira nada desprezível.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000), o trabalho doméstico é o emprego infantil e juvenil com maiores rendimentos para meninas até 14 anos de idade. Não se pode ignorar que, além do salário, tais trabalhadoras recebem pagamentos extra-salariais. Para quem ganha um salário baixo, não somente refeições de graça, mas também roupas usadas e móveis recuperados representam um acréscimo significativo no saldo do fim do mês. A intenção aqui não é fazer a apologia do trabalho doméstico como uma mina de oportunidades, mas sim relativizar visões unilaterais que pouco contribuem para uma análise aprofundada do tema. Nesse sentido, é fundamental contemplar pontos de vista que mostrem a complexidade dos múltiplos fatores em jogo.

Ressalta-se, então, que em passado recente havia motivos para considerar a colocação de uma menina no serviço doméstico como aprendizagem, em vez de exploração. Tal atitude, nas histórias de vida, era ainda mais evidente quando surgia a comparação entre o serviço doméstico e a única outra opção aberta a muitas meninas: o trabalho na roça. As entrevistadas lembram como se arrancavam da cama, saindo no frio da madrugada, com as mãos geladas, para ir trabalhar longas horas na lavoura. Aí, sim, era sofrimento, muitas asseguram. Em contraste, ir trabalhar em casa de família era simples. Uma entrevistada, cujos membros de sua família inteira viviam como agregados agrícolas, justifica por que ela empregara sua filha de doze anos numa casa de família: “*Ela nem ia trabalhar. Só ia cuidar da criança e fazer um pouco do serviço de casa*”.

Levando-se em consideração esse quadro, em que o trabalho doméstico era considerado como opção profissional superior a muitas outras atividades e que exigia uma preparação específica, torna-se compreensível o fato de arranjar uma colocação para as meninas da família. Era mais do que uma necessidade econômica, era um dever da mãe ou do tutor responsável que quisesse lançar a jovem numa carreira promissora. Histórias de muitas outras moças com destino semelhante apontam para a total falta de recursos em seus locais de origem e para uma estrada que só levava ao trabalho extenuante da lavoura, para comer, e a muitos filhos, para ajudar na enxada: “*se plantasse e desse colheita, nós ‘comia’, senão não ‘tinha nada, não*” [sic], conta-nos uma delas, proveniente do interior de Minas Gerais.

Finalmente, cabe lembrar que Alaíde foi atraída para seu emprego, em parte, porque via nessa colocação sua esperança de conseguir ir para a escola. Lembramos que, no interior da Bahia, nenhum de seus irmãos frequentara o colégio. A irmã, com a qual veio morar em Brasília, mal tinha dinheiro suficiente para alimentá-la; não era imaginável que fosse pagar roupas, livros e material escolar, necessários para sua matrícula na escola. Assim como muitas jovens interioranas, Alaíde vislumbrou, no emprego doméstico, um meio não somente de sobrevivência, mas a esperança de ascensão socioeconômica.

As meninas e o universo do trabalho doméstico: mudanças recentes

Se ainda tem peso importante nos comportamentos boa parte das atitudes descritas aqui como tradicionais, não podemos ignorar as profundas mudanças que revolucionaram o cenário brasileiro nos últimos trinta anos. O processo inusitado de urbanização e o tremendo crescimento da população escolar são mudanças macroestruturais, que colocaram a esmagadora maioria de brasileiros em contato com o ideário moderno de infância e juventude.

Hoje, mais de uma década depois da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente e da instalação, em muitos bairros urbanos, de conselhos tutelares e seus proponentes dos direitos das populações infantil e juvenil, os termos “adolescência” e “juventude” já entraram no vocabulário do dia-a-dia. As conseqüências de todas essas mudanças para o trabalho infantil e juvenil (e, em particular, para o trabalho doméstico) são muitas.

Em primeiro lugar, constatamos que a vasta maioria das meninas empregadas como domésticas (87%, segundo a Pnad de 1998) não vive mais no lugar onde trabalha (MELLO, 2000; SABÓIA, 2000).⁷ Apesar de não existirem dados comparáveis sobre épocas antigas, podemos supor que, antigamente, muitas (provavelmente, a maioria das meninas que trabalhava fora) viviam como criadas nas casas de seus empregadores. Fatores como a dificuldade e a carência de transporte explicavam o porquê da grande incidência de meninas residindo no emprego, longe de suas famílias de origem. Além disso, muitas delas, em sua maioria, vinham de famílias ru-

⁷ Essa diminuição da dependência doméstica reflete a situação da categoria (de jovens e adultos) como um todo. Mello mostra que houve um forte decréscimo das trabalhadoras domésticas que residem no lugar de trabalho, com sua proporção caindo de 13,56% em 1993 para 8,19% em 1998.

rais, razão pela qual procuravam freqüentemente uma colocação em casas de família, justamente na esperança de morar na cidade e para poder freqüentar a escola.

A economia da família popular foi monetarizada, ocasionando entre 1960 e o fim dos anos 80 o *“afastamento dos adolescentes e jovens do trabalho familiar não-remunerado em direção ao trabalho remunerado, especialmente entre as mulheres”* (BARROS; PERSAUD; ROSAS, 2001). Enquanto antes as jovens trabalhavam em casa de terceiros por causa de cama e comida, hoje elas esperam um pagamento em dinheiro.

As poucas pesquisas que tocam no assunto sugerem, inclusive, que hoje a maioria das meninas guarda parte, se não a totalidade, do ordenado para uso pessoal. Berro et al. (2001), por meio de um recente estudo com 321 trabalhadores domésticos do setor infanto-juvenil (de 10 a 16 anos) que moram no Mato Grosso do Sul, constataram que 42% dos jovens trabalhavam para ajudar os pais (para o aumento da renda familiar) e 57,9% utilizavam a renda para uso próprio. Já que quase um quarto dos jovens pesquisados tinha iniciado nessa atividade com onze anos ou menos, eram muito freqüentes as afirmações de que eles tinham começado a trabalhar para ajudar em casa (40,1% dos entrevistados). Mesmo assim, 26,9% alegaram que assim o fizeram para comprar coisas para si, e 15,6% procederam de forma semelhante simplesmente porque *“queriam trabalhar”*.

Uma pesquisa realizada com 16 jovens de regiões interioranas do Pará e do Maranhão, caracterizadas pela extrema pobreza, demonstra quanto o emprego doméstico é encarado com ambivalência (LAMARÃO; MENEZES; FERREIRA, 2000). Ao mesmo tempo em que as jovens alegam, em geral, viver melhor na presente situação de trabalhadoras domésticas (*“pelo menos, aqui estou comendo”*) e, em particular, mencionam ter acesso mais fácil à escola, elas se queixam das saudades que sentem da própria família (pois todas moram nos lugares de emprego), das longas horas de serviço e, em certos casos, do assédio sexual exercido pelo patrão.

Por outro lado, a pesquisa – realizada por nós com 13 meninas do Maranhão – sugere que, apesar das longas horas e do salário modesto (em média, R\$ 70, ou seja, um pouco menos da metade de um salário mínimo na época), poucas meninas consideraram que estavam sendo exploradas. Mais da metade das meninas afirmou *“gostar do serviço”*, especialmente as que trabalhavam como babás. Estas, coerentes com o estereótipo feminino, disseram gostar de crianças. A característica de gostar do serviço aparece associada às boas relações que a maioria das meninas afirmou manter com as patroas. Três das meninas admitiram não gostar do trabalho

por motivos específicos: por não ter outra opção, por ter saudades de casa ou, ainda, por desejar largar o serviço de faxineira para trabalhar exclusivamente como cozinheira. Apenas duas meninas confessaram categoricamente não gostar do serviço doméstico.

É significativo que, segundo os dados da pesquisa, apenas três das treze meninas morassem em seus locais de trabalho. É possível que o fato de a maioria morar com seus pais ou com outros familiares seja uma maneira eficaz de se prevenir contra possíveis abusos nos locais de trabalho. De igual forma, tal medida garante a continuidade de vínculos com a família de origem. Mais de 50% das meninas declararam repartir o que ganham, dando a metade ou mais do ordenado para suas mães. Apenas três afirmaram gastar tudo só com despesas pessoais (roupas, livros escolares, etc.). Contudo, é importante ressaltar que nenhuma menina expressou a intenção de continuar na atividade. Diversas aspiram a cursar faculdade (“*que nem a filha da patroa*”) [sic]; ser engenheiras, entrar nas forças armadas. Porém, quase um terço das meninas ainda expressam desejos modestos: ser felizes, ter saúde, ajudar a mãe a construir uma casa.

Aos olhos da menina adolescente ou jovem ainda existe um ganho secundário, isto é, quando ela usa o emprego para pleitear maior liberdade pessoal. Heilborn, com base em sua pesquisa entre adolescentes de bairros populares do Rio de Janeiro, ilustra essa idéia com o caso de Shirley, uma menina que, à força de insistência, conseguiu com os pais permissão para estudar na escola noturna: “*O argumento utilizado foi a necessidade de trabalhar para ajudar em casa com as despesas, mas ela mesma reconhece que a grande motivação para ambos os projetos [emprego e aula noturna] é escapar da ‘marcação’ dos pais e irmãos e fugir da monotonia do lar*” (HEILBORN, 2000, p. 11).

Existe de certa forma uma contradição na situação das meninas trabalhadoras domésticas hoje. Boa parte delas insiste em dizer que estão trabalhando porque querem – para viver melhor, para ter acesso a produtos de consumo, para poder contribuir, mesmo modestamente, com as despesas de suas famílias. Alegam (apesar de os dados demonstrarem o contrário) que essa atividade remunerada não afeta negativamente seus estudos. No entanto, o trabalho doméstico – embora seja relativamente acessível – não é de forma alguma prestigioso. Embora seja, de longe, a atividade mais comum para meninas acima de 10 anos, atualmente o emprego doméstico é exercido como um trabalho menor, quase vergonhoso. Pesquisadores mostram que, do Espírito Santo a São Paulo e Rio de Janeiro (BRITES, 2001; HEILBORN, 2000; MADEIRA, 1996), as adoles-

centes pobres a princípio procuram evitar tal profissão (“*trabalhar em casa de madame*”) por causa de seu baixo prestígio.

É também altamente significativo que no Brasil como um todo exista, na faixa etária entre 14 e 16 anos, um número desproporcional de meninas negras nessa atividade. Levanta-se a hipótese de que a discriminação racial aja nesse cenário, limitando as opções da jovem negra que deseja, por um motivo ou outro, ter uma renda. O paradoxo entre o desejo de trabalhar e o desprestígio desse tipo de trabalho aponta para a necessidade de encontrar novas saídas para as jovens, especialmente as pobres e as não-brancas, que procuram manter um nível adequado de existência.

Em busca de alternativas

Uma síntese das recomendações feitas nos últimos anos para combater o trabalho doméstico infantil e juvenil no Brasil revela que, em geral, são apontados esforços nas áreas de legislação, advocacia (*advocacy*), mobilização, capacitação e, em menor escala, para as questões macroestruturais e na esfera das políticas públicas.

No plano da legislação, são indicadas reformulações e medidas de fiscalização para coibir o trabalho doméstico (OLIVEIRA, 2000). Nessa linha, discute-se também a regulamentação desse tipo de trabalho, na tentativa de proteger as meninas da exploração e de melhorar as condições de trabalho, tornando-o mais digno. São preocupações pertinentes. No entanto, sabemos que isso não basta. Um dos maiores desafios para o nosso país é justamente a implementação de leis consideradas avançadas, como é o caso do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Na área de advocacia, sugere-se que os conselhos tutelares e de direitos (nas esferas nacional, estadual e municipal) cumpram seu papel de fixar as diretrizes de planos de ação, para que se acabe com a violação constante dos direitos das crianças e dos adolescentes. A recomendação vale para todas as situações adversas às quais as crianças estão expostas. O fortalecimento dos conselhos é essencial para a implementação das medidas previstas no Estatuto. É parte de um conjunto de iniciativas que se fazem urgentes para ampliar as oportunidades de vida e promover o desenvolvimento integral da população infantil e juvenil e, em particular, das meninas que ainda hoje são iniciadas precocemente no mundo do trabalho por total falta de opção.

A mobilização é a esfera em que predominam as recomendações. Ressalta-se a importância de se conscientizar a sociedade em geral e todos

aqueles envolvidos no cenário do trabalho doméstico, como forma de reduzir a exploração da mão-de-obra infantil e juvenil. Campanhas, assessoramento à imprensa, filmes, publicações, etc. são algumas das modalidades sugeridas. É, sem dúvida, um ponto crucial, principalmente se levarmos em consideração os vários aspectos históricos e culturais, bem como as relações de gênero implicadas na prática do trabalho doméstico, conforme discutimos neste texto. Reconhece-se o fato de que a intensa mobilização empreendida pelo Programa Internacional para a Erradicação do Trabalho Infantil, na última década, teve um impacto significativo na redução do trabalho infantil, conseguindo combater radicalmente o trabalho executado em condições de perigo e insalubridade, em diversas partes do País, como, por exemplo, o trabalho empreendido pelos pequenos trabalhadores de carvoarias, canaviais, pedreiras e zonas sisaleiras (RIZZINI et al., 2001).

Na esfera que identificamos como capacitação, normalmente estão incluídos serviços oferecidos mais diretamente às meninas que procuram investir em seu fortalecimento ou *empoderamento* (*empowerment*). O incentivo para reforçar a escolaridade e a realização de cursos diversos é indicado como meio importante para ampliar ofertas de emprego, permitindo às meninas outras opções além do trabalho doméstico (BARKER; KNAUL, 2000).

Estas e outras medidas apontadas são, sem sombra de dúvida, recomendáveis e valiosas. Além disso, é importante reconhecer que é o esforço articulado de inúmeros segmentos da sociedade brasileira, observado nos últimos anos, que tem surtido um impacto positivo no combate ao trabalho infantil e juvenil de um modo geral. No entanto, as medidas por si não respondem de todo ao desafio. Muitas delas são apontadas de forma ingênua, como se pudessem resolver o problema sem considerar a multiplicidade de fatores envolvidos. Paralelamente às medidas relacionadas, é fundamental enfrentar as causas efetivas que levam a população infantil e juvenil ao subemprego e a outras práticas danosas ao seu desenvolvimento no esforço empreendido para sobreviver. Têm sido reportados, na literatura, exemplos de países que tiveram sucesso em reprimir o trabalho das crianças, mas acabaram piorando suas condições de vida, colocando-as ainda mais expostas a riscos. Ao se aplicar medidas ou programas isolados, corre-se o risco de que as crianças tenham de procurar outras estratégias de sobrevivência muitas vezes mais cruéis do que aquelas que se conseguiu combater. Vide o caso ocorrido na Índia. Quando se proibiu o trabalho infantil em indústrias, sem que se lhes fossem apresentadas alternativas, muitas crianças acabaram nas ruas, tendo de mendigar ou se prostituir (MYERS; BOYDEN, 1998).

Nessa direção, é importante reconhecer que as meninas contempladas neste texto se extenuam no trabalho doméstico em vez de se dedicar à sua educação, porque são pobres e lhes faltam oportunidades. A maioria delas não deseja ser empregada doméstica ou babá para o resto de suas vidas – porém, realisticamente, poucas terão a chance de seguir por outros rumos.

Na esfera política ampla e no âmbito das políticas públicas destinadas à população infantil e juvenil, a imposição de programas de ordem assistencial e compensatória, cujos gestores ignoram as especificidades locais e os direitos dos cidadãos, acaba por simplesmente manter o círculo infundável da pobreza (SARTOR; MARTINS; SILVA, 2002). Acaba, na verdade, por bloquear as oportunidades de crescimento comunitário e limitar ainda mais as perspectivas de mudança. Estas não são questões de cunho individual; portanto, não se pode, em hipótese alguma, responsabilizar e penalizar os indivíduos por não encontrarem caminhos. São questões de domínio público e devem ser tratadas no âmbito político, de forma a garantir medidas de desenvolvimento econômico, de direito de todos os cidadãos. Medidas que objetivem uma distribuição mais justa dos recursos e possibilitem a ampliação de investimentos nas localidades onde reside a população de baixo poder aquisitivo.

Não faltam exemplos no mundo de países que aplicam formas mais justas e equitativas que as nossas para a crescente demanda de qualificação profissional, implementam programas de incentivo, subsídios financeiros e outras modalidades de apoio às famílias no cuidado e na educação de seus filhos. Não se pode negar que o sistema vigente, que permite que meninas trabalhem quase sem retorno financeiro para as famílias de classe média, na verdade subsidia tais famílias e contribui para a perpetuação dos baixos salários. É o trabalho das meninas que viabiliza que as famílias que dispõem de recursos saiam para trabalhar, deixando os filhos aos seus cuidados. Em suma, é preciso criar sistemas econômicos que ofereçam às famílias a opção de que seus filhos permaneçam em casa ou entrem no mercado de trabalho a partir da idade permitida por lei.

Repetindo-se uma recomendação que já foi reiterada em muitas pesquisas sobre o trabalho infantil,⁸ não é suficiente, nem talvez desejável, simplesmente reprimir o trabalho. A prioridade política deve ser dirigida para a busca de alternativas que respeitem a lógica das meninas – ofe-

⁸ *“Debates in international agencies such as the United Nations centre on outlawing child labour, not on the well-being of those children and their kin when access to work is removed”* (GAILEY, 1999, p. 115). Veja também Lavinas (2000).

recendo condições que lhes assegurem uma renda mínima e um complemento à formação básica e profissional, capazes de expandir seus horizontes e abrir oportunidades futuras atraentes.

Inspirando-nos em diversos depoimentos das meninas contempladas neste texto, concluímos que é crucial levar em consideração suas experiências e prioridades, refletindo os diferentes momentos de suas vidas, suas necessidades, seus anseios e suas competências. E que elas ambicionam e merecem muito mais do que o nosso país lhes tem dado.

Referências

BALES, Kevin. *Disposable people: new slavery in the global economy*. Berkeley: University of California Press, 1999.

BARKER, Gary; KNAUL, Felicia. *Urban girls: empowerment in specially difficult circumstances*. London: Intermediate Technology Publications, 2000.

BARROS, Jorge; PERSAUD, Miranda; ROSAS, Dayse. Pesquisa sobre as condições de trabalho das adolescentes empregadas no serviço doméstico na cidade do Rio de Janeiro. *Cadernos Childhope*, [S.l.], ano 1, n. 3, jan. 2001.

BARROS, Ricardo Paes et al. *O trabalho doméstico infanto-juvenil no Brasil*. Rio de Janeiro: OIT/IPEA, 2000.

BERRO, Eloisa C. et al. *O trabalho doméstico infanto-juvenil em Campo Grande – MS*. Campo Grande: UCDB, 2001.

BRASIL. Congresso Nacional. Comissão parlamentar mista de inquérito que apura denúncias sobre o trabalho de crianças e de adolescentes no Brasil. *Relatório final*. Brasília, 1998.

BRITES, Jurema. *Afeto, desigualdade e rebeldia: bastidores do serviço doméstico*. 2001. Tese (Doutorado em Antropologia Social)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

CADET, Jean-Robert. *Restavec: from Haitian slave child to middle-class American*. Austin: University of Texas Press, 1998.

COLLARD, Chantal. *Stratified Reproduction: the politics of fosterage and international adoption: a Haitian case study*. 2000. Trabalho apresentado na Reunião Anual da American Anthropological Association, San Francisco, 2000.

- COSTA, Adriana Raquel F. *A exploração infanto-juvenil no trabalho doméstico: uma abordagem preliminar*. São Luís: UFMA, 1996.
- CUNNINGHAM, Hugh. Child labor in historical perspective (1800-1995): case studies from Europe, Japan and Colombia. *Journal of the Instituto Degli Innocenti di Firenze*, Florence, 1996.
- FONSECA, Claudia. *A caminho da adoção*. São Paulo: Cortez, 1995.
- GAILEY, Christina. Rethinking child labor in an age of capitalist restructuring. *Critique of Anthropology*, [S.l.], v. 19, n. 2, p. 115-119, 1999.
- GEERTZ, Clifford. Os usos da diversidade. *Horizontes Antropológicos*, [S.l.], n. 10, 1999.
- HEILBORN, Maria Luiza. *Dimensões culturais do trabalho infantil feminino*. Rio de Janeiro: OIT, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Crianças e adolescentes: indicadores sociais*. Rio de Janeiro, 2000.
- LAMARÃO, Maria L.; MENEZES, Stela M.; FERREIRA, Wanderléa B. *O trabalho doméstico de meninas em Belém*. Belém: Movimento República de Emaús, 2000.
- LAVINAS, Lena. *Estratégias para combater o trabalho infantil no serviço doméstico: sumário executivo*. [S.l.]: OIT, 2000.
- MADEIRA, Felicia. A trajetória das meninas dos setores populares: escola, trabalho ou... reclusão. In: QUEM mandou nascer mulher? Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Brasília: Unicef, 1996.
- MARQUES, Walter E. *Infâncias (pre)ocupadas: trabalho infantil, família e identidade*. 2000. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica)– Universidade de Brasília, Brasília, 2000.
- MELLO, Hildete P. *Trabalhadoras domésticas: o eterno lugar feminino: uma análise dos grupos ocupacionais*. Rio de Janeiro: OIT, 2000.
- MYERS, William; BOYDEN, Jo. *Child labor: promoting the best interests of working children*. 2. ed. London: International Save the Children Alliance, 1998.
- OLIVEIRA, Oris de. *O trabalho da criança e do adolescente*. São Paulo: LTr; Brasília, DF: OIT, 1994.

_____. *Trabalho infantil doméstico em casa de terceiros no direito brasileiro*: resumo executivo. Brasília: OIT, 2000.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Estratégias para combater o trabalho infantil no serviço doméstico. In: SEMINÁRIO NACIONAL, 2000, Brasília. *Relatório final*. Brasília: IFP, 2000.

RIZZINI, Irene et al. *Crianças e adolescentes e suas bases de apoio*: fortalecendo as bases de apoio familiares e comunitárias para crianças e adolescentes. Rio de Janeiro: Cespi, 2001.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma; HOLANDA, Fernanda R. Borges. *A criança e o adolescente no mundo do trabalho*. Rio de Janeiro: EDUSU, 1995.

SABÓIA, Ana L. *As meninas empregadas domésticas*: uma caracterização socioeconômica. Rio de Janeiro: OIT, 2000.

SARTOR, Carla; MARTINS, Aline; SILVA, Nívea C. da. As novas configurações das políticas sociais: tendências contemporâneas e mecanismos de resistência e universalização. *O Social em Questão*: revista do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, Rio de Janeiro, ano 6, n. 7, 2002.

SOUSA, Sonia; RIZZINI, Irene (Coord.). *Desenhos de família*: criando os filhos: a família goianiense e os elos parentais. Goiânia: Cãnone Editorial, 2001.

STEPHENS, Sharon (Ed.). *Children and the politics of culture*. [S.l.]: Princeton University Press, 1995.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). *Educating girls and women*: a moral imperative. New York: UNICEF, 1992.

VILLARÁN, Alejandro Cussianovich. *Some premises for reflection and social practices with working children and adolescents*. San Isidro: Rádda Barnen, 1997.

Capítulo 4: Juventude e criminalidade urbana

Juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro

Marcelo Rasga Moreira¹

Luiz Fernando Mazzei Sucena²

Fernando Manuel Bessa Fernandes³

Introdução

Escrever um artigo que tem por objetivo contribuir para uma melhor compreensão das relações entre a juventude e o tráfico de drogas reflete a gravidade e a complexidade do momento sociopolítico vivido pela população do estado do Rio de Janeiro, tornando-se uma opção contundente, porém necessária.

Afinal, depois de mais de uma década trabalhando, estudando, debatendo e convivendo com jovens nos mais diferentes caminhos percorridos pela linha de pesquisa “*Condições de Vida e Atendimento ao Segmento Infante-Juvenil – Observatório de Políticas Sociais*”, os autores tiveram a oportunidade de, por intermédio de um olhar (auto)crítico-reflexivo, selecionar – para uma publicação voltada exclusivamente para a juventude brasileira – uma temática que pudesse refletir o cotidiano dos sujeitos de seus estudos.

Para fazer jus aos anseios desses sujeitos e com a preocupação de se contrapor a uma posição maniqueísta, que enfoca apenas os ângulos das dificuldades e das iniquidades, definiu-se que os critérios de prioridade seriam destinados ao tema que mais nitidamente refletisse as demandas, as necessidades, os problemas e as potencialidades dos jovens.

Tal proposta tem a finalidade de superar concepções que, espalhando-se de diversas maneiras e intensidades pelos mais diferentes segmentos

¹ Sociólogo, mestre em Saúde Pública, pesquisador do DCS/Ensp/Fiocruz.

² Sociólogo, ass. de pesquisa do DCS/Ensp/Fiocruz. Tel.: (21) 2598-2792.

³ Sociólogo, mestre em Antropologia, ass. de pesquisa do DCS/Ensp/Fiocruz.

sociais (inclusive no campo da pesquisa) e pelo poder público, encaram a juventude como mero sinônimo de problemas e não percebem que, se é verdade que há problemas, também o é que os jovens dificilmente ficam esperando que eles sejam resolvidos, assumindo posturas proativas.

Infelizmente, a inserção dos jovens no tráfico de drogas – mais precisamente no ‘varejo das drogas’ (venda de maconha e cocaína nas ‘bocas-de-fumo’ dos morros e das favelas do Rio de Janeiro), resultante da posição brasileira de corredor de passagem do comércio internacional de drogas e armas voltado para os EUA, a Europa e a Ásia – é, em grande medida, uma dessas posturas. Provavelmente, é a mais extremada, em especial por tornar tão nítidas as potencialidades perdidas, os problemas não resolvidos, as demandas esquecidas, os sonhos natimortos de jovens que conjugam procura e fuga, afastamento dos enormes problemas do cotidiano e busca por trabalho, reconhecimento social, pertencimento e auto-estima, mesmo que por um período muito curto (embora intenso) e, no mais das vezes, com um fim trágico.

Para se entender esta contraditória corrente de movimentos de aproximação-afastamento, a variável etária, por si só, porta-se como um indicador fraco e insuficiente para ser considerado o principal, mesmo que seja o mote de uma cultura de massas que, em seu pensamento único, mas multiformatado, homogeneiza as identidades pessoais e sociais, rotulando e associando faixas etárias a características de consumo globalmente padronizadas.

É preciso, portanto, ampliar o debate. No presente artigo, trabalha-se com um encadeamento dialético de hipóteses analíticas: em uma sociedade economicamente estruturada pelo livre-mercado, quanto menor e/ou mais subalternas as oportunidades de inserção colocadas à disposição dos jovens, mais degradantes são suas condições de vida, o que aumenta a necessidade do poder público de aportar recursos nas políticas sociais. Se tais recursos são investidos nas políticas monetárias (pagamento de juros e encargos das dívidas públicas interna e externa, destinação de recursos para atender à necessidade de superávit primário, etc.), reduz-se a qualidade do atendimento prestado pelas políticas sociais (contingenciamento de recursos e redução de investimentos nas áreas de saúde, educação, assistência, previdência e seguridade social), tornando mais intensas as negativas sociopolíticas e econômicas às demandas dos jovens. Isso afeta sua auto-estima, mas deixa-lhes nítida a necessidade de que construam sozinhos suas próprias oportunidades. Nesse contexto, maiores são as probabilidades de que tais oportunidades, construídas pelos jovens sem o apoio estatal e a solidariedade pública, sejam consideradas socialmente margi-

nais e/ou sejam criminalizadas, embora sejam lucrativas e veladamente ligadas aos segmentos legais do mercado.

Os sujeitos do presente artigo são jovens que vivem em condições como estas: (1) jovens que foram aprisionados, devido à sua inserção no tráfico de drogas; (2) que foram julgados; (3) que cumpriram medidas socioeducativas; (4) que, entre 1998 e 2000, foram retirados de um ineficiente sistema socioeducativo e foram inseridos em um projeto-piloto, parceria do governo estadual com o federal, que invertia a lógica do atendimento, retirando-os do confinamento e procurando entender seus anseios; (5) jovens que, quando o prazo do projeto-piloto acabou, voltaram para o mesmo sistema socioeducativo do qual tinham sido retirados, voltaram para a mesma realidade na qual viviam, sem ter mais o apoio que recebiam; (6) apoio de um projeto que foi 'piloto' e nunca mais teve continuidade, apesar de monitorado pelos autores do artigo, por intermédio de uma avaliação que não teve nenhum de seus pontos levados em consideração, seja enquanto se discutiam os custos, os benefícios, os impactos, os resultados, os processos ou as vidas que estavam em jogo.

Os autores pretenderam, com este artigo, dar voz a esses jovens, permitir que eles próprios contem suas histórias, suas propostas, seus problemas, além do como e do porquê construíram suas oportunidades. Para tanto, não se incorre naquilo que Bourdieu (1999) criticou como "*sociologia ingênua*", que, por ilusão de transparência, concebe a pura fala coletada por meio das técnicas de observação participante e de entrevista como um elemento científico. Submetem-se as falas a princípios de análise de discurso, contextualizando-as em suas condições de produção e ambientando-as na práxis cotidiana.

O tom dramático é que tais falas analisadas mostram caminhos, potencialidades e iniciativas de soluções, mas não são ouvidas. Dinheiro público foi investido, pessoas mobilizaram-se, jovens ousaram sonhar, e tudo foi submetido à lógica da guerra e da repressão, da segurança pública entendida meramente como policiamento ostensivo, da troca de tiros nas ruas e das portas fechadas.

O tom alvissareiro é que os jovens que vivem esse dia-a-dia ainda continuam buscando construir suas oportunidades e, se eles contarem com o apoio de uma ação política e socialmente solidária, terão cada vez mais possibilidades de trilhar novos caminhos e recriar novas sociedades. A dialética destas tonalidades é o que se pretende trabalhar no presente artigo. No capítulo seguinte serão tecidas considerações sobre as relações entre

juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro, ensejadas pelos resultados da avaliação do “Sistema Aplicado de Proteção”, realizada pelos autores.

Juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro

Em 1998, o governo do estado do Rio de Janeiro, com o apoio do governo federal, implantou o “Sistema Aplicado de Proteção”, projeto-piloto cujo objetivo foi criar novas formas de atendimento a jovens infratores que cumpriam medidas socioeducativas por envolvimento com o tráfico de drogas (CRUZ NETO, 1999).

Os autores do presente artigo avaliaram o projeto e, ao longo do processo, se propuseram a conhecer as experiências de vida dos jovens que dele participaram para, a partir daí, compreender por que um importante contingente de jovens ingressa continuamente no tráfico, mesmo conhecendo e avaliando os percalços pelos quais eles passam ao vivenciar situações tais como: o altíssimo risco de morbimortalidade, que extrapola para suas famílias, a criminalização de suas ações e os reflexos negativos que se abatem sobre suas comunidades.

O quadro a seguir ressalta, de forma sintética, as principais características dos 88 jovens envolvidos com o tráfico de drogas que compunham o público-alvo da pesquisa avaliativa:

Perfis dos Jovens Atendidos pelo “Sistema Aplicado de Proteção”

Idades entre 16 e 18 anos.
Baixa expectativa de vida.
Negros e pardos.
Sexo masculino.
Residências sem infra-estrutura e localizadas em bairros com escassa rede de equipamentos urbanos.
Famílias compostas por grande número de indivíduos.
Pais separados.
Presença da figura feminina como referência familiar.
Relacionamentos com o pai marcados por conflitos, no quais são comuns os casos de alcoolismo, abandono e falecimento prematuro.
Baixo interesse político.
Baixíssimas rendas familiares.
Práticas de lazer pouco dispendiosas: futebol, pipa, bailes, namoro, etc.
Precoce iniciação sexual.

Baixa escolaridade.
Alto índice de repetência.
Precoce iniciação em práticas laborativas pouco especializadas.
Consumo de drogas.
Principais motivos para a entrada no tráfico de drogas: falta de dinheiro, busca de *status*, problemas pessoais e familiares.
Ganhos no tráfico bastante superiores aos de seus familiares.
Consumo orgiástico (voltado para roupas, drogas e diversão), de forma a impedir a acumulação financeira.
De início, revelam certa excitação com os riscos que o tráfico envolve, a possibilidade de ganhos financeiros e o *status* adquirido por circular armado na comunidade.
Com o acirramento dos riscos e a possibilidade concreta de prisão e morte, dispõem-se a sair do tráfico, mas ressaltam que o medo de que sejam punidos, a total falta de opções (trabalho, estudo, diversão, etc.) e a dependência química geralmente os inibem.
O estresse constante, que potencializa o efeito das drogas, provavelmente gera agravos à saúde, tais como: hipertensão, problemas cardíacos e neurológicos.
Vítimas constantes de agressão e tortura policial.
Ojeriza à figura do “policial”.
Vítimas de maus-tratos físicos e psicológicos nas unidades de internação do sistema socioeducativo.

Fonte: Instrumento de Pesquisa do Perfil dos Adolescentes. Equipe de Avaliação: SAP/DCS/Ensp/Fiocruz. Rio de Janeiro, 2000.

É preciso deixar bastante claro que tais perfis não devem ser lidos nem utilizados de forma maniqueísta e estigmatizante, para que não enunciem relações preconceituosas entre etnia, classe social, delinquência e tráfico de drogas. Tal associação deve ser severamente repelida.

O que, de fato, pode ser enunciado a partir das características apresentadas é que a inexistência e/ou a ineficiência de políticas públicas são responsáveis diretas pelo agravamento das contradições sociais e pela queda nas condições de vida dos segmentos pauperizados, possibilitando que atividades marginalizadas e criminalizadas, como o tráfico de drogas e o de seres humanos para fins de exploração sexual comercial (LEAL, Maria Lúcia; LEAL, Maria de Fátima, 2002), apresentem-se como estratégias ‘concretas’ de subsistência e de ascensão social, não apenas por intermédio de uma relação de atração, mas também pelo medo e pela intimidação.

Além disso, a subnotificação de atos infracionais cometidos por jovens das classes média e alta (compostas, em sua maioria, por indivíduos de etnia caucasiana) e, conseqüentemente, o reduzido número destes jovens atendidos pelo sistema socioeducativo estão relacionados com os mecanismos de resolução aos quais eles têm acesso, que incluem desde a contratação de bons advogados até práticas escusas, como a corrupção de policiais e o tráfico de influência.

Sob essa ótica, discorre-se, a seguir, sobre informações que complementam e aprofundam os perfis apresentados, enfatizando-se a legítima busca desses jovens por papéis sociais de maior destaque, ambientada numa perspectiva de valorização do acúmulo de bens de consumo, diante de um mercado de trabalho formal cada vez mais competitivo e, para eles, quase que completamente fechado.

Nas falas dos jovens transparece grande descrença por uma possível ascensão social por via do “trabalho legal”, pensamento que, em grande parte, relaciona-se às trajetórias de vida de seus responsáveis, parentes e vizinhos em idade adulta. Histórias de cidadãos que dedicaram suas vidas ao desempenho de funções pouco valorizadas social e financeiramente (tais como: pedreiro, bombeiro hidráulico, biscateiro e auxiliar de serviços gerais) e que pouco puderam oferecer a suas famílias em termos de conforto e infra-estrutura.

O mais cruel é que a baixa renda familiar advinda de tais atividades, que não pode ser apontada como causa direta da inserção dos jovens em atividades ilícitas e criminalizadas, atinge efetivamente as perspectivas de futuro. Quanto menos as famílias contam com equipamentos e serviços públicos resolutivos, mais drasticamente reduz-se a possibilidade de investimentos em saúde, lazer, educação e formação profissional de qualidade para seus componentes mais jovens.

A situação é mais claramente percebida quando se enfocam os requisitos, para o ingresso em atividades de “sucesso” do mercado formal de trabalho, que garantem uma posição social destacada, medida principalmente pelo nível de ganhos monetários. O artigo “*O profissional que faz a diferença*”, publicado na Revista Agitação (1999), do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE),⁴ como resultado de um de seus *workshops*, é bem ilustrativo:

⁴ O CIEE é uma organização não-governamental, de âmbito nacional, sem intuítos lucrativos, de utilidade pública, filantrópica e beneficente de assistência social, certificada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que promove a integração dos jovens estudantes ao mercado de trabalho, aperfeiçoando sua qualificação profissional por meio da promoção de programas de estágio nas empresas conveniadas à instituição.

Qualidades que as empresas procuram nos profissionais

- *Boa apresentação.*
- *Perspicaz/analítico.*
- *Criativo/flexível.*
- *Dinâmico/energético.*
- *Responsável/dedicado.*
- *Equilíbrio emocional.*
- *Capacidade de atuar em equipe.*
- *Ambicioso e ousado.*
- *Perseverante.*
- *Otimista/auto-motivado.*
- *Conhecimento de informática.*
- *Qualidade de vida/saudável.*
- *Bom nível cultural.*
- *Expressão oral e escrita.*
- *Domínio de outros idiomas.*

Ao comparar-se tamanho rol de exigências, muitas questionáveis ética e legalmente – por exemplo: (1) o que é ‘ter boa aparência’? (2) o que é ‘ser saudável’? (3) quais critérios balizam a ‘criatividade’ e a ‘ambição’? (4) o que significa ‘ser flexível’? –, ao perfil traçado, verifica-se como são reduzidas as chances de ingresso desses jovens que participaram do “Sistema Aplicado de Proteção” em atividades laborativas socialmente valorizadas.

Nas declarações sobre “*qual profissão gostariam de ter*”, os jovens demonstraram consciência das limitações que lhes são impostas, elegendo o ofício de ‘mecânico’ como a atividade mais ambicionada. É importante ressaltar que a grande maioria das outras atividades citadas também não requeria maiores níveis de escolaridade. Ressalta-se também que um reduzidíssimo número de entrevistados citou profissões que exigiam nível superior, o que revela o quanto tais atividades estão para além de seu horizonte e de suas perspectivas de futuro.

No entanto, até mesmo as ocupações menos valorizadas estão lhes sendo negadas, situação que é reflexo da reestruturação global do mundo do trabalho, que, ao prescindir cada vez menos da mão-de-obra e ao atrelar-se, cada vez mais, à política monetarista antiinflacionária, inviabiliza direitos trabalhistas, restringe a criação de novos postos e ocupações, desmobiliza sindicatos e, sob o manto da ‘qualidade total’, amplia as exigências em relação ao trabalhador, fechando as portas para aqueles que não as atendem.

Antes do cumprimento da medida socioeducativa, cerca de 40% dos jovens não estavam inseridos no sistema de ensino. Entre os que estavam matriculados em estabelecimentos de ensino (todos da rede pública), verificou-se uma grande defasagem na relação idade/série e constatou-se que não havia jovens cursando o ensino médio, o que difere totalmente do previsto pelo Ministério da Educação, que idealiza que, a partir de 15 anos, o aluno deve estar cursando tal segmento.

Diante de um quadro tão acentuado de defasagem educacional, depreende-se que esses jovens foram seguidamente reprovados, tendo vivenciado uma seqüência de eventos negativos que são rotulados como ‘fracassos escolares’: notas baixas, reclamações feitas pela escola aos pais, reprimendas de comportamento, castigos públicos, advertências escritas e períodos letivos de recuperação.

A estupefação causada pelas múltiplas reprovações é um sentimento praticamente inevitável. No entanto, este deve ser criteriosamente apartado de tendências classificatórias que sumariamente enquadrem os jovens como maus alunos, cuja repetência é uma decorrência quase natural.

Ao preferir a compreensão dos motivos que levam o aluno a obter resultados ruins e a apresentar um comportamento não condizente por um conjunto de práticas culpabilizadoras, que impingem a ele estereótipos como indolente, irresponsável e inapto para o estudo, a ‘cultura da repetência’ configura-se em perfeita tradução desse distanciamento, encobrindo: (1) a insuficiência do investimento público no setor de educação; (2) as más condições físicas dos estabelecimentos de ensino, seu reduzido número ante a demanda e sua má localização; (3) a necessidade de melhorias na formação e na capacitação dos professores; (4) a baixa remuneração dos profissionais de educação; (5) o descaso com os alunos portadores de deficiência de aprendizagem; (6) a rarefação de bibliotecas e laboratórios; e (7) a precária utilização de recursos pedagógicos e audiovisuais para apoiar o aluno com mau desempenho.

Sem pretender adular os jovens ou encontrar justificativas que invariavelmente relevem seus comportamentos mais problemáticos, há de se reclamar que, procedendo dessa maneira, a escola, em particular a da rede pública, afasta-se cada vez mais da realidade de seus alunos, reduzindo com isso seu papel de pólo atrativo, suas potencialidades educacionais e sua capacidade de exercer influências positivas.

Entre os jovens que haviam deixado de estudar, vários expuseram essa inadequação, revelando situações que poderiam ter sido plenamente contornadas:

“Saí porque fui reprovado e acabei desistindo aos 11 anos. Retomei de novo à noite, mas estava ficando puxado porque trabalhava de dia, ficava no maior sol, e à noite estava exausto.” [sic]

“O colégio era longe, e eu não estava mais a fim de estudar.” [sic]

“Eu não queria ser transferido.” [sic]

“Não gosto de estudar. É ruim!” [sic]

“Fui expulso aos 11 anos porque empurrei um garoto da escada. Ele tinha cuspidado em mim.” [sic]

“Não gostava da professora.” [sic]

“Saí porque repeti o ano.” [sic]

“Não gosto de estudar. Já fui para a escola umas duas vezes e não consigo aprender nada.” [sic]

“Eu não gosto de estudar. Quem gosta?” [sic]

Além dos fatores citados, os altos índices de reprovação e evasão escolar também se relacionam à necessidade de aumentar a precária renda familiar, o que influencia tenazmente a inserção precoce dos jovens em práticas laborativas, geralmente ligadas ao mercado informal e/ou marginal, de maneira a inviabilizar sua freqüência em instituições de ensino.

Entre os jovens entrevistados, cerca de 90% já haviam trabalhado, sendo que as atividades exercidas eram quase sempre pouco indicadas para sua condição de indivíduos em formação: ajudante de pedreiro, camelô, flanelinha e entregador.

A reduzida formação escolar e as poucas possibilidades de ascensão que tais atividades proporcionam incentivaram boa parte dos jovens entrevistados a freqüentar “cursos profissionalizantes” que pudessem fornecer-lhes capacitação e qualificação mais adequadas e, conseqüentemente, melhores chances para o sucesso no “mercado de trabalho”. Afinal, esse é o procedimento indicado como ideal e necessário pela maioria dos consultores que analisa a situação dos trabalhadores do País. Por tal razão, torna-se pauta de reivindicação de determinados sindicatos.

Cedo esses jovens perceberam que disposição e vontade não lhes bastariam, uma vez que a maioria dos “cursos” de maior prestígio no mercado, como os do Sistema S,⁵ exige como requisito o ensino fundamental com-

⁵ O chamado “Sistema S” é formado por organizações criadas pelos setores produtivos (indústria, comércio, agricultura, transportes e cooperativas) com a finalidade de qualificar e promover o bem-estar social de seus trabalhadores.

pleto, alijando-os de antemão. Em contrapartida, dificilmente é reconhecida pelos empregadores a maioria dos “cursos” ministrados por organizações que atendem ao segmento juvenil e aceitam aqueles que possuem um reduzido histórico escolar. De forma a complicar ainda mais a situação, vêm à tona os preconceitos contra aqueles que tenham passado pelo sistema socioeducativo:

“Meus principais problemas são a perseguição da autoridade e o descaso da sociedade. Quem passou por uma delegacia e foi autuado não consegue ter uma oportunidade de demonstrar que aquilo foi uma fraqueza e que agora não faz nada e quer trabalhar.” [sic]

Pouco estudo, múltiplas reprovações, defasagem educacional, histórico de trabalho infantil, cursos profissionalizantes que não surtiram efeito, baixa remuneração, exclusão de direitos trabalhistas, uma seqüência de negativas afetando a auto-estima dos jovens, o desleixo do poder público. Tais aspectos retratam a situação pessoal e social problemática que os jovens enfrentam, pois reduzem substancialmente suas expectativas de vida e abrem caminho para que a inserção no tráfico de drogas apareça como instância mediadora de seus sonhos e potenciais, como evidencia o seguinte relato:

“Se eu tivesse um meio de vida melhor, eu não ‘entrava pro’ tráfico. Porque, na favela, a gente não tem nada. Não ‘tem’ estudo, não ‘tem’ nada! ‘Pra tu arrumar’ um dinheiro, ou é trabalhar ou traficar. Tu ‘vai’ trabalhar, tu ‘vai’ ganhar um salário mínimo por mês. Tu ‘vai’ traficar, ‘vai’ ganhar mais de três, quatro salários por dia!! Aí, o menor pensa o quê? Vou trabalhar podendo ganhar aqui o triplo que vou ganhar em um mês? ‘Pô’, cada carga que tu ‘vende’, tu ‘ganha’ R\$50,00!! É arriscado, é sinistro! Mas quem ‘ta’ lá no dia-a-dia leva aquilo de letra!” [sic]

Diante da realidade social que vivenciou, as possibilidades de escolha construídas por esse jovem dividiram-se basicamente em duas vertentes: ser um trabalhador pouco qualificado, com baixíssima remuneração, ou entrar para a vida no tráfico, que, apesar de arriscada e ‘sinistra’, irá garantir-lhe ganhos bem mais elevados e, conseqüentemente, a satisfação de um número maior de necessidades, em especial as ligadas à aquisição de bens de consumo.

Observando-se os relatos e os argumentos dos jovens, percebe-se que sua inserção na estrutura do tráfico de drogas ocorre predominantemente por motivos econômicos, além da busca de *status*, e por problemas pessoais. A maioria alegou ter ingressado nessa prática ilícita na própria co-

munidade onde residia. No entanto, para ingressar no tráfico não é preciso necessariamente residir na sua área de atuação, mas o fato de já ser conhecido ou, como diziam alguns jovens, ser “cria” da comunidade favorecia muito tal entrada. Nesse processo, destacavam-se ainda a influência dos amigos já engajados e a não-limitação de idade, pois há depoimentos que indicam mesmo a participação de crianças de 9 anos. O seguinte relato exemplifica como se dá tal inserção:

“Alguns é por falta de trabalho. Outros já é porque ‘quer’ comprar roupa de marca. ‘Tem’ uns que ‘fala’ que se ‘envolve’ que é ‘pra’ ajudar a família, mas na verdade nem ajuda a família. O cara às vezes fica com medo de falar e gasta dinheiro na pouca vergonha. Às vezes, os que é viciado gasta’ em pó ou maconha. Outros ‘ganha’, ‘gasta’ em mulher, hotel. O tráfico... vamos supor: desde pequeno, nós só ‘anda junto’. Aí, você se envolve. Aí, eu ando ‘contigo e você tá’ passando. Aí, tu: ‘pô, me dá uma ajuda aí. Só passagem’. Aí, tu ‘vai’ e ‘ajuda’, ‘começa’ a se envolver. Vai passando, passando... Depois, outro que também anda contigo também acaba se envolvendo, aí vai assim. Se você ‘tiver’ trabalhando, tu não ‘vai’ se envolver. Agora, se ‘tiver’ à toa...” [sic]

Antes do ingresso no tráfico, a maioria dos jovens afirmou levar uma vida caracterizada como “tranqüila”, “normal” e “boa”, tornando-se, para a maior parcela, “agitada” e “ruim” após sua entrada, sendo que a maioria afirmou não gostar de participar do “movimento”. Os pontos relatados com maior frequência como negativos são o confronto com a polícia e outras facções rivais, o risco constante de que sejam presos e o risco de uma morte prematura. Em seus relatos, percebe-se ao que estavam expostos no dia-a-dia de suas atividades no tráfico:

“Eu era segurança da boca, ficava com uma metralhadora na mão protegendo o patrão e ‘os vapor’. Se viesse a polícia, eu tinha que soltar o peso para proteger e eles fugirem. Eu tinha que ficar até o fim! Se eu morresse, o problema era meu! Cada um com seu cada um. Deu mole, é só enterrar!” [sic]

“Ruim é ser fogueteiro e vapor, porque tem que ficar ali o tempo todo e, se a polícia invade, ele tem que dizer que é dele, porque, se entregar o movimento, perde a vida. Ele e até a família. Bota até a família em risco.” [sic]

Outros relatos demonstram os maus-tratos sofridos por ocasião da apreensão policial:

“Eram mais de seis policiais, e eu estava sozinho.” [sic]

“Paulada, chute, pisam na cabeça, tijolada, porrada na costela (...).” [sic]

“Madrada, chute na barriga, na canela, paulada nas costas, chegava a ficar inchado.” [sic]

“Espancamento nos órgãos genitais e estômago.” [sic]

“Soco, chute, saco na cara, choque.” [sic]

“Paulada, arame na minha cabeça.” [sic]

“Fuzil na cara, tapa na cara. Cuspe na cara, choque.” [sic]

“Me deram chute, porradas e pegaram na pistola para me matar lá, sorte que a minha arma era de brinquedo.” [sic]

“Socos, chutes, bico, colocaram saco na minha cabeça, me deram choque, me empurraram de barranceira arrastando, me viraram de cabeça para baixo e enfiaram a cabeça num balde.” [sic]

“Me levaram para a Praia da Luz, em São Gonçalo, me colocaram de joelhos dentro do mato e apontaram o fuzil para me matar. Botaram um pneu e jogaram gasolina para eu ficar com medo.” [sic]

“Paulada, soco na cabeça, no ouvido, rosto, dentes, choque, tentaram me enforcar com um saco plástico.” [sic]

“Porrada, chute, queimadura com cigarro, esculacho (...).” [sic]

“Espancamento, coronhada, chute, ‘perna de três.’” [sic]

“Na primeira vez, deram um tiro perto do meu ouvido, chutes e tapa na cara.” [sic]

“Soco na cabeça, pisão, apertar o pescoço na porta, bico.” [sic]

“Apanhei de cabo de pistola. Tapa na cara, chute na canela, torceu a camisa.” [sic]

“Soco na cabeça, submarino [algemam os braços para trás e colocam a cabeça em um barril cheio d’água] na delegacia.” [sic]

“Cuspiram dentro da minha boca.” [sic]

“Passaram o canivete no corpo, bateram, enforcaram, enfiaram os dois dedos no olho. Bater com o punho fechado na nuca e no pé do ouvido, martelada na cabeça.” [sic]

“Colocaram um saco na minha cabeça [submarino], algemaram, colocaram minha cabeça dentro de um latão com água e tentaram me jogar da laje.” [sic]

“Eu já apanhei tanto de polícia que eu nem sinto mais dor. Eles batem de arma, bico, chute, soco, pedaço de pau, tijolada nos peitos.” [sic]

A experiência adquirida na passagem pelas unidades do sistema socio-educativo também é lembrada de forma negativa pelos jovens, que relatam situações de violência física e psicológica:

“Todo mundo lá é ruim. A porrada come (...). Me botaram numa cela que ‘tinha’ lá (...)” [sic].

“(...) Eles [os monitores] ‘dava’ muito tapa na cara (...), ‘agredia’ a gente moralmente com palavras (...). Se a gente reclamasse, era mais tapa na cara. Não podia fazer cara feia (...)” [sic].

Cabe lembrar que, nesses locais, os jovens deveriam vivenciar um processo de ‘ressocialização’, que, de acordo com o artigo 124 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lhes garantiria “*ser tratados com respeito e dignidade*”.

No entanto, apesar da visão negativa advinda desse ciclo de violências ao qual são expostos, os jovens demonstram uma convivência natural e rotineira com o tráfico, revelando sinais de excitação quando relatam o período em questão, especialmente em relação ao fato de que eram mais respeitados e temidos pela comunidade, portavam arma e, principalmente, ganhavam rapidamente altas quantias de dinheiro.

Na estrutura organizacional do tráfico, os jovens entrevistados desempenhavam as mais variadas funções, desde olheiros/fogueteiros (vigias da “boca de fumo” que anunciam com fogos de artifício, pipas ou rádios a chegada da polícia) até gerentes (verdadeiros administradores do processo de comercialização das drogas), sendo que a maioria portava armas de fogo para manejá-las, entre as quais as mais utilizadas eram pistolas, fuzis, revólveres calibre 38 e metralhadoras.

As funções exercidas garantiam-lhes uma remuneração bastante superior à que eles poderiam arrecadar em atividades laborais não criminalizadas. Segundo eles, os montantes recebidos variavam, de acordo com

o posto ocupado, entre R\$ 200,00 e R\$ 2.000,00,⁶ que poderiam inclusive ser pagos diariamente, desde que o movimento das vendas fosse lucrativo. Cabe apontar que, para alguns jovens, o pagamento pelos serviços também poderia ser feito por meio de drogas como cocaína e maconha. Percebe-se, no tráfico, a lógica estritamente mercadológica, segundo a qual são oferecidas premiações extras aos “funcionários”, desde que atinjam ou ultrapassem determinadas metas.

Além dos gastos com a família, o dinheiro recebido no tráfico de drogas era utilizado, quase sempre, na compra de “roupas de marca”, em bailes, compras em “*shopping centers*”, bebidas, drogas, motéis, entre outros símbolos de consumo e *status*, presentes e valorizados pelo segmento jovem de todas as classes sociais:

“Eu comprava roupa e ajudava em casa sem que minha mãe soubesse a origem do dinheiro.” [sic]

“Comprava uma porção de coisas para mim, roupas, chinelo.” [sic]

“Comia na rua, ia ‘no’ flipper, ‘no’ shopping.” [sic]

“Comprava roupa de marca.” [sic]

“Gastava com roupa, bebida e mulheres.” [sic]

“Gostava de bijuteria, comprava relógio, roupa, tênis.” [sic]

“Gastava com drogas, roupas e brinquedo para o filho.” [sic]

“Ia ‘pro’ baile, comprava roupa, bebida, comida e fruta ‘pra’ casa.” [sic]

“Comia no McDonald’s e Bob’s.” [sic]

“Gastava tudo com a minha filha.” [sic]

“Comprava roupa e tênis.” [sic]

“Mandava dinheiro ‘pra’ família.” [sic]

“Ia ‘pro’ baile, pagode, festas e churrascos, andava de táxi (...).” [sic]

“Comprava hambúrguer, biscoito, ‘danone’, drogas e roupas.” [sic]

“Com o dinheiro, eu ajudava em casa e saía final de semana.” [sic]

“Gastava com mulher e hotel.” [sic]

“Gastava o dinheiro com mulheres, roupas, amigos, ia ‘pra’ baile, restaurantes e cabeleireiro.” [sic]

⁶ Numa época em que o salário mínimo era de R\$ 136,00 (SCAN 111,50).

“Comprava roupa, gastava também com mulheres, na obra da casa e comprava muita comida.” [sic]

Consumindo tais mercadorias, os jovens ‘lavam’ parte do dinheiro do tráfico de drogas e o injetam na economia formal, assegurando lucros para os empresários, a manutenção de postos de trabalho e a arrecadação pública de impostos. Tal aporte financeiro assume volumoso vulto: dos 55 jovens que informaram sua renda semanal, 22 (40% destes e 25% do total) declararam que seu ‘salário’ – que era pago ao fim de cada dia – superava os R\$ 500,00 por semana; 15 (27,27% e 17,04%) declararam que girava em torno de R\$ 100,00 e R\$ 200,00 por semana; 4 (7,27% e 4,54%), entre R\$ 300,00 e R\$ 400,00 por semana; e 1, de R\$ 100,00 por semana. Os outros 33 relacionaram a sua remuneração às ‘cargas’ de drogas que vendiam sem, no entanto, deixar claro quantas eram, impossibilitando o cálculo do valor semanal.

Calculando-se tais montantes de forma aproximada, e sempre com a opção por valores menores em caso de remuneração variável, os 55 jovens anteriormente citados recebiam semanalmente a impressionante quantia de R\$ 61.740,00, valor que, à época, equivalia a 453 salários mínimos! Ponderando-se, por um lado, que nenhum deles fez qualquer tipo de menção a guardar o dinheiro, economizá-lo ou acumulá-lo, pois afirmaram gastar tudo o que ganham – hábito que Zaluar (1994) denominou de ‘consumo orgiástico’ –, e, por outro, que o pagamento pode ser revertido em drogas, é plenamente plausível considerar que pelo menos 50% daquele montante era utilizado para consumo no mercado oficial. Chega-se, então, a um valor de R\$ 30.870,00 mensais (227 salários mínimos) em compras.

Nesse momento, a sociedade os valoriza. Trata-os com toda a pompa que os comerciais televisivos gastam para incorporar nobreza ao ato de comprar desvairadamente. Encara-os como consumidores, não mais de drogas, mas de suas “fetichezadas” mercadorias oficiais e legais. O ar refrigerado do *shopping center* dissipa por instantes as barreiras: agora não importa investigar a origem do dinheiro, não interessa se eles moram em favelas. Não há problemas, desde que tenham dinheiro e disponham-se a gastá-lo no mercado.

Por mais que sejam trágicas, tais relações ocorrem a mancheias. Seu aprofundamento e estudo iluminam situações nebulosas, conduzem à desvinculação da pobreza com a criminalidade e desnudam a forma como a sociedade de mercado pode invalidar, desprezar e desvalorizar o ser humano, mas nunca o seu dinheiro.

O tráfico de drogas e o dinheiro dele advindo despontam para esses jovens como meio de satisfazer necessidades socialmente construídas. Mesmo aqueles que não mencionaram motivações financeiras para sua inserção no tráfico foram unânimes em afirmar que utilizam sua renda, prioritariamente (se não unicamente), no consumo de mercadorias legais.

Em 1998, ano em que o “Sistema Aplicado de Proteção” foi implantado, 1.662 jovens estavam na mesma situação dos jovens que foram atendidos pelo programa, ou seja, cumpriam medidas socioeducativas por envolvimento com o tráfico de drogas. Mantendo-se as proporções de ganhos e de gastos outrora dimensionadas, é possível estimar que somente tal contingente aplicasse mensalmente no mercado legalizado a estarrecedora quantia de R\$ 932.000,00.

Que mercado seria capaz de desprezar um volume de dinheiro que, em um ano, ronda os R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais)? O mercado do Rio de Janeiro – imerso na crise socioeconômica que há décadas fustiga o País, reduzido drasticamente pela fuga de grandes investidores e pelo fechamento de inúmeras micro, pequenas e médias empresas, brutalmente descapitalizado pela diminuição do poder aquisitivo da população – certamente não o seria.

Eis o drama: a sociedade de mercado repudia aqueles que cometem o ato infracional ao mesmo tempo em que sobrevive, deseja, anseia e estimula a multiplicação do dinheiro que eles obtêm. A situação desnorтеia, e as tentativas de resolução, tão complexas quanto dolorosas e prementes, devem ser objeto de estudos e debates, não apenas de intelectuais ou governantes, mas de todos os cidadãos.

Considerações finais

Ao buscar no tráfico de drogas a resolução de determinados fatores considerados problemáticos em suas vidas, os jovens deparam com novas situações que acabam por corromper, de forma brutal, sua auto-estima, sua visão de mundo e até mesmo sua saúde, como se nota nos seguintes relatos:

“O jeito que minha vida está, em todos os aspectos, é um problema colado no outro (...).” [sic]

“Meu principal problema é viver. Não tenho palavras para isso, só sei que é isso (...).” [sic]

“Ter entrado na vida e ter passado por tanta coisa (...).” [sic]

“As dores no meu corpo, que me atormentam muito na minha vida e não me dão paz. Eu preciso muito de paz (...).” [sic]

Na mesma medida em que o tráfico de drogas significa para esses jovens uma oportunidade de ganhos financeiros, possivelmente não superáveis de outra forma, ele também encobre: (1) a violação de direitos sociais; (2) a exposição ao risco de morte; (3) a cobrança constante de jamais cometer erros que comprometam a ordem do “movimento”; (4) a impossibilidade de desenvolver suas potencialidades em sociedade; e (5) o frequente receio de delações, torturas e/ou apreensões, aspectos expressivos da ‘vida no tráfico’ que transformam os jovens tanto em vítimas quanto em sujeitos de sua organização.

O mais grave é que, quando um deles procura sair e reconstruir seu convívio social, os problemas continuam lá, presentes e aguardando a ocasião de se manifestar: falta de oportunidades de trabalho, baixa escolaridade, moradia insalubre, preconceitos, estigmas. Reencontram-se como velhos conhecidos que são. É pesaroso constatar, mas a ‘vida no tráfico’ é um componente do cotidiano carioca, não um apêndice, algo que pode ser retirado de uma hora para outra, ou uma questão menor, que, enquanto atingia apenas a favelados e pobres, podia ser vista como exótica e secundária.

Diante de tudo o que foi exposto, é forçoso reelaborar a pergunta que sempre é feita aos pesquisadores que trabalham com a temática. Em vez da indagação sobre como enfrentar o tráfico de drogas e a violência por ele causada, é necessário questionar: que sociedade é esta que permite que o tráfico de drogas se torne uma opção e uma possibilidade de vida ou sobrevivência para os jovens?

Essa mudança de enfoque requisita um processo de pactuação, no qual os diversos atores e segmentos sociais disponham-se, em um fórum público de negociação, a dialogar sobre seus motivos, suas razões e propostas (justas ou preconceituosas, hipócritas ou éticas, não importa), *consensuando* uma pauta mínima e factível voltada para a superação, a curto, médio e longo prazo, dos problemas.

Ao nosso ver, que respeita outros e deve ser entendido como propositivo, o primeiro ponto de uma pauta que fundamente tal pacto é a superação da busca por ‘culpados’, postura que oscila em torno dos fatos que são mais explorados pela mídia, que ora descamba para os ‘traficantes’, ora para incriminar os ‘consumidores’, ora para os ‘policiais’, ora para os ‘políticos’...

Além de muitas vezes ser construída a partir de fatos repercutidos com motivos sensacionalistas, essa é uma concepção que só se remete a situações passadas, a algo que já aconteceu, que enxerga o futuro pelas lentes de um passado que merece ser punido. Cai, portanto, na inanição, pois nenhum segmento da sociedade quer colocar claramente sua posição com medo de ser considerado culpado, fechando-se, instintivamente, em posições corporativas, politicamente corretas ou mesmo alienadas.

Parece-nos que sua substituição pela lógica da ‘responsabilidade’ surge com uma postura muito mais democrática, que permite o início de um verdadeiro debate, pois não se quer julgar ninguém, mas saber o que todos podem ceder e fazer juntos, de acordo com suas possibilidades e legitimidades sociais, para superar os problemas.

Outro ponto, que é correlato ao anterior, é o abandono da postura de ‘guerra’, que define inimigos, expõe a necessidade de matá-los e de tomar seus territórios. No Rio de Janeiro, não seria difícil que os ‘inimigos’ fossem, indistintamente, jovens negros, mulatos, pobres e favelados. É importante insistir neste ponto, pois a lógica da guerra pode ser também uma forma de superar os problemas. Mas uma superação ainda mais violenta e socialmente insuportável, por gerar muito mais morbimortalidade, medo e repressão.

Contudo, para funcionar a contento, tal pacto tem de ter a participação efetiva dos poderes públicos federais, estaduais e municipais. O primeiro passo desses atores imprescindíveis deve voltar-se para a inversão da prioridade de aplicação do orçamento público: as políticas sociais não podem mais ter seus recursos condicionados aos desígnios do mercado e da política monetária, o que não significa que esta não tenha de ser levada em consideração na elaboração do orçamento, mas que aquelas são prioritárias.

As políticas sociais são os principais agentes geradores de oportunidades e esperanças para os jovens. Enquanto essas pessoas tiverem de aguardar a ‘repartição do bolo’, a ‘chegada da modernidade’, a ‘estabilidade da moeda’ (que se reflete na geração de empregos e salários) ou o início do ‘espetáculo do crescimento’, elas continuarão a tentar criar, por si só, suas próprias oportunidades e permanecerão muito próximas das atividades criminalizadas, que, na maioria das vezes, são gerenciadas por pessoas que transitam com desenvoltura pelos segmentos mais abastados e prestígio da sociedade.

A política de segurança deve ser também uma política social e não pode ficar restrita ao policiamento. Porém, os setores ligados à ação repressiva ao tráfico devem receber um maciço investimento, voltado para: (1)

a melhoria de salários, equipamentos, treinamentos e condições de trabalho para os policiais civis e militares; (2) o evitamento dos confrontos de rua, que multiplicam as balas perdidas; (3) a ênfase nos serviços de informação e inteligência, com fortes aportes tecnológicos; e (4) o resgate do papel das forças armadas, não como polícia, mas como defensora das fronteiras e da soberania nacional, aviltada pelos tráficos de drogas, armas e seres humanos.

À sociedade civil cumprem os papéis: (1) de resgatar os laços de solidariedade; (2) de reassumir uma postura mais compreensiva e menos individualista; (3) de trocar o consumismo pelo bem-estar social; (4) de permitir que os que consomem drogas se manifestem sem que sejam satanizados, compreendendo seus motivos; (5) de apoiar aqueles que querem deixar de consumi-las; e (6) de negociar, com os que não quiserem deixar de consumi-las, maneiras de permitir que continuem a fazer uso de drogas, mas não mais comprando-as do tráfico.

Cabe-lhe, ainda, recuperar a dimensão republicana, exercendo o controle social das políticas públicas, compreendendo que o direito à saúde tem de ser efetivado pela via do SUS e não pela compra de caríssimos planos de saúde; que o direito à educação concretiza-se em uma rede pública de ensino com propostas pedagógicas variadas, de forma que englobem esporte, cultura e congnaçamento de jovens, adultos e idosos. Cabe-lhe, sobretudo, perceber que somente agindo assim poderá realmente pressionar o poder público para a inversão das prioridades orçamentárias e, ao mesmo tempo, ampliar a possibilidade do poder público de negociar, de igual para igual com os organismos internacionais e de mercado, a referida inversão.

Referências

BOURDIEU, Pierre; CAMBERDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*. Petrópolis: Vozes, 1999.

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA (CIEE). O profissional que faz a diferença. *Revista Agitação*, Rio de Janeiro, n. 26, 1999.

CRUZ NETO, Otávio (Coord.). *Adolescentes envolvidos pelo tráfico de drogas no Rio de Janeiro: sumário avaliativo*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999. 154 p.

CRUZ NETO, Otávio; MOREIRA, Marcelo Rasga; SUCENA, Luiz Fernando Mazzei. *Nem soldados nem inocentes: juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001. 200 p.

EQUIPE DE AVALIAÇÃO SAP. *Adolescentes envolvidos pelo tráfico de drogas no Rio de Janeiro: sumário avaliativo: relatório de pesquisa*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. 41 p.

LEAL, Maria Lúcia; LEAL, Maria de Fátima (Org.). *Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial – PESTRAF: relatório nacional – Brasil*. Brasília: CECRIA, 2002. 280 p.

ZALUAR, Alba. *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994. 280 p.

Tráfico de drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro: diferenciação de status e fatores intervenientes: o caso da favela de Acari¹

Dario de Sousa e Silva Filho²

Apresentação

Há hoje relativo consenso no campo das ciências sociais de que as favelas são desiguais entre si. A disponibilidade de dados, tanto de trabalhos de cunho etnográfico quanto de abordagens baseadas em indicadores, mostra que a pobreza se manifesta desigualmente entre uma favela e outra e mesmo internamente a cada uma delas. Também está superada a noção de que essas áreas são locais da mais intensa carência nos grandes centros urbanos. Por um lado, há a pobreza dos sem-teto e da periferia; por outro, uma sensível estratificação das áreas faveladas, onde se podem perceber condições de vida comparáveis ou superiores às dos bairros do asfalto (VALLADARES, 2000). No Rio de Janeiro, o crescimento das favelas é majoritariamente vertical pela impossibilidade de expansão territorial em áreas densamente povoadas por diversos segmentos. Esse movimento acentua o sentido adjetivo dado ao termo “complexo de favelas”, pelo qual planejadores urbanos se referem às extensas áreas povoadas por uma população com baixos recursos.

Os moradores das áreas pobres do Rio de Janeiro estão à margem dos recursos urbanos e de saneamento, sofrem de forma tão ou mais dramática os reflexos da violência do crime organizado e dos experimentos policiais em seu combate. Mas o que não se pode dizer é que estejam socialmente isolados. A favela é comunicativa. A cidade é intensamente desigual em termos econômicos e de ofertas de garantias de qualidade de vida. Isso não impede que seja também uma cidade costurada por referências que participam de classificações que se sobrepõem à situação econômica. Entre a juventude, a busca por inclusão econômica é mesmo posterior ou subordinada ao rol de escolhas e objetivos sociais. A auto-representação e as formas inclusivas disponíveis são objeto de dinâmicas classificatórias que devem ser compreendidas como mecanismos que informam os investimentos familiares e individuais de inclusão. Neste artigo,

¹ Pesquisa realizada com recursos da Faperj em convênio com a Secretaria Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro.

² Doutor em Sociologia. Professor adjunto de Sociologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ).

serão abordadas as condições econômicas e referenciais em que se dá a socialização dos jovens pobres de uma favela carioca. Veremos que há condicionantes internos à área onde residem e que há também condicionantes estruturais da economia fluminense. Mas a exposição enfoca a educação formal entre as bases para as estratégias de formação e ingresso em redes sociais pelos jovens em resposta aos condicionantes que os vulnerabilizam a formas de inclusão marginal.

Por que Acari? Antecedentes da pesquisa

Em 2000, o projeto *Estruturação de redes e trajetórias ocupacionais entre populações de rua do Rio de Janeiro* desenvolveu interpretações a partir de pesquisas de campo na região metropolitana do Rio de Janeiro, envolvendo respondentes sem-teto ou de recorrente uso das ruas para sua subsistência. Um dado ganhou destaque na pesquisa, que resultou em tese de doutorado e permitiu o estabelecimento de uma tendência no que se refere ao perfil dos que configuram população de rua no Rio de Janeiro: essas pessoas são, desde os anos 90, ex-trabalhadores do setor formal em sua maioria. Adultos em idade produtiva que já passaram por empregos assalariados, decaíram para a informalidade e finalmente para as ruas. Esse contingente, em que 58% daqueles com mais de 18 anos já tiveram carteira assinada ao longo da década, substituiu o perfil que se acreditava cristalizado para a população de rua: adolescentes, bêbados, velhos e loucos sem nenhum vínculo recente com o chamado mundo do trabalho. Esse novo perfil é concomitante à redução significativa de crianças e jovens de rua. De 1992 a 1999, tal população foi reduzida de 970 crianças e adolescentes em situação permanente na rua, na cidade do Rio de Janeiro, para 401 em toda a região metropolitana nos meses de inverno (SILVA FILHO; RODRIGUES, 1999). A hipótese levantada foi a de que crianças e jovens foram assimilados em suas comunidades de origem sob formas perversas de incorporação social. O envolvimento com o tráfico parece ter explicado a forma como sobretudo os jovens do sexo masculino vêm seguindo trajetórias que, embora impliquem o retorno às ruas, se caracterizam por um ou vários fatores, tais como: pelo fatalismo em relação à educação como projeto de longa duração, pela rejeição das trajetórias de seus pais assalariados empobrecidos como opção de carreira, pela adoção de referenciais de *status* e consumo associados a projetos de curto prazo, entre os quais se destaca a vinculação ao tráfico de drogas.

Ao longo do mesmo período estudado, a pesquisa observou uma mudança no perfil dos delitos praticados por crianças e adolescentes no Rio de Janeiro. De furtos, assaltos e vandalismo, os atos ilícitos passaram a consolidar um padrão em que os crimes de quadrilha e associação para

o tráfico de drogas se tornaram a regra mais comum. A idade dos jovens traficantes se torna mais precoce, e a nova estrutura do tráfico de drogas abre postos de menor importância e fácil substituição para crianças de 9 anos de idade, como olheiros ou vigilantes ou, a partir dos 12 anos, para os combatentes armados (DOWDNEY, 2003). Esses dados sugerem o impacto das transformações recentes da pobreza no modo de organização de uma *política de recursos humanos da economia das drogas*. Há uma oferta de posições no tráfico para jovens mais próximos da infância que da idade adulta. Para além da equação causal que supõe que pobreza causa violência em igual proporção, a política do tráfico age na direção inversa: é o crime organizado que se adapta para ser uma resposta de curto prazo aos anseios de inclusão dos jovens. Esse pode ser um importante indicador da dificuldade de inclusão de outras redes sociais entre segmentos pobres. As famílias se mostram incapazes de sustentar projetos de inserção a longo prazo, como a educação formal e as iniciativas integradoras, que lutam para gerar mobilização onde o cotidiano é fortemente condicionado pela incerta concessão ou negociação com quadrilhas.

Juventude, educação e crime em Acari

As facções criminosas do Rio de Janeiro apresentam errática capacidade de organização: estão ora envolvidas em disputas internas dos comandos por território, ora unidas para ampliar seu poder de barganha junto ao governo por meio de depredações e assaltos coordenados. Entretanto, não há dúvida de que certa recorrência vem consolidando a forma como o tráfico de drogas se oferece aos planos de inclusão de parte dos jovens habitantes das favelas. Entretanto, uma relação simplista entre grau de pobreza e grau de vulnerabilidade ao apelo do tráfico não corresponde aos fatos e ainda pode consolidar a crença na causalidade da violência pela pobreza, algo que, apesar do apelo retórico, tem desdobramentos mais estigmatizantes que integradores.

Acari é uma área bastante representativa dessa composição de situações perversas. O complexo de favelas foi escolhido para a pesquisa por algumas características básicas:

1. É a favela que há mais tempo está sob o comando de uma mesma facção criminosa, o Terceiro Comando.³ Tal fato possibilita que métodos e formas de gerenciamento da incorporação de jovens estejam consolidados e sejam conhecidos pela população.
2. Acari experimentou a maior variedade de intervenções policiais (ocupação punitiva, ocupação social, ocupação por posto da PM, retirada do posto da PM) e intervenções sociais de ONGs (religiosas como a “Fábrica da Esperança”, laicas como a “Viva Rio” ou nativas como “As Mães de Acari” ou o “Areal Livre”) no município. Essas intervenções apresentam impacto importante sobre jovens de segmentos locais.
3. É a região que responde pelos mais baixos índices de desenvolvimento humano (IDH) do Rio de Janeiro, segundo dados do Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU/2002. Comparável à África subsaariana em alguns aspectos, Acari é paradigmática no que se refere a carências de serviços e efeitos da desigualdade interna e em relação ao conjunto da cidade.

Apresentação do campo de pesquisa

A favela de Acari tem cerca de 24 mil moradores. Essa área se soma aos demais segmentos que compõem o Complexo de Acari: *Conjunto Habitacional Amarelinho* e as favelas *Coroado*, *Vila Rica*, *Vila Esperança*. O conjunto do Complexo de Acari soma cerca de 50 mil moradores, segundo dados do Instituto de Planejamento Urbano do Município do Rio de Janeiro (Iplan-Rio).

A ocupação do local teve início nos anos 40, junto com a construção da Avenida Brasil. Destinada à instalação de parques fabris, a região acabou tornando-se uma opção de moradia de famílias de baixa renda, já que associava o espaço para construção de casas às possibilidades de trabalho. Somando-se à ocupação espontânea, foi construído nos anos 60 um conjunto habitacional destinado a moradores das favelas removidas da zona sul da cidade. Como a localidade estava fora do âmbito das regiões que serviam de alvo da valorização imobiliária e, logo, não sofria com sérias ame-

³ A incomum permanência de uma mesma facção criminosa desde os anos 80 permitiu que esse grupo se autoproclamasse TCP ou Terceiro Comando Puro, numa inusitada reivindicação de autenticidade. Essa distinção também é usada pelos traficantes locais para destacar sua alegada coesão e capacidade de organização contra ameaças de invasão de quadrilhas rivais de outras favelas ou facções como os Amigos dos Amigos (ADA), o Comando Vermelho (CV) e o recente Comando Vermelho Jovem (CVJ).

aças de remoção, seus moradores substituíram as casas de madeira e latão pelas de alvenaria. Em seguida, com o apoio da Igreja Católica, promoveram obras de pavimentação nas ruas principais e instalaram redes parciais de água e luz, estendendo tais serviços a quase todos os moradores.

Hoje, ocupando uma área entre os bairros de Coelho Neto, Irajá, Costa Barros e Pavuna, Acari está entre as regiões com os mais baixos índices de qualidade de vida do município. Seus moradores ocupam postos de trabalho nas fábricas e nos mercados atacadistas que circunvizinham o local. Eles têm baixa qualificação e seus filhos seguem o mesmo caminho, com atrasos de 3 a 5 anos na escolaridade, muitas vezes abandonando os bancos escolares, por falta de estímulo ou sob a nem sempre confirmada alegação de que o fazem para trabalhar. Quando abandonam o projeto de vida escolar, o tráfico de drogas costuma aparecer como a opção mais rentável. As meninas possuem como agravante a gravidez precoce, que é apontada como um dos “desestimulantes” a um possível investimento em estudos.

Além da precariedade de oportunidades no ensino formal, até 2002 a região não dispunha de nenhum equipamento de cultura e lazer. Apontada como uma das regiões mais violentas da cidade, Acari não mereceu esse título apenas pela ação do tráfico de drogas e dos seus confrontos com a polícia. A favela completa tais dados com a incidência expressiva de caos de violência doméstica, sobretudo contra crianças e adolescentes. Os dados a seguir foram obtidos junto ao CRE, às escolas locais e ao Instituto de Planejamento Urbano do Município do Rio de Janeiro.

Dados sobre Acari (bairro)	
Homens	11.191
Mulheres	11.891
Jovens de 15 a 19 anos	2.302
Jovens de 20 a 24 anos	2.182

Planos de escolaridade

Do total, 56,3% dos jovens estão estudando.

Até os 18 anos, a defasagem em anos de escolaridade para rapazes é de 3,5 anos; entre moças, é de 3,25.

Se considerados os jovens até 24 anos que estudam ou manifestam interesse em retomar os estudos, a defasagem é de 5,31 anos.

Os dados a seguir são complementares e vêm de levantamento preliminar à pesquisa hoje em curso.⁴

Nas entrevistas, ficou claro que a maior aspiração está difusamente relacionada à realização profissional em 66,7% dos casos. Dos entrevistados, 12,8% especificam objetivos de profissionalização no esporte, notadamente o futebol. Destaca-se o fato de que 7,7% (todas moças) apontaram como projeto pessoal a formação de novos núcleos familiares. Isto é, elas têm como objetivo tornarem-se mães. Associado à maior aspiração vem o desejo de consumo. A maioria (41%) objetiva comprar uma casa, evidenciando uma aspiração clara ao modelo de estabilidade associado à família. Em segundo lugar vem um grupo que mais se preocupa com o *status* imediato pela posse de carro ou motocicleta (em 38,5% dos casos).

O que você faz para realizar seu desejo de consumo?

Estuda	10,3%
Junta	15,4%
Nada	48,7%
Não respondeu	2,6%
Procura trabalho	5,1%
Trabalha	17,9%
Total	100,0%

Nos quadros a seguir, o objetivo foi perceber a importância dos membros da família como referência de carreira ou base moral dos projetos pessoais. De forma sensível, a família figurou bem menos nas respostas que os *amigos*, que conseguiram relativo sucesso, atribuído ao consumo ou à independência em relação ao núcleo familiar. As lideranças comunitárias, na forma de agentes de ONGs ou religiosos, também foram mencionadas com frequência.

Quem você admira na favela?

Pai	5,1
Mãe	12,8
Avô	2,6
Avó	7,7
Amigo	30,8

⁴ As entrevistas foram aplicadas a 123 jovens de 16 a 24 anos. Esse segmento etário foi procurado na tentativa de focalizar a fase de início da inserção ocupacional. Entrevistamos 67% de homens e 33% de mulheres.

Agente comunitário	17,9
Irmãos	5,1
Ninguém	10,3
Não sabe	2,6
Não respondeu	5,1
Total	100,0%

Quando os entrevistados são perguntados sobre quem admiram (portanto, a quem atribuem prestígio) fora da favela, os membros mais distantes da família são maioria (41,1%) nas respostas. Foram numerosas as referências a pessoas prestigiadas pela fama, sobretudo jogadores de futebol e pagodeiros, cuja origem é semelhante à dos entrevistados. Novamente os amigos aparecem. Desta vez, um traço comum foi que esses amigos conseguiram sair da favela. Esse quadro sobre admiração ajuda a compor as referências modelares para os caminhos para a inclusão social ou, no mínimo, referências primárias das trajetórias possíveis.

Quem você admira fora da favela?

Membros da família	41,1
Amigo	10,3
Pagodeiros	7,7
Jogadores de futebol	7,8
Outras celebridades	10,4

Os dados expostos apontam uma base para a análise das redes e dos referenciais dos jovens de Acari. O principal ponto de interesse é o que se refere aos marcadores de *status* representados pelo plano de consumo e pela ruptura com a educação formal. Questões tidas como fronteiras, que demarcam investimentos na alegada estratégia de sobrevivência ou na vida profissional dos entrevistados a curto prazo. Todos os jovens que saem precocemente da escola afirmam que se trata de uma opção: param de estudar para trabalhar ou, no caso das meninas, para cuidar de seus filhos. Tal escolha secundariza os efeitos da formação geral escolar em detrimento de uma vocação ou um mapa de carreira de retorno supostamente mais garantido e imediato. Dizemos isso supostamente, já que boa parte desses jovens não está desenvolvendo nenhuma atividade regularmente remunerada, e muitas meninas têm seus filhos em creches ou contam com apoio familiar no trato da prole.

Todos os entrevistados que estão fora da escola responderam que pretendem voltar a estudar no próximo ano letivo. Argumentam que têm tido dificuldades em conseguir vaga, conciliar horários e de se adaptar às

“cobranças dos diretores”. Tanto nas entrevistas com homens jovens quanto nas que abordam mulheres jovens, o acompanhamento da evolução das expectativas é uma metodologia-chave para perceber a reflexividade envolvida na avaliação de chances e projetos pessoais do público pesquisado.

Referências empíricas e base teórica

O critério que qualifica as condições de carência em vista das condições de renda é tradicional, mas reconhecidamente incompleto. As abordagens sobre as privações de capacidades e a distribuição desigual dos *intitlements* vêm sendo a base de estudos avaliativos, como os que dão suporte ao índice de desenvolvimento humano (SEN, 2000). Como pano de fundo, há características de evolução recente da pobreza medida segundo a renda. Sobreposta à condição desfavorável de inclusão pelo trabalho existe a segmentação dos jovens em vista de seus planos de inclusão alternativos ou em direção ao trabalho. Essa segmentação é evidenciada pelo consumo de bens simbólicos pelos jovens como forma de inclusão, que frequentemente substitui os planos pessoais que apostam na trajetória de trabalho assalariado. O importante é que existe um cenário macrossocial gerando repercussões nas escolhas de trajetórias da juventude. É o que liga o caso Acari ao conjunto das condições de jovens em favelas do Rio de Janeiro. Tal cenário é especialmente perverso no que se refere à juventude pobre.

Capacidade de absorção da economia fluminense e a evolução recente da pobreza por renda no Rio de Janeiro

O Rio de Janeiro diminuiu a pobreza nos anos 70, seguindo tendência nacional, empobreceu nos anos 80, quando o país estabilizou seus indicadores, e apresentou pequena recuperação entre 1993 e 1995, subindo a um patamar ainda assim inferior ao que se encontrava em 1981 (ROCHA, 1997).

Diversamente do que costumava ser o ponto de partida dos debates sobre a pobreza metropolitana no Brasil, na década de 80 o Rio de Janeiro presenciou o fenômeno da emigração e, segundo dados censitários, esteve abaixo da taxa de crescimento demográfico nacional (1,13% a.a. contra 1,93% a.a.). O Rio de Janeiro foi original na forma como gerou pobreza pela degradação econômica local. Esses dados, lidos à luz das condições do sistema produtivo local, sugerem que o tratamento dado à pobreza urbana fluminense parte de alguns pressupostos, tais como: (1) no Rio de Janeiro, há uma associação entre como se chega à pobreza ou se permanece na pobreza e as condições de absorção ao trabalho condicionadas pela vitalidade econômica do estado; e (2) em termos de atributos produtivos

da população urbana do Sudeste, o pobre do Rio de Janeiro é mais provavelmente um trabalhador não abarcado pela capacidade de absorção da estrutura de empregos do que necessariamente um inapto ao trabalho.

Para Rocha (1997, p. 6), as variações de crescimento de diferentes setores produtivos até os anos 90 foi relativamente estável. A redução da indústria naval e de eletroeletrônica teria sido compensada pela expansão do setor químico. Essas mudanças não influenciaram a evolução do PIB e da renda. Isto é, o efeito da estrutura produtiva sobre a pobreza não se deveu a um ou outro setor específico. Foi resultado de um processo geral de decadência associado à fuga de capitais e à falta de investimentos que fossem eficazes para o crescimento da economia local.

A pobreza do Rio de Janeiro é majoritariamente metropolitana, como é comum nas áreas urbanizadas do Sudeste. Cercada por municípios sem grande dimensão econômica, a metrópole do Rio de Janeiro é a região mais populosa e onde mais se concentra a população abaixo da linha de pobreza no estado. A proporção de pobres metropolitanos no Rio de Janeiro é superior à média para o conjunto das regiões metropolitanas.

Mesmo considerando o quadro apresentado pela economia e pelas condições de trabalho, há um hiato de informações importante. Trata-se do efeito do processo de perda das garantias do trabalho, que repercute nas trajetórias dos segmentos pauperizados. Os contrastes fazem parte do cotidiano fluminense e, especialmente, do carioca. Se investimentos pessoais de trabalhadores podem ser frustrados na experiência, os investimentos dos jovens que se preparam para o ingresso no mundo do trabalho também sofrem alterações, com fortes conseqüências para sua socialidade (SENNETT, 1999).

O Rio de Janeiro é uma cidade que concentra geograficamente a pobreza e o cartão postal muito proximamente. Um olhar mais atento pode perceber como a curta distância e o medo reforçam os mitos que o carioca comum tem sobre nossas fronteiras internas. É como se a globalização da informação falhasse em voltar suas lentes para o que está mais próximo. Hoje, o cidadão comum pode saber mais sobre a forma como vive um morador de Sidney, na Austrália, do que a respeito de como vivem seus vizinhos de Acari. Mas se a cidade está partida nos estratos de renda e na distribuição de equipamentos e qualidade de vida, não está no que se refere aos valores.

A criminalidade vem sendo associada com a pobreza de forma equivocada. A intensidade da pobreza *não causa* igual proporção de criminalidade como querem mesmo as vozes bem intencionadas de uma certa cultura

carioca de esquerda. Primeiro, porque são fenômenos qualitativa e quantitativamente mensuráveis de formas diversas. E também, mas não menos importante, porque esse pressuposto não explica como segmentos pauperizados enfrentam a carência e as más condições de vida sem se sujeitar ao projeto de incorporação à economia criminal. A busca de repetições de padrões apriorísticos não ajuda a superação do preconceito e a viabilidade de políticas sociais duradouras.

Destacamos, em seguida, mais alguns dados preliminares da pesquisa de campo realizada em Acari, que revelou algumas dinâmicas que são específicas. Outras se referem a personagens e trajetórias recorrentes em muitas áreas pobres da cidade. São destacadas as entrevistas com adultos, que reforçam a tendência geral encontrada entre os mais jovens.

Os jovens pobres e “as marcas”

Em julho de 1993, semanas após ter assistido a morte de seus amigos, um grupo de jovens que moravam na rua e tornaram-se sobreviventes da “Chacina da Candelária” foi levado para a “Casa da Testemunha” – instituição estadual localizada no centro do Rio de Janeiro. Eu fazia parte da equipe de profissionais – que já os atendia antes das mortes – que ficou responsável em intermediar as negociações quanto às condições de alojamento na instituição. Depois de providenciados os itens, que avaliávamos suficientes, como colchões, roupas, comida, cobertores e, afinal, um teto, os meninos e as meninas nos surpreenderam com uma lista do que ainda faltava. A lista continha de cosméticos a especificações de grife de roupas e calçados. Por exemplo, as meninas pediam, entre outros itens, blusas “tipo cigana”, calças “boca de sino”, sabonete “Lux” e shampoos e condicionadores “Vital Ervas”; os meninos não esqueceram o desodorante, mas preferiram o “Avanço”, talvez mais pelo *slogan* do que pela fragrância (NOGUEIRA, 1995).

O trecho citado se refere aos jovens classicamente referidos como excluídos, meninos de rua, segmentos sociais que, pela condição de extrema carência, são freqüentemente considerados como pessoas à margem da sociedade ou sem comunicação com a sociedade inclusiva. Mas os nexos simbólicos e os valores de referência que comunicam pobres e não pobres permanecem e importam tanto quanto abrigo ou alimento. Não é desprezível a importância do consumo na construção da identidade ou da noção de pertencimento dos jovens em qualquer grupo social. A teoria de Hobsbawn, que qualifica o consumo como um fator inclusivo da cultura da virada do século, parece encontrar respaldo nas ruas e nas comunidades carentes do Rio. A oferta de bens para um segmento etário que *em tese* não está disponível para gerar renda acaba por redefinir expectativas

de adolescentes pobres. Abre-se uma dupla ruptura: com os valores ligados à humildade e à frugalidade, que compõem a mensagem dos mais velhos, e com o estilo de vida do trabalhador assalariado experimentado pelos pais. Os projetos pessoais operam com prazos curtos e se caracterizam pela instrumentalidade e pela individualidade mais do que pelo seu caráter engajado, honorífico ou coletivista. Noções como cidadania são pouco frequentes nas entrevistas dos jovens.

Entrevistando mães moradoras de Acari, que diziam estar buscando “ajuda” para frear o envolvimento de seus filhos em atividades ligadas ao tráfico de drogas, ouvimos muitas vezes: “*Ele tem tudo: casa, comida, escola, um calçado novinho, comprei até o rádio que ele queria (...)*”[sic]. A idéia de atribuir exclusivamente à fome e à miséria a causa do envolvimento desses jovens com a criminalidade mascara um outro efeito perverso da lógica da chamada economia de mercado, aliada à massificação da mídia: os critérios de pertencimento passam a ser pautados pelo *o que* se consome.

Os moradores consultados são unânimes em salientar que hoje os jovens entram no tráfico para poder comprar roupas e “coisas de marca”. E complementam a avaliação com uma comparação entre os traficantes de “antigamente” (um marco para essa referência temporal é a morte de Jorge Luís, em 1996), que possuíam uma “causa” ou justificativa moralmente aceita para seu envolvimento com a criminalidade. Mesmo com biografias muitas vezes reinventadas, os traficantes de “antigamente” possuíam, na visão dos moradores, histórias pessoais que clamavam por “justiçamento” e preocupações sociais – como a criação de uma rede de proteção que incluía, no caso de Acari, o fornecimento de cestas básicas para famílias mais pobres, patrulhamento e justiça locais, que evitavam pequenos roubos e casos de estupro –, política que, na fala de um morador, foi resumida desta forma: “(...) *Antigamente, o tráfico tinha um lado bom e um lado mal. Hoje, só tem o lado mal.*” [sic]

“(...) Antigamente, eles respeitavam os moradores mais velhos, as famílias, ‘tinha’ respeito. Hoje, esses meninos não ‘respeita’ nada, só querem saber de roupa de marca, carro (...). Eles ‘vê’ as coisas na televisão e ‘acha’ que é fácil (...)” [sic]

A ação do jovem traficante “sem causa” está associada exclusivamente às necessidades de consumo dos produtos de marca, o que para os moradores mais velhos, por princípio, não justificaria “seguir essa vida”. Esse é um dilema geracional, não só do ponto de vista local, mas também para a sociedade abrangente.

[...] O aumento de uma cultura juvenil específica, e extraordinariamente forte, indicava uma profunda mudança na relação entre as gerações. [...] A juventude agora se tornava um agente social independente. [...] O surgimento do adolescente como ator consciente de si mesmo era cada vez mais reconhecido, entusiasticamente, pelos fabricantes de bens de consumo [...] (HOBSBAWM, 1995, p. 317-318).

A questão não é só ter, mas a complexidade do mercado, sobretudo o direcionado aos jovens, determina qual deve ser a marca, a cor, a grife e o tamanho a ser consumidos. “*O poder de mercado tornou mais fácil para a juventude descobrir símbolos materiais ou culturais de identidade*” (HOBSBAWM, 1995, p. 322).

As opções de consumo também aparecem como justificativa para outras decisões pessoais para além da criminalidade, como, por exemplo, os meninos que deixaram de freqüentar a igreja por questões relacionadas à identificação estética.

“(...) Acho que ainda sou evangélico. Deixei de ir à igreja porque gostava de me vestir e de umas roupas que não ‘combinava’ com as pessoas de lá (...)” [sic] (A., 19 anos).

O consumo é estratificado por classe, e é por intermédio dele que se visualiza simbolicamente a possibilidade e a concretização de mobilidade social sobre a população jovem. Essa lógica é parte intrínseca dos seus projetos de vida e planos para o futuro. Os jovens entrevistados que sinalizavam a intenção de “sair da favela” e “subir na vida” já possuíam um perfil de consumo que, para eles, os diferenciava dos “outros” jovens moradores de Acari e os aproximava dos membros da classe que eles almejavam alcançar.

A mídia mobiliza mercados consumidores potenciais e também aquelas pessoas que não consomem por falta de renda. Todos indiscriminadamente sabem que o produto ou o serviço existem e o que significa socialmente (e até emocionalmente) possuí-los.

Cultura jovem tornou-se a matriz cultural no sentido mais amplo de uma revolução nos modos e costumes, nos meios de gozar o lazer e nas artes comerciais, que formavam cada vez mais a atmosfera respirada por homens e mulheres urbanos. [...] Foi ao mesmo tempo informal e antinômica, sobretudo em questões de conduta pessoal. Todo mundo tinha de ‘estar na sua’, com o mínimo de restrição externa, embora na prática a pressão dos pares e da moda impusessem tanta uniformidade quanto antes, pelo menos nos grupos de pares e nas subculturas (HOBSBAWM, 1995, p. 323).

Aos poucos, parecia mais coerente a explicação de que os jovens se “envolvem” com a criminalidade para consumir produtos que conferem *status* junto ao seu grupo social de referência e com o qual se compartilham códigos de conduta. Talvez isto ajude a explicar, por exemplo, por que a juventude classe média “caiu na criminalidade”: o poder de consumo da classe média diminuiu frente à ampliação de bens duráveis e produtos diversos colocados no mercado, seja pelo contrabando ou pelas marcas e grifes que se estabeleceram em território nacional depois da política de importação do governo Collor.

0 meio e seus personagens

Todos os fatores econômicos citados interferem na maneira como indivíduos e famílias discursivamente elaboravam carreiras ou destinos possíveis para os jovens de sua rede social. Com base em suas experiências e pelo confronto com as condições originais que os mais velhos percebem, pudemos ter um quadro de referência das histórias de vida e de seus momentos exemplares, que credenciam ou descredenciam moralmente seus atores. Essas são as bases experienciadas que dão sentido às apostas e aos medos familiares. Por sua vez, os jovens de 12 a 18 anos fazem recorrentemente referências a dificuldades e momentos críticos que os mais velhos ilustram em suas trajetórias, mostrando que decodificam à sua maneira o significado das biografias dos que conseguiram algum prestígio ou dos que atravessaram dificuldades ou, ainda, daqueles que são ilustrações de decadência.

A seguir, mostramos algumas dessas referências, selecionadas por seu caráter de tipicidade entre as trajetórias recorrentes em Acari.

J. (23 anos), “viúva dos meninos do tráfico”:

J. é uma jovem que possui uma história de vida muito comum ou, pelo menos, freqüente entre as meninas de Acari. Mãe solteira, ela buscou na maternidade, como ela mesma explicita, um meio de se sentir livre e independente de sua família. Porém, não alcançou a liberdade tão desejada. Sem êxito, ela se viu na mesma condição e tendo que dividir com sua família a responsabilidade materna de cuidar e zelar pela sua filha.

J. parece fazer parte de um grupo em Acari que sente falta dos tempos áureos do tráfico. Ela faz parte de um grupo de meninas cujas integrantes já tinham namorado meninos do tráfico e consideravam isso uma “vantagem”. Realização que, para elas, era uma possibilidade de se ter *status* e padrão de vida diferenciado das demais. J. representa as meninas que fugiam da dependência financeira de suas famílias e acabavam se aliando aos homens do tráfico em busca da alegada liberdade, mas tornaram-se mais do que economicamente dependentes deles.

L. (19 anos), “classe média de Acari”:

L. é um jovem que é considerado um “bom menino” pela comunidade. Vive dentro dos padrões morais valorizados na comunidade, mora com os pais e os irmãos, e ainda tem o “privilégio” de morar em uma das ruas mais desejadas e cobiçadas por outros moradores da comunidade, tida como “a rua de classe média”. O que para alguns não tem grande importância e significado, para o morador de Acari esse fato, mesmo que isolado, é de grande importância, pois representa ascensão social, principalmente para quem já morou num beco, local não bem visto pela comunidade e motivo de discriminação entre os moradores.

Ele já trabalhou em uma grande empresa de revenda, vivência que lhe deu a chance de estabelecer outras relações fora do ambiente de Acari. Tal experiência tornou-o mais maduro e aumentou suas expectativas em relação às necessidades de mudança e transformação em sua vida. De igual forma, isso reforçou a sua necessidade de se manter longe do que ele mesmo chama de “mau caminho”.

Conforme os padrões da comunidade, ele é considerado um jovem de classe média, por ter uma família que não necessariamente dependa de sua renda para sobreviver, pois as despesas familiares podem ser administradas unicamente com a renda do pai.

L. percebe que há diferenças entre ele e outros jovens da comunidade, e isso o deixa vaidoso, pois se sente diferente e “melhor”. Ele sabe dos riscos e preconceitos que um jovem de Acari corre e sofre, mas sente que sua posição e condição comunitárias são “tão superiores” que o preconceito fora de Acari não parece incomodá-lo.

O jovem tem planos para o próprio futuro, para a melhoria de sua qualidade de vida e a realização dos seus sonhos. Mesmo trabalhando, ele continua estudando, o que já é um grande diferencial. Tendo hoje uma economia que provém do trabalho informal, ele busca para o futuro um outro emprego. Trabalha como comerciante autônomo e consegue até empregar uma outra pessoa. Reconhece essa atividade como um trabalho temporário. Na sua reflexão, o trabalho virá depois que os estudos terminarem, referindo-se ao ensino médio, quando pretende trabalhar como operador de *telemarketing*. Não possui planos de dar continuidade aos estudos. Chegar ao ensino médio já lhe parece ser uma grande vitória, em comparação com as expectativas do restante da comunidade, cujos moradores têm uma vida escolar muito curta, interrompem os estudos, alguns para trabalhar, e dificilmente conseguem retomá-los.

No seu depoimento, L. se mostra muitas vezes moralista e conservador: ele parece ter definido bem em sua vida os valores de bom e mau, certo e errado. Tem a convicção de que o caminho que está seguindo é o caminho certo. Como comportamento moral, L. acredita que essa “obrigação” está tanto relacionada às suas convicções íntimas como também às convicções e aos princípios familiares, dos quais se orgulha e acredita ser a essência de seu caráter.

Ele faz uma análise da criminalidade como se esse percurso dependesse exatamente do que ele tem de melhor, o caráter. Na sua fala, ele deixa subentendida sua crença de que talvez as grandes responsáveis por permitir que os jovens se tornem “maus” são suas próprias famílias, seus pais e suas mães, que não educam suas crianças com o devido rigor, para que “*não façam a mal a ninguém*”.

Algumas hipóteses

A pesquisa corrobora o que se pode ler da relação não necessariamente causal entre pobreza urbana e violência. Podemos traçar algumas pistas para caracterizar a relação entre esses fatores no Rio de Janeiro:

- 1^a) A pobreza é estratificada. O diferencial de *status* entre jovens é dado pela possibilidade de consumo. Esse é o campo em que o apelo do tráfico encontra um público sensível.
- 2^a) O fenômeno da resiliência (resistência ou não aceitação de projetos marginais ou criminais) depende da concorrência de fatores de suporte de expectativas em médio e longo prazos: a) presença de ao menos um membro da família como referência de sucesso moral ou pessoal, mais do que econômico; b) desenvolvimento de estratégias de inserção fora do espaço cotidiano da favela; c) investimento pessoal em escolaridade formal ou em atividades culturais; d) contatos entre jovens de outros grupos sociais.
- 3^a) A forma de recrutamento do tráfico confere especial valor simbólico à remuneração diária, o que reforça o investimento no imediatismo do consumo e na significação da independência.
- 4^a) As justificativas discursivas dos mais velhos (pais, líderes, adultos experientes) fornecem pistas para as formas de ruptura de valores que disponibilizam uma parte dos jovens da favela para o emprego na economia criminal.

- 5ª) A intensa comunicabilidade da favela com outras áreas é fato: quando o jovem é receptor de padrões de consumo e mensagens prescritivas quanto aos símbolos de *status* (roupas, calçados, acessórios) ou quando o jovem pode localizar sua expectativa de inclusão em meios que neguem ou dêem novo significado à sua origem. Entre uma opção ou outra, a busca ativa de valores de referência e inserção permite que a favela se afaste cada vez mais do estereótipo desenhado pela violência banalizada e de ausência de valores civilizados.
- 6ª) A mensagem do tráfico afeta a todos os moradores da favela, mas só se constitui como opção para aqueles que dominam um universo restrito de opções alternativas.

O cenário do Rio de Janeiro é especialmente representativo de certa forma de “exclusão” urbana e de suas correlatas alternativas perversas, como a associação à economia criminal e a vida desprotegida na economia marginal das ruas. O Rio de Janeiro vem passando por transformações tanto no que se refere à sua economia quanto no que tange à representação das desigualdades por seus habitantes. Esse processo gera respostas tão intensas que interferem no desempenho econômico do estado e, mais ainda, no mapa das relações e das formas de evitação que caracterizam a sociabilidade em nosso estado. Nos últimos vinte anos, não se pode explicar a sociedade fluminense sem referência à violência real ou presente no imaginário de seus agentes e suas vítimas atuais ou potenciais. Ainda que não se possa unificar a favela segundo tipicidades, o objetivo do trabalho exposto neste artigo é a interpretação de dinâmicas possíveis entre personagens comuns no cotidiano do jovem pobre do Rio de Janeiro e o que interfere em suas opções de inserção social.

Favela não é comunidade

As fracas condições de empregabilidade dos segmentos mais pobres expõem o cenário do desemprego estrutural no Rio de Janeiro. A carência que se espalha dos baixos rendimentos para os altos índices de evasão escolar vem contribuindo para estancar algum possível processo de qualificação para as condições dos perfis dos postos de trabalho, que tendem a se expandir ou resistir às mudanças econômicas.

O deslocamento do eixo da economia para o setor de serviços, em que se exige uma escolaridade formal geralmente elevada, vem esvaziando o poder de absorção dos postos de trabalho para mão-de-obra menos qualificada: tipicamente na indústria e no comércio. O “efeito de amortecedor” desempenhado pelo mercado informal assume destacada importância nas estratégias familiares e individuais de sobrevivência. Mas a outra face da

informalidade é a não-proteção formal e o descontrole quanto às possibilidades de associação desses trabalhadores à economia criminal. Isso se dá a ponto de interferir: (a) nas rotinas das famílias das classes pobres; (b) em seus planos; (c) em suas perspectivas assumidas de exercício de trabalho e reconhecimento de uma sociedade baseada no emprego protegido institucionalmente; e (d) na valorização de carreiras morais associadas à inclusão pela sociedade do trabalho.

A reprodução da mão-de-obra não qualificada a predispõe à vulnerabilidade à cooptação pelas atividades ligadas à subcultura criminal, como o tráfico. Em especial, é o que se vem verificando como a mais provável explicação para que jovens pobres que antes ganhavam a vida nas ruas permaneçam nas favelas pagos e protegidos pelo tráfico (SILVA FILHO; RODRIGUES, 1999). Essa tendência torna-se ainda mais tangível se considerada a natureza dos delitos praticados por jovens abaixo dos dezoito anos: o juizado da infância e da juventude observa que os antes freqüentes crimes contra o patrimônio cederam vez aos crimes ligados ao tráfico de drogas. Considerando que esse vínculo redimensiona os mapas das trajetórias dos jovens pobres ou ao menos amplia a disponibilidade de formas perversas de inserção, o problema sugere uma pauta urgente de identificação dos atributos de indivíduos e famílias a que possam ser oferecidos apoio e formas de trabalho para estratégias socialmente menos conflitantes e perversas de sobrevivência.

O autor deste artigo não pretende sugerir conclusão. É mais uma provocação que a pesquisa mostra ser oportuna. As possibilidades de criação de redes além da família para jovens pobres de uma grande favela carioca são mínimas. O que não quer dizer que não seja grande seu esforço no sentido de buscá-las. De fato, a absorção pelo tráfico envolve uma pequena minoria dos jovens da favela. Mas o fato de o tráfico se apresentar como uma das poucas alternativas disponíveis é, por si só, significativo. A favela tem muito pouco do sentido sociológico de comunidade. Não está isolada, pois de fato seus valores são valores comuns no Rio de Janeiro urbano. A favela de Acari parece incapaz de gerar garantias inclusivas fora da família e distantes da inclusão precária ou marginal. Se isso não é generalizável, no mínimo sugere que se repense o termo *comunidade*, tão difundido por influência de certa tradição populista na política, que dificulta a visibilidade dos dilemas enfrentados pelos diversos segmentos da pobreza desigual.

As perguntas que o caso de Acari nos sugere são as seguintes:

1. O que gera valores inclusivos e a solidariedade social entre os jovens pobres?

2. A educação, como projeto familiar e pessoal, tem chances de fazer face à concorrência da inclusão perversa mediada pelo tráfico?

Sejam quais forem as respostas, não será desprezando a criatividade social com que diferenças mais do que econômicas surgem que se poderá superar a iniquidade da cidade partilhada.

Referências

ALVITO, Marcos. *As cores de Acari: uma favela carioca*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

DOWDNEY, Luke. *Crianças do tráfico: um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Letras, 2003.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX/1914–1991*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.

NOGUEIRA, Sheila. Para onde foram as crianças. In: ALVIM, Rosilene (Org.). *Candelária 93: um caso limite de violência social*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil*. 2002. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/rdh/>>.

ROCHA, Sônia. *Tendência evolutiva e características da pobreza no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. (Texto para discussão, n. 536).

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SILVA FILHO, Dario de Sousa e; RODRIGUES, José Augusto. *Perfis e mapeamento de populações de rua do Rio de Janeiro: padrões de sociabilidade e funções sócio-espaciais dos usos da rua: relatório de pesquisa*. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

VALLADARES, Licia. A desigualdade entre os pobres – favela, favelas. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Org.). *Um século de favela*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1999.

Capítulo 5: Política pública e juventude

Políticas públicas e juventude no Brasil

Nair Teles¹
Rafael Freitas

A elaboração de um livro que tem por objetivo lançar um olhar sobre a juventude no Brasil traz, em si, o risco de não poder abarcar os universos geográficos, econômicos e sociais sobre a questão. O objeto em torno do qual o trabalho se organiza é tão amplo que pode ou levar à superficialidade das análises ou instigar o leitor a saber mais, a partir da procura de uma produção literária e acadêmica que hoje é uma realidade. Na crença de que a segunda alternativa é a razão de todo conhecimento acadêmico, aceitamos o desafio não só de organizar o livro, mas de redigir um texto que focaliza as políticas públicas para a juventude no Brasil entre os anos de 2003 e 2006.

Em 2003, após eleição democrática, chega pela primeira vez ao poder um governo de coalizão de “centro-esquerda”, tendo à frente o Partido dos Trabalhadores (PT). Em 2005, é criada, por medida provisória do governo federal, a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República, que sofre alterações determinadas por um decreto presidencial de julho de 2006.²

O objetivo de nossa reflexão não é fazer tábula rasa dos programas e das políticas que antecederam a este governo, nem tampouco colocar aquelas estudadas como um *portfolio* governamental. Diante do número encontrado de políticas e programas governamentais que se achavam distribuídos em diferentes Ministérios, nós pretendemos, na verdade, participar e estimular o debate sobre as políticas públicas criadas para a juventude. Nossa reflexão pretende chamar a atenção para o fato de que o Estado democrático brasileiro possui ainda uma verve demagógica e po-

¹ Teles, Nair. Doutora em Sociologia. Professora da Universidade Eduardo Mondlane (UEM-Mozambique), professora da ENSP/Fiocruz, coordenadora do Grupo de pesquisa Saúde e Sociedade (GPSS-Depto Sociologia - FLCS/UEM).
Freitas, Rafael. Sociólogo. Ministério público da cidade do Rio de Janeiro.

² A SNJ pretende articular os programas e os projetos destinados aos jovens em âmbito federal; fomentar a elaboração de políticas públicas nas esferas municipal, estadual e federal; interagir com os poderes Judiciário e Legislativo; e promover espaços de participação da juventude na construção dessas políticas.

pulista em direção aos destituídos e, em nosso caso, aos jovens. A sociedade civil, por sua vez, exerce uma pressão sobre o governo para a adoção de medidas que levem à equidade. Já o Estado procura, em diversos campos, oferecer uma resposta adotando políticas que carecem de coordenação, correlação e coerência. Muito do que hoje se assiste no cenário brasileiro, como a discussão sobre a menoridade, a criminalidade urbana e a juventude, se deve a uma ausência efetiva, eficaz e de clareza de propósitos em direção à criança e ao jovem brasileiro.

Quem é o jovem?

Assim, é importante sublinhar, enquanto nota introdutória, alguns dados e aspectos relativos ao panorama juvenil no qual estas políticas acontecem. Os dados sobre a juventude mostram que 60% da juventude latino-americana é brasileira. Em números absolutos, os jovens entre 15 e 29 anos representam 28% da população brasileira (15 e 24 anos correspondem a 20% do total da população). A *Síntese de Indicadores Sociais 2004* (do IBGE) indica que, devido ao aumento da mortalidade em função de causas externas e à diminuição da taxa de natalidade, houve uma queda nas taxas de crescimento dos jovens, o que descaracteriza o Brasil como país de população extremamente jovem, visão esta corrente (e que ainda persiste) em alguns círculos acadêmicos. O país começa a ser enquadrado entre aqueles que experimentam um rápido processo de envelhecimento. No período projetado de 2005 a 2030, a população total aumentará de 184.184.264 para 237.737.676. Nela, o segmento jovem terá um crescimento projetado de 50.874.729 para 53.118.817, com um decréscimo na participação da população total de 27,6% para 22,3%.

O aumento contínuo de mortes de adolescentes e adultos jovens, sobretudo do sexo masculino, por causas externas (tráfico de drogas, crime e desastres automobilísticos, entre outros) é uma variável que começa a alterar a pirâmide etária. Embora, no grupo feminino, a incidência de mortes por causas externas mantenha-se inalterada no período de 1980–2003 (mínimo de 18 e máximo de 22 óbitos/100 mil habitantes), no sexo masculino, no mesmo período, a taxa ascendeu de 121 para 184 óbitos/100 mil habitantes. Em 1980, as “causas externas” eram responsáveis por aproximadamente a metade (52,9%) do total de mortes dos jovens do país. No ano 2000, acima de 2/3 dos jovens (70,3%) morreram por causas externas, tendo sido constatado que os homicídios foram os maiores responsáveis (WAISELFISZ, 2002, p. 4).

Ora, parafraseando um ditado popular (*diante dos fatos não há argumentos*), não podemos afirmar que a juventude não faz hoje parte do nosso cotidiano. Ela está presente nos espaços públicos e privados. Entretanto, estaríamos nós, afinal, falando e escrevendo sobre o que ou a respeito de quem?

A racionalização do mundo social é uma das características das sociedades modernas, e a apreensão do que venha a ser juventude, do que se “entende” por juventude, é o resultado de representações cognitivas extraídas do senso comum, como também do universo acadêmico. Todas se organizam segundo observações atribuídas a esse período da vida, dando-lhe um significado. Ora, o processo de racionalização constrói e traduz uma fase da vida e, de acordo com esse processo, no cenário social, há diversas formas de ser jovem. A juventude é objeto de ação e de interpretação dos indivíduos historicamente e socialmente situados. A cada momento histórico corresponde um “tipo” de juventude e um personagem-tipo aparece. De fato, há uma multiplicidade de designações constituídas por algumas variáveis consideradas significativas por aqueles que as constroem e, assim, as definições variam, por exemplo, de uma classe social para a outra, no interior de uma mesma classe, entre a cidade e o campo, etc.

O surgimento da juventude, tal como nós a “conhecemos” hoje, deve-se à separação entre a esfera do privado e a do público. Desde o século XVIII, nós assistimos à separação crescente, contínua e rápida entre o espaço íntimo, da família, e o espaço da rua, onde as relações impessoais dominam. Ao mesmo tempo, as etapas da vida ganham limites, contornos e terminam por ser submetidas a uma espécie de “especialização”, seja no contexto médico/biológico, seja no contexto educacional e social. Surge então uma “consciência da juventude” a partir dos anos 10 do século XX (por volta de 1914): a sociedade é colocada à parte da esfera do privado, a qual se torna segmentada em diferentes papéis e atributos (ARIÈS, 1981, p. 30-47). Nesse cenário, no mesmo tempo e espaço, as representações sociais da juventude se relacionam, exclusivamente ou simultaneamente, (1) a valores como o idealismo; (2) a *comportamentos* como a rebeldia; (3) à oposição à *ordem estabelecida*, tal qual é vista pela delinqüência; (4) a uma *identidade em formação* ditada pelo luto da infância; (5) aos modelos de *status* como estudantes e aprendizes; (6) à condição de desempregados, entre outros.

O jovem é um personagem social que reúne as “esperanças” e o “futuro” de uma sociedade, a possibilidade de “renovação” e de “ameaça”, aquele que deve ser “preparado” para as responsabilidades da “vida adulta”. Uma das ilustrações desse processo e talvez a mais fácil de ser associada a esse grupo social é a “cultura adolescente-juvenil”, originária da cultura de

massas, que funciona de acordo com as regras do mercado. Ela traz em si a ruptura com os tipos de identidade que lhe são socialmente atribuídos e que correspondem a uma forma de revalorização do sistema de valores dos adultos. A palavra *juventude* acaba por se equiparar a uma “marca social”. Ela unifica um grupo que é composto de realidades sociais economicamente diversificadas. Nesse sentido, Galand nos chama a atenção para o fato de que “(...) *si la jeunesse existe plus, elle est aussi sans doute moins libre que sous l’Ancien Régime; tout se passe comme si sa promotion l’avait désignée comme un objet social sur auquel la société allait devoir d’intervenir*». (GALAND, 1991, p. 32)

Assim, podemos afirmar que a juventude é o resultado de um processo de normalização e de intervenção baseado em unidades significantes do pensamento que transcendem o símbolo sobre o qual está fundado. Tal processo também é relativo a formas distintas de organização do pensamento (HEEREN, 1970). As políticas da juventude ou, melhor dizendo, direcionadas à juventude se enquadram nesse processo de racionalização. Em linhas gerais, podemos afirmar que as políticas públicas (e, nelas, as políticas para a juventude) traduzem a visão que um governo tem de uma área social sobre a qual pretende intervir.

Alguns momentos históricos que contribuíram para definir as políticas destinadas para a juventude

Na verdade, embora nossa reflexão tenha limites precisos, que são as políticas governamentais entre 2003 e 2006, entendemos ser oportuno chamar a atenção para alguns momentos históricos que acabam por constituir um quadro geral sobre esse segmento social. Embora não tenhamos o objetivo de abordar a história da proteção jurídico-legal ou das políticas públicas ou de medidas adotadas em favor da criança e do adolescente no Brasil, é importante chamar a atenção para alguns fatos e momentos que, conforme nosso entender, demonstram que os governos vêm, há algum tempo, tentando responder as necessidades jurídicas e técnicas dirigidas a esse grupo. Nesse sentido, em 1883, teve lugar uma importante reformulação do Código Criminal, que entre outras determinações permitiu a regulamentação do ensino obrigatório; a criação de escolas com acesso para crianças pobres (embora delas fossem excluídos os escravos e os indígenas); a repressão à delinquência e os cuidados ministrados à criança pela família. Todas essas mudanças foram orientadas pela medicina higienista (pelas campanhas sanitárias para o controle de doenças, etc.), que predominou na segunda metade do século XIX.

O início do século XX é marcado pela “articulação” entre as esferas jurídicas e assistenciais (filantrópica e médica), traduzida na criação de uma “legislação especial para menores”, a exemplo do que ocorria nos Estados Unidos e em países da Europa. A prevenção da criminalidade juvenil, por exemplo, vinha acompanhada de um “novo” enfoque, segundo o qual o trabalho era o meio, por excelência, de educação e de “recuperação” (CENTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE A INFÂNCIA, 2005).

Quanto a fatos que se passaram no decorrer do século XX, gostaríamos de destacar algumas medidas adotadas (SPOSITO; CARRANO, 2003; TELES, 1993; VENTURINI, 2000; CENTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE A INFÂNCIA, 2005):

- 1921: O Congresso Nacional aprova, no orçamento da União, a criação de uma “organização geral da assistência”.
- 1923/1929: A figura do juiz de menores (o primeiro da América Latina) e o juizado de menores são instituídos; o Código de Menores é promulgado; regulamentam-se a proteção e a assistência à infância; o Abrigo de Menores do Distrito Federal (Rio de Janeiro, então capital do país) recebe a denominação de Instituto Sete de Setembro.
- 1930/1941: Os programas de educação e de saúde, desenhados a partir da formulação de políticas públicas, são dirigidos em direção à assistência à maternidade, à infância e à adolescência, assim como a criação de uma estrutura institucional, formada por órgãos como o Conselho Nacional de Serviço Social, o Departamento Nacional da Criança, a Legião Brasileira de Assistência e o Serviço Nacional de Menores (SAM). Os estabelecimentos de triagem e de internação são as respostas dadas, naqueles anos, à repressão e à criminalidade, objetos de políticas específicas, com o período de internação relacionado ao tipo de delito cometido. Na época, mantém-se a inimizabilidade penal até os 18 anos.
- 1951/1956: Embora, no plano nacional, a abordagem jurídica da criminalidade fosse predominante, as concepções técnicas eram destaques internacionais (Congressos Pan-Americanos da Criança, coordenados pelo Instituto Interamericano *Del Niño*/OEA, e congressos organizados pela Associação Internacional de Juízes de Menores). A discussão girava em torno da exclusividade jurídica, que revogava, a um segundo plano, o caráter social (preventivo, curativo e assistencial). O SAM transforma-se em Instituto Nacional de Assistência a Menores (Inam).

- 1957/1959: O Código sofre uma primeira “revisão”, quando juízes e representantes do Ministério Público reconhecem os direitos especiais dos menores e os descrevem como indispensáveis “à dignidade e ao livre desenvolvimento de sua personalidade”, lembrando à sociedade a co-responsabilidade desta quanto ao problema da infância marginalizada. A Assembléia Geral das Nações Unidas aprova a Declaração Universal dos Direitos da Criança, que, primordialmente, estava voltada para o respeito aos direitos da criança (1959).
- 1964/1979: O regime militar de 1964 elabora a Política de Segurança Nacional, que aborda questões sobre a criança e o adolescente, materializando-se na Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), no lugar do SAM, com o objetivo de formular e implantar uma Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM). Ela deveria estudar, planejar, orientar e fiscalizar as entidades estaduais executoras dessa política, que passavam a existir em cada estado da Federação. Após três décadas de controvérsias, se efetiva, no Ano Internacional da Criança (1979), o novo código de menores.
- 1980/1990: Tem início o processo de redemocratização do país. Uma nova Constituição Federal é aprovada (1988), movimentos sociais em defesa dos direitos da criança e do adolescente ocorrem em quase todo o país, a Funabem é substituída pela Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (FCBIA), e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (1990) substitui o Código de Menores. O Estatuto se organiza na concepção de “*sujeito de direitos*”, baseada na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.
- 1991/1995: Se dá a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), órgão colegiado, com representações governamentais e da sociedade civil, vinculado ao Ministério da Justiça. A FCBIA é extinta (1995), e se dá início às medidas relativas à implementação do ECA, tais como: os Conselhos Estaduais e Municipais da Criança e do Adolescente, com participação da população na formulação e no controle das políticas de atendimento; os Conselhos Tutelares, aos quais são reportados os casos que envolvem violação dos direitos das crianças e dos adolescentes; e os Fundos da Criança (formados por recursos governamentais e internacionais, doações, etc.), vinculados a cada Conselho de Direitos, para a sua efetivação e funcionamento.

- 1995/1998: Os dois mandatos (8 anos) do ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso marcaram a continuidade do processo democrático do país. Tal período foi caracterizado por uma expansão rápida e muito abrangente de programas destinados aos jovens, tendo sido implementados 18 programas de ação distribuídos por oito Ministérios e a Presidência da República. Entretanto, esses programas não foram o resultado de composições ou ajustes. Na verdade, eles se caracterizaram por uma fragmentação setorial (ações de assistência social e inclusão social de caráter profilático), além de uma falta de conceitos e conteúdos programáticos. O objetivo e a preocupação principal estavam relacionados à segurança pública. A título de exemplo, o Programa do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República objetivava “*salvar a juventude do crime, do narcotráfico e da violência*” (SPOSITO; CARRANO, 2003, p. 16). As políticas visavam às conseqüências da pobreza, mesmo que a relação entre juventude e cidadania comesse, aí, a ser desenhada. Uma juventude protagonista, sendo os jovens em situação de risco socioeconômico as prioridades maiores.

O governo eleito em dezembro de 2002 não encontra um terreno árido; ao contrário, há um “contexto social e político” propício à criação de programas e políticas em relação aos jovens. O ano de 2003 e o 1º semestre de 2004 foram marcados por momentos importantes, talvez motivados pelos “ares” de otimismo que predominavam no início do governo. O debate sobre as políticas públicas para a juventude obteve alcance nacional, com a realização da Semana Nacional da Juventude pela Câmara dos Deputados, a elaboração de relatório preliminar da Comissão Especial de Políticas Públicas para Juventude (Cejuvent), destinada a acompanhar e a estudar propostas para o segmento, bem como a criação de um grupo interministerial encarregado das políticas para a juventude, coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República.

Nos primeiros meses de 2003, a Cejuvent é instituída por ato da Câmara dos Deputados. Comissão multipartidária criada para acompanhar e estudar proposições de políticas públicas para a juventude, a Cejuvent reportou-se à frente parlamentar em defesa da juventude. Entre “viagens internacionais de estudo”, a Semana Nacional da Juventude (de 23 a 26 de setembro de 2003) e a Conferência Nacional da Juventude (de 16 a 18 de junho de 2004), que contou com a presença de aproximadamente 2 mil jovens entre 15 e 29 anos, de diferentes estados do país, a Cejuvent concluiu uma etapa dos trabalhos, com o objetivo de “*ouvir e debater, com parlamentares, especialistas e representantes do governo, assuntos como: meio*

ambiente, geração de emprego e renda, educação e encaminhamento de propostas (...)” para o Plano Nacional da Juventude (BRASIL, 2004a, p. 22).

Por fim, o Projeto de Lei nº 4.530/2004 dá vida ao Plano Nacional da Juventude, tendo sido encaminhado para a aprovação na Câmara dos Deputados. Em 2 de junho de 2005, a Câmara dos Deputados constitui comissão especial destinada a proferir parecer sobre o projeto de lei, que “*aprova o Plano Nacional de Juventude e dá outras providências*”. Uma vez aprovado, o plano determina que estados e municípios elaborem planos específicos, com vigência de 10 anos.

Os objetivos do Plano Nacional da Juventude são:

- incorporar integralmente os jovens ao desenvolvimento do País, por intermédio da Política Nacional da Juventude, voltada aos aspectos humanos, sociais, culturais, educacionais, econômicos, desportivos, religiosos e familiares;
- tornar as políticas públicas de juventude responsabilidades dos estados e não do governo, efetivando-as em todos os níveis institucionais: federal, estadual e municipal;
- articular os diversos atores da sociedade (governo, organizações não-governamentais, organizações de jovens e legisladores) para construir políticas públicas integrais de juventude;
- construir espaços de diálogo e convivência plural, tolerantes e equitativos, entre as diferentes representações juvenis;
- criar políticas universalistas que tratem do jovem como pessoa e membro da coletividade, com todas as singularidades que se entrelaçam;
- prover os meios para que as proposições de políticas públicas levem em consideração as legislações dirigidas à juventude;
- garantir os direitos da juventude, considerando aspectos como gênero, raça e etnia nas mais diversas áreas: educação, ciência e tecnologia, cultura, desporto, lazer, participação política, trabalho e renda, saúde, meio ambiente, terra, agricultura familiar, entre outras, levando-se em conta a transversalidade dessas políticas de maneira articulada;
- apontar diretrizes e medidas para que o jovem possa ser o ator principal em todas as etapas de elaboração das ações setoriais e interseoriais.

Ainda em 2004, por iniciativa da Secretaria-Geral da Presidência da República, ou seja, do Poder Executivo, um grupo interministerial, composto por representantes de 19 ministérios, secretarias e órgãos técnicos especializados, foi formalizado e teve como atribuições elaborar um “diagnóstico” sobre a juventude brasileira e mapear as ações governamentais. A proposta de implantação de uma política nacional “inovadora” para a juventude aparece ao fim dos trabalhos. Ela revia a necessidade de integração das ações e relacionava nove eixos transversais para orientar a Política Nacional da Juventude, a saber: (1) ampliar o acesso e a permanência dos jovens na escola de qualidade; (2) combater o analfabetismo entre os jovens; (3) prepará-los para o mundo do trabalho; (4) gerar trabalho e renda; (5) promover a vida saudável; (6) ampliar o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e às tecnologias da informação; (7) promover os direitos humanos e de discriminação positiva; (8) estimular a cidadania e a participação social; (9) melhorar a qualidade de vida dos jovens do meio rural e das comunidades tradicionais.

O grupo interministerial previa também medidas como: (1) o lançamento do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (Pró-Jovem), com a oferta de formação profissional, auxílio de US\$ 50,00/mês a 200 mil desempregados entre 18 e 24 anos; (2) a constituição da Secretaria Nacional da Juventude, para: (a) formular, supervisionar, coordenar, integrar e articular políticas públicas para a juventude; (b) articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para a juventude; e (3) a implantação do Conselho Nacional de Juventude, órgão consultivo da Secretaria-Geral da Presidência da República, composto de representantes do poder público e da sociedade civil. Suas finalidades seriam: (a) assessorar a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) na formulação de diretrizes da ação governamental; (b) promover estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil; (c) assegurar que a Política Nacional da Juventude seja conduzida com o reconhecimento dos direitos e das capacidades dos jovens e a ampliação da participação cidadã (BRASIL, 2004b).

Em 1º de fevereiro de 2005, por meio de medida provisória, o presidente da República instituiu a Política Nacional da Juventude. No mesmo ato, cria o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), a SNJ, ligada à Secretaria-Geral da Presidência, “*para articular as 143 ações de governo dispersas em 19 ministérios*”, e o Pró-Jovem. A política é aprovada pelo Congresso Nacional e efetivada em lei.

Análise atual das políticas

Em linhas gerais, podemos afirmar que os programas sociais relativos à juventude constituem uma lista heterogênea de ações. Nesse sentido, a fim de realizar nosso estudo, nós optamos por considerar as políticas que se encontram no Plano Plurianual (PPA) 2003–2007 do governo federal (de maio a agosto de 2003). Nós consideramos no PPA somente os programas que foram pensados para a juventude ou que, numa certa medida, a levam em conta. É importante registrar que no Plano Plurianual não há muitas informações sobre os programas em si e, para um melhor entendimento, é necessário analisá-los de forma integrada com as políticas de cada ministério, uma tarefa que extrapola o objetivo de nosso trabalho. Devemos sublinhar ainda que foi difícil encontrar nos documentos ministeriais elementos consubstanciais. Contudo, apesar dos obstáculos, nós acreditamos que seria possível uma reflexão sobre as proposições governamentais para a juventude. Ainda na tentativa de reunir um maior número de informações sobre essas políticas públicas, que se encontram dispersas, acrescentamos ao já proposto no PPA 2003 outros programas que constam de documentos de governo (de fevereiro de 2005). No PPA e nos programas que foram por nós acrescentados (relacionados a seguir), as propostas de ação para a juventude estão distribuídas em 15 instâncias governamentais, sendo que 51 programas estão majoritariamente concentrados em dois ministérios, o Ministério da Educação e o Ministério da Justiça.

Na maior parte dos programas por nós identificados e organizados a seguir, a perspectiva do *pagamento da dívida social* aparece de forma mais cara na medida em que a *promoção e a reconquista da cidadania* são os eixos principais das ações empreendidas. De uma maneira geral, nós podemos salientar que a pobreza e o pobre retornam ao cenário político-social com força, como depositários da dívida estrutural da sociedade brasileira: eles estão submetidos a uma desigualdade social endêmica e devem ser indenizados. Nesse contexto, a juventude excluída, não cidadã, sem direitos, é o segmento social a ser atingido e faz parte da “cruzada” governamental para a eliminação de situações econômicas, sociais e culturais que a leva a ser subcategorizada.

O reconhecimento do aprofundamento das desigualdades sociais e a necessidade de reparação, seja ela econômica, seja social e cultural, são traduzidos em termos de equidade, definida como um princípio que rege as funções de distribuição compensatórias na tentativa de ultrapassar as desigualdades sociais, consideradas historicamente injustas e evitáveis (TELES, 2006, p. 216).

Assim, tendo como eixo transversal o conceito de cidadania, nós organizamos os programas encontrados em cinco grupos temáticos e em seus respectivos eixos, a saber:

Grupo Temático: promoção e proteção dos direitos.	Eixo: tratamento igual para necessidades iguais.
<ol style="list-style-type: none"> 1. Ministério da Cultura: Programa de Cultura, Identidade e Cidadania. 2. Ministério da Educação: Programa de Educação para a Diversidade e a Cidadania. 3. Presidência da República: Programa de Promoção da Igualdade Racial. 4. Ministério da Justiça: Programa de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; Programa de Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas. 5. Ministério de Ciência e Tecnologia: Programa de Difusão e Popularização da Ciência. 6. Ministério da Saúde: Programa de Vigilância, Promoção e Ação contra o HIV/Aids. 	
Grupo Temático: direito econômicos e sociais.	Eixo: igualdade ontológica; igualdade de oportunidade (mérito pessoal); igualdade de condições (desigualdades natas); igualdade de resultados (para compensar as diferenças de talentos e habilidades).
<ol style="list-style-type: none"> 1. Ministério do Esporte: Programa Esporte e Lazer na Cidade; Bolsa Atleta, Programa Descoberta do Talento Esportivo; Brasil no Esporte de Alto Rendimento. 2. Ministério da Saúde: Política Nacional de Atenção Integrada à Saúde de Adolescentes e Jovens. 3. Ministério da Cultura: Pontos de Cultura. 4. Ministério da Educação: Programa Escola Básica Ideal; Escola Moderna; Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies). 5. Ministério do Planejamento: Programa de Inclusão Digital. 	

Grupo Temático: direitos da pessoa.	Eixo: realização dos direitos fundamentais dos indivíduos, ligando-os à responsabilidade individual ou social de resultados.
<ol style="list-style-type: none"> 1. Secretaria Especial dos Direitos Humanos: atendimento socioeducativo do adolescente em conflito com a lei; combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes; promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente; proteção da adoção e combate ao seqüestro internacional. 2. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: combate à violência contra as mulheres. 3. Ministério da Saúde: programas de ação em atenção à saúde de populações estratégicas e em situações especiais de agravos; atenção à saúde da população em situação de violência. 4. Ministério da Justiça: defesa dos direitos difusos; direitos humanos, direitos de todos; Programa Nacional de Redução da Demanda e da Oferta de Drogas. 	
Grupo Temático: qualificação e renda.	Eixo: a desigualdade de capacidades é o princípio primordial para a obtenção da equidade, interpretada como igualdade de oportunidades.
<ol style="list-style-type: none"> 1. Ministério da Defesa: Programa Soldado Cidadão; ensino profissional (Marinha, Aeronáutica e Exército). 2. Ministério do Trabalho: desenvolvimento centrado na criação de empregos, de trabalho e de renda; Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE); Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, Plano Nacional de Qualificação Sócio-Profissional (PNQ). 3. Ministério do Desenvolvimento Agrário: Programa Nossa Primeira Terra; Programa Nacional de Consolidação da Agricultura Familiar. 4. Ministério da Assistência Social: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. 	

<p>5. Ministério de Ciência e Tecnologia: Programa Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Pesquisa; Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico.</p> <p>6. Ministério da Cultura: Programa Fábrica das Artes; Programa Livro Aberto.</p> <p>7. Ministério da Integração Nacional: Programa Nacional de Criação de Renda.</p> <p>8. Ministério da Educação: Programa Brasil Alfabetizado; Programa Brasil Escolarizado; Prouni; Educação de Jovens e Adultos; Democratização do Acesso à Educação Profissional, Tecnológica e Universitária; Universidade do Século XXI.</p>

Grupo Temático: proteção social.	Eixo: intervenção do Estado com vistas a assegurar um <i>minimum</i> social a partir da distribuição de bens primários.
<p>1. Ministério da Assistência Social: Programa de Proteção Social da Infância, do Adolescente e da Juventude.</p> <p>2. Ministério da Saúde: Programa Alimentação Saudável.</p> <p>3. Ministério da Defesa: Projeto Rondon.</p>	

À luz das leituras efetuadas sobre os objetivos dos programas governamentais, podemos afirmar que há uma efetiva preocupação federal quanto ao jovem destituído na medida em que os objetivos estão em consonância com a tentativa de superação das desigualdades sociais historicamente construídas. Nesse sentido, encontramos a ênfase sobre dois eixos, a qualificação/renda e os direitos fundamentais, apoiados sobre o eixo da promoção e da proteção dos direitos. A perspectiva de proteção social não é para ser negligenciada; entretanto, ela ocupa o lugar proposto em seu eixo, que é de assegurar um *minimum* social a partir de bens primários. O Ministério da Educação e o Ministério da Justiça enfatizam os programas de obtenção de equidade, enquanto igualdade de oportunidade e de ações de realização dos direitos fundamentais.

Pode-se então inferir que a preocupação federal se dirige aos jovens desprovidos econômica e socialmente. Evidentemente que, nesse contexto, os demais jovens acabam por ser beneficiados por leis e algumas políticas/programas. Entretanto, o esforço governamental tem um viés de classe social associado a uma política de discriminação positiva, ou seja,

a ação do governo coloca à parte aqueles que, no tempo e no espaço, tiveram mais facilmente acesso aos direitos fundamentais.

A perspectiva de classe social está subjacente às ações governamentais, com discursos dirigidos, de uma maneira geral, aos pobres. Apesar dessa generalização, é possível perceber a construção de uma divisão interna, correspondente a uma espécie de hierarquização de diferenciação de necessidades sociais e econômicas, ilustradas pelo conjunto de proposições. Essa “escala” poderia ser assim representada: os jovens habitantes de favelas onde o tráfico de drogas é ostensivamente presente e que seriam os mais expostos aos riscos da criminalidade; os jovens dos bairros populares e dos subúrbios nos quais os serviços de todos os níveis de responsabilidade de governo estão ausentes ou têm uma estrutura frágil; e os jovens oriundos da classe média empobrecida. Nesse universo, os sujeitos são sem dúvida os jovens expostos aos riscos da criminalidade urbana, ou seja, a escolha da atenção recai sobre os jovens urbanos pobres, habitantes das favelas.

É importante registrar que a tendência para a criação de políticas públicas dirigidas aos mais pobres sempre esteve presente no cenário brasileiro. Apesar dessa constância, podemos destacar algumas características desse período, que são: a ênfase na *reconquista da cidadania*; a inclusão de questões sociais e econômicas anteriormente negligenciadas; a presença de políticas de discriminação positiva; o apelo à participação ativa da sociedade civil, dos movimentos sociais, de representantes de grupos e de classes; a multiplicação de conselhos consultivos/coordenadores de políticas e de ações; a implementação de políticas de base reivindicatória; e o número significativo de ações.

Um outro aspecto importante a sublinhar é a superposição de proposições/programas. Por vezes, os programas se assemelham tanto que é fácil confundir-se sobre o ministério responsável. Políticas e planos nacionais são criados paralelamente, justificados pela “*particularidade de necessidades para essa faixa etária*”, como se cada um pudesse responder sozinho às demandas dos jovens.

Apesar de o governo ter tentado mostrar uma compreensão diversa daquela tida pelo governo precedente sobre a realidade e as necessidades da população, traduzida pelas propostas contidas na plataforma eleitoral e apresentada mediante políticas públicas mais voltadas para uma ação federal para os pobres, tal compreensão não impediu que as proposições guardassem algumas características comuns às ações dos governos ante-

riores, ou seja, elas são autônomas, setoriais, não complementares, não articuladas e, por vezes, pontuais e focalizadas.

Nesse contexto de desarticulação de políticas ministeriais, deve-se sublinhar igualmente a atomização e o paralelismo dos processos de elaboração de medidas e de programas oriundos do Executivo e do Legislativo. Nós não conseguimos identificar indícios ou referências recíprocas que deixassem transparecer um diálogo entre o Grupo Interministerial (Poder Executivo) e a Cejuvent (Poder Legislativo). A partir de nossas leituras, as respectivas atividades se desenvolveram sem a cooperação necessária quando da elaboração de proposições em direção a um mesmo segmento social. Essa foi a constatação, embora tenha havido em fevereiro de 2006 uma aproximação entre o Conjuve e a Cejuvent, quando a primeira solicitou que a segunda participasse da elaboração e da tramitação administrativa do projeto do plano nacional (previsto para ser apreciado em março de 2006). A ausência de articulação entre a política e o plano nacional é um dos indícios de atomização dos processos. Felizmente, a dissonância, o *gap* entre a promulgação da política e a discussão do plano não criou contradições entre esses dois documentos.

Nesse contexto, ainda, é importante salientar que, no tocante à orientação e à implementação, a Política Nacional da Juventude nos pareceu ser mais operacional que o próprio Plano de Ação. De fato, a Política Nacional da Juventude é constituída de um programa (ProJovem), com medidas concretas para a melhoria da qualidade de vida dos jovens destituídos economicamente, uma estrutura e uma organização funcional (o Conjuve e a SNJ), sem, entretanto, constarem os princípios fundamentais que a informa. Por outro lado, o Plano Nacional de Ação foi expresso em termos de princípios filosóficos, uma concepção política que orienta a ação junto à juventude. Para o plano são previstas avaliações quadri-annuais, que devem ser realizadas durante as conferências nacionais. De igual forma, novas diretrizes e novos objetivos então aprovados para o plano, incluídos no PPA. O Plano Nacional de Ação determina que os estados e os municípios elaborem planos específicos, com uma duração de dez anos, sinalizando para a necessidade de uma estrutura de gestão e a eleição do Conselho Consultivo, para a implementação e o acompanhamento dos respectivos planos.

Em termos de funcionamento, nota-se uma ausência de coordenação entre os diferentes programas para a juventude, que favorece a não-articulação entre as diversas proposições dispersas nas instâncias governamentais. Mesmo que ao Conselho Nacional da Juventude e à Secretaria Nacional de Juventude sejam oferecidas condições de fato para que exer-

çam suas funções, fica difícil pensar o planejamento, a coordenação e a efetivação das ações em coerência com a Política Nacional, tendo em vista o número de programas e a dispersão das proposições pelos ministérios e pelas secretarias de estado. Enfim, o que torna ainda a situação mais delicada em termos de operacionalização de algumas ações é a existência de algumas práticas constatadas durante nossa análise. Essas práticas estão carregadas de populismo, nepotismo, de estratégias “fisiológicas” e de assistência imediata, bem como de medidas ainda tímidas para enfrentar problemas já há algum tempo conhecidos, como o turismo sexual, a pornografia e a prostituição infantil de adolescentes e de jovens.

Apesar de reconhecermos o mérito do atual governo de organizar o campo das políticas sociais para a juventude relegadas a segundo plano pelos governos precedentes, pudemos constatar que as políticas adotadas procuram, sobretudo, prevenir ou reprimir as ações dos jovens que não se quer ter ou ver. A relação entre o tráfico de drogas, a criminalidade urbana, a violência e o jovem desfavorecido reforça o estigma estabelecido na relação entre pobreza e crime, apresentando um falso problema. E ainda deixa de lado uma grande parte da juventude brasileira que não é urbana, que mora nas favelas, mas que consegue dar um destino positivo às suas vidas e aos jovens de outras camadas sociais que, por conseqüência, têm outras necessidades e demandas que não chegam a ser atendidas ou até percebidas.

As políticas para a juventude encontram-se dispersas entre os ministérios, as secretarias federais, os governos estaduais e municipais, e tampouco são o que se poderia chamar de políticas de discriminação positiva. De fato, elas excluem, estigmatizam e aumentam o fosso social. O governo brasileiro peca pela ausência de uma política que privilegie a complementaridade das ações, ao focar, quase que exclusivamente, aqueles que foram e estão excluídos socialmente.

No nosso esforço de reflexão e na tentativa de encontrar um maior número de políticas dirigidas aos jovens, nos foi possível constatar que a abordagem governamental estruturada sobre o pagamento da dívida social está mais no campo do discurso e apoiada por programas pontuais e dispersos. Há, na realidade, um conglomerado de ações que acaba por tornar difícil precisar o número de propostas governamentais e, conseqüentemente, permite que o trabalho de análise se transforme numa tarefa bem difícil.

A partir daquilo que pudemos analisar, as proposições foram construídas com o objetivo de mostrar à sociedade que algo é feito. O perigo de

“perder” jovens oriundos de meios desfavorecidos para as drogas, a criminalidade e a violência possibilita que alguns programas propostos tenham como finalidade uma resposta às pressões sociais. Como consequência, nós nos encontramos num *calidoscópico* de ações que, por vezes, se superpõem e que mostram, de um lado, uma vontade de mudar a realidade adversa e, de outro, ilustram as dissonâncias provocadas pela falta de avaliação, de análise e de objetividade. Além do que, a perspectiva do *pagamento da dívida social* nos dá a ilusão de que os outros jovens vão muito bem, obrigada, ou que, numa certa medida, os mecanismos de integração social funcionam.

Enfim, a ação governamental deixa transparecer a falta de coordenação e planejamento, *vis-à-vis* à capacidade do Estado de gerir as políticas públicas, e reforça uma visão mitigada, que pode levar à discriminação dos pobres, ou melhor, à criminalização da pobreza. Assim, a ação governamental torna difícil para os jovens pobres o sentimento de pertencimento a um país, a uma sociedade. Ao dar destaque às políticas pontuais e compensatórias, fortalece-se a dependência ao Estado, pai dos pobres.

Considerações finais

Na gestão de Fernando Henrique Cardoso, constatam-se duas características básicas: a primeira, no que tange à formulação de políticas no nível teórico, aquilo que se entendia por ser jovem era fluido e ambíguo. Em seguida, no nível de implementação, as ações eram ainda mais dispersas e pulverizadas, embora tenha havido uma tentativa de coordenação com os programas *Brasil em Ação*, constituído no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (2000), e o denominado *Grupo Juventude*. Eles foram programas-piloto de coordenação de grupo de programas de atendimento à juventude (de jovens entre 15 e 29 anos) e abrangiam seis ministérios. No total, eram 11 programas que necessitavam da participação dos governos estaduais.

No governo que se inicia em 2002, a questão que se coloca em termos de políticas públicas para a juventude está mais no âmbito da execução e da coordenação de propostas de ação. Em termos de definição sobre “o que é jovem,” houve uma aproximação com diferentes grupos produtores de conhecimento acerca desse segmento social (por exemplo: o Instituto Cidadania, que originou o Projeto Juventude, tinha vínculos de proximidade com o presidente da República, mesmo antes que este chegasse ao poder). Dessa forma, nós podemos afirmar que houve uma certa “coerência” na construção do que se entendia por “jovem”.

As proposições de políticas públicas e de programas de ação em direção aos jovens aqui apresentados foram o resultado de representações organizadas, acompanhadas de objetivações atribuídas aos jovens, dotando-as de significação. Entretanto, é a partir de 2002 que nós podemos observar mais claramente qual juventude é objeto de ação e de interpretação intelectual e de ativistas, que viram a oportunidade de concretizar políticas e programas destinados aos jovens, na medida em que o poder estava sendo exercido por um grupo político que rompeu com a seqüência dos governos liberais e de “direita”. O momento histórico correspondia a uma juventude desfavorecida, um personagem-tipo atrelado a políticas econômicas e sociais discriminatórias e desiguais, que produziram e/ou reforçaram um segmento social excluído dos benefícios sociais.

Ora, a política exprime a diversidade de perspectivas: ela pode estar associada a um campo ou a uma atividade, a uma proposição geral, a um segmento social e econômico, a uma tomada de decisão governamental, a diretivas e a programas. Em linhas gerais, pode-se dizer que as políticas públicas para a juventude são oriundas dessa diversidade de perspectivas, que traduz a visão que um governo tem sobre os jovens e a partir da qual ele pretende intervir. É um processo complexo e dinâmico, que exige “auscultações” junto a representantes de diversos grupos de interesse. Mesmo que hoje se procure dar uma organização à política para a juventude, encontramos diversas políticas setoriais desconectadas e de execução demagógica e compensatória.

A sociedade brasileira está preocupada com as crianças e com os jovens pobres, pois supõe-se que a delinqüência lhes é mais próxima. Assim, o governo propõe políticas, ações e programas, objetivando, de preferência, esse grupo de jovens mediante o discurso da dívida social. Ora, a juventude brasileira é formada por jovens de origens sociais diversas: desde aqueles que não vêem atendidas as condições mínimas para sua sobrevivência até alguns de origem modesta, que com esforço próprio e de suas famílias conseguem entrar para universidades de qualidade. Sem deixar de mencionar outros que partem para o estrangeiro para aperfeiçoar suas já afortunadas formações. Num país de aproximadamente 50 milhões de jovens, foram necessários dez anos para se criar uma Secretaria e um Conselho Nacional da Juventude. País onde são negligenciados programas que foram criados por outro partido político ou durante um período político obscuro, não por suas qualidades programáticas, mas unicamente porque eles foram criados anteriormente e por outros. No eterno “país do futuro”, trata-se o futuro com displicência e demagogia; fala-se demais e se articula indefinidamente, vemos desfiar um número significa-

tivo de projetos, programas, atividades, ações pontuais de efeito mais mediático do que programático.

Entretanto, não é possível dizer que não há idéias; que não existe uma certa proatividade da parte do governo, nem tampouco da sociedade civil, em termos de políticas para a juventude; nem que há deficiência de leis, de estruturas, de planos de ação e de políticas. Talvez, neste “saco de gatos”, os gatos se reconheçam, e algo de efetivo venha a ocorrer, já que o Brasil é o eterno “país do futuro” e que 2007 foi escolhido como o ano da juventude brasileira!

Referências

AIRÈS, Phillipe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981. 279 p.

BERGER, Peter; LUCKMAN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1973. 286 p.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Relatório preliminar da Comissão Especial para a Juventude*: Cejuvent. Brasília, 2004a. 142 p.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. *Plano Plurianual 2004-2007*. Brasília, 2003. 346 p. Disponível em: <www.planobrasil.gov.br>.

_____. Secretaria Geral da Presidência da República. *Textos diversos sob o tema juventude*. 2004b. Disponível em: <https://www.presidencia.gov.br/secgeral/frame_juventude.htm>.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Por um novo paradigma do fazer políticas: políticas de/para/com juventudes. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 19-46, jul./dez. 2002.

CENTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE A INFÂNCIA (CIESPI). *Site do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância*. 2005. Disponível em: <www.ciespi.org.br>.

GALAND, Olivier. *Sociologie de la jeunesse: l'entrée dans la vie*. Paris: Armand Colin, 1991. 231 p.

GAUTHIER, Madeleine (Org.). *Définir la Jeunesse? D'un bout à l'autre du monde*. Québec: Editions de l'IQRC, 1999. 270 p.

- HEEREN, John. Alfred Schultz and the Sociology of Common-Sense Knowledge. In: DOUGLAS, Jack (Org.). *Understanding Everyday Life*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1970. 358 p.
- INSTITUTO AYRTON SENNA. *Por uma política de juventude para o Brasil*. São Paulo: GIFE, 2002. Disponível em: <www.superacaojovem.org.br/biblioteca/arqs/>.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Síntese de indicadores sociais 2004*. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. 317 p.
- NAÇÕES UNIDAS. Escritório contra Drogas e Crime (UNODC). *Relatório UNODC: perfil de país: Brasil/2003*. Brasília, 2003. 61 p.
- ODLOAK, Eduardo. Precisamos da juventude: uma política específica para a juventude. *Revista OBJ*, Porto Alegre, 7 mar. 2005. Disponível em: <www.obj.org.br/site/revista/artigos.asp?id=10>.
- RADIOBRÁS. Agência Brasil. *Discurso presidencial na cerimônia de lançamento do Programa Primeiro Emprego*. 2003. Disponível em: <www.radiobras.gov.br/integras/03/integra_300603_02.htm>.
- SILVA, Luís Inácio Lula da. *Propostas para juventude – 2002*. Porto Alegre: Observatório Brasileiro de Juventude, [2005]. Disponível em: <www.obj.org.br/eleicoes/lula/lula.htm>.
- SPOSITO, Marília P. *Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas*. São Paulo: Ação Educativa, 2003. 38 p.
- SPOSITO, Marília P.; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventud y Políticas Publicas en Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 16-39, set./dez. 2003.
- TELES, Nair. A construção social da pobreza pela saúde pública. In: BALSÁ, Casimiro; BONETI, Lindomar; SOULET, Marc-Henry (Org.). *Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social*. Ijuí, RS: Unijuí, 2006.
- _____. *A construção social do comportamento delinqüente de jovens*. 1993. 190 f. Dissertação (Mestrado)–Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.
- _____. Une réflexion sur os théories de a jeunesse. In: DEFINIR la Jeunesse? D'un bout à l'autre du monde. Québec: Editions de l'IQRC, 1999.

VENTURINI, Gustavo; ABRAMO, Helena. Juventude, política e cultura. *Revista Teoria e Debate*, São Paulo, n. 45, p. 28-33, jul./set. 2000.

WAISELFISZ, Julio J. *Mapa da violência III: os jovens do Brasil*. Brasília: UNESCO, 2002. 142 p.

Posfácio

Olhar... a distância!

Madeleine Gauthier¹

Olhar sobre o jovem no Brasil é entrar em um mundo de contrastes à semelhança da natureza generosa e fonte de inspiração, com um grande desenvolvimento urbano e de grandes extensões de terra não cultiváveis... Contraste entre as cidades superpovoadas e o meio rural pouco habitado... Contraste na composição social e étnica da população. Contraste entre os efeitos da modernidade e das práticas tradicionais... Este é o desafio: de revelar esses contrastes sem trair a diversidade da sua população jovem.

Seria talvez necessário uma *multitude* de volumes a fim de que se pudesse dar conta da maneira de ser jovem neste país de contrastes, começando até mesmo pela definição do que é juventude. Um certo número de textos, que compõem este *Regard sur la jeunesse du monde* (Olhar sobre a juventude do mundo), nos dá a impressão de que a juventude é um nome, parafraseando Bourdieu (1980), na medida em que aquilo que se encontra em outros países pouco há de ressonância no Brasil. Aí se passa tão rapidamente da adolescência à idade adulta. Para a maioria ou para vários jovens, a entrada no mercado de trabalho e o papel de provedor começam bem cedo, como atesta a gravidez na adolescência.² O tempo de estudo, determinante naquilo que se convencionou chamar de “prolongamento da juventude” nas sociedades ocidentais (GALLAND, 1993; GAUTHIER; GUILLAUME, 1999; BIDART, 2006), é ainda bem breve para a maioria dos jovens brasileiros.

Como explicar o número ainda pequeno daqueles que chegam à universidade e que têm um certo poder aquisitivo, apesar de existir uma vontade política nesse sentido?³ “A cultura da diferenciação é visível em todos os lados do sistema público escolar”, como atestam alguns autores deste

¹ Gauthier, Madeleine. Doutora em Sociologia. Professora e pesquisadora do Instituto Nacional de Pesquisa Científica-INRS-Quebec/Canadá; Responsável do Observatório Juventude e Sociedade e do Grupo de Pesquisa sobre Migração de Jovens.

² Conforme Heilborn, Bozon, Aquino, Knauth, Rohden e Cabral, no artigo *Trajetórias sexuais de jovens brasileiros: da iniciação a uma possível gravidez*, e Silva, no artigo *Jovens migrantes do sertão do estado de Minas Gerais: modos de vida e experiências com a sexualidade*.

³ Conforme Teles e Freitas, no artigo *Políticas públicas e juventude no Brasil*.

trabalho coletivo.⁴ E isso se traduz em todos os níveis. Boneti⁵ acrescenta: "(...) o jovem brasileiro está confrontado a uma gama de fatores negativos, como a distância entre, de um lado, a premissa da excelência e o sentimento de competitividade alimentada pelo capitalismo e, de outro, as condições sociais e de acesso à formação profissional necessária". Um efeito do sistema no qual o acesso de jovens à universidade se faz dentro da presunção da igualdade entre as pessoas (negação da diferença), que contribui para fazer as desigualdades crescerem, considerando a pobreza como um estado permanente (verbo *ser* em português) e não como um estado passageiro (verbo *estar*, também em português), de onde se pode sair.⁶

Não de deve espantar, nesse contexto, que nem os estudos nem o trabalho conferem identidade ao adolescente que cresce. A sexualidade tem um forte papel na codificação das relações entre garotos e garotas, codificação que mantém a assimetria dentro da "afirmação" dos garotos e da "reserva" das garotas, mediante um jogo de sedução que termina geralmente pela formação de uma família.⁷ E isso é ainda mais verdade no meio rural do que no meio urbano, onde as mudanças são mais perceptíveis.⁸ O pouco acesso das meninas ao ensino superior não conseguiu nivelar a relação que pode parecer desigual para aquele que olha de fora. Uma das hipóteses desenvolvidas em um dos textos⁹ é a de que a família continua a ocupar um lugar preponderante, tendo em vista a ausência de um Estado-providência, que favorece a autonomia dos indivíduos (ou a individualização) nos países ocidentais (SINGLY, 2003). A família está presente principalmente no que diz respeito ao apoio financeiro ao jovem,¹⁰ ao mesmo tempo em que ela o mantém até que ele possa por ele mesmo ter seu núcleo familiar. O que explicaria que a socialização primária ainda balize o futuro dos jovens, na perspectiva de certas tradições e não dentro da escolha do indivíduo. As dificuldades de inserção profissional, na ausência

⁴ Conforme Moreira, Sucena e Fernandes, no artigo *Juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro*.

⁵ Autor do artigo *Jovem pobre, pobre jovem: a condição de acesso ao ensino superior no Brasil*.

⁶ Conforme Boneti, no artigo *Jovem pobre, pobre jovem: a condição de acesso ao ensino superior no Brasil*.

⁷ Conforme Heilborn, Bozon, Aquino, Knauth, Rohden e Cabral, no artigo *Trajetórias sexuais de jovens brasileiros: da iniciação a uma possível gravidez*.

⁸ Conforme Silva, no artigo *Jovens migrantes do sertão do estado de Minas Gerais: modos de vida e experiências com a sexualidade*.

⁹ Conforme Correa, no artigo *Brasil: uma sociedade de jovens?*

¹⁰ Conforme Castro, no artigo *Jovens pobres no Rio de Janeiro: dificuldades e recursos frente às adversidades*.

do Estado, favorece a não-reordenação de uma mobilidade ascendente.¹¹ O trabalho doméstico como meio de sobrevivência ou de saída por parte da jovem mulher ilustra bem como se mantêm as formas tradicionais de acesso ao emprego neste caso específico das jovens mulheres, mesmo que essas formas possam ter se alterado e que esse trabalho esteja hoje mais protegido por uma legislação.¹²

E como esses jovens sonham! Corrêa mostra bem a distância entre as aspirações dos jovens e as dificuldades estruturais. A introdução de uma cultura de massas tem um papel no desenvolvimento das aspirações, provocando no jovem um forte desejo de consumo.¹³ Sem que aí haja uma relação de causa e de efeito – pois outros fatores entram nesse processo, tais como: (a) as dificuldades de acesso ao mercado formal de trabalho; (b) a falta de formação e a valorização de uma imagem delinqüente (traficante, proxeneta, etc.); e (c) a posição geográfica do Brasil no comércio internacional de drogas –, a atração da sociedade de consumo tem um papel importante na entrada de certos jovens no circuito da economia ilícita, em especial aqueles originários das favelas. A rapidez do ganho aí obtido para si e para sua família possibilita que sejam aceitos os riscos para a própria vida, a insegurança e a violência que a acompanha, para se poder aceder de uma só vez ao prazer do consumo e ao seus símbolos visuais (modos, roupas, festas, etc.), que representam a afirmação de si.¹⁴

Alguns textos “mostram” o processo pelo qual os jovens entram nas atividades ilícitas, que não estão necessariamente ligadas à pobreza, como pretendem alguns prejulgamentos, pois nem todos os jovens pobres entram nesse circuito. Alguns testemunhos são ilustrativos: “*Então, você: ’merda, me ajuda um pouco, só uma entrega!’ Então você vai ajudar e pronto: você entra na engrenagem (...)*”¹⁵ Silva Filho¹⁶ tanto quanto Moreira,

¹¹ Conforme Heilborn, Bozon, Aquino, Knauth, Rohden e Cabral, no artigo *Trajetórias sexuais de jovens brasileiros: da iniciação a uma possível gravidez*.

¹² Conforme Rizzini e Fonseca, no artigo *As meninas e o universo do trabalho doméstico no Brasil*.

¹³ Conforme Moreira, Sucena e Fernandes, no artigo *Juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro*.

¹⁴ Conforme Silva Filho, no artigo *Tráfico de drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro: diferenciação de status e fatores intervenientes: o caso da favela de Acari*.

¹⁵ Conforme Moreira, Sucena e Fernandes, no artigo *Juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro*.

¹⁶ Autor do artigo *Tráfico de drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro: diferenciação de status e fatores intervenientes: o caso da favela de Acari*.

Sucena e Fernandes¹⁷ apresentam algumas hipóteses que dizem respeito à relação entre pobreza e criminalidade, que leva em conta uma multiplicidade de fatores, entre eles a ligação entre a economia informal e a economia formal, que aproveita, usufrui dos frutos da primeira, entre outros, o produto do consumo.

O acesso ao consumo de massa, como integrante da sociedade globalizada e, ao mesmo tempo, com penúria de bens culturais, em particular no meio rural, permite uma outra forma de ocupação do tempo livre.¹⁸ A atração da cidade, desse ponto de vista, é forte. Ela tem seu mote de satisfação, que aparece expresso no texto sobre a permanência em uma cidade de médio porte,¹⁹ mas também de estigmatização, dentro de um novo meio quando é grande a distância com o meio de origem.²⁰

Vários textos dão conta dos efeitos inesperados de políticas e de medidas de inclusão dirigidas aos jovens e que são aqui minuciosamente descritas e historicamente contextualizadas.²¹ Sem repetir todas as críticas, basta destacarmos algumas que igualmente aparecem em alguns textos: as políticas que se dirigem aos jovens pobres e que, de certa forma, contribuem para reforçar o estigma a eles dirigido;²² a igualdade do acesso ao ensino superior, que contribui para aumentar a exclusão e as desigualdades;²³ a procura de incluir a sociedade passa por uma deriva na marginalidade, o que é incompatível com a procura de objetivos a longo termo, tal como os estudos mostram;²⁴ e a obtenção de *status* e de respeito por intermédio do tráfico de drogas e do porte de arma.²⁵

Existe, na verdade, uma classe média no Brasil, tendo em vista o tamanho do fosso entre os mais ricos e os mais pobres? Os textos apresenta-

¹⁷ Autores do artigo *Juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro*.

¹⁸ Conforme Brenner, Dayrell e Carrano, no artigo *Juventude brasileira: cultura do lazer e do tempo livre*.

¹⁹ Conforme Correa, no artigo *Os jovens de uma cidade de médio porte no Brasil*.

²⁰ Conforme Silva Filho, no artigo *Tráfico de drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro: diferenciação de status e fatores intervenientes: o caso da favela de Acari*.

²¹ Conforme Teles e Freitas, no artigo *Políticas públicas e juventude no Brasil*.

²² Conforme Silva Filho, no artigo *Tráfico de drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro: diferenciação de status e fatores intervenientes: o caso da favela de Acari*.

²³ Conforme Boneti, no artigo *Jovem pobre, pobre jovem: a condição de acesso ao ensino superior no Brasil*.

²⁴ Conforme Castro, no artigo *Jovens pobres no Rio de Janeiro: dificuldades e recursos frente às adversidades*.

²⁵ Conforme Moreira, Sucena e Fernandes, no artigo *Juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro*.

dos neste volume deixam apenas subentender tal noção, à exceção daquele que se dirige à cidade de médio porte que se encontra dentro de uma região rica brasileira²⁶ e das breves alusões feitas em outros textos, como os de Silva Filho²⁷ e Moreira et al.²⁸ Os demais textos fazem mais referência às dificuldades de acesso aos estudos, o que reforça o problema da obtenção de bons empregos na economia formal, que pode acelerar a entrada numa mobilidade ascendente. É relevante registrar as críticas às políticas que não conseguem atingir o objetivo de maior igualdade para a população.

Os textos deste trabalho coletivo deixam transparecer o engajamento dos autores em direção ao grupo (jovens) sobre o qual eles estudam. Esse aspecto é perceptível não apenas pela referência a teorias do conflito (de classe ou de gênero), mesmo que elas não sejam explicitadas, mas sobretudo pelas críticas às políticas governamentais que aparecem na maioria dos textos. E, ainda, a preocupação da maioria dos autores de colocar em cena os jovens por eles mesmos, mediante a utilização de métodos qualitativos, permitindo que se entre num universo que não é colorido e no qual se encontra a maioria da população brasileira, que tem dificuldades de usufruir dos privilégios que somente um grupo reduzido acede. Esse é um dos elementos de fundo quanto aos jovens moradores de uma das favelas do Rio de Janeiro, ou seja, segundo as palavras de Castro,²⁹ o fato de se sentir ou de não se sentir como fazendo parte da sociedade. Esse sentimento se constitui em um apelo à ação do governo pelo reconhecimento de um *status* de cidadão e pelos direitos que estão imbuídos nesse reconhecimento.

Revela-se, então, a paixão dos autores pelos seus “objetos” de estudo, mediante a referência constante a trabalhos de pesquisa efetuados no Brasil ou em publicações traduzidas. Aí está uma perspectiva que cultiva, ao mesmo tempo, o espírito crítico e a preocupação de se dar conta de uma realidade bem distinta. Esse comportamento não deve assustar aqueles que acompanharam, já há algum tempo, a criação e o desenvolvimento do Fórum Social Mundial (CATTANI, 2001). A cidade de Porto Alegre se tornou, então, a referência e o símbolo para os jovens do Hemisfério Norte quanto aos efeitos não esperados do aquecimento do planeta, decorrente dos interesses econômicos mundiais e das perturbações climáticas (GAUTHIER; GRAVEL; BROUILLETTE, 2004, p. 159). A paixão se

²⁶ Conforme Correa, no artigo *Os jovens de uma cidade de médio porte no Brasil*.

²⁷ Autor do artigo *Tráfico de drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro: diferenciação de status e fatores intervenientes: o caso da favela de Acari*.

²⁸ Moreira, Sucena e Fernandes, no artigo *Juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro*.

²⁹ Conforme Castro, no artigo *Jovens pobres no Rio de Janeiro: dificuldades e recursos frente às adversidades*.

transformou em movimento social, que contagiou os participantes até o último Fórum Social Mundial, realizado em Montreal (Canadá) no verão de 2007. O sul e o norte deram-se as mãos...

O conjunto deste trabalho coletivo incita que se continue a produzir conhecimento sobre uma das grandes riquezas do Brasil: o número incrível de jovens. Eles são o futuro na construção de uma sociedade que quer ter seu lugar entre as nações inseridas na globalização da economia. Os autores que generosamente aceitaram participar "deste olhar sobre os jovens no Brasil" ajudaram a realizar o sonho de Fernand Dumont, que inspirou o título do primeiro capítulo deste trabalho:

Nós sonhamos com uma ciência do homem que, após ter insistido sobre as estruturas sociais, se compromete de uma vez por todas na via da complementaridade: aquela de um conhecimento do conjunto das sociedades no lugar do drama da existência individual e do conflito de gerações (DUMONT, 1986, p. 26).

Referências

- BIDART, Claire (Org.). *Devenir adulte aujourd'hui: Perspectives internationales*. Paris: Agora Débats/jeunesse et L'Harmattan, 2006 (Collection Débats/jeunesse).
- BOURDIEU, Pierre. *La jeunesse n'est qu'un mot*: dans Questions de sociologie. Paris: Éditions de Minuit, 1980.
- CATTANI, Antonio David (Org.). *Fórum Social Mundial: a construção de um mundo melhor*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.
- DUMONT, Fernand (Org.). *Une société des jeunes?*. Québec: Institut québécois de recherche sur la culture, 1986.
- GALLAND, Olivier. Introduction: Qu'est-ce que la jeunesse?. In: CAVALLI, A.; GALLAND, O. (Org.). *L'allongement de la jeunesse*. Paris: Actes Sud, 1993. p. 11-18.
- GAUTHIER, Madeleine; GRAVEL, Pierre-Luc; BROUILLETTE, Angèle-Anne. Qu'est-ce qui pousse les jeunes à s'engager? Les valeurs de jeunes militants d'aujourd'hui. In: PRONOVOST, Gilles; ROYER, Chantal (Org.). *Les valeurs des jeunes*. Sainte-Foy: Presses de l'Université du Québec, 2004. p. 149-168.

GAUTHIER, Madeleine; GUILLAUME, Jean-François (Org.).
Définir la jeunesse?: D'un bout à l'autre du monde. Québec: Presses de
l'Université Laval et IQRC, 1999.

SINGLY, François de. *Les uns avec les autres:* collection Individu et
société. Paris: Armand Colin, 2003.



EDITORA MS

Coordenação-Geral de Documentação e Informação/SAA/SE

MINISTÉRIO DA SAÚDE

SIA, trecho 4, lotes 540/610 – CEP: 71200-040

Telefone: (61) 3233-2020 Fax: (61) 3233-9558

E-mail: editora.ms@saude.gov.br

Home page: <http://www.saude.gov.br/editora>

Brasília – DF, setembro de 2008

OS 0054/2008